

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

CYBELE CATARINA SANTOS DO COUTO SOARES

**JUVENTUDE E MOVIMENTO: O ATIVISMO “FORA DO EIXO” EM UMA
SOCIEDADE DE REDES**

JOÃO PESSOA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

CYBELE CATARINA SANTOS DO COUTO SOARES

**JUVENTUDE E MOVIMENTO: O ATIVISMO “FORA DO EIXO” EM UMA
SOCIEDADE DE REDES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Queiroz

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociabilidades

JOÃO PESSOA
2016

S676j Soares, Cybele Catarina Santos do Couto.
 Juventude e movimento: o ativismo "fora do eixo" em uma
 sociedade de redes / Cybele Catarina Santos do Couto Soares.
 - João Pessoa, 2016.
 205 f.: il. -

Orientadora: Tereza Queiroz.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHL


1. Sociologia da comunicação. 2. Movimentos sociais em
rede. 3. Cibercultura. 4. Culturas juvenis. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 316.77(043)

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A dissertação intitulada *Juventude e Movimento: O ativismo "Fora do Eixo" em uma Sociedade de Redes*, de autoria de Cybele Catarina Santos do Couto Soares, sob orientação da Profa. Dra. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, foi aprovada em 30/08/2016, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



Profa. Dra. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz
Orientadora – PPGS – Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Teresa Cristina Furtado Matos
Membro da Banca – PPGS – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos
Membro da Banca – PPGCPRI – Universidade Federal da Paraíba

À adolescência que compartilhamos, aos sonhos que projetamos e à juventude eternizada em tua breve vida. Para ti, Eli.

Agradecimentos

Ser grata. Lembro-me que a minha avó sempre me ensinou a ser grata, por tudo, desde as grandes bênçãos aos pequenos grãos de mostarda... Por isso agradeço principalmente a ela, Dona Ivonete, minha *voinha*, por todo amor dado e recebido, e pela lembrança que me martela a mente, de seus cabelinhos sempre negros e seu jeitinho vaidoso de sentar no sofá daquela sala... O meu melhor retrato de juventude sempre será o *seu* orgulho da mente ativa e do coração alegre, contrastando com a fragilidade e as limitações do corpo...

Agradeço à Dona Rosa, Seu Pedro, Déa e Pedrinho, meu abrigo, meu refúgio, amores da vida toda! Tia Jô, que neste ano difícil, me mostrou o que é fortaleza e leveza diante de grandes problemas. Tia Mana, pelas orações aos anjinhos. Aos queridos amigos e amigas, por aguentarem os surtos, ausências, choros e afins, por me amarem incondicionalmente e me ajudarem, em grande e pequena medida, com os processos da pesquisa e/ou com os momentos de *alívio dissertativo* (leia-se: *gréa*). Sintam-se abraçados, em ordem alfabética: Baby, Bárbara, Bruna, Carina, Cecília, Duda, Eddie, Gabi, Henny, Hugo, Inara, Isa, Lelê, Luana, Mayra, May, Maricota, Margareth, Natan, Pedro, Sandrine, Thalyta, Vitório, Victor, Vini (e o combo Dona Celma e Seu Bosco, pelo carinho da acolhida), entre tantos outros queridos por toda energia boa emanada ao trabalho! Ainda falando *dos meus*, agradeço a Marcell, meu companheiro amado, por não desistir de mim e sempre me encorajar a ir mais longe, que sigamos juntos!

Agradeço também à professora Tereza, orientadora deste trabalho, por toda confiança/perseverança no potencial do projeto e em especial pela paciência com minha “teimosia metodológica”. Aos professores Marcelo Burgos, Teresa Cristina e Mônica Franch, pela disponibilidade e importantíssimas considerações à versão final deste trabalho. E aos integrantes do Fora do Eixo da Casa FdESP e do Coletivo Mundo, que sempre se mostram solícitos as minhas demandas e visitas.

Por fim, agradeço as forças do universo, ao *divino-maravilhoso*, pelas oportunidades concedidas e as conquistas realizadas!

Primeiramente, fora Temer!
(*Brasil, 2016*)

Resumo

O presente trabalho tem por intuito constituir uma pesquisa de cunho analítico sobre a juventude que compõe a Rede Fora do Eixo (FdE) – rede que atualmente agrega centenas de coletivos engajados na produção cultural, mídia independente e ativismo político por todo Brasil, além de algumas cidades da América Latina. Objetivando, a partir deste fenômeno de natureza híbrida, que transita no espaço da *sociedade civil* sob os aspectos de *movimento social* e *organização política*, estabelecer um panorama de como esta cultura juvenil produz espaços de resistência e contestação fazendo uso, ou se re-apropriando de mecanismos da sociedade contemporânea para contrapor-la. Utilizando-se de alguns procedimentos etnográficos e estabelecendo a pesquisa empírica baseada na observação participante, análise documental e entrevistas em profundidade, tomando ainda por base as teorias das redes, dos novos movimentos sociais, a fluidez do conceito de juventude, multidão e outras perspectivas de contra-hegemonia, o trabalho deve percorrer uma “encruzilhada de caminhos” teóricos-metodológicos que nos leva a uma reflexão sobre como a Mídia NINJA, uma das iniciativas lideradas pela juventude do FdE e uma das ações mais expressivas coordenada pela organização, reposiciona a Rede, evidencia as lutas juvenis e estabelece vínculos alternativos às relações de poder.

Palavras-chave: Culturas juvenis; Cibercultura; Movimentos Sociais em Rede; Resistência

Abstract

The present article has the intuitive purpose of constituting an analytical research on a youth that makes up a Rede de Eixo (FdE) - the network that serves hundreds of collectives engaged in cultural production, independent media and political activism throughout Brazil and some cities in Latin America. As a purpose, from this phenomenon of a hybrid nature that transits in the space of civil society under the aspects of social movement and political organization, to establish a panorama of how this youth culture produces spaces of resistance and contestation making use, or re-appropriating of Mechanisms of contemporary society to counter it. Using some ethnographic procedures and establishing empirical research based on participant observation, documental analysis and in-depth interviews, going through network theories, new social movements, the fluidity of the concept of youth, crowd and other perspectives of Counter-hegemony, the work must go through a theoretical-methodological "crossroads" that leads us to a reflection on how the "NINJA Media", one of the initiatives led by the Youth of the FdE and one of the most expressive actions coordinated by the organization, replaces the Network, showing the highlights of the struggles Juveniles and establishes alternative links to power relations.

Keywords: Juvenile Cultures; Cyberculture; Social Networking; Resistance

Sumário

Introdução	12
Metodologia	23
Caminhando e Cantando: notas sobre o nascimento de uma pesquisa(dora)	23
Construindo o objeto	25
O problema sociológico e o método de pesquisa	27
Casa Fora do Eixo: campo, vivência e observações	30
Entrevistas e perfil dos entrevistados	33
1. Considerações sociológicas sobre a juventude	36
1.1. Sobre Birmingham, culturas juvenis, identidade e mídia	39
1.2. Experiência, sociabilidade, globalização e pós-modernidade	47
1.3. Internet e a cultura das redes: juventude, esfera pública e outros movimentos	54
2. Fora do Eixo: Utopia, juventude e movimento	63
2.1. Das pequenas <i>rupturas</i> à grande <i>cisão</i> : a juventude Fora do Eixo	64
2.2. Simulacros, trabalho e organização: O FdE e a experiência <i>desintitucionalizante</i>	80
3. Cultura, Rede e Política: Entre o desejo individual e o projeto coletivo do FdE	98
3.1. O Eu e o Coletivo: confiança, autonomia e solidariedade	98
3.2. Da política da cultura à cultura da política	112
4. Sobre comunicação, articulação e contestação: Mídia NINJA e o ativismo político FdE	134
4.1. Plataforma Multimidiática FdE: Comunicação, ativismo e ciberativismo	135
4.2. Disputa por Narrativas: O nascimento da Mídia NINJA e as coberturas colaborativas	147
4.2.1. Jornadas de Junho e o boom da Mídia NINJA	159
4.2.2. Crise política: #nãoovaitergolpe, #ForaTemer, #VoltaQuerida e outras <i>hashtags</i> mais	165
Considerações Finais	172

Referências	177
--------------------------	------------

Apêndice.....	185
----------------------	------------

Anexo.....	193
-------------------	------------

1. CARTA DE PRINCÍPIOS DO FORA DO EIXO	193
2. REGIMENTO INTERNO DO CIRCUITO FORA DO EIXO	196

Introdução

Juventude. Esta pequena palavra, de significados múltiplos, de origem longínqua e direção difusa. Esta palavra de simbologias tantas, de variados empregos e da mítica responsabilidade de transformação. Este conceito ambíguo que reluz vitalidade ao mesmo tempo em que transita por entre espaços de medo, inconstância e paralisia. Esta categoria, arquétipo ou *invenção*¹, pela qual se debruçam novos e velhos estudos, é também o que desperta o principal interesse desta pesquisa, dedicada a análise do recorte de uma juventude que vem se estabelecendo ao longo da última década como um dos vetores de mobilização e resistência juvenil do Brasil, a Rede Fora do Eixo (FdE), que através de ações no campo do ativismo cultural e midiático, vem dando indícios da construção de uma nova cultura, de um novo modo de vida juvenil, que caminha lado a lado com propostas alternativas no campo do trabalho/remuneração, da formação profissional/acadêmica e do convívio familiar/social na sociedade contemporânea.

Recentemente, a rede de coletivos voltados à produção cultural e a mídia independente – que agrega centenas de coletivos em todos os 26 estados do Brasil e algumas cidades da América Latina² – tem ganhado grande visibilidade, tanto dos espaços acadêmicos, quanto dos meios de comunicação de massa. A experiência de jovens que dividem casas coletivas, que vivem e trabalham conectados (entre eles e com o mundo) pela internet, que dominam novos modelos de circulação de cultura e que produzem uma mídia independente de grande alcance, divide opiniões. Enquanto os olhos da academia vislumbram uma organização curiosa, *híbrida*, que transita entre diferentes posturas, entre a organização política e o movimento social, sem conceber para si nenhuma definição específica (SAVAZONI, 2014), os da mídia de massa observam um movimento *subversivo*, *suspeito* demais. Afinal de contas, foi a iniciativa desta “garotada”, que repercutiu uma nova visão sobre as *jornadas de junho* – série de protestos de cunhos diversos que teve início contra os aumentos das tarifas de ônibus em junho de 2013. Foi a cobertura da Mídia NINJA³, um dos polos de produção midiática do FdE, feita de maneira colaborativa, independente, pautada por dentro dos movimentos e

¹ Referência à afirmativa de que a juventude é uma “categoria socialmente manipulada e manipulável” (BOURDIEU, 1980, p. 145).

² Cidades na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Paraguai. Informações retiradas da página do Fora do Eixo. Disponível em: www.foradoeixo.org.br. Acesso em: 23/08/2015.

³ Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é uma iniciativa articulada pelo Fora do Eixo “[...] sem dúvida, a mais expressiva ação midiática coordenada pela organização e elemento central da estratégia supramencionada de deslocamento de uma rede de produção cultural para uma plataforma de ação política em rede” (SAVAZONI, 2014, p. 126).

através das redes sociais on-line, que primeiro denunciou a truculência da polícia contra os manifestantes pacíficos e revelou a verdadeira face da “baderna generalizada”⁴.

Apesar da recente repercussão advinda com a competência das coberturas supracitadas, a história do Fora do Eixo não começa com a Mídia NINJA. Essa é apenas um dos resultados de um longo processo de construção de *mecanismos de resistência*, reconhecidos por eles como estruturas capazes de abrigar e dar suporte a diferentes ações do grupo, voltadas a reformular alguns aspectos da sociedade contemporânea, ou, melhor dizendo, transformar os aspectos que, para essa juventude, não corresponderiam as suas expectativas de “sociedade ideal”.

Nascido em meados de 2005 como um circuito de coletivos culturais, o Fora do Eixo consistia basicamente no compartilhamento de experiências e dificuldades entre produtores culturais residentes em cidades distantes dos grandes centros de circulação cultural – o famigerado eixo Rio-São Paulo. Nascido no intuito de apoiar os artistas locais, oferecendo serviços como assessoria, divulgação e *management* de turnês, além de disponibilizar estúdio para ensaios e promoção de shows, o Circuito Fora do Eixo – que só mais tarde se estabelece enquanto *rede* – trazia consigo mais do que uma solução para música independente e a crise que se estabelecia no mercado fonográfico no início do século XXI, trazia também outras perspectivas de futuro, experiência profissional e outras propostas de estilo de vida para muitos jovens.

Graças a um sistema de economia solidária baseado numa moeda própria de circulação entre os coletivos integrados ao FdE, e ao escambo de serviços especializados na área da produção cultural, as proporções do circuito atingiram no ano de 2011, apenas 5 anos depois de sua criação, a casa dos 73 coletivos, em 112 cidades brasileiras e em quatro países da América Latina; 13.500 músicos independentes apresentados em 5.152 shows, 150 turnês, 170 festivais e, ainda, 57 CNPJs de todo tipo: editora, produtora, bar, ONG, fundação, entre outros.

No último balanço realizado em agosto de 2013, esses números passaram a orbitar em torno de: 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros. Uma estrutura que envolve, de acordo com dados da própria organização, 600 pessoas diretamente ligadas ao

⁴ Referência ao comentário feito pelo cronista Arnaldo Jabor no Jornal da Globo do dia 12/06/2013. No qual o jornalista taxa as manifestações como resultado da ignorância política de *jovens baderneiros da classe média*. Dias depois, com ajuda da repercussão da cobertura da Mídia NINJA, Jabor pediu desculpas e reconheceu que as manifestações não eram fruto de baderna.

Fora do Eixo e influência cerca de 2 mil agentes que, em sua maioria, não chegaram à casa dos 30 anos⁵.

A história de todos esses números, porém, começa com um coletivo de poucos membros, o coletivo Espaço Cubo, idealizado no ano de 2002, em Cuiabá, pelo produtor cultural Pablo Capilé, em parceria com as comunicadoras, então recém-formadas, Lenissa Lenza e Mariele Ramires (SAVAZONI, 2014). Uma experiência que, conforme Lenza⁶, era uma mistura de república estudantil, produtora cultural e agência de publicidade jovem. Uma articulação com poucos recursos financeiros, mas que, com criatividade de sobra, conseguiu se tornar um espaço de experimentação, principalmente no que diz respeito à economia solidária e aos processos de troca, que naquele momento passaram a proporcionar o financiamento da cena local de música jovem na capital do Mato Grosso.

Através de uma moeda complementar ao Real, o *Cubo Card*, o coletivo de Cuiabá passa a realizar o que os agentes culturais chamam de “sistematização da brodagem”, ou seja, a gerir com eficiência os recursos humanos, o trabalho dentro do coletivo: se antes os festivais eram realizados sem nenhum tipo de remuneração, agora todo o trabalho seria remunerado em uma moeda social de circulação entre os coletivos. Por exemplo, se um fotógrafo cobria os festivais realizados pelo Espaço Cubo apenas pelo prazer de fotografar, ou, por ser *brother* de um dos organizadores do evento, agora seu trabalho passaria a ser remunerado em *cards*, que poderiam ser trocados pelos serviços de outros associados do coletivo. Assim, o fotógrafo, que antes saía apenas satisfeito (ou não) com o trabalho realizado, passou a poder trocar o seu esforço por horas de estúdio, serviços de designs gráficos, ingressos para atividades do coletivo, ou até mesmo, em alguns casos, por algumas cervejas nos bares geridos pelo Espaço Cubo e seus associados.

O escambo de atividades passa a proporcionar o financiamento de diversos festivais locais, produção de EP's de diversas bandas, turnês e uma infinidade de atividades que logo começam a chamar atenção de outros coletivos. Em pouco tempo, a experiência do Espaço Cubo passa a ser reproduzida dentro de outros grupos, e não só no estado do Mato Grosso, mas também em outras cidades e estados igualmente distantes do *eixo*. Graças aos grandes avanços da internet e as possibilidades de estar o tempo todo em contato, *conectados*, o intercâmbio de experiências dentro da produção cultural entra num processo de fortalecimento, o escambo modesto entre os integrantes do Espaço Cubo passa a atingir

⁵ Portal da transparência FdE. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/>. Acesso: 12/08/2015.

⁶ Entrevista de Lenissa Lenza para Iuri Rubim, no Blog das Ruas, do Terra M/agazine. Disponível em: <http://iurirubim.blog.terra.com.br/2008/03/15/grupo-cria-moeda-alternativa-para-a-cultura>. Acesso: 12/08/2015.

grandes proporções, o *Cubo Card* passa a valer num circuito interestadual, o dinheiro em moeda corrente passa a ser contabilizado por um caixa coletivo, gerido por todos, para dar suporte às atividades pensadas pelo então, recém-nascido, Circuito⁷ Cultural Fora do Eixo.

De acordo com os integrantes mais antigos da Rede, o processo de formação do Circuito começa muito antes de sua oficialização. Na década dos anos 90, no qual houve um grande *boom* das ações juvenis coletivas ligadas ao cenário musical, como, por exemplo, a retomada dos festivais de música, tal qual o *Abril pro Rock* e o movimento *Manguebeat* liderado pelos jovens de Recife, o Espaço Cubo constrói sua tática de articulação. Sem dúvidas, a visibilidade gerada em torno do movimento cultural recifense, sinaliza um novo caminho para a juventude de outros estados igualmente distantes dos centros hegemônicos de produção cultural, contudo, é a internet, e a facilidade de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação no início do século XXI que levam, ainda nos primeiros anos de Espaço Cubo, à conexão e a aproximação dos produtores cuiabanos a produtores que partilhavam das mesmas necessidades e experiências em outros lugares do Brasil.

As redes sociais, endereços eletrônicos, listas e fóruns de discussão são, inicialmente, os elementos que tornam possível a aproximação dos produtores e de seus respectivos coletivos. O *Coletivo Alona* em Londrina, o *Coletivo Goma* em Uberlândia e o *Coletivo Catraia* em Rio Branco, são os primeiros grupos com os quais o Espaço Cubo concatena as ideias. Apesar da distância geográfica, a articulação promovida online logo estabelece a dinamização do intercâmbio de bandas locais, a promoção de eventos e principalmente, a troca de experiências através do compartilhamento online de problemas e soluções advindos do cenário musical (BARCELLOS, 2013).

A primeira reunião oficial do circuito acontece em 2006, com a participação de cerca de quarenta produtores culturais de vários estados do Brasil⁸. Nela foram definidos os pilares iniciais desse movimento que começa a conectar pequenos produtores a partir de três premissas principais de trabalho: **circulação, distribuição e produção** de conteúdo (BARCELLOS, 2013), visto que, neste primeiro momento, toda estrutura coletiva voltava-se a circulação da cultura juvenil por eles produzida:

[...] buscou-se uma articulação entre os coletivos, criando um calendário de apresentações, segundo o qual as bandas pudessem circular entre os

⁷ O termo *circuito cultural* é utilizado para ilustrar a articulação dos diversos coletivos juvenis e as mais variadas atividades culturais que desenvolvem. A ideia de circuito é uma referência direta aos circuitos elétricos, pelos quais a energia percorre de uma ponta a outra. No caso do Circuito FdE, a energia canalizada seria toda uma produção cultural alternativa gerada por esses pequenos coletivos, incentivando a presença e participação dos jovens nesses espaços.

⁸ Portal da transparência do FdE. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/>. Acesso: 12/10/2015.

coletivos. Nestes eventos, os cd's produzidos pelas bandas eram comercializados, efetuando a distribuição dos produtos gerados pelo Circuito. Em paralelo a isso, cada coletivo cria o seu mecanismo de comunicação, como Blogs, web rádios, web TVs, entre outros, visando a produção de conteúdo e a promoção das bandas nas diferentes localidades (BARCELLOS, 2013, p.188).

Contudo, ainda de acordo com Barcellos (2013), já nesta primeira reunião, percebeu-se que o significado de Fora do Eixo era muito mais abrangente do que a noção geográfica e que incluía uma possibilidade de atuação mais ampla nas lacunas de um modelo hegemônico vigente: “Este ‘eixo’, que configura o ‘eles’ contra o qual o “nós, Fora do Eixo” se confronta, também não é um único elemento, mas sim uma formação discursiva na qual os elementos estão articulados formando momentos de uma hegemonia” (BARCELLOS, 2013, p. 189).

De setembro de 2008, quando foi realizado o primeiro encontro nacional dos coletivos aderentes ao circuito, até dezembro de 2013, data da realização de seu 5º Congresso, o Fora do Eixo percorreu uma trajetória de crescimento exponencial e consolidação de suas formas de atuação (SAVAZONI, 2014). Se num primeiro momento o intuito da Rede era fazer circular as bandas locais dentro de um sistema econômico próprio, num segundo momento a experimentação transcende o campo da economia e da música, e a independência experimentada, ante o controle estabelecido pela hegemonia da indústria fonográfica, passa a se estabelecer também em outros domínios.

Diante da necessidade de divulgação das atividades produzidas pelo grupo, logo se concebe um plano de mídia, que envolve assessoria de bandas, fotografia, produção de releases, manutenção de sites e perfis em redes sociais. Programas de web-rádio e web-tv também passam a incorporar este leque, que posteriormente, acaba se tornando o que eles compreendem como sendo uma *plataforma multimidiática*, capaz de transformar recursos tecnológicos em grandes aliados, não só na organização interna do circuito, mas também como mediador e difusor de uma cultura e de um modo de vida a ser repercutido e compartilhado.

Barcellos (2013) pontua que esta ampliação na atuação do FdE se dá principalmente devido a aproximação da lógica econômica do Espaço Cubo com coletivos de diferentes linguagens e demandas, articulados pelo estabelecimento de uma lógica de equivalência (LACLAU e MOUFFE, 2004). Atualmente, os coletivos associados ao FdE trabalham dentro de premissas de trabalho muito mais abrangentes do que no começo do Circuito, sendo possível identificar duas frentes temáticas de trabalho associadas às linguagens artísticas e

outra que é baseada no que os integrantes do Fora do Eixo chamam de *simulacros*⁹, ou seja, simulações das principais instituições estruturadoras das sociedades contemporâneas, modeladas de acordo com os ideais coletivos que regem o FdE (SAVAZONI, 2014).

Funcionando como estruturas basilares da organização, *os simulacros* estão divididos em quatro frentes, Universidade; Banco; Partido e Mídia, em um sentido *deleuziano* (BENTES, 2012), funcionam não como uma “cópia degradada”, mas como uma forma que “encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (DELEUZE, 1998, p. 267). De acordo com Bentes (2012), o simulacro é “protótipo do processo de subjetivação”, e é nesse sentido que o FdE faz uso desse mecanismo, como estruturas nas quais, por meio da autogestão, eles conduzem o cotidiano da organização buscando alternativas que se oponham a conduta das estruturas operadas pela ordem hegemônica.

Imbuídos em um contexto de maior abertura do diálogo entre o Estado e os movimentos culturais – resultante de um novo período político do Brasil, a presidência de Lula e o mandato *hacker*¹⁰ de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2002 à 2006) – o Fora do Eixo começa uma jornada que transcende a expectativa inicial de difusão da cultura por eles produzida, construindo espaços coletivos que potencializam a experiência juvenil e proporcionam diferentes subsídios as rupturas dentro do curso da vida. Simultaneamente às realizações no âmbito da cultura, da mídia e da economia, o Circuito passa a se compreender também como agente político, ou seja, como um grupo que além de um papel na produção cultural pode e deve se inserir ativamente no processo político local, incentivando seus membros a interagirem com os governos locais, a concorrerem editais públicos e ocuparem espaços de reflexão sobre políticas públicas para cultura.

Ao propor a seus integrantes um modo de vida coletivo e comunitário em *casas* financiadas com recursos financeiros próprios do Circuito – garantidos pelo fundo de editais públicos e parcerias privadas – a Rede estabelece uma proposta que pode simultaneamente garantir a eficiência do seu trabalho e se estabelecer, em grande medida, como *solução*, ainda que temporária, para a condição de instabilidade financeira e submissão juvenil. Se por um lado a Rede necessita de uma *força de trabalho* vigorosa e engajada, a juventude envolvida

⁹ De acordo com o glossário FdE: “têm como objetivo disputar o modelo de sociedade em que vivemos, apresentando propostas concretas de reorganização das estruturas econômicas, políticas e sociais”. : Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/glossario-fora-do-eixes/>. Acesso: 24/11/2015.

¹⁰ De acordo com o próprio Gil, em um discurso na USP, em 2004, seu mandato no MinC seria gerido a partir da inspiração de uma *ética hacker*. Que, nas palavras de Himanen seria: “fundada no valor da criatividade, e consiste em combinar paixão e liberdade. O dinheiro deixa de ser um valor em si mesmo e o benefício se mede em metas como o valor social e o livre acesso, a transparência e a franqueza” (HIMANEN, 2001, p. 4).

com esse projeto, composta em sua maioria por jovens universitários, ou recém-formados, precisa estabelecer rupturas – com os padrões tidos por eles como hegemônicos – sejam elas relacionadas à esfera familiar, sejam elas relacionadas ao mercado de trabalho formal.

Posto isto, podemos dizer que compreender o Fora do Eixo como uma cultura juvenil é perceber quão entrelaçados estão estes elementos, é compreender que, para além dos aspectos referentes à formação de uma identidade juvenil, a cultura construída pelo FdE imbrica dimensões distintas, porém, conectadas. Neste sentido, tentaremos entender esta cultura sob quatro eixos importantes: estilo de vida, organização, trabalho e ativismo, buscando atribuir a estas dimensões uma problemática comum. Neste caso, buscaremos abordar e problematizar como as casas coletivas, o *novo* modo de vida e trabalho proposto pelo Fora do Eixo se coloca como alternativa a “institucionalização e burocratização da vida”¹¹, percebendo, contudo, que ao mesmo tempo em que busca “recriar” as esferas sociais estabelecidas, o Fora do Eixo reproduz, ainda que à sua maneira, velhas formas de assujeitamento.

Ao adentrarmos no universo desta juventude, buscaremos compreender os contextos de socialização em que se encontram e como constroem novas formas de sociabilidade, como dialogam com as instituições e como criam novas práticas e representações, como definem seus projetos, lidam com o tempo, como articulam influências locais e globais diante da presença constante das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para tanto, deveremos observar como estes jovens constroem suas experiências no cotidiano, como contornam as mudanças no mundo do trabalho, lidam com o capital, o consumo e a tecnologia buscando estabelecer relações críticas e contestadoras (ou não) em relação aos poderes hegemônicos. Posto isto, compreendemos que a problemática central desta pesquisa não diz respeito apenas a percepção do FdE como uma cultura juvenil, mas como uma cultura juvenil *em movimento*, adepta a plasticidade, a mobilidade diante da conjuntura sócio-política. Assim, entender o Fora do Eixo como movimento é também compreender os significados das mais novas expressões sociais na contemporaneidade, permeadas pela multiplicidade de causas e pela íntima relação com as TICs (GOHN, 2012) – o que, em grande medida, tem possibilitado a abertura de novos espaços de participação, novos meios de ativismo capazes de incentivar respostas mais criativas das entidades da sociedade civil perante as instituições públicas e privadas.

¹¹ Excerto do depoimento do militante **D.H.**, entrevistado pela autora na Casa Fora do Eixo São Paulo (Maio/2015).

Empreendendo uma minuciosa análise do grupo em questão, deveremos investigar as soluções experimentadas pelo FdE para vivenciar o modo de vida que concebe, como torna possível e viável esta experiência/vivência fora dos espaços institucionais estabelecidos (família, escola, universidade, etc.), qual a validade/abrangência destes mecanismos de reinvenção do mundo (dos *simulacros* mantidos pelo FdE), de reapropriação e ressignificação das categorias da vida social e de abertura de possibilidades alternativas frente à *sociedade contemporânea*. Neste sentido, deveremos ainda, buscar problematizar o fato de que, embora busquem se distanciar das formas *institucionais*, a organização e a gestão da Rede estabelecem pontos de equivalência com estas formas, sendo possível identificar, como veremos adiante, certos posicionamentos *produtivistas* e *utilitaristas*, principalmente no que se refere ao campo do trabalho.

Nas páginas que se seguem pretendemos estabelecer uma análise que decomponha e coloque em evidência a perspectiva da juventude engajada nesta iniciativa. Observando e descrevendo as ideias que norteiam o ativismo político-cultural da Rede, bem como a experiência de vivência coletiva proposta pelo FdE. No percurso, nos propomos a levantar algumas questões sobre a importância da comunicação em uma sociedade permeada por diversas redes de sociabilidade e mobilização social (CASTELLS, 2008 e SCHERER-WARREN, 2006), como também, buscamos entender como alguns aspectos das culturas juvenis do século XXI podem ser compreendidas através das experiências vivenciadas pelos jovens que compõem o FdE, como por exemplo, como vêm se estabelecendo e quais os espaços sociais galgados por essa juventude, tendo em vista que a internet e as redes sociais estabelecidas no ciberespaço permitem a construção de novos espaços de representação, participação e empoderamento (SCHERER-WARREN, 2006).

Assim, logo de início, deveremos estabelecer um percurso investigativo que busque perceber como a juventude – protagonista de todo este processo – se define, se conceitua e o que a une diante das diferenças que a compõe. Respeitando a imprecisão do conceito de juventude enquanto uma categoria social e a grande diversidade teórica que emana desta temática, deveremos optar por um percurso que defina a categoria respeitando os aspectos flexíveis que despontam da autodefinição de juventude presente no movimento estudado.

Pontuando as singularidades dos integrantes do FdE, buscaremos discutir livremente o conceito de juventude, na tentativa de construir uma reflexão sobre a condição juvenil e as culturas juvenis da sociedade pós-moderna, evidenciando as relações destes sujeitos – no que se refere ao Fora do Eixo – nas esferas do trabalho, cultura, lazer e ativismo – que deverá ser

discutido tanto no que se refere ao estilo de vida adotado pelo grupo, quanto ao ciberativismo cujo qual se dedicam.

Desta forma, enquanto no primeiro capítulo buscamos construir um apanhado sobre as culturas juvenis, marcadamente voltado à compreensão das práticas de autonomia e resistência, no segundo capítulo deveremos esmiuçar a estrutura da Rede, na tentativa de compreender como diferentes coletivos, oriundos das mais longínquas regiões do país, configuram uma rede de coletivos independentes, que a partir da produção cultural e do debate sobre políticas culturais estabelece uma “organização múltipla, regulada por meio de sistemas próprios, estatutos, regras de conduta e convívio social intenso, de abrangência nacional e especificidades regionais” (SAVAZONI, 2014, p.18).

No terceiro capítulo deveremos estabelecer um panorama do trabalho realizado pela juventude FdE, abrangendo desde as ações táticas ligadas a produção cultural, à postura política em que a Rede situa seu ativismo na *sociedade informacional* (CASTELLS, 1999). Deste modo, buscamos compreender como a organização trabalha o conceito de movimento em rede e qual a visão de autonomia, democracia e representatividade política desprendida por estes jovens. Aqui, buscamos ainda refletir como o FdE cria e disponibiliza suas *tecnologias sociais*¹² dentro desta imensa *rede de redes* (CASTELLS, 2013) e como agrega aliados dentro da sociedade civil se posicionando também enquanto uma nova expressão de movimento social (GOHN, 2010; GOHN & BRINGEL 2013; SCHERER-WARREN, 2006; 2015).

Seguindo por esta perspectiva, outro ponto a ser debatido diz respeito ao tipo de organização política que o FdE tem construído e como esta lida com o espaço público, o poder público e o Estado. Buscaremos questionar a estrutura constituída pela Rede, seus direcionamentos e posturas políticas, bem como tentaremos levantar os aspectos que fazem a experiência coletiva destes atores romper, de fato, com as instituições sociais vigentes. Sobre este aspecto, deveremos ainda, ressaltar como as relações interpessoais se estabelecem dentro do coletivo, como são geridas posições e hierarquias dentro das casas e da Rede, como são constituídas as lideranças, investigando até onde vão os limites da horizontalidade quando se trata do *eu* dentro de um projeto *coletivo*.

De antemão, podemos dizer que a Rede tem suas centralizações hierárquicas, suas *molaridades* e que a democracia experimentada é parcial/relativa. No entanto, esses conceitos

¹² Tecnologia social é um termo empregado dentro do contexto da economia criativa e do desenvolvimento sustentável que diz respeito a união do conhecimento técnico-científico com o conhecimento popular-prático, na geração de produto, método, processo ou técnica, para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado.

possibilitam compreender o projeto de rede como *singularidade* portadora de *potência de resistência* e é neste sentido que buscamos evidenciar a experiência das casas coletivas, economia solidária e os *simulacros* mantidos pela organização, além dos sistemas de financiamento e reapropriação dos elementos tradicionais da sociedade pós-moderna como forma de resistência à própria sociedade (BENTES, 2012).

Já o quarto, e último capítulo, deverá pôr em evidência a experiência de midialivrismo, ou ativismo mídiático, empreendida pelo Fora do Eixo. Observando como as experiências de livre produção e divulgação de conteúdos estreita laços, fortalece e empodera as redes. Neste momento deveremos sustentar a hipótese de que a rede de coletivos juvenis só expande da condição de circuito cultural para movimento ativista a partir do momento que se reconhece na causa de outros movimentos, e que esse reconhecimento, se dá, em grande medida, graças à aproximação e estreitamento possibilitado pela ação da Mídia NINJA.

Nesta escalada, deveremos observar o reportório de altos e baixos que acompanha a relação entre a mídia de massa e os movimentos de minorias, tendo em vista o jogo de influências e relações políticas/comerciais que envolve o acesso, a participação e a inclusão da população nestes espaços de comunicação (FILHO, 2007; PAIS, 2003; DAGNINO, 2006; CASTELLS, 2000; 2006; 2013). Levando em consideração as facilidades trazidas pelas novas TICs em relação à produção de conteúdos e acesso a informação, deveremos refletir, ainda que de maneira embrionária, sobre a atual crise de representatividade e credibilidade do jornalismo, ou seja, de como os meios massivos tem perdido espaço para os meios colaborativos, abertos a produção de informação e comunicação por parte dos próprios interagentes das Redes, conquistando legitimidade e autonomia, subvertendo a mídia de massa e gerado uma crise no regime de produção simbólica da contemporaneidade.

Dessa maneira, a presente investigação pretende cunhar um mapeamento do FdE enquanto retrato de uma cultura juvenil contemporânea, observando que, para além de suas já conhecidas características, os aspectos de seu protagonismo e ativismo digital se fazem presentes como traços desta cultura. Desta forma, ainda neste capítulo buscamos construir uma análise minuciosa da Mídia NINJA, de sua linha editorial, de como se estabelecem pautas e parcerias, demonstrando como a colaboração, que vai de encontro com o trabalho assalariado como forma dominante de produção, se consolida como uma alternativa as relações de poder (MALINI, 2009).

Tendo em vista que para Negri,

[...] é impossível isolar a nós mesmos, nossas relações e nossa comunicação fora da instrumentalidade do capital e dos meios de comunicação de massa. Já estamos lá

dentro, contaminados. Se vier a se manifestar alguma redenção ética, terá de ser construída dentro sistema (NEGRI, 2003, p. 330).

Deveremos, ainda que de maneira introdutória, alinhar o conceito de multidão às mídias, lançando luzes a concepção de Deleuze e Guattari sobre a *sociedade de controle* (DELEUZE, 1992) e a produção de subjetividades como combustível de um capitalismo renovado (GUATTARI, 2003). Buscando promover a discussão sobre como a mídia, em seu viés hegemônico e legitimado pelo Império exerce essa produção tendenciosa de subjetividades.

Por fim, é importante ressaltar que embora sejam percorridas diferentes dimensões, compreendemos, durante todo o percurso da pesquisa, o Fora do Eixo como uma *cultura juvenil* viva, múltipla e diversa, marcada pela plasticidade, disposta a “se virar” (ALMEIDA, 2011) perante os obstáculos do momento. Neste sentido, reforçamos a importância de compreender a íntima relação desse grupo com as novas tecnologias, com as novas formas de trabalho e organização, como reflexo dessa mutabilidade, além do que, nos permite traçar um paralelo entre esta cultura e o ciberespaço, no sentido apontado por Santaella (2003) de que, embora possa ser significativamente diferente de outras mídias culturais, seus programas estão tão firmemente enraizados no capitalismo contemporâneo tanto quanto qualquer outra forma de cultura.

Desta maneira, o desafio da pesquisa se faz na busca por evidenciar que as redes, no caso, o a Rede FdE, assim como qualquer outra relação social, estão “sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento” (SCHERER-WARREN, 2006, p.123), ao mesmo tempo em que “[...] é preciso utilizar dessas novas possibilidades de vida, novas relações com a economia e com a política-mundo, uma maneira diferente de viver o tempo, o corpo, o trabalho, a comunicação, outras formas de estar junto e entrar em conflito” (LAZZARATO, 2006, p. 12/13).

Metodologia

Caminhando e Cantando: notas sobre o nascimento de uma pesquisa(dora)

A leitura, quase sempre exaustiva, de textos e análises da sociologia, ao contrário do que possa parecer para aqueles que *dela* se fazem distantes, nunca me entediou. O fascínio pela leitura destes textos, quase sempre, esteve acima de qualquer sombra de tédio, porém, ao passo que fui me encantando por esta literatura, cresciam em mim as aflições sobre a minha própria pesquisa e a dúvida de, se algum dia, eu conseguiria redigir uma análise que pudesse merecer o título de sociológica. Afinal, qual caminho seria o meu neste mar de codificações teóricas que permeiam esferas tão distantes da minha natureza empírica?

Muitas foram às vezes que me vi frustrada, buscando compreender onde começava meu problema, e onde terminava meu objeto. Qual a relevância desta, ou daquela questão. Qual eixo teórico valeria a pena adotar. Qual, entre tantos caminhos seguir? Não foram poucos os momentos de dúvida – como ainda o são – mas foi assim, diante de ínfimos questionamentos, que finalmente compreendi que já tinha uma trajetória de pesquisa. E, do rascunho dos meus próprios anseios, se foi construindo o *método científico*, começado pelas perguntas e não pelas respostas (PAIS, 2003).

O primeiro passo, ou, melhor dizendo, a primeira dúvida – e aquela que ainda se mantém na minha mente todos os dias – era a do que fazer da vida quando se está na casa dos vinte e poucos, com um diploma emoldurado na parede, um emprego no qual se paga o mínimo e se cobra o máximo e cuja maior benefício é o de ainda possuir a mesada paterna como ajuda para pagar as contas? O que fazer da vida quando parece que só há um caminho a ser seguido: o corporativo, institucional, rigidamente ancorado no capitalismo e não muito atrativo que se reserva para os adultos?

O meu grande problema, e não só meu, mas de tantos outros – como se comprova com facilidade em mesas de bar onde esteja mais de um *jovem* reunido – é, na verdade, anterior a mim. Como pude observar no percurso desta pesquisa, muitos são os autores que dedicaram suas carreiras pesquisando o tema, seja, por assim como eu, se identificarem com esta angustia juvenil, seja por que acabaram encontrando seus *problemas sociológicos* engendrado *nesse problema social* (PAIS, 2003).

Desta forma, me vi apegada a um problema que não é inédito, que se repete ciclicamente geração por geração. Um paradigma insuperável, talvez, mas que também supõe para si novas soluções a cada momento em que reaparece. Consciente disto, busquei pensar: Será que todos os jovens do planeta estão conformados com esse destino? Com essa

predestinação a burocracia e as alternativas mais infrutíferas do mundo contemporâneo, do triste fim que nos reserva a *sociedade pós-moderna*? Ancorada nestas reflexões, dei aquele que seria o meu segundo passo: a busca por um objeto.

Desde que me lembre, a reflexão sobre uma juventude mobilizada esteve presente na minha trajetória. Antes mesmo de ser materializada no projeto que origina esta pesquisa, a curiosidade por coletivos juvenis de ativismo cultural, político, de comunicação independente, ou mesmo, o próprio movimento estudantil – no qual tive uma breve experiência – contribuíram, involuntariamente, com o desenvolvimento de um passatempo que durante anos cultivei silenciosamente: o de teorizar sobre caminhos alternativos de existência.

Talvez o gosto pela MPB, pela lida de romancistas “*udigrudi*”, *beatniks*, ou mesmo os livros de história que devorei nos anos de escola, tenham contaminado minha imaginação com um ressentido niilismo de não ter partilhado os dias de *caminhadas contra o vento*¹³ dos anos 60 e 70. Talvez, meu imaginário afixionado por uma juventude revolucionária, tenha sucessivamente procurado por aí alguns *cabeludos* dotados de *rebeldia* e vontade de transformar o que temos hoje. Contudo, só ao me despedir do senso comum, desse reforço diário que se constrói subjetivamente nas nossas vidas, consegui encontrar, a poucos metros de distância, entre uma velha e uma nova *revolução*¹⁴, a experiência que tanto procurava.

Munidos de tecnologia, vivendo coletivamente, trabalhando sem pretensão financeira, imersos em causas sociais diversas. Composto de pequenos e grandes coletivos, produzindo novas articulações culturais, comunicacionais e políticas. Se alastrando por todo país, e também pela América Latina. Propagando um novo estilo de vida, e uma nova sociedade. Foi assim que me deparei com a Rede Fora do Eixo (FdE), seus coletivos e seus jovens, reunidos ao mesmo tempo, numa experiência social e numa aventura política¹⁵.

A princípio, busquei reunir o maior número de recortes que pudesse me ajudar a conceber quem eram aqueles jovens e o que eles faziam. Matérias em revistas online e algumas poucas produções acadêmicas me ajudaram a reunir alguns indícios sobre o projeto concebido pelo Fora do Eixo. Contudo, esses indícios se mostravam insuficientes, era preciso vivenciar um pouco daquela experiência, para poder melhor descrevê-la. Era preciso adentrar no universo do FdE, conhecer para além do trabalho desenvolvido, as vivências, as casas coletivas e principalmente, os indivíduos responsáveis pela manutenção de toda a estrutura. Lancei-me, assim, ao encontro do objeto.

¹³ Caetano Veloso na música Alegria, alegria (1968).

¹⁴ Aqui eu me refiro à revolução da tecnologia da informação proposta por Castells (1999).

¹⁵ SAVAZONI, 2014

Construindo o objeto

Meu primeiro contato com o Fora do Eixo foi como expectadora dos festivais de música e cultura independente organizados pelo Coletivo Mundo¹⁶, em João Pessoa. Entre 2008 e 2011 lembro-me de observar o entrosamento de mais de uma dúzia de jovens produtores, correndo por todos os lados organizando shows, oficinas, palestras, mostras audiovisuais, tudo feito com muita instiga e pouco recurso, em pleno centro histórico da cidade. Lembro-me de ter assistido alguns amigos próximos engajados temporariamente na produção destes eventos, pondo em prática a teoria que se apreendia nas salas de aula do curso de comunicação, mas que não havia onde ser testada. Lembro-me de ter visto os shows de muitas bandas, das quais nunca saberia da existência, em turnês bancadas pelo trabalho colaborativo do circuito cultural. Por fim, lembro-me também, de não entender o funcionamento da moeda de trocas que circulava entre aquelas pessoas, e de assistir, com bastante admiração, a fundação da Casa Mundo, que seguia o modelo de outras residências coletivas compostas por integrantes da Rede Fora do Eixo.

De expectadora, passei a me interessar pela Rede como pesquisadora, e em 2012 fiz um breve estudo de caso com o Coletivo Mundo, como trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social. Naquele momento busquei conhecer a fundo o circuito cultural, a rede de coletivos, as estratégias de comunicação e a experiência de vida coletiva proposta pelo FdE. Fiquei intrigada com as identidades caóticas assumidas pela Rede (casas coletivas, casa de shows, estúdios, bares, produtores, artistas, comunicadores, fotógrafos, cineastas, administradores, etc.), a indefinição de conceitos, a amplidão de premissas de trabalho, entre uma infinidade de sociabilidades unidas a uma cultura juvenil se estabelecendo e se alastrando a uma velocidade impressionante. Apesar de perceber essa gama de possibilidades que se estabeleciam ali, foquei a observação em um ponto que, dentre todos aqueles propostos por aqueles jovens, me parecia o mais interessante – embora não deseje aqui conceituar juventude sobre um aspecto etário, é importante afirmar que a grande maioria dos membros destes coletivos ainda não chegou à casa dos 30 anos.

Percebi que o jeito de fazer comunicação, ou, a mídia que eles projetavam já em 2012 com canais de WebTv via streaming, redes sociais atualizadas, e o debate constante de assuntos escanteados pela grande mídia (tais quais, as pautas ambientalistas, a

¹⁶ O Coletivo Mundo é um coletivo de cultura independente agregado a Rede Fora do Eixo, que promove atividades culturais desde 2005 em João Pessoa. Atualmente, o coletivo mantém um espaço cultural no centro histórico da cidade e uma casa coletiva onde vivem os integrantes que compõe o quadro fixo da organização.

descriminalização das drogas e do aborto, as manifestações dos movimentos de minorias, entre outros) poderia ser a mais poderosa arma de *resistência* daquela juventude.

No entanto, neste primeiro trabalho, procurei estabelecer uma comparação entre os jovens do FdE e os de outros movimentos juvenis surgidos durante todo o século XX, para sustentar a hipótese de que a cultura, enquanto uma forma de resistência aos poderes dominantes – as imposições da cultura paterna, ou mesmo das imposições do mercado – continuava mobilizando a juventude, apesar das diferentes formas de atuação e reivindicação estabelecidas nos diferentes períodos históricos postos em questão.

A pesquisa, apresentada em outubro de 2012, claramente entusiasmada a respeito do futuro do Fora do Eixo, foi finalizada com a suposição de que o projeto de mídia, para além de toda proposta de uma *nova sociedade*, era o que fazia do FdE uma entidade *revolucionária* – ou, pelo menos, corajosa, ao contrapor as instituições estabelecidas – e foi justamente isso que se confirmou com as manifestações de junho 2013. Poucos meses depois da apresentação do trabalho, o Fora do Eixo, ganhava uma visibilidade estrondosa dos veículos da mídia tradicional, e de certa forma, a legitimação e o reconhecimento do poder de sua mídia colaborativa e independente. Ali, naquele mês de junho, lembro-me de, literalmente, assistir a Mídia NINJA redefinir o curso das ações do FdE, que passa a assumir, de uma vez, a alcunha de movimento.

Como simpatizante da ideia, vi nesse processo de reconfiguração a possibilidade de uma nova pesquisa, agora mais completa e que pudesse abarcar detalhes da história já contada e daquela que se escrevia a partir do momento efusivo de retomada das ruas como palco de manifestações pela democracia e cidadania no país. Desta forma, empenhe-me na construção do projeto que seria desenvolvido ao longo desta pesquisa e delimitei, mais uma vez, como meu objeto a Rede Fora do Eixo. Contudo, é importante perceber que o FdE não é um objeto tão fácil de delimitar, afinal desenvolve múltiplas interfaces de produção e diferentes polos potenciais de observação. Portanto, ao conceber o Fora do Eixo enquanto uma cultura juvenil dotada de um hibridismo extremo, optei por observá-lo a partir de algumas categorias de análise, sendo os traços culturais escolhidos: juventude, movimentos sociais em redes e ativismo político-midiático.

Nesse sentido, vale salientar, busco reconhecer o Fora do Eixo como uma cultura juvenil que traça maneiras próprias de sociabilidade, modos de vida e relações de trabalho, buscando, a partir da perspectiva de seus membros, construir um panorama que pontue o que os jovens do FdE entendem por juventude, como as práticas e identidades assumidas pelo

grupo concebem novas possibilidades de viver e ser jovem, admitindo que, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação influencia diretamente na discussão sobre tempo e trabalho, se mostrando crucial ao projeto de futuro pretendido pelo Coletivo.

Desta forma, a minha proposta é a de demonstrar como a cultura juvenil construída pelo FdE proporciona a elaboração de uma juventude embuida em uma dinâmica multifacetada, na qual diferentes esferas se convergem, e como o uso da tecnologia dinamiza a organização da Rede, seja das casas coletivas, seja do trabalho exterior. O intuito é demonstrar como os aspectos desta cultura possibilitam a atuação destes jovens tanto em espaços culturais quanto em espaços políticos, chamando a atenção para a articulação midiática desenvolvida pela Rede.

Uma vez compreendida a importância das produções midiáticas do FdE, buscamos analisar como o Coletivo constrói e é construído através da produção *contra-hegemônica de sentidos*, informação e comunicação em relação aos meios massivos. Para tal, busquei mapear as esferas que envolvem a produção dos conteúdos veiculados pelos setores de mídia dos coletivos, as relações e parcerias estabelecidas entre eles e outros movimentos sociais, sempre procurando compreender o momento de transição e/ou expansão do circuito cultural para uma organização política, partindo do pressuposto que a produção midiática e a organização em rede tenham sido primordiais no que se refere a esta reformulação do FdE.

Uma vez escolhido meu objeto, busquei ressignificar meu problema e construir uma metodologia que pudesse abarcar o universo desta juventude dentro daquilo que se propunha a pesquisa. Tendo em mente alguns caminhos pelos quais seguir, abracei uma espécie de incursão etnográfica, uma observação participante que visasse reportar não apenas aos aspectos mais visíveis, mas também os aspectos que só se revelam quando o objeto é visto por dentro (PAIS, 2003).

O problema sociológico e o método de pesquisa

Consciente da tarefa de observar mais uma vez a Rede Fora do Eixo, e de, ao mesmo tempo, construir uma pesquisa inédita, é que considere a reconstrução do meu problema inicial de pesquisa. Se num primeiro momento as questões que permeavam o trabalho orbitavam entre as dúvidas do que fazer após os vinte poucos, como fugir a lógica mercadológica do capital e dos conflitos familiares, num segundo momento, tendo em vista as possibilidades oferecidas como respostas pelo Fora do Eixo às primeiras questões, produzi novos questionamentos, voltados à esfera de como tornar possível e viável a manutenção desta cultura fora dos espaços institucionais da sociedade contemporânea (escola,

universidade, família, igreja, bancos, política, empresas, etc.). Ou, ainda, como era possível estar de fora, estando por dentro?

De acordo com Pais (2003) um problema sociológico só se define a partir de um problema social. Visto que, enquanto um problema social é “aquele que emerge de uma realidade material e social e para cuja solução é necessário pensar uma realidade distinta” (PAIS, 2003, p.45), o problema sociológico busca formular interrogações dirigidas à realidade, gerando assim problemas de natureza teórica.

Diante disso, considero afirmar que os problemas sociais em questão nessa pesquisa não são somente as perspectivas de futuro da juventude contemporânea, mas também como se dá, no caso do FdE, a reapropriação e ressignificação das categorias da vida social e a abertura de possibilidades alternativas frente à sociedade estabelecida. Estando o problema sociológico engendrado tanto no entendimento desse espaço como um campo de disputa no qual são testadas a eficácia de novos métodos de produção da vida cotidiana, quanto nas próprias dificuldades/desafios do cultivo dessas novas formas de culturas e sociabilidades.

Assumindo que a juventude que compõe o Fora do Eixo é múltipla, é complexa, e é inédita no que se propõe – visto o perfil variado de seus militantes e da estruturação/organização de sua Rede – observo que, apesar do objeto estar firmemente situado nesse recorte juvenil, a busca por um eixo teórico acaba por se tornar uma tarefa árdua, no sentido em que, o objeto transita por diferentes esferas, desenvolvendo ao seu redor um contexto que compila uma gama de infinitas propostas teóricas. Muito embora, como afirma Pais, “as experiências de vida *sejam* intransferíveis, ao contrario das teorias” (PAIS, 2003, p. 15), ao passo que me oponho à redução da vida corrente a categorias científicas rígidas, previamente definidas, observo que “por vezes, posso dispor das teorias existentes sistematicamente, como uma série de escolhas, e com isso permitir que seu âmbito organize o próprio problema [...] Os fatos disciplinam a razão; mas a razão é a guarda avançada de qualquer campo do conhecimento” (MILLS, 1980, p.218/221).

Por isso, admitindo a impossibilidade de dissociação entre a trajetória individual dos atores e a trajetória do coletivo, busco construir um panorama dos problemas do todo a partir do relato individual dos integrantes do grupo. Alinhando questionamentos e respostas a um eixo teórico findado na diversidade e constituído por métodos mistos, pondo em prática o *artesanato intelectual*, amarrando diferentes técnicas para obter as pretendidas reflexões teóricas (MILLS, 1980).

Desta forma, minha proposta metodológica se dá no campo da etnografia – ainda que de maneira compactada – na opção por uma perspectiva de análise qualitativa da vida e dos problemas cotidianos levantados a partir da observação dessa juventude e de seu envolvimento no projeto gerido pela Rede Fora do Eixo. Uma escolha que se faz via imersão no cotidiano destes jovens – mais especificamente, na vivência de uma temporada na Casa Fora do Eixo em São Paulo, Casa que, como veremos adiante, ressignifica o *eixo* do qual estes jovens se sentem excluídos – Uma opção pelo tomar o processo por dentro, amarrando técnicas e métodos de investigação que aproximem ao máximo a pesquisa da realidade investigada. Sem desprezar, porém, o levantamento bibliográfico para determinação dos conceitos dados.

Levando em consideração que, para Magnani (1996), a etnografia enseja que o pesquisador privilegie um olhar aproximado do evento em estudo, “um olhar de perto e de dentro” na formulação do trabalho teórico e observação empírica, é que tento realizar a transformação dos “fatos etnográficos” observados no campo e materializados em dados – absorvidos através de uma forma peculiar de ver e ouvir, um modo singular e característico de interpretar a realidade imediata –, estabelecendo um plano de análise no qual seja possível por as teorias à prova.

Neste sentido, considerando a experiência do pesquisador igualmente importante para a trajetória da pesquisa, Pais pontua que, “não basta ter uma boa teoria pra fazer um bom uso dela” (PAIS, 2003, p.15), sendo a observação dos fatos essencial na produção de uma pesquisa que busque uma interpretação fidedigna da realidade estudada.

Magnani ainda pontua que:

[...] o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode usar ou servir de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; e é antes um modelo de acercamento e apreensão, do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2002, p.17).

Nesta perspectiva entendemos que a etnografia, além de possibilitar o encontro do pesquisador com os sujeitos de estudo e com os respectivos dados da análise, constitui-se um momento privilegiado para construção do conhecimento não apenas sobre uma dinâmica sociocultural, mas também sobre as experiências particulares que se concebem dentro do contexto social aludido. Apoiada nas reflexões destes autores, busquei estabelecer, ao longo de minha incursão etnográfica, uma observação participante intensa, baseada no contato direto

e envolvimento específico com os atores, aproximando a investigação antropológica dos relatos obtidos ao longo da vivência e cunhando a observação participante como marca distintiva do método etnográfico (MAGNANI, 2002).

No intuito de modular proporcionalmente análises e de relatos, teoria e descrição, optei por construir capítulos mistos, nos quais procuro dar voz ativa aos entrevistados, bem como aos aspectos mais relevantes do diário de campo. Alinhando simultaneamente as trajetórias individuais e coletivas, ao passo que tento estabelecer uma análise que considere os processos engendrados ao projeto de vida coletiva dessa juventude, a geração de novas formas de sociabilidades e culturas, bem como, as ferramentas de legitimação desta experiência através de categorias teóricas referenciadas; “procurando construir um pequeno mundo, encerrando todos os elementos-chaves que participam do trabalho executado, colocando cada um deles em seu lugar, de modo sistemático, reajustando continuamente esta estrutura em relação aos fatos que ocorrem em cada um de suas partes” (MILLS, 1980, p. 239).

Casa Fora do Eixo: campo, vivência e observações

Escolher o Fora do Eixo, entre tantas outras culturas juvenis, muito tem haver com as semelhanças que me aproximam daqueles jovens, que assim como eu, fazem parte da classe média, tiveram nas mãos a missão de ser bons alunos, bons filhos e de seguir com o fluxo da vida: diploma, trabalho, casa própria, casamento, filhos e etc.¹⁷. Jovens que – pelo menos de acordo com aquilo que me foi relatado – ao refletirem sobre essa experiência, tornaram-se conscientes da conformidade que os esperava, buscando, de imediato, soluções que possibilitassem a ruptura definitiva com essa sequência *pré-moldada* de vida. A criação de espaços coletivos, de novas formas de trabalho, dinheiro, remuneração, uma nova proposta de estrutura social. Uma sociedade movida pela prática; ao invés do confabular, agir. Deixando as formulações teóricas sobre esta nova experiência para aqueles que, como eu, não desapegaram das amarras institucionais, neste caso, a universidade.

A definição do objeto, talvez tenha sido a parte mais fácil de todo o processo de construção da pesquisa. As peculiaridades do projeto proposto pelo Fora do Eixo, definitivamente, provocavam em mim grande entusiasmo, uma imensa vontade de conhecer e ver de perto como se realizavam as ações daquele movimento, como era possível viver das formas que propunham. Talvez fosse mais fácil entendê-los se eu estivesse lá, assistindo e

¹⁷ Com base no último censo realizado pelo FdE dentro da 3ª Conferência Nacional do Circuito, em 2010. E reforçado nas entrevistas concedidas para a pesquisa em maio de 2015.

participando ao invés de continuar a ser uma leitora e expectadora voraz das produções ainda insipientes sobre o movimento. Queria ver e sentir as ações, ver o que se construía e como, “de perto e por dentro”.

Assim, ainda sem a delimitação concreta de objetivos, busquei fazer um primeiro contato. Um e-mail, uma solicitação de visita e um pedido de ajuda. Um texto que dispensou a formalidade, mas que foi respondido em menos de 5 minutos, com a confirmação de data, hora e local – uma agilidade jamais imaginada à formalidade de outras organizações.

Surpreendida pela resposta positiva, fiquei ainda mais *encantada* com a possibilidade da pesquisa e, me vi pensando em como eu gostaria de ter tido a coragem daqueles jovens, de me libertar de amarras *institucionais da contemporaneidade* para tentar novos lastros, novos sentidos de orientação, hierarquia e juventude¹⁸... Sonhos à parte, me recompus. Guardei de volta na caixinha os desejos juvenis e adotei a recém adquirida postura de pesquisadora. Incorporei o *habitus*, pus a máscara e segui para a Casa Fora do Eixo São Paulo, onde, finalmente, poderia observar e participar daquele projeto, verificando de perto e de dentro como essa cultura juvenil se posiciona, quais seus aspectos mais sólidos e traços mais flexíveis, além de buscar refletir como, dentro de uma proposta tão disciplinada (por vezes, até utilitária) se constrói o que eles compreendem como liberdade.

13/05/2015

Caí no campo de paraquedas. Cheguei a casa por volta das nove horas da manhã de uma quarta-feira, e, ao contrário do que imaginei, os moradores não sabiam que eu chegaria. Fiquei por algum tempo paralisada perante a imensidão do casarão que abriga os membros do coletivo em São Paulo, tocando a campainha, sem resposta, até ser acolhida por um dos residentes, o único acordado e aquele cuja missão era preparar o café da manhã daquele dia. Fiquei por um bom tempo na cozinha, observando D.H, um jovem de 26 anos, nascido e criado no interior de minas, passar o café enquanto eu puxava qualquer prosa. Falamos sobre o funcionamento da cozinha, do rodízio das atividades de limpeza, e das casas coletivas pelas quais ele já havia passado. Conversávamos despreziosamente, enquanto, aos poucos, a casa acordava. (Diário de Campo)

Naquele dia conheci muitos membros do coletivo, quase todos, vindos de outras casas e de outros estados do país, porém, não havia muito tempo para apresentações, e os breves momentos em que estive na cozinha foram os únicos nos quais não me senti incomodando,

¹⁸ Nesse momento lembrei Wacquant (2002) e sua dúvida cruel entre virar boxeador ou concluir a pesquisa. Assim como ele, optei pela segunda opção, ainda que a primeira muito me tente, é na segurança das leituras que construo as pequenas mudanças da minha trajetória.

atrapalhando a dinâmica *superativa* daquele lugar. À medida que os moradores iam acordando, já iam colocando sobre a mesa, antes mesmo do café, as atividades que tinham e as infinidades de coisas para resolver: cobertura jornalística, organização de eventos, inscrição em editais, criação de folders, parcerias. Tudo ali e tudo acontecendo bem diante de mim – que até o momento não passava de uma estranha, uma curiosa, olhada com desconfiança pelo grupo (WHYTE, 2005).

Levou algum tempo até que eu pudesse começar a fazer as primeiras entrevistas. Enquanto isso, fui anotando no meu diário de campo as minúcias da casa, as paredes grafitadas, o cheiro peculiar de fumo (leia-se: maconha), o resto de decoração de festas passadas, os cartazes, fotos, frases e estímulos espalhados por aquele lugar. Anotei o que faziam, como se vestiam, as expressões que tinham, como interagiam entre eles. Anotei tudo que pude. Até me sentir uma completa estranha, dentro daquele universo que antes me parecia tão familiar (VELHO, 1978).

Embora houvesse inúmeras afinidades, admiti as diferenças que me afastavam daquela juventude, assumi minha trajetória, lembrando-me do que diz Foote Whyte (2005), não devemos nos envergonhar de sermos diferentes, afinal, são as nossas experiências pessoais que nos ajudam adentrar problemáticamente no campo. E foi isso que fiz, apeguei-me as diferenças para alçar novas abordagens.

Ciente de que,

A realidade social não é facilmente acessível ao investigador [...] O que não quer dizer que ela não seja potencialmente sedutora. Se não fosse, como poderíamos justificar o nosso interesse por ela? E é sedutora pelas interrogações que ao seu propósito somos capazes de construir (PAIS, 2003, p. 09).

Segui adiante, adotei a observação participante na tentativa de compreender como se estabeleciam as relações hierárquicas, ou os lastros. Anotei trechos de conversas, reparei nas visitas que chegavam, e até mesmo tive a oportunidade de ver como eram recepcionados os jovens que tentavam se incluir naquele cotidiano. Tendo em mente que a observação participante implica “saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos” (WHYTE, 2005), empenhei-me em coletar o máximo de informações sem, necessariamente, interferir naquela realidade.

No total, foram 4 dias de vivência, ainda que o período não seja suficiente para demarcar uma etnografia, creio que muitos aspectos referentes a incursão etnográfica foram empreendidos no período de intensa observação. Neste sentido, busquei captar todos os aspectos visíveis e subjetivos do funcionamento da casa, da convivência coletiva, da

economia solidária, da produção cultural, do ativismo político, da produção midiática, e das individualidades de seus atores.

Outro aspecto interessante é que, ao longo destes poucos dias, ainda tive que lutar contra a desconfiança dos membros do coletivo: a rápida abertura de portas nem sempre significa a melhor recepção. Apesar de a minha proposta ter sido inicialmente bem recebida, encontrei certa resistência no que se refere às entrevistas. Afinal, diante de tantos jornalistas, pesquisadores e curiosos que já passaram pela casa, e das perguntas tantas vezes respondidas, considerei normal/aceitável o desanimo dos membros do coletivo ante o meu entusiasmo. Assim, aproveitando o tempo que dispunha, realizei quatro entrevistas em profundidade com os residentes da Casa FdE-SP, que me renderam boas considerações a serem levantadas ao longo deste trabalho.

Durante a semana em que estive em São Paulo, pude acompanhar ainda um ciclo de palestras sobre a crise hídrica e a crise da mídia, na qual a Mídia NINJA se fez presente como convidada. Além disso, pude também presenciar o empenho dos *ninjas* para o lançamento de um novo empreendimento de jornalismo colaborativo, o portal Jornalistas Livres, nascido da cobertura do novo ciclo de protestos iniciados em Abril de 2015 – desta vez, contra ou favoráveis ao Impeachment da presidente Dilma.

Entrevistas e perfil dos entrevistados

Em maio de 2015, período em que foi realizada a vivência na Casa Fora do Eixo São Paulo, o número de moradores da casa orbitava entre 12 e 15 pessoas. De acordo com os entrevistados a casa estava “vazia”, pois, geralmente, o número de moradores varia entre 20 e 30 pessoas. A anormalidade do período se deu, por dois motivos: o primeiro foi a comitiva (predominantemente feminina) enviada pela Rede para o ELLA (II Encuentro Latinoamericano de Mujeres), em Cochabamba, na Bolívia. E o segundo, a efervescência de protestos e manifestações que estavam acontecendo em Brasília e no Rio de Janeiro, que acabaram por deslocar os moradores da Casa FdE/SP para outras regiões do país.

Apesar da aparente pacacidade, a Casa continuava viva. A todo o momento era possível ouvir a movimentação dos moradores, cada qual engajado na realização de alguma atividade, resolução de problemas, organização de espaços, diálogos entusiasmados sobre planos, que finalmente, estavam saindo do papel. Observar o que acontecia foi uma missão prazerosa, as poucas conversas espontâneas também. O grande problema, contudo, consistiu em quebrar o gelo e me aproximar dos entrevistados e talvez, por esta dificuldade, eu não tenha conseguido entrevistar um grande número de pessoas.

Ao todo, foram realizadas 4 entrevistas em profundidade, ou seja, um número equivalente à um terço dos moradores da casa naquele momento. Apesar de poucas, a meu ver, as entrevistas, que duraram em média uma hora e meia (cada uma), obtiveram sucesso, visto que, cada um dos entrevistados expressou diferentes entendimentos para as questões colocadas.

É certo que a dificuldade em colher depoimentos não era prevista. Antes de adentrar no campo, pensei que o diálogo seria facilmente estabelecido, e que a Casa e seus moradores estariam abertos a responder minhas questões. Ledo engano. O estabelecer da confiança dependia de mais tempo, recurso que infelizmente eu não dispunha. Meus entrevistados, contudo, foram generosos e responderam, ainda que não de total bom grado, pacientemente meus questionamentos. Ao contrário do que imaginei, os homens se mostraram mais solícitos e comunicativos do que as mulheres. Os entrevistados homens foram três, para uma única mulher entrevistada.

O primeiro entrevistado foi **R.V.**, 26 anos, atualmente fotógrafo e jornalista da Mídia NINJA e um dos *cabeças* do novo empreendimento de mídia do FdE em parceria com outros movimentos, o Jornalistas Livres. O primeiro contato de **R.V.** com o Fora do Eixo foi no ano de 2010, em Florianópolis, sua cidade de origem. Naquele momento o jovem era percussionista de uma banda que, assim como tantas outras, teve a oportunidade de participar dos eventos, festivais e turnês empreendidas pelo Circuito. Além de percussionista, **R.V.** também cursava design, quando optou por largar ambas as atividades e se dedicar a fotografia dentro de um projeto de vida proporcionado pelo Fora do Eixo.

O segundo entrevistado, **C.B.**, 24 anos, natural de Belém do Pará, nunca frequentou uma universidade, contudo reconhece sua “vocação” enquanto jornalista e fotógrafo. Habilidades despertadas ao longo da vivência na Casa FdE Belém. Durante seu depoimento é possível verificar o quanto a Rede Fora do Eixo foi decisiva em sua formação, visto que o primeiro contato do jovem com a Rede já se estabelece no âmbito da mídia, na realização profissional e principalmente na liberdade de abordagem de temas. A fala de **C.B.** é pontuada por grandes exemplos de como a Rede possibilita a ruptura com a via *tradicional*.

O terceiro entrevistado, **D.H.**, é o responsável pela frente de residência, que acumula atividades referentes à cozinha, limpeza, feira e demais atividades ligadas à organização doméstica. O mineiro de 27 anos, formado em economia, conta que o seu primeiro contato com a Rede se dá a partir de uma pesquisa realizada por um grupo de estudos da universidade, sobre o desenvolvimento da economia solidária do FdE. O jovem revela que o contato inicial

foi decisivo para seu engajamento na Rede. A princípio, o economista foi locado na frente de finanças, mas explica que seu *estímulo* dentro da Rede sempre esteve ligado a organização, ao cuidado com os outros membros da equipe. Sua fala é muito voltada à compreensão dos lastros, da hierarquia e a reinvenção do trabalho dentro da Rede.

A única mulher disposta a contribuir diretamente com a pesquisa foi **L.A.**, 24 anos, paulista do interior do estado, e atualmente responsável pela frente de finanças da Casa FdE/SP. Cursava Relações Públicas quando conheceu o Fora do Eixo, meio aos festivais de música independente promovidos pela Rede. **L.A.** era também bailarina, e buscava encontrar na universidade o que só encontrou no FdE: um projeto de vida engajado na militância cultural. Para a moça, a experiência no FdE está ligada a liberdade e autonomia, sendo sua fala de grande valia para compreender os processos de ruptura familiares.

Além dos entrevistados da Casa FdE/SP, busquei, mais uma vez, visitar a Casa Mundo em João Pessoa. Naquele momento, a casa possuía 3 moradores fixos e alguns membros flutuantes, que em certa medida contribuíam com atividades culturais realizadas no Espaço Cultural Mundo. Na ocasião da visita, conversei com **R.L.**, 29 anos, natural de João Pessoa. A entrevista, realizada no mês de junho, foi estruturada em cima de algumas lacunas deixadas pela vivência na Casa FdE/SP, sendo muito importante para confirmar dados e observar as diferenças entre as casas *fora do eixo* e o Ponto de Articulação Nacional, estabelecido no polo mais central do Eixo (São Paulo).

É relevante ainda dizer que, houve a tentativa de entrar em contato com os membros fundadores da Rede (Pablo Capilé, Felipe Altenfelder, Lenissa Lenza, Carol Tokuyo e mesmo Bruno Torturra, um dos responsáveis pela configuração da Mídia NINJA), contudo, durante o período da realização da pesquisa nem um deles esteve disponível a prestar entrevista.

Assim, uma vez apresentados os entrevistados, exposto o processo pelo qual concebi a pesquisa e, por conseguinte, as páginas de análise que se seguem, devo reafirmar a dedicação empreendida na construção de um trabalho que busca, através da observação participante, das entrevistas, e da análise documental, alinhar teorias, falas e análises, no intuito de compreender a cultura juvenil do Fora do Eixo como um fenômeno inerente a pós-modernidade, uma cultura híbrida, plástica que manobra a conjuntura sócio-política na perpetuação de seu legado. Para tanto, é importante ainda pontuar que a presente pesquisa se constrói baseada na análise de diferentes dimensões desta cultura, não como elementos separados, mas como elementos conectados e alinhados a uma nova proposta de pensar o presente e o futuro destes jovens, suscitando novas indagações sobre os velhos problemas.

1. Considerações sociológicas sobre a juventude

Muitos são os caminhos propostos para análise da juventude, perspectivas que variam desde a construção do *ser jovem* enquanto uma categoria social definida por questões etárias e geracionais, a definições compostas no campo das práticas sociais e culturais nas trajetórias juvenis. Abordagens que variam de princípios e pressupostos, mas que, encruzilhando-se em momentos precisos, deverão nos ajudar a compor uma visão própria, interessada na construção social de uma juventude composta por atores criativos e ativos tanto no consumo cultural, quanto nos movimentos sociais em rede (FEIXA e NILAN, 2009).

Para tanto, deveremos dar início às formulações teóricas sobre juventude observando a polissemia de sua noção sob a ótica de alguns dos mais relevantes extratos dos estudos sociológicos da juventude. Considerando importante concordar com a chave de autores contemporâneos que se mostram interessados em arquitetar o conceito de juventude de maneira plural, assumindo que os critérios que o constituem as diversas formas de *ser jovem* são históricos, culturais, e principalmente, ligados à observação de que uma das maiores questões atribuída à conceituação de juventude é a de como os jovens constroem as *suas* experiências da juventude em *seu* cotidiano (DAYRELL, 2003).

Ao assumir essa enorme “diversidade de possibilidades”, de variáveis biológicas, psicológicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas que perpassam a construção de uma noção de juventude, não podemos deixar de lado o reconhecimento das diferentes realidades vividas pelos jovens. Pois, tal qual afirma Vargas Gil, “admitir o uso de juventude no plural, não garante, por si só, a percepção de que os jovens se distinguem e se identificam em muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro” (VARGAS GIL, 2011, p. 26).

É preciso levar em consideração as diferenças que envolvem os contextos sociais em que determinadas juventudes se constroem, admitir que a condição juvenil se expressa em situações plurais e que muito dificilmente as características que envolvem determinado modo *ser jovem* corresponda a outro. Nos dias atuais, apesar de haver o consenso de que juventude é uma palavra que supõem muito mais que idade, ainda não se consegue discernir, pelo menos não na esfera do senso comum, que o *ser jovem* se expressa de maneiras diversas, e, nem sempre, possíveis de enquadrar em antigos estereótipos.

De acordo com Vargas Gil (2011), falar em juventude hoje é falar em contrastes, isso porque, para a autora, ao passo que se abrem grandes portas para a juventude, tais como maior acesso a educação, informação e a saúde, se fecham outras, como o acesso ao mundo do

trabalho e ao poder da ação política. Nesse sentido, a autora pontua que apesar de a juventude poder ser considerada, ao mesmo tempo, como uma condição social e um tipo de representação (PERALVA, 1997), é necessário reconhecer que, na maioria das vezes, o conceito de juventude convive com um tipo de invisibilização, ou mesmo, marginalização das diferenças (VARGAS GIL, 2011).

Outro ponto problemático na trajetória conceitual de juventude pode ser reconhecido no recorrente apelo à dualidade do jovem como problema social ou como futuro/solução dos problemas mundo, uma vez que a adoção destas perspectivas genéricas acaba recaindo em outras generalizações perigosas para a definição do conceito. Ao suprimir a compreensão de que a experiência juvenil acontece de diferentes maneiras e em diferentes espaços, esse dualismo obstrói o entendimento de que a experiência juvenil flui diante das possibilidades e acessos as instituições sociais, aos diferentes cenários, práticas, mercados e políticas. Ou seja, não evidencia o fato de que o sujeito juvenil se constrói através de experiências definidas dentro de diferentes contextos, podendo funcionar de maneiras muitas vezes distintas daquelas esperadas (VARGAS GIL, 2011).

Diante disto, deveremos nos esforçar em compreender a juventude longe de critérios rígidos, de categorias pré-moldadas, fetichizadas ou estigmatizadas, que deslegitem um processo baseado nas experiências vivenciadas pelos indivíduos em *seu* contexto social (DAYRELL, 2003). Dando ênfase à juventude como “um movimento determinado, mas que não se reduz a uma passagem”, e aos jovens como sujeitos sociais abertos as experiências, “como sujeitos ativos, que agem no e sobre o mundo, e nessa ação produzem e, ao mesmo tempo, são produzidos no conjunto das relações sociais no qual se inserem” (DAYRELL, 2003, p.43) é que deveremos construir nossas considerações sociológicas sobre o sujeito juvenil, que é, ao mesmo tempo, sujeito social, sujeito político e modelo cultural (VARGAS GIL, 2011).

Diante desta ampla perspectiva de diversidade, dedicaremos nossos esforços a pensar como as sociabilidades juvenis acontecem dentro de movimentos culturais, refletindo sobre como os jovens partilham determinadas práticas, configuram um estilo de vida, compartilham uma identidade e formam uma cultura juvenil. Deste modo, deveremos compreender o *estar* em um grupo como potencializador da vivência da condição juvenil, já que se estabelece como viabilizador da partilha de práticas e símbolos que definem um modo de vida, uma identidade própria de determinada forma de ser jovem.

Levando em conta a esfera dos estudos culturais, transitando, principalmente, pela releitura de conceitos concebidos pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de Birmingham (CCCS) e sua perspectiva clássica da cultura juvenil como resistência, buscaremos esboçar alguns aspectos que configuram o desenvolvimento de grande parte dos grupos e movimentos juvenis, mais precisamente, deveremos percorrer os aspectos relacionados ao mundo pós-moderno e a extensão das ações da vida social para um mundo virtual.

No intuito de fortalecer a análise, deveremos ainda recorrer à noção de experiência social concebida por Dubet (1994; 1998) para reforçar os entendimentos iniciais de juventude enquanto uma categoria baseada nas experiências. Compreendendo que a noção colocada em voga pelo autor francês reflete em si a crise das perspectivas estruturalistas – fortemente utilizadas pelos estudos culturais ingleses – ou a ideia de que o comportamento humano estaria ligado ao condicionamento estrutural, é que procuramos firmar nossa opção por um caminho metodológico que busque entender a juventude a partir da observação de contextos sociais, das práticas e escolhas destes jovens, visando reconhecer a legitimidade das representações e culturas por eles elaboradas.

Ainda fazendo referência a obra de Dubet (1994; 1998) buscamos trazer à tona as considerações do autor sobre a *desinstitucionalização* do social e as novas formas de sociabilidade ocasionadas pela experiência pós-moderna, buscando construir um panorama breve sobre as relações que os grupos juvenis e suas expressões culturais estabelecem com as instituições “tradicionais”, levando em conta os processos e rupturas advindos com a globalização e a incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) às relações humanas (FEIXA e NILAN, 2009).

Neste sentido, na tentativa de expandir o debate do sujeito juvenil ao debate das culturas/movimentos juvenis, incorporamos a discussão de como os dispositivos de comunicação via internet têm possibilitado novas formas de sociabilidade, novas formas de trabalho, de associações juvenis em rede, e, sobretudo como o acesso a essas tecnologias de informação e comunicação tem possibilitado certo desdobramento da esfera pública, a criação de novos espaços de articulação, através dos quais os grupos podem afirmar seus valores e identidades, além de se articularem com outros grupos.

Por fim, é importante pontuar que a discussão fundamentada nestas dimensões deverá funcionar como alicerce para a compreensão do sujeito em estudo, a Rede Fora do Eixo. Ao propor o diálogo do conceito de juventude tomando por caminho metodológico o estudo da

experiência cotidiana, deveremos compor um repertório bem estruturado para discutir como a juventude que compõe o FdE constrói um novo modelo de cultura juvenil, compartilhando práticas e representações específicas que configuram tanto uma identidade/um modo de vida, quanto uma postura de resistência.

1.1. Sobre Birmingham, culturas juvenis, identidade e mídia

Não seria exagero dizer que os estudos culturais de juventude formulados pela escola de Birmingham nos anos 70 ainda possuem grande peso na formulação de conceitos contemporâneos sobre culturas juvenis, visto que, sua noção de subculturas, aplicada como sendo expressão de uma cultura de classe, retira o peso da “delinquência” e “rebeldia” como características exclusivas da juventude¹⁹. Firmados no entendimento de uma nova relação da juventude com o trabalho, o tempo livre, o lazer e consumo, esses estudos buscaram abordar a juventude inglesa da época como uma “nova geração”, potencialmente ligada a produção de estilos de vida e de subculturas em contraposição aos aspectos conflitantes da cultura paterna, reforçando assim um dos paradigmas norteadores dos atuais estudos (sub)culturais.

Para os pesquisadores da escola de Birmingham o que estava em voga na noção de subculturas era a preocupação em fortalecer uma crítica à hipótese de que o pós-guerra teria gerado uma juventude símbolo do consumo e do lazer descomprometido. O papel central desses estudos estava guiado pelo interesse em desconstruir estas “interpretações ideológicas” que compactuavam com uma ideia de uma juventude homogênea, corroborando para a exaltação apenas dos aspectos comercializáveis/mercadológicos das culturas juvenis, relegando a segundo plano a relação dessas culturas com formações culturais mais amplas da sociedade (FREIRE FILHO, 2007).

Desta maneira, a teoria subcultural “empreendia uma batalha ideológica contra a apropriação do espaço semiótico pelos códigos dominantes” (FREIRE FILHO, 2007, p. 42) – utilizando-se do conceito antropológico de bricolagem (LÈVI-STRAUSS, 1969), para ressaltar o alcance desse sistema de conexões, a teoria aponta para a maneira como as subculturas criam um novo discurso a partir da apropriação de signos já estabelecidos – ao considerar que a produção cultural e material de determinados grupos juvenis buscavam recontextualizar e reposicionar *mercadorias* ao subverter os seus usos convencionais e/ou criar outros, os estudiosos do CCCS buscavam retirar as subculturas do aspecto do consumo

¹⁹ Referimo-nos ao argumento de Phil Cohen sobre a necessidade de se dissociar as subculturas das patologias - as subculturas da delinquência, que serviu de alicerce conceitual para os pesquisadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) (BARROS, 2007).

alienado, reelaborando o significado do consumir ao atribuir a prática novos significados, tais como referência identitária e resistência, dando-lhes o peso da busca por uma autoimagem coletiva que fugisse da imagem fetichizada, ou, da imagem criadora de pânico morais ligadas a juventude, fornecida, principalmente, pela mídia de massa (BARROS, 2007).

Para os estudiosos de Birmingham, as subculturas juvenis estariam em uma relação com a cultura dominante situada em um quadro teórico de “opressão, conflito e luta”, contudo, nem todas as estratégias produzidas por esses grupos como soluções alternativas, seriam, de fato, contra-hegemônicas (FREIRE FILHO, p. 40, 2007). Para o CCCS só faria sentido falar em subculturas a partir de um modelo de estudo estrutural, (herdado, neste caso, da escola de Frankfurt) no qual o dominado resiste perante o dominante até ao momento em que é absorvido pela estrutura em que se insere. Essa absorção é então feita através da comercialização das culturas marginais, elegendo o mercado e a mídia de massa como reguladores das regras e dos ideais sociais propostos pela cultura dominante. Assim, uma cultura juvenil não poderia assumir sua característica oposicionista enquanto o destaque de sua produção estivesse voltado para as esferas do consumo e do lazer, apenas através da construção de metas políticas organizadas é que as culturas juvenis poderiam se sustentar sem serem engolidas pelo mercado e transformadas em culturas de massa (CLARKE, 1976 apud FREIRE FILHO, 2007).

De acordo com Freire Filho (2007), embora muitas dessas subculturas *resistissem*, conviviam em uma tensão constante entre as pressões comerciais do mercado e as investidas da mídia de massa que, ambivalentemente, destacavam o medo e o fascínio, o ultraje e o divertimento de determina subcultura, representando-as quase sempre desfiguradas, ou ainda, “mais ou menos exóticas do que realmente eram” (HEBDIGE, 1979, p. 92-97 apud FREIRE FILHO, 2007, p. 34-42).

Nesse sentido, ao passo que as subculturas juvenis atingiam seu apogeu, conquistando espaços na cultura e chamando a atenção das instituições de poder, viravam também referência de moda, de produtos e *comercias de refrigerantes*. O estilo de vida juvenil ganhava espaços e era engolido pelo lado que ele próprio combatia. Contudo, não se pode dizer que essa “aceitação passiva” era o fim das reivindicações iniciais, afinal de contas, levando em consideração algumas críticas construídas sobre os estudos subculturalistas, observamos a importância de ressaltar a “coexistência de resistência e dominação dentro das próprias culturas juvenis” (FREIRE FILHO, 2007, p. 44). Vez que, conforme Leblanc “a resistência não é pura, mas mediada entre questões conflitantes de acomodação e oposição à

ordem dominante – os resistentes, afinal, permanecem dentro do sistema social que eles contestam” (LEBLANC, 1999, s/p apud FREIRE FILHO, 2007, p. 44).

Para Freire Filho, bem como para os estudiosos que sucederam a escola de Birmingham, a fixação em proporcionar uma homologia entre os diferentes aspectos subculturais não atinava muitas vezes para as contradições e os conflitos internos dos movimentos juvenis postos em evidência no andamento destes estudos. O autor pontua que tanto os estudos subculturais quanto as revisões posteriores “tendem a negligenciar, por razões distintas, as tentativas do engajamento juvenil em atividades de compleição mais macropolítica, que complementam, desdobram ou ultrapassam a resistência simbólica ou a política do prazer do corpo” (FREIRE FILHO, 2007, p. 56). Para esses autores, a resistência também pode ser pensada num *micronível*, no nível da vida cotidiana, não como luta a uma cultura dominante, necessariamente, mas principalmente, uma tentativa de contraposição ao “eu”, “perder-se para encontrar-se” (MALBON, 1998, p. 280-281 apud FREIRE FILHO, 2007, p. 53).

Não se trata de reprisar qualquer ideia esquerdista, clássica de subversão, de um movimento passivo ou reativo contra o bloco do poder, mas propor uma noção de resistência plural diversa polimorfa, vinculadas a experiências (mesmo que temporárias) de empoderamento e reatualização significativa do self, de relativização de identidades e de recusa das formas normais ou convencionais de comunicação e relacionamentos sociais cotidianos (FREIRE FILHO, 2007, p.52).

Ao trazer a discussão de Birmingham para a atualidade, Freire Filho (2007) reflete, citando Abramo (1994) e Souza (1999), sobre como o movimento *punk* sobreviveu à comercialização de muitos dos seus *signos* pela indústria da moda através de atividades e práticas cotidianas, como, por exemplo, a organização de protestos e o posicionamento político favorável a grupos sociais oprimidos (FREIRE FILHO, 2007, p.59). Para o autor, as ações recentes do movimento punk, bem como de outras culturas juvenis, se colocam num cenário cada vez mais próximo ao que os estudiosos de Birmingham preconizavam nos anos 70, um cenário de oposição à cultura hegemônica dos pais.

Contudo, assevera que:

os novos grupos de afinidade juvenil parecem cientes, porém, dos riscos da (cada vez mais celebre) apropriação mercadológica do estilo e de que a apologia da autogratificação, da ironia e do cinismo não contradiz mais a ética e as estruturas do sistema capitalista, tendo sido absorvida pelo paradigma do branding pós-moderno; logo inclinam-se a favorecer a ação política direta, em detrimento das guerrilhas semiológicas do estilo. Conforme observa Clark (2003), as performances da anarquia simbólica e visual dos códigos de conduta, vestuário e consumo da cultura dominante

perderam terreno, próximo à virada do século, para a prática do anarquismo do olho nas das ruas... (FREIRE FILHO, 2007, p.60).

Assumindo as mudanças que aconteceram nas últimas décadas, tanto nas posturas adotadas pelos grupos juvenis, quanto no avanço das tecnologias de informação e comunicação, Freire Filho (2007), entre outros autores contemporâneos, admite que a relação entre a juventude e as referidas tecnologias propicia um novo ciclo produtivo, um processo de inestimáveis transformações na produção de signos e símbolos de determinadas culturas jovens, de apropriações e re-apropriações que superam, muitas vezes, a produção estética, voltando-se conscientemente para uma postura política mais condizente com o conceito desenvolvido outrora pelos estudiosos ingleses. Desta forma, o autor pontua que,

o conceito de subcultura, quando refinado teoricamente, permanece o mais apropriado para dar conta de outras formações culturais que exibem perfil mais coerente, coeso, estável, substancial [...] ainda que a sua gênese, ou o seu desenvolvimento não se ajustem à perfeição com o cerrado paradigma dos estudos Birmingham” (FREIRE FILHO, 2007, p. 70).

Para os autores que comungam desta perspectiva, o entendimento de cultura juvenil está associado ao lugar no qual o jovem “interpreta a sua posição social, dá um sentido ao conjunto das experiências que vivencia, faz escolhas, age na sua realidade” *sendo* “a forma como ele se constrói e é construído socialmente, como se representa como sujeito, fruto desses múltiplos processos” (DAYRELL, 2002, p. 121), estando às expressões culturais juvenis num campo privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais nos quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil, apontando para novas formas de socialização (DAYRELL, 2002, 2003, 2007).

Neste sentido, Feixa (2008) define como culturas juvenis a forma pela qual os jovens expressam suas experiências sociais no cotidiano, sendo estas construídas a partir de estilos de vida distintos, situados preferencialmente no tempo livre ou nos espaços intersticiais²⁰. Para o autor, as posturas e mecanismos simbólicos próprios de culturas e estilos de vida juvenis expressam um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais que os jovens consideram representativos de sua identidade individual e coletiva (FEIXA, 2008). E que, diante de um entendimento de juventude ligada a uma escala cronológica ampliada²¹, é

²⁰ Embora o Fora do Eixo possa ser considerado uma cultura juvenil, se estabelece para além do tempo livre. Eles adaptam a atividade do tempo livre dentro das esferas do trabalho, ou da reformulação por eles empreendidas nesse campo.

²¹ Por “juventude” nos referimos a uma ampla escala cronológica – jovens de ambos os sexos na faixa etária de 12-35. Essa faixa etária indica o quanto a categoria de idade “juventude” tem se ampliado, incluindo aqueles que são legalmente reconhecidos em algumas sociedades como crianças, e outros que são legalmente reconhecidos em outras sociedades como adultos. (FEIXA e NILAN, 2009, p.13)

pertinente a observação das práticas sociais e culturais nas trajetórias juvenis como fundamentais na construção de identidades sociais.

Concordando com Feixa (2008), Dayrell (2002; 2003) compreende que a vivência desses “estilos de vida” juvenis, ligadas à experiência social em grupo, se coloca como mediadora de um determinado modo de *ser jovem*, possibilitando a partilha de símbolos que afirmam e produzem uma identidade juvenil. Fincados, na maioria das vezes, na experiência cultural, os diversos estilos de vida juvenil possibilitam “a ampliação de circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual a juventude se introduz na esfera pública” (DAYRELL, 2003, p.51).

Utilizando-se da mesma perspectiva gramsciana de hegemonia que a escola de Birmingham, Feixa (2008) defende a visão clássica da cultura juvenil como resistência. Porém, se para os estudiosos de Birmingham, a noção de culturas juvenis estava diretamente associada à noção de culturas subalternas – consideradas como culturas dos setores dominados e caracterizadas por sua precária integração (ou oposição) a cultura hegemônica – Feixa (2008), reconhecendo as críticas formuladas sobre este aspecto da teoria subcultural, busca compreender as (sub)culturas juvenis como “micro-sociedades juvenis”, ou seja, como ambientes independentes propícios ao exercício da autonomia em relação às instituições formais, como espaços geradores não de uma *cultura inferior*, mas de uma outra cultura, de expressões culturais e sociais particulares, construídas em contraposição a uma “cultura hegemônica adulta” e seus processos econômicos, educativos, ideológicos e do trabalho nas sociedades ocidentais (FEIXA, 2008).

E pontua:

[...] as (sub)culturas oferecem aos jovens um lugar para a construção de uma identidade alternativa às posições adultocêntricas oferecidas pela escola, o trabalho e o status/classe. O significado e os valores internos dessas (sub)culturas se articulam com uma variedade de discursos – a socialização, a música, a moda (ou a ausência dela), subculturas juvenis anteriores e a militância política (FEIXA e NILAN, 2009, p.20)

Feixa (2008), porém, indica que apesar das culturas juvenis protagonizarem um sistema singular, elas continuam tendo sua compreensão relacionada às esferas da cultura hegemônica, visto que, a condição juvenil, ao contrário de outras condições sociais subalternas – como, por exemplo, campesinato, movimentos de mulheres, minorias étnicas – existe em um caráter transitório, marcado por experiências de integração com as instituições sociais do mundo adulto. Para o autor, estas relações seriam medidas a partir de três instâncias; 1) reflexão da distribuição do poder cultural (relação mediatizada por diversas

instâncias sociais, tais como escola, trabalho, órgãos de controle social); 2) relação com a cultura parental; 3) relação com a cultura geracional, ou a experiência do jovem com espaços institucionais estabelecidos (escola, trabalho, meios de comunicação), parentais (família), e espaços de ócio (festas, ruas) (FEIXA, 2008) (AMARAL, 2011).

De acordo com Feixa (2008), são nesses espaços que os jovens se encontram, se identificam e buscam construir comportamentos e valores distintos daqueles praticados no mundo dos adultos. Em suma, o autor acredita que é dentro dos espaços e das relações hegemonicamente instituídas que os jovens constroem uma identidade cultural, um estilo de vida que lhes é próprio. Porém, ao mesmo tempo, observa que “para a maioria dos jovens, as práticas culturais de grupo lidam ao mesmo tempo com impulsos de resistência/desafio e com impulsos de conformidade/legitimidade” (FEIXA e NILAN, p. 21, 2009). E nesse sentido, assevera que não só a vida dos jovens, mas os próprios movimentos juvenis da contemporaneidade estariam diretamente associados ao tipo de relação estabelecida com as estruturas de poder dominante, sejam os *punks*, os *clubbers*, os *skinheads* ou o próprio *Fora do Eixo*, todos eles só são possíveis pela relação de conformidade ou oposição a cultura hegemônica.

Não obstante disto, Pais (2003) observa que na relação entre culturas juvenis e culturas hegemônicas, há uma série de elementos de ordenamento social envolvidos, uma vez que seja levado em consideração que o conceito de socialização pode ser compreendido tanto por um aspecto macrossociológico – utilizado para analisar a sociedade pela transmissão de normas a um nível coletivo – quanto num aspecto microssociológico – utilizado para entender como os indivíduos, cotidianamente, reproduzem ou modificam essas normas, ou criam alternativamente outras. Para Pais, nas duas situações, a cultura pode ser entendida como um conjunto de significados compartilhados, um conjunto de símbolos específicos que simbolizam a pertença a um determinado grupo.

Para ambos os autores, neste movimento de construção de novas formas de sociabilidade produzidas pelas juventudes, se encontra um processo contínuo de *juvenilização* da sociedade. Ao passo que a juventude se apropria e ressignifica elementos da cultura paterna, opera mudanças na cultura hegemônica. Por outro lado, dentro deste mesmo processo de *juvenilização* é possível constatar o grande paradoxo da potência juvenil. Desde Birmingham até os autores mais contemporâneos a discussão sobre a juventude vem permeada pela afirmativa de que esta é um “*Jano de dois rostos*” (FEIXA, 2004, p. 257), ou

seja, as manifestações culturais da juventude convivem, o tempo todo, com a lucidez legítima de novas perspectivas e o fantasma da comercialização.

O processo de juvenilização da sociedade, quando retira os estilos de vida juvenil de sua dimensão contracultural, torna a juventude uma categoria homogênea, cooptando as manifestações juvenis em pró da comercialização da promessa de uma juventude eterna. Ao eleger a imagem da juventude como um ícone de beleza, vitalidade e liberdade, a *sociedade de consumo* incorpora os estilos de vida juvenis como parte de uma moda que transcende as questões etárias; todos querem partilhar *do bom aspecto físico*, da fase das *grandes oportunidades*, deixando de lado todas as demais questões – comercialmente desinteressantes – que geraram boa parte das manifestações culturais desses estilos de vida juvenis (PERALVA, 1997; KEHL, 2004).

Diretamente ligado ao sucesso do mercado, está à mídia massiva e sua transcrição subjetiva das formas de ser jovem enquanto um modelo cultural. De acordo com Freire Filho,

[...] o assédio desestabilizador da mídia de massa – seja mediante a incorporação que trivializava e neutralizava determinados comportamentos como ‘típico dos jovens’, seja por meio da estigmatização e da criação de pânico morais – implicava uma mutação genética radical das subculturas originais: de estilo de vida classista genuíno e orgânico, viravam puro estilo de consumo geracional. Uma vez removidos do seu contexto privado, a produção de signos desses grupos se tornava compreensíveis, convertendo-se em propriedade pública e mercadoria lucrativa (FREIRE FILHO, 2007, p. 41-42).

Ou seja, a repercussão da mídia de massa sobre as imagens juvenis – que nos anos 70 era reproduzida por uma televisão que pregava o consumo alienado, e pelo um cinema que impunha a imagem do jovem como desviante – dava visibilidade as subculturas selecionando destes fenômenos apenas aquilo que era *comercialmente* conveniente. Para os estudiosos de Birmingham o grande interesse teórico consistia, justamente, em perceber como a juventude se posicionava diante dessa apropriação indevida, quais as resistências simbólicas estariam em voga diante das produções da grande mídia. Para os subculturalistas do CCCS, além da aceitação passiva de estilos de vida mercantilizados repercutidos pela mídia, haveria os articuladores subversivos desses símbolos, que munidos de criatividade tomariam de volta o “ímpeto contestador inicial” dessas produções simbólicas (FREIRE FILHO, 2007, p.42).

De acordo com Silverstone (1999): “Consumimos a mídia. Consumimos pela mídia. Aprendemos como e o que consumir pela mídia. Somos persuadidos a consumir pela mídia. A mídia, não é exagero dizer, nos consome” (Idem, p. 150). Para o autor, é importante considerar que no mundo contemporâneo a mídia continua tendo grande peso no consumo

cultural e na produção de estilos de vida, contudo, analisando o consumo por um viés positivo, salienta que as formas pelas quais os indivíduos consomem também encerram um ato de criatividade simbólica, uma vez que, “o consumo é uma maneira de mediar e moderar os horrores da padronização” (Idem).

No contexto das culturas juvenis, apesar da grande mídia continuar a mediar o consumo e as produções culturais da juventude, outro aspecto tem chamado inegavelmente a atenção dos estudiosos, o poder que as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) possuem na produção de signos, culturas e estilos de vida juvenis. Nunca antes na história o *estar em contato* foi tão eficiente, prático e barato como nos dias de hoje. As facilidades trazidas com as transições midiáticas trouxeram grandes impactos para as diversas esferas da vida cotidiana, principalmente no que se refere às disputas culturais, visto que, tal como reflete Castells (2003), as novas mídias reposicionam produtores e consumidores, estando os movimentos contemporâneos “essencialmente mobilizados em torno de valores culturais” (CASTELLS, 2003, p. 117).

As culturas juvenis do século XXI, construídas dentro de um mundo pós-moderno no qual os recursos tecnológicos têm funcionado, cada vez mais, como extensões do próprio corpo (MCLUHAN, 1974), absorvem a tecnologia e a cultura do digital como grandes aliados, como elementos fundamentais à resistência frente aos mecanismos hegemônicos. Ainda que a mídia de massa contribua para propagação da comercialização dos modelos culturais juvenis, as mídias alternativas, ou, as novas mídias, propiciam a produção de novos signos de resistência da própria juventude. Assim, ao passo que os meios de comunicação massivos configuram representações sobre a juventude gerando identificações e pautando comportamentos, a juventude contemporânea agencia sua relação com essas mídias, dominando os novos dispositivos e potencializando um novo tipo de resistência simbólica (FREIRE FILHO, 2007).

Posto isto, observamos não só uma mudança na relação da mídia/juventude, mas observamos aí uma extensão teórica que confronta e complementa, simultaneamente, os estudos de Birmingham. Nesse sentido, seguindo pelo raciocínio contemporâneo – sem esquecer a heranças das discussões subculturalistas – podemos perceber que o processo de *socialização*, no qual a juventude produz e é produzida pela sociedade, ganha também novos contornos. Ao refletir como um espelho os problemas cruciais dos sistemas complexos (MELUCCI, 2001), as juventudes desenvolvem também experiências próprias, que podem conduzir à novas formas de sociabilidade. De acordo com Feixa e Nilan (2009), a pós-

modernidade e sua íntima relação com as tecnologias da informação permite que a partilha de símbolos seja potencializada, atravessando barreiras de tempo e espaço, potencializando a formação de circuitos e redes de trocas em nível global.

Para os referidos autores, o acelerado processo de globalização em que vivemos atinge de maneira irreversível a produção simbólica das culturas juvenis, cada vez mais “híbridas e plurais”, cada vez mais conectadas, possibilitando novas formas de experimentação e transformação. Assim, apesar das grandes diferenças contextuais que afastam os estudos contemporâneos da teoria subcultural é necessário reforçar que ainda que de diferentes níveis, e de diferentes formas, as culturas juvenis continuam a ser entendidas enquanto resistência²². Nos tópicos a seguir pretendemos discutir sobre a experiência juvenil em tempos de globalização, e aprofundar o debate iniciado sobre como as ferramentas das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) convergem e corroboram na promoção de iniciativas reais de contestação.

1.2. Experiência, sociabilidade, globalização e pós-modernidade

Diante destas observações preliminares sobre juventude e cultura, buscaremos ampliar nosso campo analítico tendo em vista a importância da experiência na conceituação da perspectiva de identidade e culturas juvenis postas em questão neste trabalho. Buscando alinhar o ponto de vista dos autores acima citados às noções de experiência social e de lógicas de ação de Dubet (1994), pontuaremos as relações que os grupos juvenis e suas expressões culturais estabelecem com as instituições *tradicionais* dentro de um contexto de globalização e pós-modernidade.

Levando em consideração que os processos de socialização são uma das dimensões cruciais para o entendimento das culturas juvenis (PAIS, 2003), deveremos observar como as formas de sociabilidade se determinam dentro de um jogo de identificações entre o indivíduo e o social em uma sociedade pós-moderna. Fazendo uso do conceito para perceber como as redefinições sociais, e as novas formas de interação entre os atores influenciam e determinam tanto experiências quanto lógicas de ação. Neste sentido, buscaremos compreender como o pensamento de Dubet (1994) pode ser utilizado na reflexão sobre os processos de sociabilidade referentes aos movimentos juvenis contemporâneos, visto que a noção do autor ressalta como os processos de sociabilidade instituídos ao longo das últimas décadas,

²² No sentido de Freire Filho (2007), um conceito camaleônico.

configuram novas formas de experiência, possibilitando aberturas dentro das instituições vigentes, ao mesmo tempo, em que favorecem a emergência de novas culturas juvenis.

Fundamentada na observação das limitações encontradas dentro da sociologia clássica em relação ao entendimento dos processos socializadores contemporâneos, a noção de experiência social de Dubet (1994) coloca a perspectiva clássica na berlinda ao questionar os princípios por ela adotados para compreender e explicar a socialização²³. Ao atentar para o fato de que, a contemporaneidade possibilita o surgimento de novas instâncias sociais que propiciam a formação dos indivíduos através de representações e subjetividades próprias deste tempo, Dubet aponta para a necessidade de superação dos limites da sociologia clássica, admitindo que “a figura clássica de um indivíduo constituído por um todo social homogêneo não parece mais aceitável” (DUBET, 1994, p.74).

Ao refletir sobre novas formas de sociabilidade, Dubet (1994), buscando definir *experiência* como um objeto sociológico, dirá que:

A sociologia da experiência social visa definir a experiência como uma combinatória de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade (DUBET, 1994, p. 105).

Nesse sentido, ao apontar para uma sociedade caracterizada por um contexto de grande diversidade cultural, onde os indivíduos não podem mais ser descritos dentro de modelos pré-estabelecidos, ou atuar dentro de uma lógica única e determinada, Dubet considera que na sociedade pós-moderna o ator e o sistema se separam (DUBET, 1994). E que, diante disto, as instituições formais/tradicionais (família, escola, partidos político, entre outros) que durante um longo período de tempo foram responsáveis pela passagem de normas e condutas morais fundamentais à manutenção e o funcionamento da sociedade, tendem a não mais enquadrar as novas demandas sociais.

Para o autor, assim como os sujeitos, as instituições não podem mais ser redutíveis a modelos únicos, visto que na contemporaneidade os atores sociais são cada vez mais atuantes e construtores de si mesmos nos campos da cultura (DUBET, 1994). Apontando para esse distanciamento entre ator e sistema – na qual o ator não é mais exclusivamente socializado a partir das definições das instituições, tampouco sua identidade é construída nos marcos das

²³ Na visão da sociologia clássica, os processos de socialização estariam situados no campo da reprodução social, do rígido controle da assimilação de normas pelas instituições e da interiorização social de maneira objetiva (WAUTIER, 2003, p.178).

categorias do sistema – Dubet afirma que os indivíduos se constituem socialmente nas experiências sociais. Contudo, alerta para o fato de que a experiência social não é algo sem relação com o sistema social, uma vez que o ator constrói experiências que lhe pertencem a partir de lógicas de ação que não lhe pertencem, ou seja, a experiência social acaba por constituir-se numa combinação subjetiva de elementos objetivos (DUBET, 1994; WAUTIER, 2003).

Desta forma, Dubet concebe a noção de *experiência social* como um modelo estratégico na análise dos grupos ou indivíduos sociais, imbuídos no contexto heterogêneo da sociedade contemporânea, e por essa razão, acredita que, quando interpretamos as práticas sociais a partir das experiências dos indivíduos, fazemos a análise tendo a ação como perspectiva de compreensão do social. Assim, uma vez posta como uma categoria relevante, a ação do ator passa não só a ser uma via importante na compreensão da sociedade, como infere que a elaboração da própria sociedade se dá na construção das experiências sociais dos atores (DUBET, 1994).

Deste modo, ao passo que acredita que o “movimento da modernidade” se constitui na *obrigação* que os indivíduos atualmente têm em “serem livres para construir os sentidos de suas experiências” (Idem, 1998, p.32), Dubet observa que o espaço social influencia na produção dos modos de ser e viver do sujeito, nas suas produções de si e na forma de relacionar-se com os diferentes sistemas que encontra a sua disposição. Para o autor, neste momento em que o indivíduo se desprende do poder coercitivo das estruturas, precisa construir sentidos para suas condutas individuais ou coletivas meio a um contexto de heterogeneidade (DUBET, 1998).

Caminhando na mesma direção, Stuart Hall (1993; 2001) em suas reflexões sobre a concepção da identidade no mundo contemporâneo, reconhece o peso da heterogeneidade e diversidade como essenciais pra conceber um conceito pós-moderno de identidade, “que vive com e através da diferença, e não apesar dela” (HALL, 1993, p. 401-2). Para Hall (2001), na contemporaneidade a identidade estaria apresentada como uma “celebração móvel”; formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os sujeitos são representados nos sistemas culturais que os rodeiam. De acordo com o autor, o momento implica pensar a identidade sob uma perspectiva ligada ao contexto cultural e experiências de vida²⁴, uma vez

²⁴ Podemos verificar que o debate sobre identidade se faz presente em diversos estudos contemporâneos, sobretudo no que diz respeito ao contexto de *heterogeneidade e fluidez* com que os indivíduos podem modelar sua identidade. Bauman (2005), Giddens (1991; 1999), Hall (1993; 2001), Bennet (2000), Dubet (1994; 1998) são apenas alguns dos autores que se dedicam a pensar as problemáticas que envolvem o conceito de identidade

que, o impacto das transformações nos setores da cultura relacionada aos fenômenos de massa, os processos globais de produção e difusão de mercadorias de caráter simbólico e a revolução tecnológica, inserem a cultura como elemento central na constituição da própria identidade do sujeito, e de sua formação como ator social (HALL, 1997).

Ancorados nesta posição, Feixa e Nilan (2009), ao contextualizarem o caráter global dos novos processos de socialização e o impacto disto sobre as culturas juvenis, observam como o debate sobre identidade se amplia diante de um mundo cada vez mais *plural*. Para os autores os processos de *hibridização cultural* estariam ligados à expressão da “criatividade cultural a partir de muitas fontes, a realização de algo novo a partir de materiais pré-existentes” (FEIXA; NILAN, 2009, p.14), concebendo a hibridização tanto como um processo de interação entre os opostos – local/global; hegemônico/subalterno; centro/periferia – quanto um processo de “transações culturais que põe em evidência de que modo as culturas globais são assimiladas localmente [...] *supondo*, no mínimo, um uso ‘emancipador’ da cultura, oposto à globalização das relações de poder” (Idem).

Coligando a noção de experiência social de Dubet (1994; 1998) e as observações de Hall (2001) sobre cultura e identidade, Feixa e Nilan (2009) buscam aprofundar uma dimensão das culturas juvenis enquanto experiências sociais, situando o debate sobre identidade juvenil na compreensão dos mecanismos que tornam as experiências dos jovens, no âmbito da cultura, vivências significativas à construção de suas identidades pessoais e coletivas, atentando, contudo, para o fato de que:

a contínua expansão da juventude como conceito (o fim dos grupos de idade delimitados, o fim dos ritos de passagem), juntamente com a desapareição dos jovens como sujeitos (o fim de um modelo linear de ‘trabalho’, o fim da corporeidade dos jovens – qualquer rico pode ser ‘jovem’) produzem “culturas (juvenis) fragmentadas, híbridas e transculturais”(Canevacci, 2000, p. 29).(FEIXA e NILAN, 2009, p. 17).

Embora critiquem a perspectiva de uma condição juvenil como “condição de massa, não mais ligada à idade biológica” (MELLUCI, 2002, p.101) e questionem se as culturas juvenis estão ocorrendo sem a presença dos jovens, os autores buscam, ao longo do debate, compreender como as identidades juvenis se reconfiguram diante das sociabilidades contemporâneas, refletindo principalmente sobre como as culturas juvenis locais sobrevivem ao peso das referências globais.

Ao refletirem sobre as três dimensões das transformações do mundo moderno – apontadas por Giddens (1991) como a ressignificação do tempo/espaço, o desencaixe e a reflexividade – os autores observam como estas características se incorporam as expressões juvenis – que, para eles, estão cada vez mais distantes dos modelos lineares de transição. Concordando com Peralva (1997), Feixa e Nilan (2009) reconhecem que diante da sociedade contemporânea, caracterizada principalmente pela velocidade da informação e por uma constante inovação, a juventude representa uma melhor adaptação ao que é novo. Ou seja, enquanto os adultos ainda vivem sob o impacto de um modelo social que vai se decompondo, a juventude contribui na construção de novas sociabilidades (PERALVA, 1997).

Admitindo que na sociedade pós-moderna o uso de recursos tecnológicos tem propiciado novas formas de interação, a abertura de fontes amplas de informação, bem como a mediação de novas sociabilidades, Feixa e Nilan (2009) apontam para o fato de que a juventude desta geração estaria comprometida – em maior, ou em menor grau – com uma *sociedade em rede*, definida por Castells (2000) como uma sociedade:

Caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real e construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes (CASTELLS, 2000, p.17).

Neste sentido, o envolvimento da juventude contemporânea com a cultura das redes, estaria revelando um processo novo de construção da identidade juvenil. Para os autores, através da utilização dos recursos interativos da internet e dos meios de comunicação, as culturas juvenis estariam tendo acesso a inspirações globais ao mesmo tempo em que estariam encontrando espaço para difusão de produções locais. E, por isso mesmo, de acordo com Feixa (2006), os processos de transição para a idade adulta, independentemente da posição ocupada pelos grupos juvenis no globo, não obedeceriam mais a sequência: estudos, mercado de trabalho, sair de casa, casamento e filhos.

Para o autor, os recursos tecnológicos incorporados à vida moderna possibilitam a dilatação da juventude, do envolvimento dos jovens com movimentos culturais, o desencaixe de uma sequência linear de trajetória de vida, bem como a incorporação seletiva dos padrões globais dentro do local. Tanto para Feixa (2006; 2009), quanto para Nilan (2009), a contemporaneidade e a sociedade em rede, permitem a existência de uma juventude global

que age localmente em direção “a formas grupais de autoinvenção de estilos de vida e práticas de consumo, usando os materiais culturais e linguísticos disponíveis” (FEIXA e NILAN, 2009, p.17).

Ainda que pareça um tanto repetitivo, é importante reforçar que esta reflexão a cerca da extensão do período da juventude, bem como esta ruptura com a linearidade do processo de transição para a vida adulta, nos remete ao fato de que pensar em juventude e culturas juvenis hoje, é pensar em novos processos de socialização, e principalmente, retomando Dubet (1994), ao processo de *desinstitucionalização*. Como dito antes, a socialização não pode mais ser entendida como uma aprendizagem direta de papéis sociais impostas pelas instituições socializadoras, o sujeito pós-moderno, confrontado por uma vasta diversidade de perspectivas, constrói a si mesmo ancorado em suas próprias experiências, em um processo no qual os muros institucionais parecem não mais existirem: “o fora invade o dentro e no fora também encontramos o dentro, num jogo de variações de intencionalidades, de hibridismos, de artificialidade” (PAIS, 2001, p.405). Havendo, desse modo, a possibilidade de construção, por parte da juventude, de suas próprias “instituições”, ou melhor, de seus grupos *desinstitucionalizadores* (ABAD, 2002, p.131).

Neste sentido, não é só o período da juventude se alarga, mas a participação dos jovens em culturas e movimentos sociais de juventude também se estende. Talvez, como uma forma de suprir as lacunas abertas pelas próprias transformações advindas com a pós-modernidade – tendo em vista, por exemplo, a remodelação nas formas de trabalho, a fluidez do emprego, as dificuldades de ingressar no mercado e/ou a instabilidade de manutenção de uma carreira profissional (ALMEIDA, 2011) –, mas principalmente, como uma forma de resistir às formalidades impostas pelas trajetórias de vida estabelecidas como “habituais” (PAIS, 2003).

Ao refletir sobre isto, Carmem Lecarddi (2005) afirma que o processo de desinstitucionalização do curso da vida obriga a juventude a engajar-se em outras atividades em busca de uma nova perspectiva de futuro. Para a autora:

[...] quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a ideia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio fundamento subtraído. Além disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação (LECCARDI, 2005, p. 36).

Ou seja, ao passo que a modernidade perpetua a concepção do tempo como linear, ligando ação e futuro, a juventude encontra o impasse: investir na satisfação do tempo presente ou, na espera/no arriscar em um futuro indeterminado. Apontando para essa encruzilhada, Leccardi (2005) afirma que o significado contemporâneo de futuro interfere diretamente nos projetos de vida e nas biografias juvenis, uma vez que, as fragilidades das condições de vida e do risco correspondente ao futuro impulsionam o engajamento dos jovens em projetos coletivos que assumem o caráter de um “presente estendido”, ou ainda, uma reação ao “tempo curto” disponibilizado pela “sociedade da aceleração” (LECCARDI, 2005).

Neste sentido, Feixa e Nilan (2009) observam a participação da juventude em culturas juvenis como um *engajamento reflexivo*, no qual as relações locais adaptam o modelo global em que se baseiam inicialmente, podendo o reconhecimento das limitações e a incerteza sobre o futuro, reposicionar a juventude enquanto sujeito social, retirando o caráter do desvio e enaltecendo o da participação na esfera pública e nos assuntos de ordem política. Para os autores, em conformidade com a noção de experiência de Dubet (1994) e de socialização de Pais (2003), a juventude constrói expressões próprias a partir da relação com outras culturas.

Porém, é interessante ressaltar que a produção destas expressões não é “meramente uma manifestação estilizada” (AMARAL, 2011, p.113), é parte do processo de socialização destes sujeitos, sendo as culturas juvenis reconhecidas enquanto experiências sociais, uma vez que “constituem um campo privilegiado de práticas e representações no qual os jovens buscam demarcar identidades juvenis” (Idem), forjando assim, movimentos de resistência às diversas instâncias de poder da sociedade pós-moderna.

Ao observar alguns movimentos de juventude advindos de culturas juvenis locais, Fornäs (1995) pontua que:

alguns experimentos têm contribuído para importantes transformações mentais e ideológicas na sociedade, com efeitos amplos, porém difusos, que vão muito além das pessoas diretamente envolvidas nelas. Suas contestações de estilos de vida “normais” inventaram novas formas possíveis de identidade, num processo que não compete com sindicatos ou partidos políticos, visto que elas ocorrem em um campo bem distinto, mas que afetam fortemente os potenciais emancipatórios de futuros movimentos sociais (FORNÄS, 1995, p.108 apud FREIRE FILHO, 2007, P.54-55).

Assim, tal quais os autores acima, tentarei, ao longo deste trabalho, compreender as culturas juvenis e movimentos sociais de juventude enquanto agências de experimentação de novas sociabilidades (portanto, *desinstitucionalizadoras*), levando em consideração a experiência (*o experimento*) da Rede Fora do Eixo (FdE), tentarei observar, como este recorte da juventude contemporânea tem se estabelecido diante das rupturas pós-modernas, como se

expressa, produz, se apropria e ressignifica os elementos das culturas paternas, e principalmente, como se identifica e se posiciona em relação às estruturas de poder dominantes. Entretanto, antes de observarmos como os conceitos aqui debatidos refletem nos processos de socialização (internos e externos) e formação de identidade dos integrantes do FdE, buscarei contextualizar como os atuais estudos culturais de juventude vem pautando a difusão mundial da internet, seu peso sobre as práticas socializadoras juvenis, e a influência da organização *em rede* sobre a construção de novas identidades de juventude.

1.3. Internet e a cultura das redes: juventude, esfera pública e outros movimentos

Tendo em vista que o processo de expansão e popularização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) tem sido recentemente apontado pela academia como um marco em diversas áreas da vida social contemporânea – inclusive, no que diz respeito à construção de ações e mobilizações que visam à ampliação da esfera pública e a maior participação em questionamentos de ordem política – é que propomos, para este tópico, uma reflexão sobre como se estabelece essa relação de interdependência entre os indivíduos e os meios tecnológicos, buscando compreender como essa ampliação do uso de tecnologias infere nas lógicas de produção das culturas juvenis, possibilitando a organização e o desenvolvimento de movimentos em rede.

Apesar de se apresentar como um fenômeno recente, não é de hoje que os processos da comunicação e seus dispositivos ganham destaque nos estudos de inúmeras correntes teóricas, desde antes da Escola de Frankfurt, e seu pragmatismo em relação aos meios de comunicação que se estabeleciam no início do século XX, é sabido que as relações humanas alicerçam-se efetivamente num processo de trocas de signos e símbolos, de mensagens que podem, ou não, gerar cumplicidade, identificação, ou, até mesmo, conflitos. É através da comunicação, das interações dos sujeitos a partir da linguagem, que os indivíduos se organizam socialmente, constroem suas experiências e seus processos de sociabilidade, se inserem e se apropriam da cultura (HABERMAS, 2003).

Na contemporaneidade, contudo, as relações próprias do processo comunicacional ganham novos aliados, que além de quebrarem as já discutidas barreiras de tempo e espaço, abrem novos precedentes no que diz respeito à produção de conteúdos, à agilidade da circulação de informações e à facilidade de propagação das mais diversas expressões culturais, abrindo assim, um prisma heterogêneo, capaz de aproximar realidades distintas.

Diante deste panorama, é inegável que a implementação das tecnologias de comunicação e informação na vida cotidiana tem alterando as práticas de sociabilização e modificado radicalmente os modelos de consumo cultural. A internet e os dispositivos móveis, cada vez mais pessoais e personalizáveis, tem possibilitado a construção de novos espaços de interação, no qual a partilha de elementos se alicerça nos pilares da velocidade, simplicidade e pluralidade. Estamos numa Era na qual a globalização avança sobre os domínios da cultura, o que leva a estudos cada vez mais aprofundados sobre a elasticidade das questões temporais, sociais, políticas e econômicas quando se estuda os movimentos contemporâneos. Análises que não podem se restringir a metodologias e teorias pré-estabelecidas, mas deve-se pautar, sobretudo, na mudança de perspectiva vivenciada pelo papel dos meios de comunicação e informação na criação, difusão e apropriação da cultura (DOMINGOS, 2011).

Desta forma, pretendemos aqui nos valer de alguns aspectos dos estudos pós-subculturalistas, principalmente no que diz respeito a percepção de um “terreno social cambiante do novo milênio”, no qual as novas tecnologias fomentam as rearticulações entre fluxos globais e subcorrentes locais, propiciando a produção de novas e híbridas constelações culturais (FREIRE FILHO, 2007, p. 37). O que não significa, contudo, que abandonemos a percepção subcultural de resistência, mas, tal qual Freire Filho (2007), deveremos buscar refletir sobre a reinvenção do conceito dentro da atual conjuntura.

Nesse sentido, justificamos nossas escolhas por uma chave teórica que contemple os estudos recentes, mais entusiasmados e favoráveis as apropriações midiáticas, do que aqueles que observam a apropriação das mídias com certa negatividade. Porém, é pertinente reconhecer a importância da teoria crítica, associada principalmente aos estudos de Adorno e Horkheimer, como um marco nos estudos culturais ligados à proliferação dos meios de comunicação. Afinal de contas, é a partir destas reflexões acerca da mídia como “instrumento de reprodução das relações dominantes” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947), que buscamos analisar os sentidos atribuídos as relações hoje estabelecidas entre os indivíduos e as novas TICs, tendo em vista que o momento contemporâneo possibilita a apropriação midiática sem que, necessariamente, os usuários sejam comparados aos receptores passivos, submetidos à homogeneização cultural, manipulação e alienação descritos em *A Dialética do Esclarecimento*.

Sobre estes aspectos, Thornton (1995) observa que as mídias funcionam cada vez mais como mediadores culturais, e não como mediadores da autenticidade de uma cultura. Para a

autora, já não existe cultura que não seja influenciada pela mídia, visto que é através destes dispositivos que são fornecidos grande parte dos recursos visuais e ideológicos no qual se fundamentam as diversas expressões culturais. Além do mais, a autora (1995) argumenta que é através da mídia que as identidades (sub)culturais são reconhecidas e legitimadas – ainda que, em alguns casos, de forma distorcida/hostil.

Neste contexto, Thornton (1995) acredita que as culturas juvenis se expressam como frutos da dinâmica e do envolvimento dos jovens com os dispositivos midiáticos. Contrapondo a ideia postulada pela escola de Birmingham de que a mídia retiraria a autenticidade das subculturas, a autora compreende que os meios de comunicação conferem relevância política e social as demandas atribuídas por esses grupos, não sendo as representações midiáticas das culturas juvenis (na maioria das vezes, negativa) um veredito, mas sim uma confirmação da essência de resistência destas culturas (THORNTON, 1995).

Na realidade contemporânea não podemos negar a efetiva participação das mídias nas relações cotidianas. Sejam elas representadas pelos os formatos massificados (rádio/televisão/jornais), ou pelos formatos cada vez mais personalizados (internet/redes sociais/aplicativos online), as mídias são recursos que definitivamente influenciam e são influenciados pelos indivíduos. Principalmente no que se refere aos mais recentes dispositivos, que se consolidam enquanto agentes dotados de potencial criativo e produtivo, cada vez mais ligados à pluralidade cultural do que a homogeneização da cultura. Nesse sentido, é importante compreender que, diferentemente do previsto pela escola de Frankfurt, e consequentemente, pelos estudiosos do CCCS de Birmingham, a mídia assume na contemporaneidade um papel impensável em outras épocas, assume uma característica instrumental/estrutural no protagonismo criativo dos atores sociais, que hoje, diferentemente de outrem, possuem criatividade individual e escolhas, como processos independentes (DOMINGOS, 2011).

Martín-Barbero (2004), refletindo sobre a inserção da informática na sociedade e seu impacto na reestruturação da vida cotidiana, afirma que “o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, condensar-se e converter-se em estrutural” (p. 228). Para o autor, essas mudanças estruturais estão presentes em todas as esferas do dia-a-dia – desde as ações mais corriqueiras, até as práticas que envolvem trabalho e lazer – sendo a cultura contemporânea ressignificada a mesma velocidade que as tecnologias da informação e comunicação evoluem (MARTÍN-BARBERO, 2004).

Compactuando com este pensamento, Lemos (2004) acredita que a evolução dos meios tecnológicos, juntamente com o desenvolvimento da internet, configura a relação homem/máquina em uma nova maneira de pensar a cultura: a Cibercultura. Para o autor, essa nova configuração cultural delibera o aparecimento de novas formas de sociabilização e novas formas de apropriação da cultura, caracterizada pela abertura de espaços “democráticos” de troca e compartilhamento de saberes, abertos a escolhas e a participação.

A cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Vivemos já a cibercultura. Ela não é o futuro que vai chegar, mas o nosso presente (homebanking, cartões inteligentes, celulares, palms, pages, voto eletrônico, imposto de renda via rede, entre outros). Trata-se assim de escapar, seja de um determinismo técnico, seja de um determinismo social. A cibercultura representa a cultura contemporânea sendo consequência direta da evolução da cultura técnica moderna (LEMONS e CUNHA, 2003, p. 11).

Tanto para Martín-Barbero (2004), quanto para Lemos (2003; 2004), a sociedade contemporânea apresenta uma nova configuração cultural, voltada, principalmente, a articulações de identidades baseadas na racionalidade tecnológica como propulsor de uma nova concepção de sociedade. Para os autores, este panorama sugere uma emergência no entendimento, por parte das organizações sociais, de que esses novos processos culturais, tecnológicos e midiáticos proporcionam intensas mutações na comunicação, “não somente no que diz respeito aos seus meios de produção e difusão da informação, mas à potencialidade de organização, articulação e mobilização de determinado movimento” (GOMES, 2012, p. 53).

Valendo-se deste pressuposto, Castells (2000; 2006; 2013) reconhece que a internet, ao criar novos espaços de interação e novas possibilidades de produção e recepção de informação, cria também um novo contexto de compartilhamento, cria *redes* intercomunicacionais nas quais “a informação é poder e a comunicação contrapoder” (Castells, 2006, p.231). Para o autor, a cultura das redes é dotada da capacidade de mudar o fluxo da informação, visto que, dentro desta lógica, indivíduos e organizações interagem junto a uma cadeia *não-hierárquica* e autônoma de comunicação, “que realça substancialmente a autonomia da sociedade com respeito aos poderes estabelecidos” (Idem).

E observa que:

Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar (CASTELLS, 2000, p.114).

Neste sentido, a cultura das redes instaurada pela cibercultura seria responsável por retirar do processo de globalização da cultura seu caráter *negativo*, apontando para dimensões mais democráticas, ao possibilitar que qualquer pessoa torne-se produtor de informação e interaja com muitas outras além dos limites locais. Tomando assim, as rédeas de um processo de enriquecimento cultural, responsável tanto por nutrir a *inteligência coletiva*, quanto por criar e reforçar laços sociais locais (LE MOS, 2004). Laços esses, indispensáveis na construção de projetos colaborativos, que estariam, a todo o momento, cruzando o limiar da individualidade para a coletividade, gerando, desta maneira, novas formas de organização e difusão de informação, antes impossibilitadas pelo domínio dos grandes conglomerados de comunicação. Contudo, apesar da cibercultura possibilitar a formação de *consumidores* ativos, devido ao poder de escolha que tem de decidir o que quer ver e ouvir, não podemos deixar de problematizar que esta abertura de possibilidades nem sempre elimina a desigualdade de poderes, que permanece ampliada no contexto global.

Castells (2000), resgatando a concepção da “ágora pública”, afirma que a internet é mais que um instrumento útil, é infraestrutura, é o ambiente que possibilita o desenvolvimento da cibercultura, sendo o espaço de partilha no qual as pessoas se põe “em contato, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças” (CASTELLS, 2000, p.136). Desta forma, o autor acredita que a internet é, além de elemento indispensável para o desenvolvimento dos movimentos sociais na Era da Informação, uma extensão da esfera pública.

Em um sentido habermasiano, a esfera pública é, fundamentalmente, um espaço de *liberdade* e de *continuidade* (HABERMAS, 2003), “um espaço no qual os indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada” (SANTOS, 2002, p. 52), ou ainda, um “espaço onde a sociedade torna visível tudo aquilo que é comum” (SODRÉ, 2002, apud GOMES, 2012, p.38). Nestes termos, compreendemos que as novas TICs e suas plataformas midiáticas, ao projetarem um espaço público no virtual, têm ajudado a evidenciar problemas políticos e sociais que anteriormente não tinham espaço para o debate. Para Castells (2000), o *ciberespaço* tem sido o lugar no qual a *sociedade civil* contemporânea tem continuado a disputa por um novo projeto de sociedade, caracterizado pelo amplo acesso à comunicação, troca de informações, experiências, e, principalmente, uma nova perspectiva de democracia²⁵.

²⁵ Para os referidos autores, falar em democracia no contexto da cibercultura é falar em uma perspectiva da teoria participativo-democrática, sustentada na ideia de igualdade como condição humana em sociedade e na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões. Ela compreende que os

Partindo da premissa de que a democracia inclui simultaneamente a ideia de liberdade e igualdade dos cidadãos perante a lei e a efetiva participação popular (direta ou indiretamente) nas decisões do governo, e que, no contexto das sociedades contemporâneas, a informação é essencial para democracia, Martín-Barbero (2006) afirma que a tensão existente hoje entre nossa identidade como indivíduos e como cidadãos transforma a democracia em palco da emancipação social e política, sendo os meios de comunicação elementos fundamentais para a formação da opinião dos indivíduos e para a construção da prática cidadã (GOMES, 2012).

Ancorado neste mesmo ponto de vista, Lévy (2003) postula que a internet tem propiciado transformações que consagram um princípio de uma sociedade civil planetária, formulada a partir das afinidades de interesses, de conhecimentos, de projetos de cooperação e troca, independente de proximidades geográficas ou vínculos institucionais, se constituindo como “o fundamento social do ciberespaço e a chave da ciberdemocracia” (LÉVY, 2003, p. 67). De acordo com o autor, os fóruns e comunidades da internet seriam uma maneira organizada de dialogar, de proporcionar o intercâmbio e compartilhamento voluntário de experiências sob condições igualitárias de participação e livre acesso, colocando a democracia em um estágio superior aos já vivenciados em outros estágios evolutivos da sociedade. Ou seja, na visão de Lévy, é no campo da comunicação dialógica que a democracia se desenvolve e que a esfera sociopolítica se alarga, propiciando surgimento de diferentes formas de organizações sociais, oriundas do comportamento coletivo e voltadas para a transformação das práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção na política de atores sociais antes excluídos (GOMES, 2012).

Castells (2000) acrescenta ainda que, no momento contemporâneo, o poder é exercido, antes de tudo, em torno da produção e difusão de nós culturais e conteúdos de informação. Sendo o controle sobre as redes de comunicação a alavanca pela qual interesses e valores são transformados em normas condutoras do comportamento humano. Nesse sentido, o autor avalia que a internet é indispensável para o desenvolvimento, encontro e articulações de comunidades virtuais que podem, sem dúvida, se instituírem enquanto movimentos no mundo real. Contudo, alerta para o fato de que embora a internet encerre “um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores

processos emancipatórios devem representar um estágio mais avançado da noção de democracia, já que a participação dos cidadãos está intrinsecamente vinculada à prática democrática. Segundo Cunningham (2009), “a democracia, na perspectiva participativo-democrática, é o controle pelos cidadãos de seus próprios afazeres, que algumas vezes, embora nem sempre, envolve instruir os corpos governamentais a realizar os desejos dos cidadãos” (p. 152 *apud* GOMES, 2012, p.39).

humanos”, “não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia” (CASTELLS, 2000, s/p).

Ao passo em que assume que a internet não pode “substituir a mudança social ou a reforma política”, Castells reconhece que a ferramenta, “ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização” (CASTELLS, 2000, s/p.), sendo responsável por fornecer a base material que permite a formação de novos movimentos sociais. Diante desta perspectiva, Castells observa que enraizado ao processo de democratização estariam os movimentos que emergem na sociedade em rede, caracterizados pelo autor em torno de três aspectos principais:

- 1) são fundamentalmente mobilizados em torno de valores culturais, estando o processo de mudança social ancorado na luta pela mudança dos códigos de significados nas instituições e na prática da sociedade.
- 2) são iniciativas “emocionais”, que tentam preencher o vazio deixado pelo processo de desinstitucionalização, sem, contudo, sucumbir a institucionalização. “Esses movimentos pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado” (CASTELLS, 2000, s/p).
- 3) funcionam dentro de redes globais, pensam localmente e agem globalmente.

Para Castells, os movimentos sociais em rede estariam engajados na “produção de uma nova sociedade” (CASTELLS, 2000, s/p), sendo a relação entre estes e a internet uma relação dialógica, na qual, ambas as partes se transformam ao longo do caminho: se por um lado os movimentos ganham novo folego, por outro, a internet abandona seu caráter de “ferramenta organizacional” tornando-se “alavanca de transformação social” (Idem) ²⁶. Neste sentido, não podemos deixar de acrescentar o papel da juventude no processo de convergência midiática, vez que, como afirma o próprio Castells (1996), a cibercultura foi uma criação de jovens hippies, cyberpunks e de outros sujeitos ativos na difusão da sociedade de rede, criando um cenário no qual, “pela primeira vez, os jovens não estão, por definição, numa situação subalterna, sendo esta, uma importante diferença trazida por essa mudança tecnológica” (FEIXA e NILAN, 2009, p.23).

De acordo com Feixa e Nilan (2009), os novos processos de midiaticização deram visibilidade a várias tendências juvenis, visto que a expansão tecnológica abriu portas para a ampliação e divulgação de culturas locais a nível global, suscitando a possibilidade de extensão e adesão das identidades juvenis. Para os autores, a internet “globalizou” os bandos, tornando os pequenos movimentos locais em “bandos mundiais”, desgarrados de território,

²⁶ Mais adiante, quando adentrarmos no debate sobre a estrutura da Rede Fora do Eixo e de sua cultura ativista, deveremos nos aprofundar na discussão sobre movimentos sociais e os novos movimentos sociais em rede.

atrelados a uma estrutura ampla e empenhados na mistura dos elementos culturais disponíveis no grande *menu* fornecido pela Internet; “a ‘juventude global’ deve ser entendida como um coletivo híbrido – tanto a nível local como mundial – que constrói sua subjetividade a partir dos materiais híbridos providos por culturas, consumos, resistências, transnacionalismos e digitalismos globais ou globalizados” (FEIXA e NILAN, 2009, p. 25).

Não obstante disto, na sua visão pós-subculturalista, Bennett (2004) afirma que as novas TICs permitiram a construção de uma *conectividade telemática generalizada*, de uma rede ajustável às necessidades dos usuários e de uma ampliação dos espaços de sociabilidade, na qual a Internet e todas as suas funcionalidades, dão aos jovens maiores possibilidades criativas (BENNETT, 2004, p.168). Para o autor, diante da incorporação e utilização destas tecnologias nas práticas diárias qualquer indivíduo, para além de ser consumidor, pode assumir agora um papel mais pertinente na partilha e na criação cultural, afastando-se da ideia de receptor passivo, ao tornar-se mais independente nas escolhas pessoais de consumo e ativo na produção de conteúdos. Conforme explica Jenkins (2010), estamos passando por um tempo de convergência cultural que promove a comunicação e a cultura participativa.

No caso da juventude, Bennett (2004) pontua que são nesses novos espaços de sociabilização que se inserem as expressões culturais que fogem aos domínios da cultura dominante, sendo a interatividade da Internet o principal suporte de construção e difusão de conhecimento subcultural juvenil (BENNETT, 2004, p.172). Para o autor, as ferramentas de interação online funcionam como instrumentos de difusão das manifestações juvenis, assim, ao se apropriar destes meios de expressão, a juventude tem a possibilidade de construir uma visão própria de cultura, podendo estender seu conhecimento paralelamente aos padrões estabelecidos pelos meios de comunicação de massa.

Levando em consideração que os jovens têm de fato protagonizado dinâmicas importantes em sua articulação com estes elementos, é importante observar que ao passo que as novas sociabilidades juvenis mediadas por estas tecnologias se desenvolvem, não é só a esfera do consumo cultural que se expande. A partilha de símbolos e signos dentro destas possibilidades criativas inaugura muito mais que juventudes plurais e culturas híbridas, inaugura a possibilidade da ação coletiva e de movimentos juvenis que, articulados em redes online, elaboram e disseminam estratégias contra-hegemônicas no espaço físico real (FREIRE FILHO, 2007, p 70).

Sabendo que a maiorias das relações humanas são hoje mediadas por formas tecnológicas, torna-se fundamental, para estudar movimentos contemporâneos, compreender

como são estabelecidas as relações entre usuários e tecnologias dentro do atual contexto das transformações socioculturais. É preciso fomentar uma reflexão que, tal qual sugere Thornton (1995, p.121), se preocupe em compreender como é que os indivíduos inseridos num determinado movimento posicionam e se relacionam com os diferentes agentes mediáticos, assim como questionar o papel da mídia na formação destes mesmos movimentos. É preciso perceber como os signos são usados pelas pessoas nas suas práticas cotidianas, investigando o papel da produção, da transmissão e do consumo da cultura (FEATHERSTONE, 1995, p.95 *apud* DOMINGOS, 2011, p.41).

Fazendo uso dos interesses de análise acima descritos, deveremos seguir nossa investigação observando como estes elementos podem nos ajudar a problematizar e compreender a Rede Fora do Eixo enquanto uma cultura juvenil que, inserida na cibercultura, reposiciona as esferas do consumo e da produção cultural na medida em que se apropria das tecnologias de informação e comunicação. Levando em consideração a multiplicidades de aspectos que lhe constituem, tais como o modo de vida e o ativismo político-cultural, ou ainda, a extrema bricolagem postulada em suas práticas, deveremos nos dedicar a construir uma análise detalhada na qual seja evidenciada a experiência do FdE também enquanto um movimento de juventude, que, utilizando-se das ferramentas midiáticas tem propagado novas sociabilidades, novas maneiras de produzir, consumir, trabalhar, viver e de ser politicamente ativo.

2. Fora do Eixo: utopia, juventude e movimento

Como visto anteriormente, muitas são as concepções que permeiam as definições teóricas contemporâneas sobre o universo juvenil. Em termos de uma sociologia da juventude muito se tem discutido dentro de perspectivas etárias e culturais na tentativa de se formular um conceito que contemple os hibridismos presentes na formulação de juventude enquanto uma categoria social. Diferentes entendimentos vêm sendo propostos no intuito de sanar as consternações que brotam da polissemia deste conceito transitório, marcado por conflitos, dotados de indefinições, e que, sociologicamente, conforme Foracchi, “representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social” (FORACCHI, 1972, p. 160).

Dito isto, deveremos iniciar nossa trajetória de análise observando como os membros do FdE se colocam enquanto jovens, utilizando as literaturas das culturas juvenis debatidas ao longo do primeiro capítulo para refletir algumas dimensões da cultura juvenil vivenciada pela Rede Fora do Eixo. Neste sentido, deveremos empreender uma análise detalhada da pesquisa documental e das entrevistas colhidas durante o período da pesquisa de campo, trazendo à tona alguns dos aspectos primordiais à identidade desta cultura, tais quais: o senso de juventude, o desapego, as rupturas familiares, a relação com o trabalho, os projetos de vida e os projetos para a sociedade, destacando principalmente, os aspectos referentes ao modo de vida e a organização/gestão do movimento sociocultural do Fora do Eixo.

Assim, no intuito de configurar a análise no plano de entendimento de uma juventude em movimento, buscaremos promover uma ressonância da Rede, mostrando detalhadamente as engrenagens que constituem seu funcionamento. Para tanto, propomos uma observação da trajetória do FdE pontuando as marcas juvenis presentes nos processos contínuos de ruptura e cisão com o “mundo dos adultos”. Ou, nas palavras de Feixa e Nilan (2009), deveremos observar a postura do Fora do Eixo enquanto uma cultura juvenil que se estabelece de forma a contrapor a “cultura hegemônica adulta” (Idem, p. 12).

No percurso deveremos enfatizar alguns pontos a serem discutidos, estruturando a análise sobre três dimensões que se imbricam continuamente: *juventude*, *trabalho* e *ativismo*, buscando, dentro destas esferas, fazer referência a construção de espaços juvenis *desinstitucionalizantes* (ABAD, 2002) tendo por base os quatro simulacros que compõem a estrutura organizacional do FdE: Universidade; Banco; Partido e Mídia. Protótipos propostos, conforme Bentes (2012), como modelos “críticos e libertadores” à rigidez das instituições da sociedade contemporânea.

Ainda neste sentido, deveremos introduzir considerações a cerca da produção de frentes de contestação e resistência em redes, pondo à prova as relações baseadas na *solidariedade* e na *confiança* na construção de um projeto *utópico* de democracia. Valendo-nos de Castells, devemos crer, “[...] que utopias não são meras fantasias. *Vez que*, a maioria das ideologias políticas modernas que estão nas raízes dos sistemas políticos se originou de utopias” (CASTELLS, 2013, p.165).

Buscando firmar a análise num campo teórico tão sólido quanto fluído, propomos para este capítulo a construção de blocos analíticos que possibilitem o encaixe da revisão de literatura do capítulo anterior às falas dos entrevistados. No intuito de estabelecer um percurso investigativo que abarque os principais conceitos/características que configuram a juventude em questão, procuraremos problematizar ao longo da análise o uso de teorias e categorias pré-estabelecidas, adaptando técnicas de pesquisa, promovendo assim, um melhor entendimento das culturas e sociabilidades evocadas por uma juventude *pós-moderna*, aqui representada pelo Fora do Eixo.

2.1. Das pequenas rupturas à grande cisão: a juventude Fora do Eixo

Concentrando os esforços desta etapa da pesquisa na análise das entrevistas realizadas com alguns integrantes da Rede Fora do Eixo, tentaremos construir um panorama das características que firmam o FdE enquanto uma cultura juvenil, analisando, em primeiro lugar, a postura da juventude envolvida com fenômeno, levantando um perfil genérico dos jovens que compõem a Rede, para posteriormente examinarmos aquilo que eles vêm construindo. Aproximando conceitos e estabelecendo relações entre a formulação teórica e as trajetórias particulares dos militantes do FdE, concebermos nesse tópico uma breve apresentação das *rupturas* que levam esses jovens a construção de uma nova experiência social, ou ainda, uma tentativa de *cisão* com o mundo institucional.

De acordo com Pais (2003), a juventude não seria uma categoria socialmente homogênea, estando dividida em função de seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações, sendo os modos de existência juvenil pautados dentro de uma série de rupturas e percursos divergentes, o que qualificaria a juventude enquanto uma experiência múltipla, com várias formas de juventude coexistindo e sendo possíveis. Por essa razão, o autor entende que a imagem juvenil associada a um processo de transição entre fases da vida, estaria se tornando cada vez mais obsoleta, visto que as diferentes passagens culturais do

mundo atual têm colocado os indivíduos em um complexo processo de transições (PAIS, 2003).

Quando observada a experiência do FdE, podemos constatar de maneira palpável como a ideia de transição tem se dissolvido na formulação de uma concepção atual de juventude, uma vez que os marcadores destas transições, outrora definidoras dos processos que conduziam o jovem à vida adulta, têm se mostrado cada vez mais distantes da realidade vivenciada por uma juventude inserida em um contexto no qual a questão da transição para a vida adulta não partilha somente do entendimento comum das rupturas familiares, ou da busca por uma autonomia individual ligada a questões financeiras (MÜLLER, 2013).

Para além destes fatores, a juventude contemporânea retratada pela experiência do Fora do Eixo, tem se movimento em função de uma busca por uma nova realidade social, movida por uma noção de ruptura que vai além dos contornos estabelecidos dentro de antigas trajetórias biográficas, ou de um período exclusivamente ligado a experiências relacionadas à transição à adultez. Conforme Müller (2013), essa transição, enquanto, fenômeno social, vem perdendo forças, tendo em vista que, o “prolongamento” da juventude – associado à precariedade do mundo do trabalho e a maior autonomia dos jovens no exercício de sua sexualidade – tem tornado este processo cada vez mais distinto. Para a autora, o processo transitório estaria intercalado ao longo da vida inteira, “na qual a mudança e os novos desafios não são privilégio de nenhuma idade” (MÜLLER, 2013, p.01).

E acrescenta:

O risco de pensar a juventude a partir da ótica da transição reside em esvaziar os ricos sentidos das construções dos jovens, pois estes mesmos estariam sendo pensados como os adultos que ainda não são ou as crianças que eles não são mais. Neste sentido, tomo não apenas a juventude como um período transitório, mas todo o curso da vida como um processo em que podemos registrar diferentes idades como detentoras de valores, ideologias, normas de comportamento e responsabilidades diferentes, embora relacionados entre si, construídos mutuamente e em constante dinâmica (MÜLLER, 2013, p.12).

Ou seja, a preocupação aqui não é discutir o status juvenil adotado pelo FdE dentro dos padrões etários, ou pelas vistas convencionais dos estudos de transições, mas admitir que os contornos da fase de vida flutuaram ao longo do tempo, aproximando-nos de Pais (2003) ao observar a necessidade de evidenciar este *estado* não como um “agregado de idades”, mas, sobretudo, como uma sequência de trajetórias biográficas entre infância e vida adulta na qual se devem considerar tanto as ordens de acontecimentos históricos, que pautam a evolução das

estruturas sociais, quanto os acontecimentos individuais, que demarcam os diferentes percursos constitutivos de uma trajetória biográfica (PAIS, 2003, p.25).

E ainda, consentir que a juventude em questão assemelha-se muito mais a condição juvenil refletida por Melucci (1998), que evoca a figura do “nômade” como metáfora das trajetórias biográficas contemporâneas, do que com a juventude estática, conferida pelo senso comum. Ou seja, devemos compreender a juventude do FdE, enquanto jovens condicionados a pós-modernidade, como os *nômades do presente*, que diferentemente de seus antecessores, não seriam guiados por metas, estariam envoltos pelo provisório, despreocupados com fronteiras, questões temporais e territoriais, visto que o recente universo midiático possibilita outras percepções sobre o mundo e sobre o futuro (LECARDI, 2005, p.47).

Neste sentido, é importante observar que, conforme Leccardi (2005), que a trajetória biográfica da contemporaneidade estaria relacionada à dissolução de barreiras temporais e não mais a garantia de um percurso previsível até o ingresso na vida adulta:

Nesse horizonte temporal comprimido, o próprio significado da idade juvenil se transforma. Quem a vivencia tende a apreciá-la mais por aquilo que pode oferecer no presente do que pelo tempo futuro que ela virtualmente descortina. Consequentemente, os desejos e as exigências estruturam-se em relação ao presente: a “boa vida” não se baseia mais em um compromisso de longa duração, a ideia de estabilidade perde valor (LECCARDI, 2005, p.37).

De acordo com autora, na modernidade contemporânea, o futuro passa a ser mais *temido que almejado*, sendo seu caráter indeterminado, indeterminável e governado pelo risco (LECCARDI, 2005, p.43). Para a autora, à medida que a incerteza aumenta, infere na vida cotidiana: se o futuro é um risco, a experiência do presente é a única certeza juvenil, assim, a autora concebe o entendimento de um “presente estendido”, um espaço temporal celebrado como o mais novo tempo da ação, “suficientemente breve para não fugir ao domínio humano e social, mas também suficientemente amplo para consentir alguma forma de projeção para além no tempo” (LECCARDI, 2005, p.47).

Consentindo a existência desse cenário, e levando em conta, como visto anteriormente, aquilo que move a iniciativa e a “fundação” da Rede Fora do Eixo, é que admitimos, tal qual Pais (2003), que apesar de a juventude ser uma “fase da vida marcada pela instabilidade” (PAIS, 2003, p.20) e associada à diversos problemas sociais, que o maior problema da juventude está ligado à entrada no mundo do trabalho, principalmente quando associado as divergências da vivência familiar e a incompatibilidade de comportamentos/tradições entre gerações.

Para Pais (2003), a incerteza quanto ao futuro e as afuniladas possibilidades de inserção no mercado de trabalho acabariam se colocando mais como fonte de sofrimento do que de emancipação, ou ainda, acabaria se tornando uma zona conflituosa, já que, ao mesmo tempo em que a juventude estaria cultivando um universo cultural distinto da família de origem, estaria prolongando (forçadamente) uma conveniência que “pode traduzir-se por conflitos familiares de alguma intensidade” (PAIS, 2003, p.25). A inquietação do autor sobre essa incursão precária no mundo do trabalho traz constatações sobre como, na maioria das vezes, os jovens assumem a responsabilidade do emprego por necessidades materiais, submetendo-se a trabalhos insatisfatórios, que não têm sentido algum para eles, além da remuneração que proporcionam e que, nem sempre, é o bastante para alterar significativamente os laços de dependência que se mantêm com a família.

Neste sentido, a preocupação do autor está pautada na observação de que a *cultura juvenil* requer um espaço social próprio, e que as carências e dificuldades em domínios como os da habitação, do emprego e da vida afetivo-sexual podem converte-se numa fonte aguda de problemas e conflitos (PAIS, 2003, p.24). Agregando a estes problemas a falta de participação social da juventude, o autor busca refletir sobre passividade e contestação, os níveis de associativismo e a distância que é imposta pela *doxa* dominante a juventude contemporânea – subjugada miticamente ao papel de “cética”, “pragmática” e “individualista”, frente à juventude ativa, “‘militante’, ‘utópica’, e cultivadora da ‘solidariedade’ dos anos 60, princípio dos anos 70” (PAIS, 2003, p. 26).

Para Almeida (2011), apesar das dificuldades e dos conflitos mencionados por Pais (2003), a juventude contemporânea teria a seu favor a criatividade, a imaginação e a ludicidade – cada vez mais orientados pela lógica conexcionista e rizomática do capital. Para a autora, “os ingredientes do caldo de contestação contracultural dos anos 1960 e 1970 teriam se convertido, entre os anos 1980 e 2000, em valores mainstream” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999 apud ALMEIDA 2011, p.11), vez que, ao lidar com este novo mundo do trabalho, os jovens buscam, para além de novas formas de autonomia financeira e prazer profissional, novos espaços e táticas de colaboração baseadas no compartilhamento de informações e experiências, uma tática do “viver junto”²⁷, capaz de driblar a “competição e a normatização, orquestrando a criatividade e negociando com a pressão do tempo” (ALMEIDA, 2011, p.12).

²⁷ Barthes, 2003

E é sobre isso que trata a juventude do FdE, sobre a conexão entre estes “problemas sociais” e as respostas criativas, uma juventude que não se reconhece como um momento de transição, mas em uma experiência de aprendizagem, não se posiciona apenas como uma cultura divergente da cultura paterna, mas como uma cultura capaz de influir e transformar a realidade social. Assim, diante dos pressupostos levantados e do material coletado ao longo das entrevistas em profundidade feitas com os membros do Fora do Eixo (FdE), propomos um levantamento dos aspectos mais relevantes, ou daqueles que tornam o FdE detentor de uma cultura juvenil própria, observando os pontos que predominam na fala dos entrevistados, pretendemos demonstrar como esses jovens estão se colocando em relação aos problemas e conflitos mencionados por Pais (2003) e promovendo suas rupturas através das táticas criativas descritas por Almeida (2011).

Seguindo uma sequência reflexiva, devemos começar a análise das entrevistas pontuando/identificando como os seguintes aspectos se processam nas trajetórias individuais dos membros da Rede Fora do Eixo: a descoberta das divergências de pensamentos com o “mundo dos adultos” – tanto na esfera familiar, quanto nas relações exteriores –; o confronto entre aquilo que os jovens querem do futuro e as possibilidades construídas no presente; a dependência financeira e afetiva; as cobranças e expectativas familiares; as dificuldades de inserção no mundo do trabalho; a necessidade de galgar espaços próprios, ou, um espaço para administrar a vida e a *cultura juvenil* fazendo uso de táticas singulares.

No que se refere ao entendimento da Rede enquanto uma cultura juvenil, duas observações se fazem importantes devido à recorrência das afirmações nos variados depoimentos. A primeira consiste no consentimento de que o FdE é um movimento típico da juventude, contudo, e aqui aproveitamos para colocarmos nossa segunda observação, não há um reconhecimento específico do que o FdE entende por juventude, ou, de como reconhece as questões de identidade que permeiam esta categoria. É certo afirmar, porém, que a categorização da identidade juvenil não se anuncia exclusivamente dentro de um caráter etário. Embora se confirmem, várias vezes ao longo das entrevistas, que predominantemente os militantes do FdE não tenham mais de 30 anos, os membros do coletivo procuram deixar claro que compreendem a *juventude como uma metáfora*, como a partilha de determinados elementos, práticas, representações, tal qual um estilo de vida pautado pela coletividade, pelo desapego, por um novo significado do dinheiro, do trabalho, da experiência, da arte, tudo isso, associado ainda a partilha de uma cultura digital e de suas promessas de democratização e desenvolvimento da cultura independente. Como expressa, por exemplo, a fala a seguir:

A Rede Fora do Eixo é, basicamente, um movimento feito por jovens, e as lideranças mais velhas, que já passaram ai dessa classificação de jovem até os 29, são jovens na cabeça, independente dessa idade fisiológica. Outro ponto que mostra esse reconhecimento juvenil são os parceiros que adotam essa postura jovem, se dizem FdE, apesar de não estarem em casas coletivas e não viverem tudo isso... Como é o caso de Ivana Bentes, Cláudio Prado, Ivan Ferrara, Ricardo Targino... Uma galera que é bem mais velha, mas que são completamente jovens de espírito, e então conseguem acompanhar essa proposta que é da rede, que se apropria, principalmente dessa cultura digital, da internet, das novas tecnologias, que tornam possível esse “acelerador de partículas” que se tornam os coletivos, as relações coletivas e tudo mais. Eu acho que é preciso uma cabeça jovem, uma mente aberta para essas mudanças, essas transformações que o mundo contemporâneo traz, e para poder entender também como a rede funciona e esses processos podem ser positivos para os movimentos sociais, pra democratização da mídia, pro desenvolvimento do mercado na cultura independente, na arte... (**R.L.**; produtor cultural, Coletivo Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Para **R.L.**, bem como para os demais entrevistados, a juventude dos membros da Rede não estaria associada ao fisiológico/uma faixa etária, estaria muito mais relacionada à incorporação dos princípios da cultura juvenil do Fora do Eixo, em se identificar com o modo de vida coletiva e a utilização dos recursos desenvolvidos e compartilhados pelo grupo. Conforme o próprio **R.L.** exemplifica, Cláudio Prado e Ivana Bentes, dois grandes parceiros²⁸ da Rede – utilizados, inclusive, nas referências bibliográficas deste trabalho – que atualmente se encontram na casa dos 70/50 anos, respectivamente, apesar de não viverem nas casas coletivas, conseguem acompanhar e aderir as propostas mediadas pelo FdE. Do mesmo modo que, Pablo Capilé, ou Felipe Altenfelder, membros mais antigos da rede de coletivos, que já adentraram a casa dos trinta e poucos, também continuam acreditando na proposta e no modo de vida instituído pelo Fora do Eixo.

Quando perguntado sobre qual seria a definição de juventude que melhor caracterizaria a experiência juvenil da rede, o produtor responde:

O estado permanente de utopia. Essa vontade permanente de desenvolver um novo mundo possível, acreditar que é capaz de desenvolver novas formas para novos momentos, novos contextos, novos problemas. Então, não que a gente pense em reinventar a roda, mas se o mundo exhibe novos problemas a gente tem que pensar novas soluções pra ele. Principalmente, acreditar que é possível (**R.L.**; produtor cultural, Coletivo Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Em suas palavras, **R.L.** acaba por colocar a juventude da Rede diante de um perfil no qual se reforça a característica transformadora inerente ao jovem. Muito embora seja possível

²⁸ Os parceiros do FdE são, em sua maioria, não estão associados aos coletivos da Rede, tampouco, vivem nas casas coletivas, mas que partilham dos mesmos ideais do FdE e contribuem ativamente com as ações do grupo.

acompanhar diversos grupos juvenis associados a propostas conservadoras, o militante expõe a visão compartilhada pelos membros do FdE, do jovem enquanto agente de transformações sociais, ou como sugere Foracchi, o jovem como portador de uma “força dinamizadora da vida social, atuante na transformação social [...], tendo a capacidade inovadora, como traço distintivo e fundamental num mundo em constante transformação” (FORACCHI, 1965, p.129). Tanto para o produtor cultural, quanto para a autora, a juventude forja um estilo próprio de existência, podendo o seu registro ser utilizado para pensar o momento contemporâneo (FORACCHI, 1965).

Ou ainda, conforme Margulis (1996),

A juventude está na vanguarda portadora de transformações, notórias ou imperceptíveis, nos códigos da cultura, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nas significações que foram objeto de lutas na geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitudes em relação ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos nos indicam que está habitando com comodidade um mundo que vai nos deixando para trás (MARGULIS, 1996, p. 9)

Ancorados nesta perspectiva, podemos dizer que o Fora do Eixo, tende a representar uma cultura juvenil comprometida com a dinâmica da cultura contemporânea, sintonizada com projetos utópicos de transformação. Porém, é importante observar que, como já discutimos anteriormente, a juventude, como categoria e condição constituída e constituidora de cultura, carrega diversos recortes que afirmam sua heterogeneidade. Sabendo disso, observamos que os jovens do Fora do Eixo, ainda que reconheçam os problemas sociais associados à condição juvenil, bem como, a diversidade de culturas juvenis que coexistem ao mesmo tempo – algumas, inclusive, de caráter conservador ou associados ao mainstream – operam e se identificam com a imagem do jovem como ator social privilegiado, engajado e intrinsecamente relacionado às transformações sociais.

Agregado a esta visão de juventude é que se revela o entendimento dos militantes do FdE sobre a estrutura do próprio movimento: se por um lado (são jovens que) se reconhecem em um contexto de insatisfação (com a falta de acesso a cultura, ou ao mercado formal de trabalho), por outro, buscam soluções e transformações através do distanciamento do ‘modus operandi’ de uma cultura hegemônica. Se referindo ao reconhecimento das diferenças entre a cultura juvenil fomentada pelo FdE e *mundo dos adultos*, **R.V.**, fotógrafo atuante na Rede, explica:

Então, a maioria de nós vem de certa criação de 20 anos de papai e mamãe. Esse é um movimento que vem da classe média, mas que tem uma tendência a uma lógica cada vez mais popular. Na sua metodologia, na identificação

com os movimentos (sociais) – como o MST, o Levante Popular – a gente se sente muito mais próximo deles do que dessa classe média que está aí. A maioria escolhe fazer essa ruptura. Eu fiz uma ruptura, e olha que a minha família é *super* de esquerda. Mas não dava, em certo momento eu tive que romper. A posição da minha família tornou isso mais fácil, mas, tipo, largar a faculdade, que era um *super valor* para eles, foi um problema, além de outras coisas... (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Em sua fala, **R.V.** nos leva a crer que o movimento proposto pelo FdE, apesar de comportar jovens, em sua grande maioria, advindos da classe média, é um movimento que promove a empatia, e a identificação com os movimentos de minorias. Empreendendo na construção de uma identidade juvenil muitas vezes *conflitante* com a educação subjetivamente adquirida e/ou imposta pelas relações sociabilizadoras de cunho familiar e geracional a que os membros do coletivo estiveram submetidos durante boa parte de seu processo de formação pessoal.

Conforme visto anteriormente, tanto Pais (2003), quanto Feixa (1996) acreditam que a cultura juvenil se molda justamente dentro de em uma relação (de conflito) com a cultura dominante, ou paterna, agregando significados e valores dos comportamentos juvenis e produzindo epifenômenos próprios da juventude (música, estilo, consumo, comportamento) que mediam e constituem outros processos de socialização, na medida em que configuram ordenamentos sociais possíveis de internalização e transmissão de normas e valores.

Nesse sentido, podemos afirmar, com base nos relatos estudados²⁹ e nos depoimentos concedidos para esta pesquisa, que a vivência da condição juvenil dos membros do FdE constrói uma sociabilidade própria, relacionada com a sociedade na qual estão inseridos, mas detentora de expressões singulares, divergentes das vivenciadas no que eles encaram como o *mundo dos adultos*. Estando as experiências desses jovens engajadas na construção de uma identidade cultural que reflete o cotidiano e as situações concretas por eles enfrentadas, como, por exemplo, as propostas de reinvenção do trabalho e remuneração, como solução à falta de emprego no mercado formal.

Ainda no que se refere ao depoimento de **R.V.**, notamos uma perspectiva de ruptura com a dimensão familiar enfatizada na dificuldade de escolha entre se manter em uma relação de dependência, ou se lançar, ainda que sem recursos, em uma forma alternativa de vida. Ao ressaltar que a posição política de sua família tornou a ruptura mais fácil, o fotógrafo também

²⁹ Relatos encontrados em outros trabalhos sobre a Rede Fora do Eixo, bem como em entrevistas e matérias concedidas e divulgadas pelos membros do Coletivo nos veículos de circulação online, conforme consta nas referências desta dissertação.

problematiza como a contraposição de valores *tradicionais*³⁰ pode se tornar um entrave. Ou, nas palavras de Foracchi (1965), como a dependência gerada na esfera das relações familiares se transforma em compromissos de retribuição, que ao serem frustrados, configuram toda uma esfera de tensão (FORACCHI, 1965).

Ainda fazendo referência a esse processo de ruptura, o relato abaixo registra outros importantes fatores que implicam na decisão de confronto/ruptura com a esfera familiar:

Aqui vivenciamos uma sensação de liberdade. Você vive de uma forma a não precisar seguir o caminho dos bois. Sai do tradicional panorama da família: estudar-carreira- ficar rico! No Fora do Eixo os seus desejos enquanto pessoa são conquistados ao mesmo tempo em que não se está nesse caminho tradicional a que todo mundo está preso. Tem vários jovens entre 20 e 30 anos, tem gente mais velha e mais nova, inserido nesse movimento juvenil que gera uma nova forma de trabalho e vida. Tem gente vivendo disso, se dedicando e se divertindo. Trabalhando... (L.A.; frente de finanças, Banco FdE, Casa FdE/SP, Maio/2015).

Retomando a reflexão de Pais (2003) sobre a entrada no mundo do trabalho como sendo o problema social mais grave da juventude contemporânea, observamos a precisão com a qual a militante aponta, ao centro de seu processo de ruptura, a falta de perspectiva em relação à construção de uma carreira de trabalho correspondente às expectativas de seus pais. Para L.A., a ruptura e o ingresso no modo de vida FdE aparece, não só como uma forma de se “libertar” dos planos gerados para o seu futuro, mas também, como a opção mais empolgante de projetar o trabalho e a vida. Contudo, ao exaltar a sensação de liberdade proposta pelo coletivo em relação a casa e o desejo dos pais, L.A. parece não refletir sobre como a liberdade vivenciada dentro desta cultura – bem como as posições hierárquicas, como veremos adiante – está condicionada a esfera do trabalho.

Na realidade, o que pudemos observar, não só neste depoimento, mas também na dinâmica da Casa, é que essa liberdade *condicionada* ao trabalho é incorporada pelos jovens que compõem o FdE como uma espécie de *contrapartida* a experiência proposta pelo FdE, que ainda que de maneira imediata – na perspectiva de um presente estendido (LECCARDI, 2005) – consegue suprir as recorrentes insatisfações ligadas ao mundo do trabalho formal, instituído. Ou ainda, as *frustrações* que, conforme Foracchi (1972), acabam colocando o ingresso no mundo do trabalho mais como uma forma de *sofrimento* do que de provimento e de liberdade.

³⁰ Quando usamos o termo tradicional estamos reproduzindo a palavra utilizada pelos membros do coletivo para se referirem as formas estabelecidas no modelo atual de sociedade. Modelos que, na concepção do FdE estariam defasados, não correspondendo as expectativas da juventude contemporânea.

O sentimento de frustração e/ou fracasso relacionado ao trabalho – recorrente na fala dos entrevistados – é apontado por Sennet (2009) como sendo um dos maiores tabus da atualidade, visto que “o fracasso não é mais a perspectiva normal apenas dos muito pobres ou desprivilegiados; tornou-se mais conhecido como um fato regular nas vidas da classe média” (SENNET, 2009, p.141). Para o autor, a frustração estaria relacionada diretamente a fratura provocada pelo sistema capitalista contemporâneo na noção de uma carreira profissional. Na medida em que o tempo é redimensionado, tornando-se cada vez mais curto e flexível, a continuidade de uma narrativa laboral se torna escassa, estando à carreira moderna assimilada ao risco e a vulnerabilidade.

Para Sennet (2009), a narrativa pós-moderna, exige que os indivíduos saiam de uma condição *passiva* para encarar uma condição mais *ativa* no que se refere à experiência do tempo na moderna economia política. Na visão do autor, as condições adequadas à experiência de trabalho contemporânea estão concentradas na construção de um “eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante *vir a ser*, sempre aberto a novas experiências e ao constante correr riscos”. E avalia que há pouco espaço para compreender “o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma montagem de fragmentos. Tampouco há qualquer espaço para avaliar a gravidade e a dor do fracasso, se o fracasso é apenas mais um incidente” (SENNET, 2009, pp. 159-160).

Dialogando com Sennet (2009), Almeida e Pais (2012) ao refletirem sobre essa *carreira pós-moderna*, salientam a importância entre os domínios do pensar, do fazer e do criar nos processos de profissionalização juvenil, ressaltando o fato de que a juventude atual está cada vez menos exposta aos tradicionais impasses que se estabelecem entre “vocações executivas” e “universos artísticos-expressivos”. Para os autores, as esferas da criação e da produtividade estariam num processo de mútua contaminação, postulando o surgimento de “agregados colaboracionistas” nos quais o artifício de “*se virar*” predomina sobre a dimensão perversa da formação permanente das sociedades de controle³¹.

Refletindo sobre a inserção profissional da juventude, Almeida (2011) explica que a dissolução da lógica de uma carreira profissional linear, cede espaço para um funcionamento profissional baseado em projetos, na sucessão e/ou concomitância de atividades e habilidades exercidas em simultâneo. Para autora, a juventude contemporânea estaria imersa em um momento de celebração da autonomia, no qual importância do prazer e da boa remuneração estaria colocada em um mesmo plano. Sendo a mistura destes dois domínios, fruto de uma

³¹ Deleuze, 1992.

dimensão da “captura capitalista de valores e aspectos da vida que outrora ficavam de fora, para o bem e para o mal, do mercado produtivo” (ALMEIDA e EUGENIO, 2011, p.15).

Nesse caso, apesar de observar que parte da juventude continua disposta a percorrer o “sonho da estabilidade”, a autora reconhece que, a juventude dos *slashies*³² estaria melhor posicionada em relação ao “novo espírito do capitalismo”³³ (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) da sociedade contemporânea – vez que não se opõe ao capital, tal quais os movimentos juvenis contraculturais dos anos 60 e 70, e que também não seria a favor, como um “simples obediente ao reflexo” (ALMEIDA e EUGENIO, 2011, p.15). Para Almeida, no procedimento de moldar-se em relação às possibilidades do entorno, em anexar funções e barras às qualificações pessoais e profissionais, os *slashies* estariam tomando consciência do risco, calculando-o de modo consequente, sendo a prática do “se virar”, muitas vezes, compreendida como uma solução contingente para tornar viável determinadas atividades, “seja com recursos financeiros, seja com ideias para resolver de forma singular problemas e impasses” (ALMEIDA e EUGENIO, 2011, p.14).

Nesse sentido, Almeida e Pais (2012) observam que atualmente o mundo tem exigido dos indivíduos a “invenção de outros possíveis” e o ingresso em redes contínuas de criação e reinvenções de si (ALMEIDA e PAIS 2012, pp. 22-24-224). Sobre estes aspectos, a fala de L.A. pontua que o FdE se mostra, para além de um espaço de experimentação cultural, um *agregado colaboracionista* que proporciona aos seus integrantes a possibilidade de moldar-se e formar-se na troca de experiências e na adesão de múltiplos projetos. Sendo, a inserção nas casas coletivas e o trabalho na Rede, ao mesmo tempo, um risco assumido e uma solução, tanto para o problema de insatisfação com as formas de trabalho estabelecidas, quanto para a necessidade de um “espaço social próprio” que as culturas juvenis precisam para se estabelecer (PAIS, 2003).

³² Slash é o nome do sinal gráfico de uma barra diagonal, utilizado em endereços web e também para indicar múltiplas habilidades ou funções acumuladas por uma mesma pessoa (ALMEIDA, 2011, p.12). Nesse sentido, usaremos o plural da palavra para subjetivar a juventude descrita por Almeida.

³³ Boltanski e Chiapello (2009) entendem que o modelo de empresa depois dos anos 1990 procuraria “novas formas de organização que se afastam ao máximo dos princípios hierárquicos”, trabalhando em rede “com uma multidão de participantes, uma organização do trabalho em equipe, ou por projetos, orientada para a satisfação do cliente, e uma mobilização geral dos trabalhadores graças às visões de seus líderes”. Nesses termos, a palavra dos anos 90 seria mobilização, pois se trata de “motivação sem manipulação” que, portanto, faz com que as próprias pessoas se “autocontrolem”. A metáfora da rede seria o “antiautoritarismo e [a] flexibilidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102-115).

Neste sentido, o que o Fora do Eixo propõe é que o trabalho seja exercido de forma mais “orgânica” ³⁴ quanto possível, ou seja, da forma mais intuitiva, mais prazerosa e espontânea. Como foi possível observar no campo, o trabalho desses jovens se coloca como base do coletivo, imbricado ao contexto organizacional da Rede. Deste modo, os jovens engajados nesta experiência acreditam que o trabalho e a diversão caminham juntos, sendo a finalidade do trabalho não mais a de “ficar rico”, mas sim a de viver e ser livre. Por mais contraditório que possa parecer, a afirmação de liberdade se repete nas falas dos entrevistados, que ainda que trabalhem em contextos estressantes de produção de eventos e coberturas jornalísticas, se sentem mais livres e bem recompensados inseridos no contexto alternativo da Rede do que se estivessem “na casa dos pais, procurando uma vaga de emprego formal e mal remunerado” ³⁵.

Noutras palavras, quando um jovem opta por dedicar-se ao FdE, ganha não só a possibilidade de trabalhar com o que gosta, *estimulado*, mas também, torna palpável a possibilidade de sair da zona de dependência familiar sem assumir os encargos burocráticos caros a vida institucionalizada. Ao adentrar neste *modo de vida FdE*, o jovem passa a garantir sua “liberdade”, sem ter a obrigação de um emprego formal, do casamento, da casa própria, ou, ainda, de condicionar todas essas esferas a um sistema monetário/econômico vigente. De fato, a juventude associada ao FdE assume o risco, e cria as possibilidades de acordo com o seu entorno. Contudo, não se pode negar que este é um risco “bem temperado de prudência” (ALMEIDA e EUGENIO, 2011, p.17), e que, por isso mesmo, como veremos adiante, confere ao Fora do Eixo o caráter empreendedor, articulador, gerador de uma rede de múltiplas possibilidades, embora, por vezes, também possa parecer centrado em uma lógica produtivista e utilitária.

Outra questão que ainda pode ser levantada sobre este aspecto é a relação que os jovens da Rede estabelecem com o dinheiro. Considerada, muitas vezes como uma *zona de tensão*, ou, como um delimitador da passagem para a vida adulta. O dinheiro traria para os jovens uma condição de autonomia ligada ao poder de consumo, sendo compreendido, em certa medida, como um meio de *satisfação pessoal* (PAIS, 2003, p.45). Contudo, o modo de vida assumido pelos integrantes do Fora do Eixo, condiciona o dinheiro a *realização coletiva*

³⁴ É importante mencionar que o uso do adjetivo “orgânico” está impregnado no vocabulário dos jovens da Rede. Sendo usado para descrever as ações como despretentiosas, ou as escolhas como feitas sem pressão, ou muita reflexão. Para os membros da Rede as coisas são “orgânicas” quando são espontâneas.

³⁵ C.B.; fotógrafo Mídia NINJA, Casa FdE São Paulo, Maio/2015

(como eles próprios afirmam), passando este a assumir uma conotação secundária na realização pessoal destes indivíduos:

A gente entende, antes de tudo, que dinheiro não é o único recurso viabilizador. A gente lida desde os recursos intangíveis que são nossos sonhos, anseios, a nós mesmos: o que eu sei fazer? Para lidar com a viabilização mais generosa dessas ações (L.A.; frente de finanças, Banco FdE, Casa FdE/SP, Maio/2015)

Tem muita gente que não entende a gente não ser movido pelo dinheiro e sim pelo tesão. A gente não trabalha por dinheiro, mas sim com o que a gente gosta (R.V.; fotógrafo da Mídia NINJA e Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Se não é um processo monetário que vai te guiar, é o diálogo. O FdE só conseguiu fazer o que faz porque a gente sabe dialogar muito bem. A gente transforma 10 em 100, por que o processo é colaborativo, solidário [...] O fundamental é criar redes que dialoguem, porque o futuro não vai ser regido por moedas, por economia, por trocas monetárias [...] a grande sacada estratégica é o dialogo (C.B.; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Baseados na leitura dos trechos a cima, é possível afirmar que o dinheiro não é compreendido por esses jovens como um meio de autonomia, o que, em muito justifica o desapego relacionado às formas instituídas de trabalho e de formação. Para Pais (2003), em muitos casos, quando o dinheiro é visto como a única fonte de autonomia, o medo do desemprego (da falta de dinheiro) superaria o medo da frustração pessoal. O trabalho, apesar de não transparecer qualquer sentido claro de emancipação, surgiria como provimento a atividades relacionadas ao consumo, *fragmentando*, simultaneamente, as esferas da vida pessoal, do lazer e do próprio trabalho. E é justamente isto que a experiência de FdE tenta conter ao estimular o trabalho por outras vias, e compreender que seus jovens, assim como outros do mundo contemporâneo, não consideram “suspender a vida pessoal pela profissional, fazer o que não se gosta só pelo dinheiro” (ALMEIDA, 2011, p.22-23).

Assim, seria possível afirmar que ao se colocarem *fora* desta vida fragmentada (submetendo-se, talvez, a uma vida totalizada pelos moldes do FdE), estes jovens posicionariam o dinheiro numa esfera de realização coletiva, como financiador da experiência assumida pela Rede, a de convergir e resignificar todos os aspectos da vida social. O que nos leva a outra dimensão interessante, referente aos processos de organização e gestão da Rede:

O que essas casas e caixas coletivos são na verdade? É gente com disponibilidade de tempo, para habilitar qualquer um dos temas que acredite. 100% do seu tempo. Então, aqui ninguém faz outra coisa, aqui ninguém trabalha e vive de maneiras separadas, aqui a gente tem todo o nosso tempo

disponível pra fazer o que a gente acredita. E é isso que faz essa casa ser uma casa muito legal, das pessoas quererem estar aqui, dos projetos fluírem. Passa por ter uma mídia independente forte, um circuito cultural ativo, ser suporte dos movimentos sociais com muita força. Então, a composição, a gente fala dela de uma estrutura física, mas que na verdade é uma tecnologia social. Não é a casa, parede, é o que significa a tecnologia social que possibilita uma casa como esta existir. Eu acho que isso é a base fundamental. E o caixa coletivo enquanto tecnologia social, com muita ênfase nessa resignificação, do que é o trampo, do que é o dinheiro, do que é a vida... (R.V.; fotógrafo da Mídia NINJA e Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, Maio/2015)

Conforme o depoimento de R.V., assim como o dos demais integrantes do FdE entrevistados ao longo da pesquisa, a Casa se coloca não só como uma estrutura física importante, mas, principalmente como um espaço de concretização de experimentação frente as modalidades tradicionalmente instituídas de experiências sociais e de trabalho. Para eles, a Casa se estabeleceria como a *primeira* forma de ruptura constituída pelo FdE, visto que, a medida que acolhe os jovens, possibilita a ruptura destes com as mais diversas instituições sociais.

Ao assumir o FdE como *casa*, o jovem já não precisa se submeter a contradição cultural que permeia as relações entre pais e filhos e passa a se dedicar ao trabalho que gosta, sem se colocar em inconformidade com seus desejos. Nesse processo, outras percepções e relações também são rompidas, como por exemplo, a do consumo. Se não há necessidade pessoal de autonomia financeira, a esfera do consumo ganha novas conotações, trabalho, dinheiro e consumo passam a ser repensados:

A gente cresce acostumado com a ideia de ter 5-6 dias de trabalho na semana e 2 de folga... Férias uma vez por ano... Com a gente [*com o FdE*] é misturado. Quando você viaja pra outras casa pra ajudar num festival, ou vai fazer uma vivência, isso meio que é férias, é uma viagem que traz experiências novas pra você. Traz uma nova bagagem, você volta renovado... Pra gente trabalho, diversão, tempo livre é realmente misturado. A gente precisa entrar num processo de desconstrução para entrar nessa experiência que é essa proposta de vida coletiva. (R.L.; Produtor Cultural, Casa Mundo/João Pessoa, Junho/2015).

Nesse depoimento podemos observar como a técnica do “se virar”, sinalizada por Almeida (2011) como uma nova lógica produtiva, consegue apontar para um modo de vida que converge os espaços de lazer e trabalho, gerando entre eles uma conciliação que elege o conectivo “e”, ao invés de reforçar o “modelo compensatório do modo de vida orientado pelo ‘ou’” (ALMEIDA e EUGENIO, 2011, p.20). Dentro da Rede esse recurso conciliador parece fazer ainda mais sentido, já que o ambiente de lazer é o mesmo espaço do trabalho. Conforme a filosofia do *ócio criativo* de Di Masi (2000) – ainda que esta suscite certa polêmica no que

se refere a novas formas de alienação e exploração do trabalho – as relações profissionais da modernidade contemporânea estariam associadas justamente a possibilidade de retirar o trabalho da esfera da obrigação e aproxima-lo ao tempo livre.

Ainda sobre este aspecto, **R.V.** complementa:

O desapego que a gente vive tão intensamente nessas relações de trabalho, de posse, de objeto de bens materiais, de relações pessoais ele também se aplica muito nesse processo político atual. Aqui não tem o apego do eu sou isso ou aquilo. Você passa a ser algo muito mais gasoso, você passa a entender que vai ter uma importância diferente em cada lugar que você estiver atuando. (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Diante disto, podemos observar que há, para aqueles que se integram efetivamente ao grupo, uma postura de desapego e de ruptura com uma lógica de consumo e acúmulo material. Nesse sentido, o interesse dos militantes da Rede Fora do Eixo parece não obedecer a uma lógica do trabalho como fonte de renda, para eles, o trabalho seria um dos elementos da experiência da vivência coletiva, uma forma de externar produtivamente a insatisfação com o mundo contemporâneo:

A gente não está indo pro futuro, a gente está voltando ao passado. Somos como os *ianomâmi*, *uma grande oca, sem pajé, compartilhando coisas...* Será que a gente é tão contemporâneo assim? A gente é basicamente uma aldeia urbana. Não me sinto confortável com esse mundo aí fora... Essa esteira de produção, essa falta de confiança, essa vida cada vez mais trancada, insegura. Mas a gente também não acha que esse tem que ser um modelo de vida, isso não tem que ser referência pra todo mundo viver assim, por que aqui também não é fácil. Mas a gente considera que isso possa ser uma solução de ter uma vida cada vez mais movida por coisas além do dinheiro (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

A proposta de ressignificação das estruturas da sociedade numa lógica não de um hippie 1.0 que se isola e resolve seus problemas ali na sua comunidade, mas na perspectiva de um hippie 2.0 que encara, cria, determina essas tecnologias, para expandi-las e para pautar a política pública e dialogar com a sociedade. Acho que isso é, talvez, o que a gente tenha de mais interessante para oferecer para a juventude enquanto movimento de juventude: é essa crença de que é possível uma nova forma de organização social, muito além só dos movimentos, uma forma de organização social da vida, econômica, afetiva, social, enfim, acho que passam esse paradigma econômico, principalmente, de modelo de trabalho e de vida que eu acho que é o mais inspirador e que faz com que as pessoas fiquem de cara com isso aqui. E é o que faz com que a gente leve o maior número de críticas também... Estamos desafiando um modelo que está colocado como único, para a juventude brasileira, por exemplo (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Em ambos os relatos, é possível perceber o entusiasmo desses jovens com a experiência coletiva do FdE. Apesar de reconhecerem que a vivência em comunidade pode não ser uma ideia muito recente, eles assumem a proposta do movimento de não se colocar como um grupo isolado, pelo contrário, assim como exemplifica **R.V.**, a perspectiva do Fora do Eixo é de um *hippie 2.0*, não é a mesma essência do *desbunde* dos anos 60/70, em contrapor a sociedade hegemônica largando tudo e vivendo isoladamente, a proposta deles é contrapor a cultura hegemônica, se lançando à disputa, construindo redes que fortaleçam esse embate.

É, ao mesmo tempo, “esboço” e “ação”, conforme Almeida (2011), se a juventude contemporânea é por si dotada de uma capacidade de operar no precário, a juventude brasileira já está acostumada a “trabalhar com o que tem”, não sendo isto de modo algum negativo, como sugere a autora, essa característica antropofágica permite que os jovens pós-modernos consigam lidar com o novo valor mainstream gerido pela economia criativa, utilizando de experiências individuais na construção de “autonomias táticas” (CANCLINI, 2010) para o cotidiano profissional e social (ALMEIDA; EUGENIO, 2011, p.17).

Nesse sentido, a experiência da juventude do FdE pode ser tida como um trabalho pela “invenção de possíveis”; um arriscar ponderado e colaborativo que surge como um outro modelo diante de um cenário de competição, desemprego e insatisfação que envolve a atual realidade juvenil (ALMEIDA; EUGENIO, 2011). Ao reorganizar de maneira criativa as experiências já estabelecidas no mundo, o FdE propõe um projeto de juventude contemporâneo, uma cultura juvenil que abarca para além de um modo de vida composto pela partilha de um espaço físico, de objetos, e de recursos financeiros, uma cultura juvenil que incorpora experiências individuais e identificações, estilo, linguagem, na estruturação de um movimento que compartilha de uma “ideologia do desapego” permeada pelo íntimo contato com as novas tecnologias de informação e comunicação, como veremos mais detalhadamente adiante.

A partir desta perspectiva, podemos dizer que a cultura juvenil produzida pelo FdE não está ligada a uma estética ou uma produção específica, está voltada a pluralidade. É uma cultura que abarca elementos diversos, fundamentados num modo de vida que origina também um movimento juvenil, engendrado no cenário quimérico descrito por Castells (1996), no qual a utilização extrema dos recursos midiáticos, possibilita a maior visibilidade e adesão à ação coletiva fora dos canais institucionais.

Embora, este seja um movimento que acredite num *novo mundo possível*³⁶, é também um movimento que, seguindo o fluxo de um “novo espírito do capitalismo”, não se acanha em estabelecer relações contraditórias. Afinal, conforme Feixa e Nilan (2009) observam, é comum que “a maioria dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente os juvenis, *estejam* tão globalizados como as instituições às quais se opõem” (p.21).

Assim, uma vez reconhecidas as características básicas que delimitam a juventude assumida pelo FdE, os desafios e práticas que os aproximam das reflexões teóricas atuais sobre juventude e a forma pela qual se estabelecem e se sustentam as pequenas rupturas do cotidiano desses jovens, pretendemos continuar a observação sobre este movimento buscando compreender como o projeto do FdE estabelece sua *cisão* com o mundo contemporâneo – ou, sua tentativa de disputa pela hegemonia – ao tentar apontar novas formas de gerir as velhas estruturas e ao conceber novas relações possíveis para todos os níveis da vida social. Desta forma, para o próximo tópico, propomos uma observação dos modos de vida e novas sociabilidades desenvolvidas nas casas coletivas, bem como o funcionamento dos simulacros que regem a organização, levando em consideração o *trabalho* com fio condutor da identidade e cultura assumida por esses jovens.

2.2. Simulacros, trabalho e organização: O FdE e a experiência *desintitucionalizante*

Como vimos, a juventude do FdE, imbuída em um contexto contemporâneo de transformações relacionadas à própria definição das experiências juvenis, tem se preocupado em construir um projeto que possibilite as rupturas com a esfera familiar, o mundo do trabalho e do dinheiro, sem que, necessariamente, seus integrantes assumam os esquemas convencionais dominantemente instituídos. Tendo por base uma identidade juvenil fluida, porém marcada por características comuns, o grupo destaca-se por sua organização, colocando os modelos adotados em sua experiência coletiva como referência, propõe uma disputa pelos espaços sociais vigentes através de seu modelo organizativo.

De acordo com Capilé, a *disputa* proposta pelo FdE é

[...] com o analógico, com quem acumula capital, com quem não entende a velocidade de uma geração digital. Exemplos de casos: é com uma Folha de São Paulo, é com uma (revista) Veja, é com o modelo de visão do que é a família, é com a forma como a igreja se posiciona frente aos enfrentamentos políticos que tem que ser desenvolvidos, contra o próprio modelo institucionalizado do partido, contra o modelo institucionalizado do movimento estudantil, contra indústria na música, a indústria no audiovisual, não é nem a indústria em si, mas os modelos fordistas do desenvolvimento

³⁶ Slogan utilizado pelo grupo, que também é uma referência ao movimento por outra globalização em Seattle (1999).

de uma indústria, contra o capital especulativo, contra a ortodoxia do ensino público dentro da universidade e dentro da escola. São estruturas que tentam manter o status quo, ou manter certa velocidade que possa manter determinadas figuras de coordenação onde estão. Então a lógica da luta é contra o tronco, em defesa da grama e contra o tronco, contra um tronco que só permite que você seja um galho, e a grama que pode fazer com que esta diferença que é transversal, pode fazer todo mundo do mesmo tamanho e então se todo mundo é do mesmo tamanho, todo mundo é protagonista e é coadjuvante. (...), a gente está disputando isso. Nós não estamos criando uma sociedade alternativa, nós estamos disputando a sociedade que existe. Nós não estamos criando um gueto e a partir deste gueto esperando que todo mundo que está naquela outra sociedade venha pra ele. Não, nós estamos disputando a única sociedade que existe (PABLO CAPILÉ)³⁷.

A fala do ativista deixa claro que a experiência proposta pelo FdE não é a de apenas construir um espaço para promover uma cultura juvenil específica, mas para contestar a forma como a cultura hegemônica é produzida. A casa, o trabalho e a organização da Rede não é apenas um modo de “operar no precário”, é um movimento que pretende disputar e modificar a realidade social existente. Neste sentido, como afirma Barcellos (2013), estar/ser *fora do eixo* é uma noção muito mais abrangente do que a noção geográfica, pretendendo incluir uma possibilidade de atuação mais ampla nas lacunas de um modelo hegemônico vigente. Relembrando o contexto da criação da Rede, a autora observa que:

Quando os produtores pensavam em *Fora do Eixo*, naquele momento, pensavam em uma forma diferente de fazer cultura do padrão que estava estabelecido. Era uma alternativa ao padrão hegemônico instituído, ligado a todo um conceito de indústria cultural, de produção de massa, que de certa forma existia e repercutia como um modelo de produção e difusão de cultura. O eixo, do qual eles se consideravam fora, era muito mais abrangente que o geográfico. Este “eixo”, que configura o “eles” contra o qual o “nós, Fora do Eixo” se confronta, também não é um único elemento, mas sim uma formação discursiva na qual os elementos estão articulados formando momentos de uma hegemonia (BARCELLOS, 2013, p. 189).

Podemos dizer que esse processo de contraposição a uma cultura hegemônica, amplamente difundido nos discursos da Rede, possui um tom de *resistência* presente tanto no pensamento teorizado por Gramsci no início do século XX, quanto, na concepção contemporânea proposta por Laclau e Mouffe (2004). Entre semelhanças e diferenças, os pensamentos de Gramsci e Laclau e Mouffe, buscam privilegiar a reflexão sobre um novo momento da articulação política, concebendo que as relações sociais se desenvolvem em torno da disputa pela hegemonia. Mesmo que os integrantes da Rede Fora do Eixo não perfilassem sua estrutura em um mote teórico, encontramos muito das concepções contemporâneas nos discursos dos interlocutores da Rede. Assim, apesar de se desenvolver

³⁷ Em entrevista à Barcellos, 2013 – Setembro de 2011.

quase que integralmente na *práxis*, a experiência do FdE logo que se relaciona com uma nova percepção de hegemonia e ideais contra-hegemônicos – muitas vezes adquiridos no convívio com intelectuais³⁸ – passa a incorporar novas diretrizes de ação ao movimento.

Se num primeiro momento o intuito da Rede era fazer circular as bandas locais dentro de um sistema econômico próprio, num segundo momento a experimentação transcende o campo da economia e da música e passa a se estabelecer também em outras esferas. Atualmente, os coletivos associados ao FdE trabalham dentro de premissas de trabalho muito mais abrangentes do que no começo do Circuito. Conforme a figura abaixo (figura 1), é possível identificar duas frentes temáticas de trabalho, associadas às linguagens artísticas, e outra que é baseada no que os integrantes do Fora do Eixo chamam de *simulacros*, que de acordo com o glossário FdE “têm como objetivo disputar o modelo de sociedade em que vivemos, apresentando propostas concretas de reorganização das estruturas econômicas, políticas e sociais”. Ou seja, são simulações das principais instituições estruturadoras das sociedades contemporâneas, modeladas de acordo com os ideais coletivos que regem o FdE (SAVAZONI, 2014).

³⁸ Aqui buscamos fazer referência à figura do *intelectual orgânico* concebido por Gramsci, e seu papel no que se refere à compreensão e expressão das formas de “sentir” e “pensar” dos grupos nos quais se insere. (ALVES, 2010). Ou ainda, “ao processo de afinação do intelectual com os sentimentos populares que pode guiá-los, e conduzi-los a uma catarse de civilização moderna” (DUARTE, 2010).

oposição às estruturas operadas pela ordem hegemônica, como universidade, banco, partido e mídia. Ou ainda, conforme explica Capilé:

A gente não concordava com a universidade, criou uma; não concordava com os partidos, criou um partido, não concordava com os bancos, criou um banco; a gente não tinha dinheiro a gente fez dinheiro, criou uma moeda; a gente não tinha uma indústria na musica a gente construiu uma, a gente não tem uma no audiovisual, agente vai construir uma [...] então é entender que a partir da união de braços e pernas a gente consegue fazer o que a gente quiser (PABLO CAPILÉ)⁴⁰.

Embora, como vimos anteriormente, a sociedade contemporânea esteja vivenciando um período de *desinstitucionalização* (DUBET, 1994), é interessante notarmos como este processo suscita ações que reivindicam instancias de fomento a *segurança ontológica* dos sujeitos. De acordo com Giddens (2000), mediante a uma *sociedade de risco*, na qual o “risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa a mudança” (GIDDENS, 2000, p.34), os indivíduos pareceriam mais dispostos a articularem-se em torno de ações coletivas – no que tange à fuga de um processo de individualismo – sendo estas, essenciais para o fortalecimento do sentimento de segurança e estabilidade⁴¹.

Neste sentido, apesar de parecer contraditório, a organização coletiva do FdE orbitaria entre as esferas da mobilização e da institucionalização. Ou, em conformidade com o que Hardt e Negri (2005) defendem em seu projeto de *Multidão*, o Fora do Eixo, ao fomentar sua dinâmica organizacional em *simulacros* das instituições tradicionais, estaria exercendo uma proposta política, na qual a resistência deve ser transformada “numa forma de poder constituinte, criando as relações e as instituições sociais de uma nova sociedade”, visto que “a produção *biopolítica* é uma questão de ontologia na medida em que está constantemente criando um novo ser social, uma nova natureza humana” (Idem, pp. 285; 436).

Sobre este aspecto, Bentes observa:

As ações estruturantes do Fora do Eixo funcionam como "simulacros" que rivalizam com as instituições existentes. Ou seja, o Fora do Eixo cria "duplos" disruptivos das instituições tradicionais para rivalizar com elas e disputar o discurso. Por isso a nomenclatura paródica: Banco Fora do Eixo, moeda Fora do Eixo, Universidade Fora do Eixo, Partido da Cultura, etc. Não se trata de um desejo de "institucionalização", mas apontar para a potência do comum em criar novos mercados, economia, sistema financeiro,

⁴⁰Em entrevista à Barcellos, 2013 – Setembro de 2011.

⁴¹ Para o autor, no contexto da pós-modernidade, a ruptura com as dimensões espaço e tempo, bem como, o aumento do fluxo de informações e possibilidades escolhas, acompanha uma instabilidade em relação à formação de identidade individual. Neste sentido, Giddens (1991) se refere a *segurança ontológica* como sendo um fundamento importante para construção da identidade socioindividual, vez que a “sensação de ter raízes”, a percepção de “fazer parte de” tornaria mais fácil a (re)leitura do tempo, possibilitando uma *confiança* inquestionável nas pessoas e coisas ao redor no desenvolvimento de um projeto coletivo de futuro (GIDDENS, 1991, p.87).

sistema de formação e educação. A principal contribuição do Fora do Eixo me parece ser essa: articular um circuito cultural a um movimento cultural e social no contexto do Capitalismo Cognitivo, utilizando estratégias (mídia, publicidade, circuito, simulacros de instituições e de processos) que apontam para uma potencial reversão, resistência e experimentação dentro do capitalismo, correndo o risco de também ser capturado e capturar o comum, mas eminentemente apostando nas linhas de fuga (de autonomia e liberdade) e não nas de assujeitamento, que atravessam o contexto contemporâneo (BENTES, 2012) ⁴².

Analisando a dinâmica dos simulacros do FdE sob a perspectiva das culturas juvenis, salientamos a proposta de distinção entre *condição* e *situação* juvenil⁴³ em Abad (2005), na qual o autor busca compreender a *desinstitucionalização* da juventude como um processo refletido na revisão do conceito de moratória social. Para o autor, no mundo contemporâneo, os jovens cujas famílias apresentam situação financeira estável aparecem como os mais cotados a serem acobertados pelo sentido de moratória, enquanto, grande parcela da juventude estaria predisposta a imersão em um “tempo livre” de frustração, infelicidade, impotência, culpabilização, sofrimento e mais pobreza” (AMARAL, 2011). Contudo, Abad (2005) salienta que embora essa juventude possa tender para a marginalidade, também pode construir um projeto *desinstitucionalizante*. Já que, estando fora da responsabilidade de terceiros (dos pais, ou instituições orientadoras), possuem uma forte autonomia individual, uma avidez por experiências vitais, de maturidade mental e física, e de emancipação nos aspectos afetivos e emocionais; fatores que, na visão do autor, podem tanto atrasar a autonomia econômica, quanto ser aproveitado na construção de projetos colaborativos (ABAD, 2003, 2003a).

Concordando com Bentes (2012), observamos que não há o desejo pela institucionalização (pelo menos, não formal) na proposta do FdE⁴⁴. Na verdade, tal qual sugere Abad (2005), os simulacros do FdE podem ser considerados institucionais na medida em que estabelecem práticas, valores e sentidos que são apropriados pelos jovens a partir de processos de identificação e assimilação, assumindo discursos que caracterizam suas ações, mas, não determinam normas e papéis, não estruturam os indivíduos. O Fora do Eixo seria, por assim dizer, um espaço *desinstitucionalizante*, à medida que promove outra perspectiva de participação e viabiliza alternativas para a construção de interações, sendo os próprios sujeitos

⁴² Notas de aula. Savazoni, 2014.

⁴³ [...] distinção importante entre condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia (ABAD, 2005, p. 239).

⁴⁴ Porém, ainda que se conduza sob esta perspectiva não-institucional, o FdE acumula alguns CNPJs em seu “Banco de CNPJs”. De acordo com L.A., responsável pelas finanças da Casa FdE-SP no período das entrevistas, o uso deste recurso institucional estaria ligado, justamente, a manutenção de uma estrutura aberta, já que a maioria dos recursos em real que circulam pelas casas coletivas tem origem de projetos e editais que demandam este vínculo formal.

os construtores de sua ação social. Uma experiência de *segurança* articulada meio ao *risco*, sendo o perigo, “o preço da autenticidade e da autonomia, os princípios cardeais da modernidade cultural e da democracia” (DUBET, 1998, p.32).

Como pudemos acompanhar ao longo da observação participante na Casa Fde-SP, os simulacros organizam de maneira prática o cotidiano dos jovens inseridos nas Casas coletivas, norteiam suas aptidões, mas não definem como será a formação do indivíduo, que aliás, é estimulado a transitar por diversas áreas, compreendendo o funcionamento de todas as vertentes antes de se firmar em uma delas. Os contextos do risco e da segurança aqui se confundem, posto que, para os membros do coletivo, a Rede proporciona a segurança necessária para a realização e formação pessoal, que, contudo, nem sempre são compreendidas pelo mundo exterior.

Ainda que imerso no *risco* da incompreensão, nos últimos anos o Fora do Eixo foi responsável por estimular a atuação dos simulacros dentro dos seguintes aspectos: o Partido da Cultura (PCult), com lista de discussão própria e foco em pautar a discussão cultural em campanhas eleitorais e constituir bancadas legislativas, em âmbito municipal, estadual e federal em defesa das causas culturais; a UniCult, a Universidade Livre da Cultura, que articula pesquisadores acadêmicos e não-acadêmicos engajados na troca de conhecimentos; o Movimento Social das Culturas, que de acordo com Bentes (2013) e Savazoni (2014) seria o grande guarda-chuva para onde convergiriam as redes culturais; e a Mídia NINJA, que tem servido de modelo para outras expressões midialivristas em todo país (SAVAZONI, 2014).

Voltando a **figura 1**, é possível identificar, nos círculos laranja, as frentes temáticas: Palco, destinada ao teatro e à dança; FESL, o braço do software livre; Nós Ambiente, para sustentabilidade; Poéticas, de fotografia; FEL, para as letras; CDC (Clube de Cinema) direcionada principalmente à distribuição audiovisual; Música, para a produção musical e Comunica, para o fortalecimento da comunicação em rede. Além disso, cada unidade do Fora do Eixo, em sua operação cotidiana, ainda administra uma agência de eventos, que promove atividades como debates, shows e festas, um espaço para distribuição física de conteúdos, uma frente de promoção da arte no espaço coletivo, além do trabalho de design e de difusão de conteúdos pela internet (SAVAZONI, 2014, p. 27).

O uso de tecnologias livres e compartilhamento de soluções também fazem parte dos pilares do FdE. Valendo-se de ferramentas abertas, a rede busca estimular o uso de softwares livres em seu cotidiano, desde a formulação de páginas na internet ao compartilhamento de *tecnologias sociais* entre os membros do coletivo – entendendo por tecnologias sociais as

soluções criadas por cada um dos agentes que integram o FdE para problemas decorrentes da gestão das casas, do banco, do partido, enfim, soluções para problemas que eventualmente possam ocorrer de maneira semelhantes entre os coletivos. Ou seja, o FdE acredita que ao sistematizar, acumular e partilhar soluções para determinadas experiências, geram uma metodologia inovadora de gestão política e cultural (SAVAZONI, 2014).

Na dianteira desta sistematização e oferta de conhecimento está o simulacro Universidade (UniFdE), que além de preparar os encontros, vivências, colunas e imersões que configuram o processo de “formação” dos integrantes da rede e de seus parceiros, é o principal instrumento para o fortalecimento daquilo que internamente ao grupo é conhecido como “banco de estímulos”, ou o mecanismo essencial ao desejo de integrar e permanecer na *vida coletiva* – que será analisado mais adiante.

Outro ponto interessante a ser levantado é que, assim como toda organização, o FDE também se baseia em códigos de conduta e premissas que regem o trabalho – por mais *desmercantilizada* que esta força de trabalho seja – eles sabem que toda *disciplina* é pouca na hora de gerir os *sonhos* concebidos por esse grande coletivo. Sendo assim, todas as articulações pertencentes à Rede, obrigatoriamente, precisam ter pessoas dedicadas às frentes temáticas e aos simulacros, além de serem conduzidas pelo *regimento interno* e pela *carta de princípios*, documentos-guia da organização⁴⁵.

Enquanto o regimento interno estabelece o modo de funcionamento da Rede e os direitos e deveres dos associados, a carta de princípios se constitui “como o mais importante documento político do FdE” (SAVAZONI, 2014, p. 38). Visto que, a partir da carta de princípios pode-se constatar as aspirações da organização, que se enxerga como uma rede cultural de atuação não-comercial, baseada no associativismo e no cooperativismo, e na busca pela superação do individualismo – pontos que deverão ser detalhados no próximo tópico, juntamente aos conceitos de autonomia, hierarquia e disciplina que se constroem no contexto da Rede.

De acordo com o documento, o Fora do Eixo se desvela como uma organização na qual os agentes se articulariam de maneira solidária, focados na produção cultural contra-hegemônica, sem fins comerciais, no desenvolvimento de políticas públicas e no fortalecimento político de grupos que constituem o seu campo de influência. Estando a

⁴⁵ É importante destacar que toda essa cadeia é regulada por um regimento interno aprovado durante o segundo congresso nacional do FdE, realizado em 2009 na cidade de Rio Branco, capital do Acre (SAVAZONI, 2014). Tanto a Carta de Princípios, quanto o regimento interno se encontram disponíveis nos anexos deste trabalho.

comunicação e da ideia de tecnologia livre como elementos basilares na realização destas práticas⁴⁶.

Para Savazoni a carta de princípios também revelaria a lógica dual da organização, uma vez que:

As ações do FdE ao mesmo tempo em que são ações culturais, voltadas à formação de público e à circulação artística, são também um instrumento de estruturação da ação política. É importante salientar que, em nenhum documento interno o Fora do Eixo se posiciona como uma rede anticapitalista. A palavra esquerda também não é mencionada em nenhum trecho (SAVAZONI, 2014, p.40)⁴⁷.

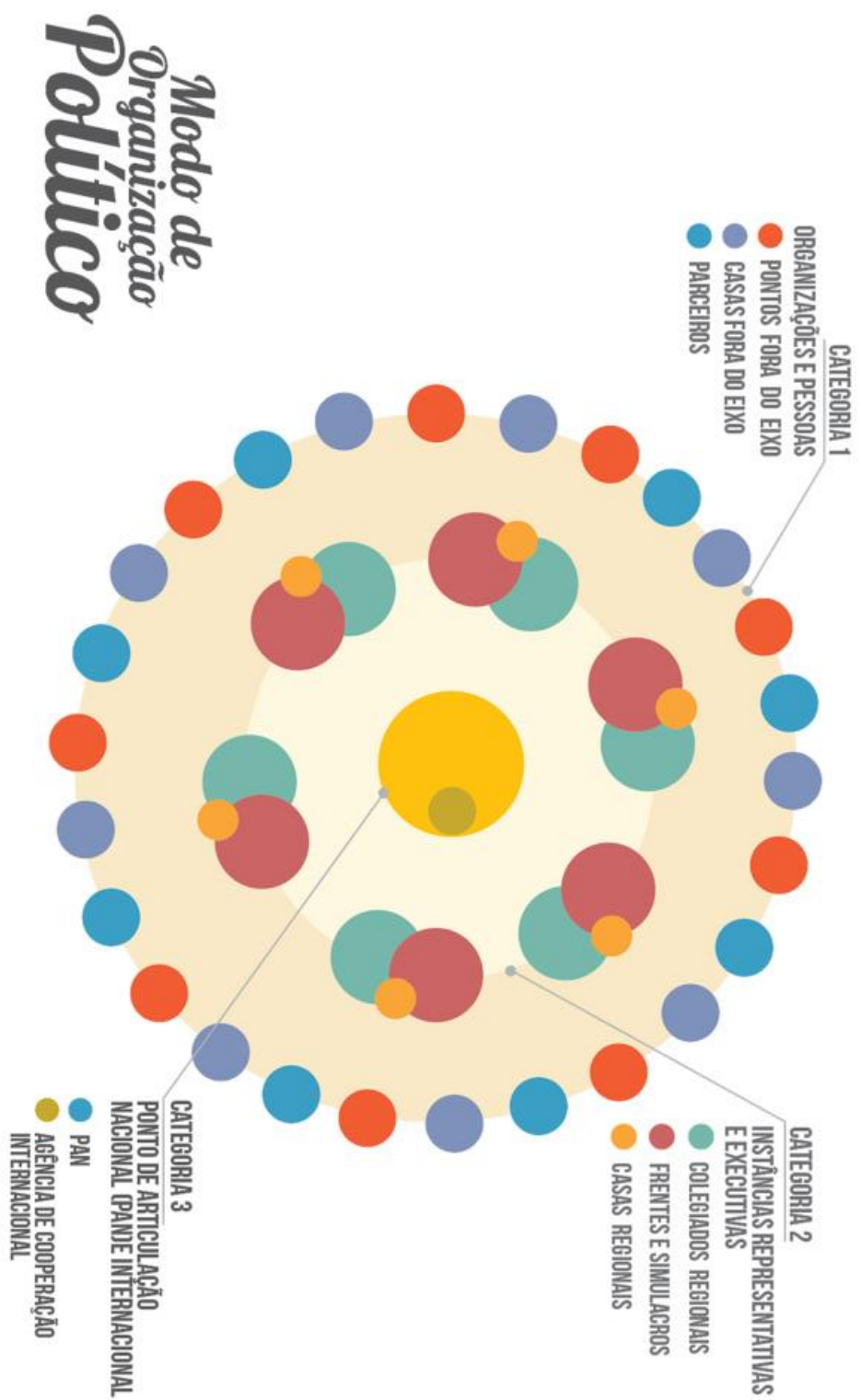
Já no que diz respeito à estrutura territorial, ou seja, a conjuntura física que agrega casas e coletivos alinhados à estrutura temática descrita anteriormente, pode-se dizer que, atualmente o FdE tem se organizado através de três categorias: em primeira instância, está o Ponto de Articulação Nacional (PAN), sediado na Casa Fora do Eixo São Paulo, ou, o “epicentro operacional” da Rede⁴⁸, de onde partem as decisões e direcionamentos que pautam parcialmente as outras parcelas da organização; logo depois, estão as casas coletivas responsáveis pelas articulações regionais: em Belém (Casa FdE Amazônia), em Porto Alegre (Casa FdE Sul), em Fortaleza (Casa FdE Nordeste) e em Belo Horizonte (Casa FdE Minas). Na região centro-oeste, a articulação fica a cargo da Casa das Redes, em Brasília, que surge em 2013 “com o objetivo de ser uma embaixada de representação dos coletivos e redes político-culturais na capital do país⁴⁹” (SAVAZONI, 2014, p.32).

⁴⁶ Carta de princípios FdE. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>. Acesso: 15/05/2015.

⁴⁷ Mais adiante deveremos observar como o FdE se posiciona politicamente, buscando destacar algumas das críticas mais ferrenhas destinadas a Rede. Visto que, as entidades de esquerda não acreditam que o caminho adotado pelo FdE seja uma postura *anti-hegemônica*, enquanto a direita olha com desconfiança seus métodos *ultra-socialistas*.

⁴⁸ Vale salientar que por esta especificidade a Casa SP foi escolhida como local onde se realizou a vivência desta pesquisa, bem como grande parte das entrevistas em profundidade.

⁴⁹ Operação que é financiada pela Fundação Banco do Brasil



*Modo de
Organização
Política*

Figura 2

Logo abaixo das casas regionais estão os coletivos, cuja função é desempenhar a representação local da Rede Fora do Eixo nas cidades onde a organização se faz presente. Muitos desses coletivos vêm, aos poucos, reformulando sua atuação e assumindo-se como Casas Fora do Eixo locais. É o caso, por exemplo, da Casa Mundo, que se mantém desde 2011 em João Pessoa. Nesse nível também estão articulados os Pontos Parceiros do circuito, os quais não estão submetidos aos procedimentos de responsabilidade dos demais integrantes da rede, mas desenvolvem atividades em cooperação.

Para que tudo isso funcione e dê resultados, além de muita *disciplina* outro fator é determinante. Os integrantes desse circuito compartilham não só dos mesmos ideais que fomentam o trabalho, mas também de ideais que fomentam o social. Desta forma, além de viverem, em tempo integral, conectados pela internet, muitos deles habitam a mesma casa, compartilham das mesmas despesas e dividem uma única conta no banco. Como vimos anteriormente, as casas coletivas se estabelecem como uma ruptura, digamos, radical. Quando o coletivo associado ao FdE *evolui* para uma casa coletiva, assume uma postura de total acordo com aspectos dessa cultura juvenil, na qual os princípios da coletividade, do desapego (ao dinheiro, ao consumo, e até mesmos a própria individualidade), da sustentabilidade e do trabalho passam a balizar a vida por completo.

Para os mais entusiasmados, a experiência antropológica a que estes jovens se submetem é o que Cláudio Prado⁵⁰ diz ser a utopia jamais vivida pelos companheiros de sua época⁵¹. Já para Pablo Capilé, o FdE retrata uma juventude que fez da necessidade sua força de mobilização, ou da insatisfação sua articulação:

A nossa geração não tinha uma bandeira muito clara como a dos anos 60, que lutava contra alguma coisa. Nem a crise existencial da turma dos anos 80, que estava tentando se entender. Mas a gente decidiu lutar por alguma coisa. E com a internet apareceu uma possibilidade real de se comunicar, de inventar uma carreira sem precisar passar pelos caminhos corporativos (PABLO CAPILÉ, 2012)⁵².

Ou seja, embora o FdE possa lembrar de muitas maneiras os movimentos de juventude de décadas passadas, assumem uma posição diferente no que diz respeito a uma perspectiva de futuro. Diferentemente do movimento Hippie, ou mesmo dos Punks, o FdE nasce de um projeto para abrir possibilidades de inserção na sociedade, não de exclusão. A contraposição

⁵⁰ Fonte: Revista TRIP 199. Artigo: “Ministério da Cultura. Enquanto o governo vive uma crise no Minc, a Rede Fora do Eixo criou uma nova e independente política cultural”. Publicado em: 12/05/2001. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>. Acesso: 15/04/2014.

⁵¹ Os jovens tropicalistas dos anos 60 e 70.

⁵² Fonte: Revista TRIP 199. Artigo: “Ministério da Cultura. Enquanto o governo vive uma crise no Minc, a Rede Fora do Eixo criou uma nova e independente política cultural”. Publicado em: 12/05/2001. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>. Acesso: 15/04/2014.

feita por eles não vai de encontro às estruturas, mas ao modo como elas operam. O que a fala de Capilé ilustra é aquilo que pudemos observar durante todo o tempo de realização da pesquisa, o Fora do Eixo como um fenômeno que nasce em função da abertura de possibilidades para a juventude. Assim, ao adotarem a economia solidária, as casas coletivas, novas práticas de consumo e trabalho, eles estão tentando mostrar que estão *insatisfeitos* com o modo como a vida vem sendo pensada pelas estruturas sociais dominantes, e que, ao se mostrarem abertos para o diálogo, e ao demonstrarem praticamente o que fazem (e como fazem) estariam dando indícios que as estruturas podem operar de formas mais colaborativas, podem gerar formas de vida mais justas, com maiores possibilidade de escolha e realização, pelo menos é nisso que é preciso acreditar quando se está disposto a vivenciar o modo de vida proposto pela cultura juvenil do FdE.

No levantamento realizado no ano de 2010 pela própria Rede, entre um universo de aproximadamente 300 pesquisados, traçou-se o seguinte perfil dos integrantes do Fora do Eixo: a proporção de homens e mulheres é de 6 para 4; a maioria com idades entre 19 e 35 anos; 1/3 dos ativistas tem ensino superior completo, 1/3 incompleto e cerca de 10% dos participantes já haviam cursado algum nível de pós-graduação (mestrado/doutorado). Universitários e recém-formados, vindos de cidades de pequeno e médio porte ou de capitais de estados do nordeste, centro-oeste e norte. De formações variadas, tendo a produção cultural como elemento articulador, esses jovens encararam o desafio da vida coletivizada como enfrentamento, muitas vezes, ao futuro pré-moldado que os pais sonharam para eles⁵³.

Nas casas e pontos do Fora do Eixo, os moradores não só rompem com os laços familiares, mas reinventam outras estruturas de convivência e novas formas de partilha. Na Casa São Paulo, por exemplo, esses jovens dividem tudo, de experiências pessoais aos guarda-roupas coletivos. Os custos pessoais e da casa são bancados por um caixa coletivo, todos tem acesso ao cartão do banco guardado na gaveta da sala e pra fazer uso dele só precisa justificar (conscientemente, levando em consideração toda a dinâmica da convivência coletiva) sua necessidade. Não há salário ou remuneração em Real, mas há funções, tanto no que diz respeito às responsabilidades com a Rede, quanto com a manutenção dos espaços coletivos e os afazeres domésticos (SAVAZONI, 2014).

“Como gerir uma residência coletiva dividida em campos cognitivos, como isso pode ser construído?”. Essa é a pergunta retórica lançada pelo militante **D.H.** quando perguntado sobre o funcionamento das Casas FdE. Ao longo da conversa o rapaz explica que cada Casa

⁵³ Com base nos relatos e entrevistas em profundidade.

tem uma maneira própria de ser gerida, que cada uma, por si só, é um organismo vivo, que se molda a personalidade de seus moradores, tendo a liberdade para testar as estratégias que melhor cabem na realidade onde estão localizadas, e que melhor casam com as atividades de seus moradores. Buscando contextualizar o funcionamento das casas, **D.H.** exemplifica que a Casa FdE de Belo Horizonte é a casa que melhor trabalha com o sistema de horta vertical, tendo em vista a ambiência da casa e a proposta de seus moradores. Já a casa FdE de São Paulo é a que tem lançado melhores estratégias de economia de água, tendo em vista os severos racionamentos dos anos de 2014/2015. Os contextos são determinantes nas ações que poderão ser destacadas no funcionamento das casas, mas todas as experiências (boas e más) são compartilhadas no *Compacto TEC*, o banco de *tecnologias sociais* (TEC's) no qual são depositadas as soluções para os problemas (dos mais simples, aos mais complexos) de gestão das casas coletivas.

De acordo com **D.H.** – que no período das entrevistas tinha acabado de chegar da Casa FdE Rio de Janeiro para assumir a frente de residência da casa São Paulo – todas as funções dentro da casa são vitais ao organismo do FdE, não havendo distinção entre as funções domésticas e as funções de campo. Para ele, a lógica de funcionamento do coletivo e a manutenção da estrutura das casas estariam ligadas ao cuidado com os recursos humanos e ao reconhecimento das tarefas empreendidas por todos dentro da Rede, atribuindo o sucesso das atividades desempenhadas outras áreas ao bom desempenho dos que trabalham diretamente com o setor de bem estar:

Se pensa muito na gestão dos recursos, mas a gente também pensa na gestão de pessoas. São pessoas que estão aqui, não são máquinas. A gente não precisa somente repor baterias ligar e desligar, a gente precisa trabalhar diretamente com o banco de estímulos dessas pessoas. E isso está relacionado á várias coisas dentro da residência. Desde a pessoa acordar para trabalhar e o espaço está bem organizado, pra que ela sinta fluidez e não tenha que arrumar o espaço para que depois ela pense no seu trabalho. A residência também pensa nas refeições, o que cada um gosta de comer, busca elaborar cardápios, para aquele momento que a pessoa, depois de um fluxo de trabalho grande possa parar e se alimentar com aquilo que ela gosta. Uma alimentação saudável, que pensa na qualidade alimentar, vai tentando entender as pessoas e gerar quadros que vão desde os ambientes de descontração até esses de recompensa, uma boa alimentação, de um espaço legal para se trabalhar. A frente de residência dá base para a construção coletiva. A equipe que pensa isso está pensando junto com a equipe de mídia, e de cultura. Uma ação que é incubada na casa passa pela mão de todo mundo. Desde a frente que está mais no pensamento, a que está mais no físico e estrutural da questão (**D.H.**; articulador da frente de residência do FdE, Casa FdE-SP, maio/2015).

Ainda em sua fala, **D.H.** atenta para o fato de que as tarefas são divididas de acordo com a quantidade de pessoas que estão na Casa, e suas aptidões, havendo rodízio de tarefas e a possibilidade “de se apreender quando não se sabe”. Para o militante as funções seriam incorporadas de maneira muito “orgânica”, contudo pontua:

Quando a gente pensa em uma casa Coletiva, a agente acha que todos têm que estar trabalhando ativamente para a manutenção da casa. Mas por exemplo, eu estou dentro da casa, convivendo em um processo de ativismo que está acontecendo na casa, que acontece desde as redes sociais, então, eu que não faço fotografia, não faço cobertura dos atos que acontecem na rua, eu não sou cobrado por não fazer isso, isso não está ligado ao meu banco de estímulos, não é necessariamente o que eu faço. Então eu também não cobro das pessoas que todas elas cozinham, que todas elas sejam aptas a limpar e higienizar os espaços, porque isso está muito dentro do banco de potencial. Tem pessoa que por si só já é muito organizada. Por exemplo, antes delas começarem a trabalhar elas limpam a sala de trabalho, ou quando vai comer, pensar que não vai fazer apenas para ela, e com isso a gente vai entendendo quem são essas pessoas e começa a pensar no que é trabalhar o banco de estímulos dessas pessoas dentro deste processo da residência também. É usar o ambiente também como um processo de formação, despertar o estímulo, tornando as tarefas pesadas mais leves (**D.H.**, articulador da frente de residência do FdE, Casa FdE-SP, maio/2015).

Conforme podemos observar, o insumo do trabalho de que a Rede depende é o estímulo, ou seja, diferentemente do modelo convencional, no qual as riquezas são todas escassas, petróleo, água, energia, o Circuito trabalha com um banco de estímulo e criatividade. Para eles essa é a grande vantagem do modelo econômico que adotam. Afinal, num sistema no qual o insumo é a criatividade, a escassez que gera os conflitos capitalistas parecem não assombrar. Contudo, é importante dizer que, apesar do desapego ao dinheiro e as formas tradicionais do trabalho, o que pudemos perceber é que não há restrições, limites, quando se fala do tempo dedicado ao trabalho criativo. Embora, busquem pontuar essa distância com o sistema capitalista, observamos uma tendência que beira uma dinâmica tão produtivista quanto a abalizada pelo capitalismo.

Apesar de toda essa *produtividade* criativa, não é só de criatividade se mantêm os espaços. Há também recursos financeiros em moeda corrente que vêm dos projetos empreendidos. Em geral, produções culturais financiadas por editais, leis de incentivo, ou patrocínio privado, além da renda gerada pelos espaços culturais geridos pela maioria dos associados, preveem o pagamento da gestão administrativa e do trabalho efetuado. São esses valores que, recebidos por alguma das organizações que compõem o leque institucional do FdE, são depositados no caixa comum e cobrem os custos essenciais da Rede (SAVAZONI, 2014).

A frente deste modelo de gestão financeira está o simulacro Banco, responsável por gerir não só o fluxo em moeda corrente, mas também as moedas sociais e principalmente, os recursos humanos. Ou seja, fica a cargo do Banco FdE articular tanto formas de captação de recursos em Reais, como quantificar e gerir as “reservas solidárias”. O banco também administra o Fundo Nacional do Fora do Eixo, o caixa coletivo que busca articular o fortalecimento financeiro dos coletivos-membros (SAVAZONI, 2014). Como explica L.A., responsável pela frente de finanças da Casa SP, o Banco FdE lida com vários tipos de recursos diferentes, sendo bem mais amplo e complexo do que uma administração empresarial:

A gente entende, antes de tudo, que dinheiro não é o único recurso viabilizador. A gente lida com vários tipos de recursos. Desde os recursos intangíveis, que são nossos sonhos, anseios, e nós mesmos. Aos recursos que chegam por meio de projetos e editais. O interessante é se perguntar: “o que eu sei fazer?”, para então lidar com a viabilização mais generosa dessas ações (L.A.; frente de finanças, Banco FdE, Casa FdE/SP, Maio/2015).

Apesar de não se configurar como uma grande novidade no que se refere à economia solidária, o sistema econômico partilhado pelo FdE se apresenta como inovação na medida em que aplica estes conceitos à produção cultural, ressignificando o trabalho no campo da cultura; da música, da fotografia, das artes visuais, etc.. Ao estabelecer o “*artista igual pedreiro*”, o FdE retira a áurea de “estrela” do artista, apontando para a premissa posta de que, dentro da Rede, o artista não exerce papel diferente (e/ou privilegiado) de outros agentes, e deve ter como foco a sustentabilidade de sua carreira – ou seja, uma forma de viver de sua criação (SAVAZONI, 2014).

Para Barcellos, o Fora do Eixo e os processos desencadeados pelos coletivos integrantes da Rede foram profundamente influenciados pelas transformações que ocorreram na indústria fonográfica de maneira geral. Para a autora, a formação da Rede está ligada principalmente a descentralização de processos importantes dentro da cadeia da música, a entrada dos pequenos produtores num espaço de atuação – antigamente restrito ao domínio das *majors* – e o maior acesso às tecnologias de produção, que acabaram por facilitar a atuação de novos atores (BARCELLOS, 2013).

Conforme Barcellos, a reconfiguração deste mercado põe os movimentos culturais, tais como o Fora do Eixo, frente a frente com uma nova forma de hegemonia, distinta da anterior, uma hegemonia cheia de lacunas, na qual “a forma de operar da indústria passou a fazer sentido para um número cada vez menor de pessoas, quer sejam elas produtores, artistas,

ou mesmo o próprio público, abrindo um pouco mais o campo para o travamento de novas disputas em torno destes sentidos” (BARCELLOS, 2013, 168).

Outro ponto a ser colocado sobre o surgimento e a abrangência do Fora do Eixo, é o contexto histórico e político em que esta experiência se desenvolve. Pode-se dizer que o FdE eclode num momento propício, afinal no cenário da primeira década do século XXI enquanto os mais diversos coletivos juvenis surgiam pelo Brasil, o mercado em sua forma mais vertical sofria com a transição abrupta em diversos setores. Transições que englobavam desde a desvalorização dos CDs a transição para o governo Lula, trouxeram consigo os ideais tropicalistas para o *planalto central do país* na figura do Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Que não tardou em anunciar políticas que “reconheciam as novas tecnologias digitais não só como inevitáveis, mas também como libertadoras. A ordem era descentralizar, sair do eixo e digitalizar comunidade” ⁵⁴ através de Pontos de Cultura, da luta pelos softwares livres, Creative Commons, entre outras propostas que reforçavam uma convergência inédita na qual governo e guerrilheiros culturais comungaria dos mesmos princípios.

Ao afirmar que “toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo” ⁵⁵, Gilberto Gil sinalizou que os anos seguintes seriam marcados por um movimento conjunto de repensar a cultura brasileira, partindo dos pequenos polos, incentivando a produção local, sendo o Brasil e o MinC, em seu mandato, “o espaço da experimentação de rumos novos”, da “aventura e da ousadia”. E o foi, sem dúvidas, um projeto político-cultural de esquerda sem registro anterior na história brasileira⁵⁶, de desenvolvimento nas dimensões do simbólico, cidadã e econômica (BARCELLOS, 2013). A conversão de um Ministério da Cultura com princípios ampliados nesses três setores e um período de ascensão das novas tecnologias de informação e comunicação possibilitou uma efervescente jornada pela democratização do acesso às TIC’S, o que gerou mudanças nos hábitos de consumo, produção e circulação de comunicação e cultura, especialmente nas regiões consideradas periféricas (BARCELLOS, 2013, p. 56).

De acordo com a autora:

[...] neste contexto, embora o mercado continue desempenhando papel relevante no campo cultural com o predomínio do financiamento à cultura

⁵⁴ Idem

⁵⁵ Gil, 2003, discurso de posse. Disponível em:

http://www.UNESCO.org.br/publicacoes/livros/politicasculturais/mostra_documento. Acesso: 21/12/2015.

⁵⁶ AVELAR, I. O PT e a política cultural de esquerda no Brasil: uma história acidentada. Revista Fórum. abril, 2011. Disponível em http://www.revistaforum.com.br/noticias/2011/04/05/o_pt_e_a_politica_cultural_de_esquerda_no_brasil_uma_historia_acidentada. Acesso: 18/04/2014.

por meio das leis de incentivo, o Estado ampliou sua atuação no campo e deixou mais evidente a lacuna na perspectiva hegemônica, abrindo possibilidades para uma disputa do significado de cultura e, de certa forma, empoderando novos grupos para fazer parte desta disputa, dentre os quais figura o Fora do Eixo (BARCELLOS, 2013, p. 187)

Diante disto, podemos dizer que a conjuntura de transformações do início dos anos 2000 cria um contexto favorável no qual a sociedade – e a juventude, passa a ter acesso à possibilidade de *se organizar*. As mudanças na postura do Estado em relação à cultura e aos movimentos sociais, agregado a popularização e barateamento das tecnologias, acabam por possibilitar a intensificação de trocas e o surgimento de redes de ações e de intercâmbio de experiências tal qual o FdE.

No caso da Rede, não são só as bandas de garagem que passam a circular por todo o Brasil, mas, também, ideias, soluções e tecnologias. Para Barcellos é “nestes encontros, virtuais ou presenciais, [que] vai se construindo uma percepção conjunta de terem suas identidades historicamente negadas pela perspectiva hegemônica, possibilitando o estabelecimento de equivalências entre suas demandas, mesmo que de forma parcial e incompleta” (BARCELLOS, 2013, p.188).

É nesse sentido também que o FdE vai formando seu entendimento político, estreitando laços com a esfera da política institucional, simulando um partido que possa dialogar diretamente com esse mecanismo de poder. É assim que o *simulacro Partido* surge, voltado inicialmente para administrar os diálogos a respeito das demandas de políticas culturais, para mais tarde, reconhecer a importância de se engajar em outras lutas, de estimular a participação, estimular seus coletivos a destacar membros para integrarem conselhos municipais, estaduais e o federal: ocupar assentos em fóruns consultivos e deliberativos, estabelecer interlocução com vereadores, deputados estaduais e federais, no intuito de criar bancadas em defesa das políticas culturais, de meio ambiente, direitos humanos e participação social (SAVAZONI, 2014, p.31).

A partir dessa abertura para novas experiências e relações trazidas a vigor de um novo século é que vão se aprimorando, ou melhor, se vão criando novas demandas dentro do FdE. Para Felipe Altenfelder, um dos responsáveis pela mídia da Rede, o contexto vivido no período “só potencializou o que o Fora do Eixo já fazia, só possibilitou o reconhecimento de outros grupos e da adoção de outras estratégias” ⁵⁷. Sendo a gestão política da Rede um grande exemplo disso: do primeiro momento, ensimesmado dentro de políticas culturais, ao reconhecimento de outras duas dimensões – sendo a primeira referente à atuação política do

⁵⁷ Em entrevista a Barcellos (2013).

FdE na interlocução com a classe política tradicional, sem distinção partidária apriorística; e a segunda ligada a articulação, cada vez mais expressiva, do FdE junto a outras organizações da sociedade civil, com especial atenção para os movimentos que se articulam simultaneamente nas redes sociais e no espaço público urbano (SAVAZONI, 2014).

Nesse quesito, destacamos a atuação do *simulacro Mídia*, hoje, a principal aposta da Rede, e no qual estão depositados os maiores investimentos do coletivo – tanto sob a forma de estímulo quanto de moeda corrente. Visto que, não seria exagero afirmar que essa atuação política, muito se dá em decorrência da grande estrutura midiática cultivada pelo FdE, que acumula em seu currículo um leque variado de atuações expressivas, que vão desde ações de mobilização em redes sociais, como Twitter e Facebook, criação de programas de TV pela internet, Pós-TV, à transmissão ao vivo e registro fotográfico de ações e de protestos encabeçados por organizações e movimentos parceiros – em grande parte, movimentos de representação das minorias, com pouca visibilidade nos meios tradicionais de mídia.

Não é de se estranhar, que apesar da trajetória de dez anos de atuação, a Rede tenha ganhado grande destaque através de sua face mais visível: sua plataforma multimidiática. Pode-se dizer que é só a partir do momento em que a Rede passa a se organizar como uma plataforma de comunicação digital *em rede* e a serviço de causas políticas invisibilizadas pela mídia hegemônica, que recebe os holofotes da sociedade vigente. Principalmente, a partir do momento em que a rede incuba a Mídia NINJA, propondo uma nova maneira de compreender os fatos e de legitimar informações – antes, apenas articuladas pela grande mídia.

Tendo em vista a extensão do debate que engloba os dois últimos simulacros e a importância de uma abordagem mais detalhada de suas atividades – o que também corresponde a um dos objetivos relevantes para a obtenção dos resultados pretendidos por esta pesquisa – é que dedicaremos o Capítulo 4 a entender melhor como funcionam estas esferas de atuação do FdE, pontuando, principalmente, como se constitui o ativismo político da Rede, e como este comunga dos princípios do FdE, mesmo situado dentro de um contexto que envolve as delicadas relações que despontam entre mídia e política. Antes disso, porém, nos dedicaremos, ao longo do próximo capítulo, a discutir mais detalhadamente alguns aspectos levantados até este ponto da discussão, igualmente necessários à compreensão do funcionamento do Fora do Eixo.

3. Cultura, Rede e Política: Entre o desejo individual e o projeto coletivo do FdE

Uma vez que já observamos os mecanismos que despendem dessa organização, verificamos a importância de tentar compreender o que instiga a juventude engajada ao projeto do FdE a doar seu tempo, energia e força de trabalho (como eles mesmos colocam) por uma organização que não pressupõe uma forma real (ou, em moeda corrente) de remuneração. Posto que, já discutimos os conceitos de juventude, descrevemos o perfil da juventude engajada a Rede e ao seu modo organizativo, precisamos compreender como tudo isso se faz possível, o que mantém estes jovens *conectados* e de que *cultura juvenil* estamos falando.

Desta maneira, pretendemos ressaltar como se constroem as relações individuais dentro do coletivo, observando a coesão do grupo mesmo diante das mudanças de perspectivas que se estabelecem nas atividades da Rede, buscando compreender como este grupo de jovens constrói uma cultura juvenil ligada a um modo de vida que envolve simultaneamente: organização em rede, hierarquia e autonomia, uma crítica ao capitalismo e a sociedade de consumo, a incorporação de uma nova ética do trabalho, bem como, a manutenção de uma vertente ativista que atualmente tem conduzido a Rede em uma travessia entre o campo da cultura e o da política, elementos fundamentais para a compreensão do próprio plano de *disputa*, ou de mudança da realidade social, requerida pelo Fora do Eixo.

3.1 O Eu e o Coletivo: confiança, autonomia e solidariedade

Conforme apontamos anteriormente, alguns dilemas considerados típicos da juventude contribuem, em grande medida, para entrada desses jovens na estrutura organizada pelo FdE: as dificuldades em relação à inserção no mercado de trabalho, o conflito com a cultura paterna, e a necessidade de autonomia financeira são apenas uns dos fatores que congregam na formulação dessa cultura juvenil contemporânea marcada por contrastes, criatividade e uma noção de bricolagem⁵⁸ extrema.

Diante disto, nos propomos a construir um breve panorama, fundamentado nas observações feitas em campo e nas respostas obtidas através das entrevistas, de como se

⁵⁸ Mais uma vez, fazemos referência ao conceito de Lévi-Strauss (1962). Para o autor, “o *bricoleur* é aquele que executa um trabalho com as próprias mãos empregando instrumentos distintos daqueles usados por um profissional. Observando-o, o que chama a atenção é sua capacidade de adaptar-se aos materiais disponíveis, de construir passo a passo o equipamento necessário. Na falta de um projeto específico no início, as ferramentas são criadas ao sabor do momento” (LECCARDI, 2005, p.46).

articulam os desejos individuais com as vontades coletivas. Percorrendo os conceitos de confiança, autonomia e solidariedade, tentaremos observar como essas noções se fazem essenciais na construção do projeto social e político da Rede.

Para tanto, buscaremos refletir sobre como se estabelece a *hierarquia* dentro do movimento, analisando o *lastro*, expressão que designa o acúmulo subjetivo de força que um determinado integrante possui para desenvolver uma tarefa no coletivo; o *banco de estímulos*, que segundo Fonseca (2013, p.10), envolve a “valorização do ego e da autoestima de uma pessoa” para mantê-la motivada a desenvolver as atividades que a Rede necessita; e a compreensão, reforçadas nas atividades diárias dentro das casas, de que é necessário estabelecer e incentivar a *liderança* (de certa forma, vertical) para que se possa criar um sistema horizontal.

Nosso primeiro passo, em busca dos elos que evidenciem as conexões necessárias entre a formação do *eu* e do *coletivo* para a coesão da Rede, será o entendimento do sentido de *confiança* que se estabelece entre os militantes do Fora do Eixo. Afinal de contas, a recorrência do termo nos depoimentos concedidos para esta pesquisa – bem como, em outras entrevistas disponíveis online – evidenciam a perspectiva já revista acima, de que a experiência coletiva inaugurada pelo FdE se estabelece não só como um projeto contra-hegemônico, mas também como um fenômeno sedimentado dentro de uma perspectiva de *segurança*.

De acordo com Giddens (1991), em sua interpretação de *confiança nos sistemas abstratos*, a noção seria um componente indispensável na complexidade da vida moderna contemporânea, isto porque, para o autor, na *sociedade de risco*, permeada pelo constante sentimento de insegurança, a confiança funcionaria como uma chave para a continuidade do exercício das atividades cotidianas, ao possibilitar um ambiente de segurança em relação ao funcionamento dos sistemas, reduziria a percepção de vulnerabilidade a que estamos submetidos.

Neste sentido, a confiança nos sistemas reduziria a complexidade social, visto que ao se confiar, *se crê* no funcionamento perfeito das estruturas a nossa volta, mesmo que não se tenha acesso a informações disponíveis sobre determinado processo, como por exemplo, voar de avião (GIDDENS, 1991). Na medida em que confiamos, superamos a ausência de informações, generalizamos a expectativa de comportamento de determinado sistema, e vivenciamos uma “experiência *que* se baseia geralmente num equilíbrio entre confiança e risco aceitável” (GIDDENS, 1991, p.43).

Para Giddens (1991), o risco consciente existe quando se renuncia a uma parcela de informação em função de resultados de benefícios que se pretende com a ação do outro. Já a confiança, refere-se à crença, considerados os riscos envolvidos, na probidade ou na correção dos princípios de uma *pessoa* ou um *sistema* para realizar ações em favor do confiante, funcionando como um catalizador de possibilidades diante da aceitação de circunstâncias nas quais “outras alternativas são amplamente descartáveis” (GIDDENS, 1991, p. 93). Confiança e risco caminham juntos, sendo a confiança um elemento amortecedor dos perigos cotidianos.

Ao situar a confiança no plano das relações interpessoais, Giddens (1991) aponta:

A confiança em sistemas assume a forma de compromissos sem rosto, nos quais é mantida a *fé* no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante. A confiança em pessoas envolve compromissos com rosto, nos quais são solicitados indicadores de integridade de outros (no interior de arenas de ação dadas) (GIDDENS, 1991, p.91).

Desta forma, quando nos propomos a discutir as relações de confiança dentro da Rede Fora do Eixo, ambas as perspectivas podem ser apontadas. Tanto no que se refere ao funcionamento do sistema, quanto no compromisso das pessoas, que, nesse caso, como aponta o depoimento do militante **C.B.**, são a engrenagem para o funcionamento do próprio sistema:

O que move tudo isso daqui são as pessoas. A coisa mais importante nesse movimento são as pessoas, que vivem disso, que dão a vida pra isso, que não recebem salário por isso. Se uma pessoa tá mal, a gente para tudo... Esse carinho, *confiança*, respeito, é parar para entender uma pessoa sem que ninguém fique devendo nada a ninguém. É uma relação que vai para além do econômico. O lado humano precisa ser melhor compreendido lá fora. É a questão do *respeito e da confiança*. Se eu não confiar no que o **R.V.** saiu agora para fazer – e eu não sei pra onde ele foi agora –, se eu não confiar no que ele está indo fazer, provavelmente o movimento não vai andar da forma que era pra andar. Então, eu acho que o processo de confiança aqui dentro e de respeito é algo que a gente tá levando para fora. E é fundamental para uma rede (**C.B.**; fotógrafo Mídia NINJA, Casa FdE São Paulo, Maio/2015).

Para **R.L.**, produtor cultural da Casa Mundo em João Pessoa, o sentido de confiança estabelecido pelos membros da Rede se confirma enquanto um *pacto* necessário para que o projeto social do Fora do Eixo se estabeleça. Tanto para **R.L.**, quanto para **C.B.**, o sentimento de confiança é o que alicerça e perfila as relações e práticas coletivas, bem como as realizações individuais dentro do FdE:

A primeira questão (quando se integra o FdE) é de um pacto que tem que ser feito entre todos, um pacto de confiança. A principal moeda de tudo isso é a confiança. A gente tenta ser muito verdadeiro, muito transparente, com as coisas individuais. Essa sinceridade é algo orgânica, do dia a dia, a gente tem agendas compartilhadas, a gente sabe o que o outro vai fazer, não como uma questão de controle, mas como uma questão de transparência. A gente não

tem o que esconder do outro. Afinal a gente divide as nossas vidas, há uma relação afetiva muito forte, e acima de tudo, um objetivo coletivo, as pessoas não estão aqui (não mais) pensando no desenvolvimento da sua carreira particular, do seu status, a gente está aqui por que a gente tem sonhos, causas, lutas, vontades que caminham para um objetivo só (R.L., produtor cultural, Coletivo Mundo, João Pessoa, junho/2015).

De acordo com Novelli (2008), sem confiança, o homem orienta-se para si, observando os outros, não como elos complementares às realizações, mas, como elementos que se contrapõem a elas. Já o homem guiado pela confiança, vivenciaria um ciclo de transformações pontuadas pelo aumento de experiências, pela percepção de um risco menor no empreendimento de iniciativas e inovações, o que reduziria a sensação de vulnerabilidade em relação ao ambiente moderno complexo e geraria mais confiança (NOVELLI, 2008, p.90). Para o autor, ao oferecer estabilidade, a confiança imprime segurança nas relações sociais, minimiza a possibilidade de rupturas, fortalece a capacidade de ação, aumenta a colaboração e auxilia a mobilização de equipes para ações integradas e coletivas, tornando-se um recurso com o qual se conta para uma existência dirigida ao agir e à mobilização (NOVELLI, 2008).

Posto isto, podemos dizer que muito da perspectiva de confiança trazida por Novelli (2008) é encontrada nas falas dos membros do FdE; o reconhecimento do outro, a identificação com o outro, e, principalmente, o entendimento do outro enquanto um elo para realização pessoal, são elementos que configuram as relações entre os militantes da Rede num campo de igualdade. Neste contexto, a confiança (no outro) possibilita a criação de um ambiente no qual os interesses são compartilhados, retirando os jovens integrantes do Fora do Eixo de um contexto de insegurança, diminuindo os riscos associados à frustração e instabilidade (NOVELLI, 2008).

Este aspecto da *confiança* gerada pelo Fora do Eixo é algo bastante peculiar, vez que acompanha toda uma ideologia comunitarista, digamos assim, que converge com os comportamentos do grupo. Assim, a confiança vivenciada por estes jovens apresenta ainda outra característica pontuada por Novelli (2008) e que reflete diretamente na importância da autonomia individual como ponto relevante a segurança do projeto coletivo. Assumindo que “o caráter sustentável da confiança e o seu efeito redutor da complexidade têm como alicerce considerar o interlocutor como verdadeiramente livre e consciente de seu papel cooperativo para com os demais”, Novelli (2008) situa a confiança numa relação “entre iguais – simétrica e harmoniosa – com o fim de abrandar incertezas e alavancar ações” (NOVELLI, 2008, p.79).

Vale salientar que a perspectiva de Novelli (2008), assim como a de Giddens (1991), aponta para a confiança como um fator decisivo na vida contemporânea, vez que a mudança

estrutural advinda com a modernidade reflexiva – a mesma assinalada por Dubet (1998) como responsável pela desinstitucionalização do social – obriga os indivíduos a se libertarem das expectativas normativas das instituições e se engajarem no monitoramento reflexivo dessas estruturas, assim como no monitoramento da construção de suas próprias identidades. Sendo a confiança um aspecto emergente num contexto no qual as instituições tornam-se reflexivas e a antiga supremacia dos especialistas está aberta a críticas e à contestação (NOVELLI, 2008).

Diante deste cenário de ambiente social cada vez mais complexo, e da vulnerabilidade eminente do ser, Novelli (2008) acredita que a prática da confiança se estabelece como um antídoto, atuante na redução tanto da complexidade quanto da vulnerabilidade, simplificando problemas e reforçando iniciativas. Para o autor, evitar a prática da confiança, “causa aflição, insegurança e, portanto, vulnerabilidade sem, na maior parte das vezes, estar-se consciente dessa situação” (NOVELLI, 2008, p.76).

O fotógrafo **C.B.**, ainda falando sobre a prática da confiança dentro Rede, observa:

Aqui tudo se estabelece na base da confiança. Um vai confiando no outro, vai respeitando o outro, e a parada anda mais rápido. Quando você vai pro mundo lá fora e você não tem isso... Quando as pessoas confiam em você pelo que você tem, e não pelo que você é, é uma relação muito mais complicada. Tem muita gente que não entende a gente não ser movido pelo dinheiro e sim pelo tesão. A gente não trabalha por dinheiro, mas sim com o que a gente gosta. A lógica tradicional, essa lógica que a gente vive, precisa ter um pouco mais de carinho, respeito, confiança (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Não é que a dinâmica da confiança que se estabelece dentro do FdE seja diferente de outras perspectivas de confiança. Contudo, assim como assinala Novelli (2008), a prática da confiança que se estabelece entre eles se propõe dentro de uma atmosfera de igualdade, ao criticar a “lógica tradicional” **C.B.** demonstra sua insatisfação com o ambiente social complexo exterior ao FdE e a mediação das relações, vista por ele, como alicerçada numa confiança meramente financeira. Neste sentido, o militante aponta para perspectiva vivenciada na Rede, como um caminho, ou um antídoto para este problema.

Novelli (2008) compreende que:

Confiar é opção que facilita o acolhimento da inovação e suscita a crença em soluções de problemas coletivos. Reconhecer a relevância da confiança nas relações sociais especificamente no âmbito das organizações demanda compreender uma circunstância que denuncia a condição humana: lidar com a complexidade do ambiente e reagir à sensação de vulnerabilidade que se instala frente a esse ambiente. Os estudos teóricos defendem a tese de que a confiança contribui para uma existência mais tranquila do homem no complexo ambiente que o rodeia, mesmo quando assume ou percebe os riscos que corre em confiar nos outros (NOVELLI, 2008, p.74/75).

Outro ponto importante a ser discutido dentro dos riscos assumidos no contexto de confiança estabelecido pelos membros do FdE é a perspectiva de *autonomia* e *liderança* que se desdobram nessa relação. *Curiosamente*, o discurso dos militantes entrevistados para esta pesquisa, é uniforme, todos concordam que a confiança é o ponto de intersecção que possibilita a experiência coletiva, e que esta, é também o ponto de fortalecimento da proposta de democracia sugerida pelo FdE. Contudo, ao passo que defendem um projeto pautado na igualdade, no associativismo, cooperativismo, e na busca pela superação do individualismo⁵⁹, reconhecem que a política interna da Rede comunga de uma noção de hierarquia que não é integralmente horizontal, sendo um projeto imerso também em direcionamentos verticais e disciplinadores, que, conforme os entrevistados, não funcionaria como um mediador de poder, e sim como estratégia de incentivo à participação, a cooperação e a liderança.

Conforme podemos observar na fala de **C.B.:**

Nós não estamos num processo totalmente horizontal. Ele tem verticalidades, é a favor da maior quantidade de lideranças. Quanto mais lideranças tiverem, mais gente empoderada. Esse é um ponto da nossa estratégia de democracia, o outro ponto que a gente criou, e que é outro ponto em que a democracia tem que avançar, é a questão do *respeito e da confiança* (C.B.; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Na fala da militante **L.A.** esta perspectiva da autonomia, da responsabilidade, do incentivo à liderança, e essa dualidade entre horizontal e vertical, ficam ainda mais evidentes, principalmente quando ela pontua que o processo de autonomia pessoal está conectado com a disponibilidade que os sujeitos apresentam em galgar determinados estágios de liderança:

Acho que existe um processo de autonomia muito diferente daquele que eu já vi em outros movimentos. A nossa autonomia está muito ligada à conquista de confiança e legitimidade. É algo que envolve muito seu compromisso com a causa. A nossa relação não é só de trabalho, é também de vida, cotidiano. A gente tem que contribuir com o ambiente, de forma geral. Ao conquistar a confiança nesses espaços, de pessoas que já estão estabelecidas, você firma sua autonomia, você vai adquirindo legitimidade. [...] Se eu quero, ou não fazer algo, não é uma quebra de autonomia, é o reconhecimento do meu lugar no processo. E ele justo enquanto todos que querem participar têm a mesma oportunidade. Mas é uma formação, é uma construção de autonomia e legitimidade. Eu tenho autonomia para ir caminhando. Eu não tenho que perguntar a opinião de todos, a todo momento. A confiança está nisso. Executar. Eu tenho autonomia para resolver o que está dentro do meu campo (L.A.; frente de finanças, Banco FdE, Casa FdE/SP, Maio/2015).

⁵⁹ De acordo com a carta de princípios do próprio movimento.

Apesar de ser perguntada várias vezes sobre as aspirações pessoais e o sentimento de autonomia pessoal, a militante mostrou, claramente, que o projeto de vida que ela possui, atualmente, é o FdE. Neste sentido, sua *confiança pessoal* e *autonomia*, estariam diretamente relacionadas com as atividades desenvolvidas dentro do coletivo. Sendo suas aspirações – bem como as dos outros entrevistados – voltadas para o crescimento pessoal dentro da Rede, e para o sentimento comum de fortalecimento dos projetos ministrados pelo FdE para que este, possa, de fato, entrar na disputa por um espaço na esfera pública.

Para Novelli (2008), quando a confiança predomina em determinado ambiente, cresce o sentimento de autoestima, o que, por sua vez afeta positivamente a atitude de assumir riscos, tentar novas alternativas e lidar com a incerteza e ambiguidade. Ou seja, se estabelece um ciclo que vai do pessoal ao organizacional: na medida em que a confiança no sistema aumenta, aumenta consigo a segurança cotidiana, que gera confiança em si (ou a segurança pessoal), que, por sua vez, imprime segurança nas relações sociais (NOVELLI, 2008).

Adaptando este ciclo para o que existe dentro do FdE, podemos dizer que, ao adentrar na atmosfera da Rede, o sujeito é motivado a tomar iniciativas em relação ao trabalho que pretende desempenhar no Coletivo, para isso, ganha autonomia para desenvolver suas ações, a cada passo dado na direção correta, o membro adquire mais confiança em si, mais autoestima, e com o estímulo que recebe (dos outros integrantes e da própria Rede) mantém-se confiante em relação ao sistema (o FdE), e assim por diante.

Como sugere Peyrefitte (1999):

A confiança em si é necessária quando se quer autonomia, assumir riscos, provar capacidades e aceitar responsabilidades, acreditar em seu próprio julgamento. Confiança no outro é requerida para delegar, descentralizar, tolerar divergências, saber trabalhar em equipe e procurar associações (PEYREFITTE, 1999, 449-450 apud NOVELLI, 2008, p. 76).

O que a Rede faz é *conceder* essa autonomia inicial para que a confiança pessoal cresça. Ao motivar seus membros, recompensando-os e estimulando-os, eleva a autoestima e aumentam a confiança no sistema em que estão inseridos, criando militantes instigados e engajados no trabalho em equipe. Ainda sobre este aspecto, a fala a seguir, do produtor cultural **R.L.**, marca a visão construída pelos membros do coletivo sobre autonomia e liderança:

A autonomia pessoal dentro do FdE é garantida a partir do estímulo... A gente é o tempo todo estimulado uns pelos outros e pela própria Rede, a ser muito protagonista, a se empoderar dos espaços, de puxar as pautas, de construir redes em volta de suas vontades também. Isso contribui com o fortalecimento do indivíduo, de todo mundo acreditar que é capaz de ir lá e fazer, sair de uma passividade, e começar a ser ativo, proativo, tomar um

passo e fazer (**R.L.**; produtor cultural, Coletivo Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Observamos que, na fala desses jovens a percepção de autonomia está entrelaçada ao que pode ser feito, ou não, para e pela Rede. Ao exemplo desta, em nenhuma das outras entrevistas, a autonomia é relacionada a uma esfera íntima ou particular, a autonomia individual parece condicionada ao que se pode fazer para que o coletivo ganhe visibilidade e protagonismo. Mesmo quando desenvolvem atividades relacionadas a gostos individuais específicos, essas atividades precisam, necessariamente, estar relacionadas à Rede. Neste sentido, o que nos parece é que essa *autonomia concedida* é uma espécie de estratégia de gestão de pessoas, uma forma de manter a coesão grupo, fazendo com que a sensação de liberdade advinda desta autonomia, seja revertida em mais trabalho para a Rede. O que nos leva a refletir sobre os questionamentos que o Fora do Eixo faz ao sistema empresarial e utilitarista, será mesmo que essa releitura se faz tão distante assim dos moldes hegemônicos?

O que nos parece é que um membro do FdE, que seja atuante na Rede e que viva nas Casas coletivas, não pode vestir outras camisas: pode se relacionar com outros movimentos, com outros coletivos, mas não de maneira independente, essa relação tem que ser sempre pensada enquanto agente do FdE, fortalecendo a participação da Rede em todos os espaços possíveis. Atingir os patamares mais altos no *lastro* do FdE parece ser a única via para obtenção de maior autonomia, ainda que as ações do coletivo se voltem para o mundo exterior, seus membros parecem bitolados aos limites da Rede. Ou, como veremos adiante, existe uma anulação do pessoal em pró dos objetivos coletivos – explicada por Castells (2013), como a transição do *individualismo* para a *individação*.

A explicação sobre este aspecto particular de compreensão de autonomia pode ser feita a partir da fala do militante **R.V.**, que expõe o processo de construção da autonomia no FdE como relacionado a um processo particular de formação interna:

O debate da autonomia pra mim passa pela lógica do empoderamento, da formação. A UniFde tem um papel fundamental nisso, você passa pelo processo de transmissão, de você poder ter um movimento que tem 10 anos e que as pessoas que fundaram continuam nele e mais um monte de gente se empodera do processo. Essa casa, por exemplo, não tem ninguém com 30 anos que mora aqui... Essa galera toda é meio que da nova geração. Hoje, a gente que tem 25, 26 anos é que está fazendo a gestão dessa casa. Esse é um processo muito rico, na percepção de que há um bastão que está sempre sendo passado. Daqui a 5 anos, eu provavelmente não estarei aqui. Vai ter outra galera tocando. O desapego que a gente vive tão intensamente nessas relações de trabalho, de posse, de objeto de bens materiais, de relações pessoais ele também se aplica muito nesse processo político. Aqui não tem o apego do ‘eu sou isso ou aquilo’, você passa a ser algo muito mais gasoso, você passa a entender que você vai ter uma importância diferente em cada

lugar que você estiver atuando. Você tem o processo de formação de uma nova geração de lideranças do movimento cultural, comunicação ativista e juventude, que é o propósito dessa história toda. No final das contas a gente está formando um monte de protagonista para fazer qualquer coisa, independente se está numa casa FdE ou não (R.V., jornalista/fotógrafo Mídia NINJA, Casa FdESP, São Paulo, maio/2015).

A fala de R.V., além de nos dar uma dimensão maior sobre esta frequente referência a uma autonomia ligada a estrutura do FdE, faz menção ao entendimento da formação livre, ligada ao simulacro Universidade (UniFdE), como grande responsável pela manutenção do *Banco de Estímulos* de seus participantes. É através das ações promovidas por este simulacro e suas frentes de ação que a Rede alicerça estratégias que incentivam a participação e o aumento daquilo que eles chamam de Felicidade Interna Bruta (FIB), ou o desejo de solidificar o projeto e permanecer na vida coletiva (SAVAZONI, 2014).

Para Fonseca (2013), as ações empregadas pelo FdE para mobilizar membros e parceiros em volta desta “economia de trocas simbólicas” são as operações de “lisonja e adulação” (p.111), realizadas através das mídias sociais e, sobretudo, nos momentos presenciais, na qual “os integrantes se dedicam a ações permanentes de autoelogio, excitando uns aos outros, celebrando constantemente as suas vidas nos coletivos e propagandeando cotidianamente, por meio de fotografias, cartazes digitais, vídeos e testemunhos, toda a delícia de participar da rede” (Idem). Segundo o autor, suscitar a “satisfação genuína de jovens trabalhando no que gostam em nome de uma causa que amam é a principal geradora de riqueza e prosperidade da Rede” (FONSECA, 2013, p.111).

Conforme pudemos observar ao longo da vivência na Casa FdE-SP, o estímulo está claramente ligado ao reconhecimento do outro, da importância do trabalho que é desenvolvido pelas frentes de ação na manutenção do bem estar comum. Os elogios e exaltação ao trabalho do outro são constantes, assim como as estratégias de marketing interno e publicidade externa. É desse modo que se estabelece o famigerado ‘empoderamento’/ ‘incentivo à liderança’ ao qual recorrem em suas falas. O curioso é que, apesar das claras diferenças entre a origem dos membros, e das divergências de personalidades, há uma dinâmica que mantém a coesão dos membros, concentrada, justamente no *culto* a vida coletiva. A sensação que temos ao conversar com estes jovens é que – apesar de terem ciência de que podem, ou não, estarem engajados no FdE “daqui a 5 anos” – nada além do projeto do Fora do Eixo faz sentido, não há ambição pessoal, ou laços familiares que venham a se sobrepor ao “projeto de futuro” proposto pela Rede. Tal qual observa Fonseca (2013):

Sem o estímulo e a segurança dos vínculos formais de trabalho, o empenho para atribuir sentido às suas práticas e valorizar ou recriminar determinados aspectos da atuação dos integrantes é permanente. Esse esforço compreende o estabelecimento de modelos exemplares de conduta, tal como a celebração da vida nos coletivos e a consequente desvalorização da vida individual ou familiar; o enaltecimento dos vínculos baseados nos laços de confiança e solidariedade em vez do contrato formal de trabalho; a glorificação do aprendizado livre com os próprios colegas e o desprezo ao saber acadêmico; além do louvor à entrega total à rede, medida pela intensidade do engajamento e da produtividade. Com isso, naturalmente, legitimam-se aqueles que encarnam esses códigos de referência comportamental – o abnegado, desprendido e extrovertido, com dedicação integral ao Fora do Eixo e, portanto, legitimado para firmar modelos ideais de conduta e organizar a distribuição de papéis na estrutura (FONSECA, 2013, p.113).

Ainda no que se refere às formas de valoração subjetiva criadas pelo FdE em busca da manutenção de uma “hierarquia orgânica”⁶⁰, Fonseca (2013) produz uma leitura relevante no que diz respeito a construção do *lastro* e da moeda referente ao estímulo, o *egocard*. O lastro, que para os membros do coletivo seria expressão que designa o acúmulo subjetivo de força que um determinado integrante possui para desenvolver uma tarefa no coletivo⁶¹, seria, nas palavras do autor, caracterizado como “um termo empregado para dizer que os membros que mais se entregam à Rede *naturalmente* têm mais respaldo do que aqueles que acabaram de chegar ou que participam menos” (FONSECA, 2013, p.100). No que diz respeito ao banco de estímulos, Fonseca (2013) considera que a moeda em circulação seria o *egocard*, visto que o incentivo direcionado a motivações pessoais e intimistas nas pessoas envolvidas com o Fora do Eixo, envolveria um processo de “valorização do ego e da autoestima de uma pessoa” (p. 110) para mantê-la motivada a desenvolver as atividades que a Rede necessita.

Entender esses dois conceitos se faz importante para compreender como se conduz o processo democrático no interior desta estrutura. Como a horizontalidade e a verticalidade se misturam e são compreendidas pelo coletivo. Neste sentido a fala de **R.V.** se faz muito pertinente, visto que, ao longo de sua explicação, o jovem justifica as estratégias de estímulo à liderança como táticas para reesignificar a *democracia*:

Eu acho que o Fora do Eixo tem uma leitura que contrapõe uma lógica de alguns movimentos sociais que se dizem autonomistas em relação a todo e qualquer diálogo. Por exemplo, nesses casos, a horizontalidade é colocada de uma maneira distorcida para mim. A gente (o FdE) entende a horizontalidade enquanto um objetivo a ser alcançado, e entende que ninguém está no mesmo lugar. A gente deve construir para que cada vez mais pessoas se empoderem do processo, e das suas vidas e das suas relações

⁶⁰ Um estímulo àquilo que eles chamam de “organicidade”, ou seja, o compromisso integral com a forma de vida proposto. (SAVAZONI, 2013, p.38).

⁶¹ Glossário FdE. Acesso: Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/glossario-fora-do-eixes/>. Acesso: 24/11/2015.

sociais e do seu território. A nossa lógica não é a da não liderança pelo poder. A nossa lógica é: queremos ter mais e mais lideranças. Porque o que está faltando no movimento social e no mundo da juventude e do ativismo são líderes, mais gente empoderada e não menos. Muitas vezes esse discurso de horizontalidade está muito mais no campo do conforto, de ninguém se responsabilizar, de ninguém botar o seu na reta por um processo coletivo, do que, sinceramente, fazer esse processo caminhar com força. A gente entende o protagonismo como fundamental, a gente não vê o menor problema nisso. A questão é, o quanto que o protagonismo trabalha para que mais pessoas sejam protagonistas. Esse é o debate, porque se eu for um protagonista do processo e eu não abrir espaço, não formar e não fazer mais pessoas se sentirem empoderadas, se sentirem protagonistas desse processo, aí f****! Eu estou engessando a estrutura. E isso não pode acontecer. Por isso a gente (o FdE) trata de formar mais e mais lideranças... (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Tal qual **R.V.**, os demais entrevistados acreditam que ao *empoderar* seus integrantes, tornam o movimento mais forte e com maiores possibilidades de ação. O reforço da auto-estima possibilita, deste modo, a ampliação da Rede e de suas relações sociais, bem como a experiência cotidiana no grupo, e a aprendizagem coletiva de relacionar-se com as diferenças, contribui para o exercício de uma nova possibilidade de democracia. Sobre este aspecto, é importante ressaltar que, diferentemente de outras organizações cooperativas ou mesmo do movimento estudantil – que fazem uso das vias comuns da democracia, tal qual eleições para disputas internas, votos e campanhas para deliberação institucional – o Fora do Eixo mantém e propaga o processo das lideranças orgânicas (estimuladas à dedicação exclusiva ao coletivo), se empenhando em firmar consensos, expurgar conflitos e agir em bloco, mesmo que ao longo do processo muito da individualidade de seus membros seja perdida (FONSECA, 2013, p.101-102).

Sobre este aspecto, um ponto importante a ser observado em relação às entrevistas concedidas pelos jovens do FdE, diz respeito ao posicionamento assumido por eles. A equidade das falas é impressionante, o discurso compartilha dos mesmos termos e explicações, ainda que cada um seja responsável por diferentes frentes de trabalho, o discurso sobre os elementos que compõem a Rede é o mesmo. É um discurso preciso, não há contradições quando se fala dos princípios que os unem diante do Fora do Eixo. Para o militante **D.H.** a proposta de democracia do FdE não estaria, de maneira nenhuma retirando a autonomia de seus membros, a questão seria que, como qualquer outra organização, o FdE precisaria manter a coesão e a precisão entre seus membros, por isso que – meio às ações criativas e informais de trabalho – um ambiente de tanta disciplina, por isso que, meio à tanta horizontalidade observamos (tantas) pitadas de verticalidade:

Não existe uma hierarquia, tem pessoas que fazem por muito tempo uma coisa e fazem muito bem. Essa pessoa então vai ter uma decisão, a opinião daquela pessoa tem uma valia maior. Não é que a opinião dela vá ser a última, mas a gente consegue entender que a forma dela de dialogar é mais ampla, é mais cabível pro processo, ela vai ter uma visão mais ampla, e isso se dá por isso, por ter convivido com mais frentes, com mais pessoas, com mais ambientes... Tudo aqui é formação, é um espaço de proposição, as pessoas chegam aqui com a necessidade de se adaptar a esse fluxo, mas também podem propor novas idéias e novas iniciativas para o espaço. É entender que também fazem parte da gestão. Quando você coloca em um ambiente que por si só já está pensando em formas cognitivas de criação de um espaço como um todo, e você se junta a inteligências, elas são automaticamente organizáveis. A gente vai deixar de falar de uma autonomia pessoal, e vai começar a falar de pequenas zonas autônomas (**D.H.**, articulador da frente de residência do FdE, Casa FdE-SP, maio/2015).

A fala de **D.H.** reforça a ideia de uma lógica dual de funcionamento do FdE. Ao mesmo tempo em que é um ambiente colaborativo, onde cada um é bem vindo com o trabalho que possa executar, e com as ideias que possa trazer, o funcionamento dos espaços já tem diretrizes conduzidas verticalmente pela gestão de um estatuto formulado por um colegiado composto por aqueles que possuem uma experiência maior em determinadas atividades. Como reforça **D.H.**, a palavra final nem sempre será daqueles que tem o maior lastro, contudo a Rede em si, já tem uma dinâmica de funcionamento, na qual, os novatos (e os próprios membros efetivos) devem se encaixar.

Ainda sobre o processo de construção da autonomia, a fala de **D.H.** nos dá pistas de que o FdE, apesar de sua fluidez ideológica, comunga da ideia postulada por Castells (2013) de que as iniciativas imersas no contextos das redes estariam compromissadas em erguer espaços de autonomia baseados na ligação entre os contatos virtuais e as ações físicas. Para Castells (2013), através dessas zonas autônomas, constituídos em torno das interações entre localidades e redes da internet, a esfera pública seria recriada, “reconstituindo a confiança como alicerce das interações humanas” (CASTELLS, 2013, p.177). Neste sentido, o autor aponta que apenas através da utilização das redes a transição entre individualismo – tendência cultural na qual só é visado o interesse no bem estar do indivíduo particular – e individuação – tendência que enfatiza os projetos do indivíduo, ou do coletivo, como supremo princípio orientador de seu comportamento – seria realizada (CASTELLS, 2013, p.167-168).

Isso ocorreria porque, a internet e seus dispositivos teria fornecido uma “plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia” (CASTELLS, 2013, p.168). Sendo assim, os movimentos em rede, ao projetarem uma utopia de democracia baseada em comunidades locais e interações virtuais, recriariam as esferas da convivência, possibilitando que os sujeitos engajados nestes movimentos, experimentassem a

utopia da autonomia em relação às instituições da sociedade. Visto que, de acordo com Castells (2013), os movimentos, enquanto autores coletivos, não confiando nas atuais instituições, “se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social [...] *que busque* tornar as pessoas sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p.167). O que, em grande medida, o FdE já faz, através dos seus simulacros.

Outra noção que acompanha a formação pessoal e coletiva dentro do FdE é a noção de solidariedade. Como já vimos nos parágrafos anteriores, além do compromisso com as atividades da Rede, a juventude que compõe o Fora do Eixo também precisa estar disposta a desdobrar as relações de confiança em vínculos afetivos de cumplicidade, amizade e solidariedade, empreendendo na concepção de que os coletivos constituem uma espécie de família para favorecer o processo de construção de autoconfiança, autoestima e dedicação.

De acordo com Castells (2013), a noção de solidariedade é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento dos movimentos sociais que surgem no atual contexto. Para o autor, as redes nascidas na era da cibercultura estão sedimentadas nas emoções pessoais de seus membros, sendo a solidariedade, ou o sentimento de identificação com a *indignação* do outro, o ponto de conexão, de aproximação, do compartilhamento de experiências que originam os movimentos e as redes de solidariedade contemporâneas.

Para Castells (2013), o companheirismo é outra questão basilar na concepção atual de movimento, principalmente quando se propõe a evidenciar a horizontalidade no processo de formação das redes, favorecendo a cooperação e a solidariedade, reduzindo a necessidade de líderes, ou, no caso do FdE e sua estratégia de incentivo a liderança, a formação de mais líderes engajados na proposta de transformação do movimento. Outro ponto destacado pelo autor no que se refere à constituição das redes de solidariedade, diz respeito não só a identificação de seus membros uns com os outros, mas, a recepção dos grupos para com as experiências individuais, “quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele, e vice-versa” (CASTELLS, 2013, p.). Neste sentido, o princípio de solidariedade acaba refletindo também em uma estratégia para manter a coesão do FdE, visto que “ao se sentirem tão profundamente amparados pelo grupo, os *membros* tendem a ocultar ou tolerar as contradições com mais naturalidade. E evidentemente, vínculos firmados com base na obrigação moral diante a dívida de gratidão ao acolhimento são difíceis de serem rompidos – para o bem e para o mal” (FONSECA, 2013, p.105-106).

Embora o Fora do Eixo seja apontado por muitos críticos como um movimento que restringe a individualidade de seus participantes, condicionando comportamentos e explorando o trabalho em pró da visibilidade de sua marca⁶², é importante salientar que – ainda que existam algumas contradições na forma como a Rede mobiliza, seduz e organiza seus membros em torno das ações do coletivo – o FdE, ao se apresentar como uma plataforma solidária, se dispõe a lidar diretamente com as aspirações (individuais) de seus membros. Ao garantir a formação dos seus integrantes num espaço em que há a possibilidade de realizar o que não seria possível em um modo de produção usual, e em que as despesas referentes à subsistência já estão garantidas, o FdE consagra o que talvez seja sua principal e mais tentadora oferta.

Adentrar neste modo de vida, contudo, requer do agente interessado, a ciência de que *o trabalho é uma consequência desta escolha*, emergindo tanto como *satisfação pessoal*, quanto *doação ao coletivo*, “uma vez que toda ‘a produção de si’ é revertida para uma ‘produção do nós’, anulando o indivíduo como unidade autônoma” (SAVAZONI, 2014, p.174). Muito embora, a construção de iniciativas seja creditadas ao coletivo, as experiências adquiridas nestes espaços são acumuladas em uma bagagem pessoal, assim, quando o indivíduo opta por romper com o Coletivo, leva consigo o capital simbólico, o conhecimento adquirido em seu percurso particular dentro desta imersão, sendo possível “capturar essa ‘produção do nós’ para um novo ciclo da ‘produção do si’ (SAVAZONI, 2014, p. 176).

Deste modo, como ficou bastante claro no percurso das entrevistas e na pesquisa documental, a realização do indivíduo dentro do FdE está ligada ao trabalho coletivo, a crença de que se está, de alguma forma, interferindo no mundo de uma maneira criativa. Assim a *remuneração em prestígio, status e estima*, advinda do estímulo dos próprios integrantes da Rede, acaba se sobrepondo sobre a segurança que um bom salário, no mercado formal de trabalho, poderia trazer. Conforme pudemos observar, o cambio entre uma moeda corrente (capital financeiro) e uma moeda simbólica (capital social), está calcado na experiência, na produtividade estimulada, na liberdade criativa, e em direcionamentos de colaborativismo e solidariedade.

⁶² Neste ponto se estabelece uma crítica estrutural à prática do Fora do Eixo por parte da UniNômade, Ortellado (ano) e de alguns movimentos sociais inspirados pelo site Passa Palavra (ano), de que o excedente desse trabalho vivo, capturado pela hierarquia estruturante da organização, constituiria uma "mais-valia", na qual toda a "visibilidade" da produção coletiva seria convergida para a composição do valor da rede Fora do Eixo. Para estes o “capital social” e “simbólico” gerado pela Rede não é subdividido entre os integrantes – isso porque ao anular o indivíduo como unidade de produção, este só produz como Fora do Eixo, e não como criador autônomo (SAVAZONI, 2013, p. 174).

O que, de certo modo, ainda nos parece contraditório, embora o Fora do Eixo e seus integrantes se reconheçam no campo da disputa pela hegemonia, e que pregue um estilo de vida coletivo dedicado a reprogramar os aspectos considerados falhos nas instituições vigentes na experiência de seus simulacros, é que o grupo estabeleça algumas *reapropriações* perigosas – tendo em vista as limitações da democracia interna e os princípios empresariais adotados na condução da autonomia de seus membros.

Talvez, o aspecto mais curioso a ser ressaltado é o de como o grupo mantém sua coesão, mesmo diante destas reapropriações, consideradas por esta pesquisa como falhas, conseguindo compreendê-las como necessárias à construção de um projeto de político, de disputa pelo espaço público e acesso a participação, concebendo que, apenas através desta conjunção entre o *eu* e o *coletivo* se constrói um projeto sólido, capaz de atravessar desde os desertos que envolvem as políticas culturais, ao pantanoso terreno da cultura política, como veremos adiante.

3.2. Da política da cultura à cultura da política

Conforme pudemos observar nos tópicos anteriores, o trabalho da Rede Fora do Eixo é composto por diferentes vertentes de atividades, indo desde os campos de atuação na cultura, tal qual a produção de iniciativas ligadas à música, artes plásticas, teatro e audiovisual, aos campos que envolvem o ativismo ambiental, social e político. Tudo isso, gerido por um processo de formação individual (que é também coletivo), que envolve trocas simbólicas referentes ao trabalho, doação e dedicação dentro (e para) a Rede. Entender o FdE é uma tarefa que exige um grande esforço, visto que, esta é uma estrutura mutante, que se utiliza de princípios e ideologias diversas para compor a sua identidade. Sendo assim, associar o FdE a um *status* de organização, movimento, circuito, ou mesmo de rede, seria uma tarefa arbitrária, pois, assim como os próprios jovens que atuam no Fora do Eixo, temos feito uso destes substantivos não de forma específica e taxativa, mas de maneira mais geral, já que o FdE é um fenômeno que se utiliza de um pouco de cada uma destas noções para gerir sua organização.

Embora, haja rigidez no que se refere ao comportamento de seus agentes, a estrutura parece não estar presa a uma conduta única/exclusiva, estando em um estado permanente de mutação, moldando-se de acordo com a necessidade, para tornar possível a viabilidade de seus projetos. O fazer com o que está disponível, e o *colar* com quem está à disposição são levados a sério por estes jovens. O objetivo parece ser atuar e reconfigurar o máximo de

esferas possíveis, atuar em diversos contextos e firmar parcerias em múltiplos espaços. Esta estratégia é o que Pablo Capilé⁶³ chama de “all in”, ou, o “tudo dentro”, para o gestor cultural o objetivo da Rede seria o de perpassar por todas as estruturas vigentes: empresas, universidades, ONGs, movimentos sociais, partidos, etc., “maximizar sua presença e campo de influência, conquistar adesão para a rede e seus objetivos coletivistas, não-comerciais e de fortalecimento da cultura como instrumento de desenvolvimento e transformação política” (SAVAZONI, 2014, p. 114).

Diante disto, compreender a vertente política do FdE é algo que nos parece um tanto quanto confuso, quando levada em consideração essa natureza mutante e as relações que se desenvolvem no campo da produção e do trabalho. As críticas mais severas tecidas sobre o FdE, inclusive, costumam questionar os posicionamentos da Rede em relação ao trabalho que os militantes desenvolvem (incessantemente) e aos processos construídos em volta da legitimidade de uma “hierarquia orgânica” baseada no “quanto mais lideranças, melhor”. Ao passo que a esquerda política do país, e os movimentos sociais estabelecidos nas últimas décadas – com quem o FdE, atualmente, diz se identificar – costumam ver com desconfiança essa apropriação que a Rede faz dos princípios de um *novo espírito do capitalismo*⁶⁴, a direita *rejeita* os filhos de uma classe média que, formados para engrossar o “coro dos contentes”, abdicam da perspectiva já estabelecida do mercado de trabalho, carreira, individualidade e segurança financeira para ingressar em uma vida coletiva regada ao desapego material e financeiro.

O embate sobre a *polarização* imbricado às críticas e análises a cerca do FdE se fazem muito relevantes, contudo, neste estudo não vamos nos ater a discussão das inclinações políticas da Rede, nem a averiguar as ações que lhe fazem mais ou menos de direita ou esquerda, nosso interesse está voltado a compreender como a Rede ultrapassa os limites da esfera da produção cultural indo ao encontro da atuação no campo da política. Porém, apenas em nível de reflexão, observamos que mesmo que em sua carta de princípios o Fora do Eixo não se apresente como um movimento de esquerda, dizendo-se apenas um circuito de coletivos e organizações contra-hegemônicas, sem fins comerciais e militantes pelo desenvolvimento de políticas públicas, ao longo das entrevistas é possível observar a identificação dos seus membros com os movimentos de minorias, de princípios anti-capitalistas, bem como a presença de ideais de uma “esquerda libertária”.

⁶³ SVAZONI, 2014, p. 114.

⁶⁴ No sentido utilizado por Almeida (2011), em sua releitura da noção formulada por Boltanski e Chiapello (2009) aplicada as novas formas de organização do trabalho juvenil.

Neste sentido, mesmo que não busquemos enfatizar essa discussão, ressaltamos a importância de pensar que, talvez, se o FdE tivesse nascido e crescido em outro contexto político, a identificação/orientação dessa juventude comungasse de outras perspectiva. Ainda que as ações do grupo se façam em relação aos direitos das minorias⁶⁵, é importante pensar que se o FdE não fosse um movimento contemporâneo ao contexto de políticas culturais estabelecidas durante o mandato de Gil/Juca no MinC, talvez, suas orientações tendessem ao princípios mais neoliberalistas, tendo em vista seu modelo de produção e entendimento de dedicação ao trabalho, considerado por muitos movimentos de esquerda como alienado⁶⁶.

Mesmo que compartilhe um modelo interessante de vivência coletiva, baseado na solidariedade e na cooperação, um sistema de economia solidário funcional e os simulacros gerando novas formas de experiência – tendo estes dispositivos, inclusive, como marca distintiva em relação a outros movimentos movidos pela juventude, vez que, através deles, consegue gerir o próprio “desbunde” de maneira organizada – o FdE é um caso bastante peculiar no que diz respeito aos novos movimentos sociais. Nesse caso, partindo da concepção de Castells (2013), sobre a formação destes novos movimentos, deveremos esmiuçar a perspectiva do *coletivo cultural* e a formação do *movimento social* FdE. Ou, a transição de um grupo cultural com interesses refletidos no acesso a cultura a um movimento social claramente alicerçado no ativismo político digital.

Levados em consideração estes aspectos, deveremos nesse bloco construir um pequeno panorama para entender como os jovens envolvidos com FdE transcendem a esfera das *políticas culturais* aderindo a perspectiva da *cultura da política*⁶⁷, passando a se entender como agente político, articulando e assumindo uma postura política atuante em diversas causas. Para tanto, como já alertamos acima, deveremos alinhar as perspectivas de organização (BARCELLOS, 2013), rede e movimento (CASTELLS, 2013) para compreender como se opera a transformação vivenciada pelo Fora do Eixo nos últimos anos. Dando início a esta discussão apontaremos alguns aspectos já refletidos no trabalho de Barcellos (2013) a respeito de novas práticas organizacionais, mais especificamente, as caracterizadas no âmbito das organizações contra-hegemônicas.

⁶⁵ Atualmente as parcerias que a Rede estabelece nacionalmente são com os movimentos de moradia, com as causas indígenas, de terra, movimento negro, feminista, LGBT e a Marcha da Maconha.

⁶⁶ Passa Palavras e Uninômade (ORTELLADO; PARRA; RHATTO, 2013).

⁶⁷ Fundamentados no discurso de posse de Gilberto Gil, no qual propõe: ‘Formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura’, entendo tanto a ‘cultura como política’, quanto a ‘política como cultura’. Disponível em: http://www.UNESCO.org.br/publicacoes/livros/politicasculturais/mostra_documento. Acesso: 21/12/2015.

De acordo com Barcellos (2013), quando se trata de novas formas organizacionais, a perspectiva mais explorada dentro do contexto da Administração está situada nas soluções encontradas pelas empresas para lidar com a crise do modelo fordista de produção. Contudo, como alerta a autora, estas formas não são necessariamente novas, mas, sobretudo, uma “repaginação do velho”, vez que, mantêm a lógica mecanicista e funcionalista da velha burocracia no fortalecimento de ações instrumentais que tolhem as possibilidades de emancipação humana (PAES DE PAULA, 2002, apud BARCELLOS, 2013). Em contrapartida a esta nova roupagem da burocracia, existem outras formas de organizar, que, embora também não sejam novas, tem encontrado grande visibilidade diante do cenário contemporâneo. De acordo com a autora, essas experiências seriam justamente aquelas que se colocam *fora* do foco empresarial dominante e *dentro* de um cenário de iniciativas não hegemônicas, baldeadas por uma gama efervescente de alternativas e estratégias de organização.

Em sua reflexão, Barcellos (2013) afirma que são consideradas organizações contra-hegemônicas os “processos de organização da resistência e das lutas sociais que articulem de modo coerente projetos políticos e a organização como meio para sua efetivação e como possibilidade de romper com as formas dominantes” (BARCELLOS, 2013, p.23). Assim, a autora credits esta resistência às iniciativas e movimentos populares, tendo em vista, o empenho destas propostas na construção de espaços de autonomia-prática e ideológica, estimulando, a todo o momento, o pensamento de seus integrantes para a concepção de novas formas de transformação social contra-hegemônicas (BARCELLOS, 2013).

Baseada no discurso do reposicionamento (Böhm, 2006), a autora observa que a organização é produzida, e também desafiada, nas esferas da Economia, do Estado e da Sociedade Civil, estando à possibilidade de reposicionar as formas de organizar na ligação entre estas três esferas. Para Barcellos (2013), quando o modo de organizar se reposiciona para o sentido de explorar modelos de organização social alternativos, acaba por desafiar o modelo dominante e o posicionamento hegemônico de sociedade (BARCELLOS, 2013). Tendo em vista que este posicionamento hegemônico se reproduz em diversas instancias do social, a autora aponta para a grande variedade de causas e de organizações que buscam soluções não mercadológicas para problemas individuais e/ou coletivos, ressaltando que, apesar de lidarem com diferentes queixas, estas organizações contra-hegemônicas mantêm algumas características similares, como, por exemplo, a base na participação voluntária, a formulação de uma vontade democrática, participativa e horizontal, além da centralidade da

educação na produção, reprodução de desenvolvimento da vida humana (BARCELLOS, 2013, p.128).

Levando a cabo o pensamento de Misoczky (2010): “organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento” (MISOCZKY, 2010. p.33), Barcellos (2013) pontua que organizar não se limita à mera adaptação funcional de conceitos e ferramentas gerenciais, mas que “confronta a visão estabelecida do mundo como mercado, organização como empresa, ser humano como recurso, sendo os movimentos populares rupturas factíveis ao sistema de capital” (MISOCZKY et al., 2010 apud BARCELLOS, 2013, p.29). Desta maneira, ao transportar a discussão para o campo da cultura, Barcellos (2013) observa que os movimentos contra-culturais, de mídia contra-hegemônica e os movimentos sociais apresentam bases organizacionais distintas das organizações tradicionais. Ao removerem o caráter empresarial da organização, empreendem na construção coletiva, na horizontalidade, participação, no incentivo à práticas e valores orientados para a vida, tolerância e solidariedade na relação com a alteridade e a práxis criativa (MISOCZKY, 2010 apud BARCELLOS, 2013).

Não por acaso, estes são também os princípios basilares da Rede Fora do Eixo enquanto uma iniciativa de resistência à perspectiva hegemônica do meio cultural. Apoiando e dando suporte a um leque variado de atividades culturais, o FdE apresenta-se como uma forma coletiva de resistência, que atua e incentiva a produção de conteúdos diversos relacionados a música, ao audiovisual, teatro, artes plásticas, jornalismo colaborativo, entre outros. Enfatizando sempre o uso de ferramentas colaborativas no desenvolvimento cooperativo e público de conhecimento, o trabalho coletivo e solidário, e o uso de uma moeda social, a Rede representa uma possibilidade de romper com lógica hegemônica, se não a capitalista, de fato – como sugerem os seus carrascos –, pelo menos, aponta para outras maneiras possíveis de produzir e escoar produtos culturais.

De acordo com os próprios membros do FdE a ideia do coletivo surge sem as pretensões que alcança. A práxis criativa, inicialmente canalizada para a produção de festivais de música, promoção de bandas e de discos, tem por base a economia solidária idealizada “*organicamente*”, como mensuram os primeiros ativistas da Rede. As moradias coletivas e a percepção para atuar em outras áreas da cultura surgem progressivamente, e principalmente no contexto de um governo federal que assume o compromisso de tratar a cultura como política de Estado, como uma política estratégica para a emancipação da sociedade brasileira

– nesse caso, como já foi dito anteriormente, nos referimos ao primeiro mandato do presidente Lula com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura.

Embora as bases do Fora do Eixo já estivessem alicerçadas antes de Gil implementar as novas políticas culturais que vigorariam em seus dias de ministério, é imprescindível observar como estas políticas promoveram um contexto favorável, e um ambiente propício a aprendizagem e organização da sociedade. Ao passo em que o Estado ampliou sua atuação no campo, “deixou mais evidente a lacuna na perspectiva hegemônica, abrindo possibilidades para uma disputa do significado de cultura e, de certa forma, *empoderando* novos grupos para fazer parte desta disputa, dentre os quais figura o Fora do Eixo” (BARCELLOS, 2013, p. 187).

Conforme podemos observar na história traçada pelos membros da Rede, o Fora do Eixo surge como um coletivo organizado para fazer cultura, e uma cultura diferente daquela sugerida pela ideia de uma indústria cultural, diferente do modelo estabelecido sobre a produção e difusão de elementos culturais massivos. A ideia era alterar o padrão hegemônico, fazendo os conteúdos produzidos pelo FdE e seus parceiros circular por outros espaços, retirando a distribuição hegemônica dos *eixos* ao se posicionar como um coletivo capaz de disputar, ainda que com poucos recursos, os espaços antes inalcançáveis sem o apoio da grande indústria ou do patrocínio corporativo. Conforme o relato de Pablo Capilé⁶⁸, em apenas três anos de atuação (2006-2009) as ações da Rede Fora do Eixo conseguiram produzir efeitos intensos no cenário da música independente no Brasil. A essência contestadora da juventude engajada a proposta da Rede, o domínio das tecnologias digitais, mais o cenário político favorável a uma retomada popular da cultura repercutem num processo de descentralização das decisões sobre produção, conceito e circulação musical no país.

Ao compreenderem que não era só Cuiabá, ou Rio Branco que estavam *fora do eixo* da grande indústria cultural, e sim a maioria das cidades brasileiras, a *geografia* passa a ser substituída pela *política*. O *eixo* do qual estão *fora* passa então a refletir o processo de exclusão no acesso, na produção, na circulação e na distribuição não só no tocante à música, mas também aos campos do audiovisual, literatura, teatro, dança, artes plásticas e afins. Para Capilé⁶⁹, embora o FdE surja pautado na música, a expansão para outras demandas da cultura sempre esteve prevista. Uma vez que a preocupação do coletivo esta voltada à produção contra-hegemônica da cultura, os outros polos, igualmente sujeitados a exclusão por um padrão estabelecido, são bem vindos para agregar na construção de uma concepção mais

⁶⁸ Em entrevista à Barcellos, 2013 – Setembro de 2011.

⁶⁹ Idem.

ampla de cultura, ou seja, *um fazer cultura, fazendo política*. Tomados por esta perspectiva é que os coletivos ligados a Rede passam a atuar de maneira cada vez mais intensa no espaço público, na construção e ocupação de espaços políticos, instigados a potencializar debates, puxar pautas e fóruns de discussão sobre cultura nas suas cidades e estados.

E não é só no espaço público que essa mudança de postura acontece, a *cultura da política* como ferramenta de articulação e empoderamento também se faz presente na organização das práticas cotidianas que o Fora do Eixo adota para o seu projeto político-social contra-hegemônico. Tomando emprestadas as palavras de Barcellos (2013), “toda esta articulação, que é o exercício da política em si (LACLAU, 2011), é permeada por experiências no cotidiano dos coletivos e da organização como um todo” (BARCELLOS, 2013, p.203). Ao incentivar a conscientização política de sua juventude, o Fora do Eixo forma militantes articulados e capazes de disputar as concepções hegemônicas vigentes na contemporaneidade.

De acordo com Pablo Capilé⁷⁰:

A gente não estaria formando um novo artista ou um novo músico, ou um novo vídeo maker, ou um novo produtor cultural, a gente está formando uma nova geração (...). Em nenhum momento a gente falou de consolidação de mercado, a gente sempre falou em sentido antropológico; a gente nunca falou só em linguagem, a gente sempre falou em comportamento; a gente sempre falou de movimento, de transformação, de solidariedade, de generosidade, de capacidade de contaminação (PABLO CAPILÉ).

Observamos que a fala do produtor cultural reflete não só a carta de princípios que desde 2009 tem regido o Fora do Eixo⁷¹, mas também, a concepção – igualmente postulada pelos demais agentes entrevistados para esta pesquisa – de que a cultura, enquanto ferramenta de disputa pela sociedade, permite o FdE migrar da condição de uma organização emergente – que visa um novo modo de produção, circulação e trabalho no campo da música – para um fenômeno ligado à formação de um movimento social ativo politicamente. Ou seja, o envolvimento com a música passa de mote para o desenvolvimento de uma cultura juvenil, para um processo de reconhecimento do social, e da importância da participação no campo da

⁷⁰ Idem.

⁷¹ De acordo com a *Carta de Princípios*, o FdE seria “[...]uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura espalhados pelo Brasil, pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso de tecnologias sociais” (FORA DO EIXO, 2009a, p.1.).

política, do desenvolvimento de um projeto de transformação social que vai dos jovens para sociedade.

Neste processo, que caminha entre a *transição* e *abrangência*, muito do caráter do Circuito Cultural, que marca os primeiros anos da Rede, se perde. Ainda que haja certa resistência por parte dos membros do coletivo em afirmar esta perda, e por assim dizer, o afastamento do campo da música, é notório – até mesmo quando averiguado os números de membros ativos e atividades voltados à produção musical de 2009 para 2016 ⁷² – que a maior parte dos esforços da Rede estão voltados para o desenvolvimento de uma nova forma de produzir e compartilhar conhecimentos.

De acordo com **R.V.**, embora o FdE não tenha mais 80% de sua juventude voltada para as atividades de produção no campo da música, não significa dizer que há um afastamento. Para o militante, de 2009 pra cá, a Rede tem atravessado um período de *refinamento* do circuito cultural e de aplicação da tecnologia desenvolvida para manutenção deste circuito na lógica do ativismo. Comparando o FdE a uma loja de *aplicativos* virtuais explica:

O FdE era uma rede que vinha de uma perspectiva de ser um circuito cultural alternativo que desenvolve tecnologias sociais pra dar conta disso (as casas coletivas, os caixas coletivos, um monte de coisa que você já conhece), e passa a aplicar essas tecnologias em uma lógica mais ativista, não necessariamente ligada só ao circuito. O que não inibi, ou, não diminui, a importância do circuito dentro dessa história toda. [...] Ou seja, por mais que a gente não tenha 80% da Rede mobilizada para música, como, talvez, fosse no começo, as poucas pessoas que estão mais focadas nisso hoje, tem uma rede de contato, de articulação que faz com que o mesmo *Grito Rock*⁷³ aconteça em 300 cidades. Então eu acho que o circuito permanece como uma base muito sólida na construção e tem muita gente que ainda está muito na lógica do circuito. Eu não acho que é um aplicativo atrasado da rede, ele é um outro aplicativo. Cada vez mais a gente se entende como uma *AppleStore*⁷⁴, né, velho?! Só que do *precariado*, pública e gratuita. Cada coletivo vai lá e baixa aquilo que quer utilizar. Então, eu acho que isso passa por uma lógica muito forte desse conceito do *pós-marca* do Fora do Eixo. A gente para de querer ser o FdE o tempo todo e que os coletivos sejam FdE e passem a entender que a gente tem uma série de tecnologias desenvolvidas e que cada um pode usar o que quiser dentro do circuito. Há coletivos hoje que nascem muito focados no circuito cultural, mas que se estimulam também com o lance da comunicação independente, do ativismo. (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

⁷² Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/>. Acesso: 16/10/2015.

⁷³ Festival de música independente organizado desde 2007 pelo FdE. Atualmente, funciona como porta de entrada para coletivos culturais recentes e também, como carro chefe do FdE no que se refere a produção musical.

⁷⁴ A AppStore é um serviço para o iPhone, iPod Touch e iPad criado pela Apple Inc. que permite aos usuários navegar e fazer download de aplicativos da iTunes Store. Dependendo da aplicação, ela pode ser grátis ou paga.

A fala de **R.V.** pontua uma série de fatores importantes que, além de clarificarem muitos dos questionamentos que perpassam a discussão sobre esta nova forma de organizar, reforçam e ilustram o processo permanente de mutação que acompanha o desenvolvimento do FdE. Ainda dentro desta discussão, o militante observa:

Acho que essa mistura é muito interessante. A lógica do circuito cultural, dessa compreensão da cultura no seu âmbito antropológico, pauta e norteia também toda lógica da comunicação. A gente ter vindo da cultura não é pouca coisa, então eu não acho que a gente abandona ou se afasta da cultura, mas a gente começa a entender aquela percepção de movimento cultural de maneira mais ampla, entendendo que a comunicação também faz parte disso. Que o ativismo e a cultura não estão separadas, então, talvez, seja uma expansão do horizonte, daquilo que se entende por um movimento cultural, que transcende a produção cultural e se espalha por outros aspectos (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Contudo, nem sempre o entendimento explicitado por **R.V.** foi unânime entre os componentes da Rede Fora do Eixo, por certo período de tempo – entre 2011 e 2013, aproximadamente – essa foi uma concepção que gerou várias fraturas no movimento. Muitos coletivos e membros, que foram importantes para a visibilidade do FdE em seus anos iniciais, acabaram por romper relações com o Rede, justamente, por não conseguirem separar o circuito cultural do ativismo político. Este momento de tensão, documentado por diversos relatos de ex-integrantes nas redes sociais digitais, e em diversas análises acadêmicas⁷⁵, não conseguiu, no entanto, abalar a base do FdE. Apesar da redução nos números, o Fora do Eixo encarou a turbulência como um momento de mudança, de renovação do perfil, tanto dos seus membros, quanto de suas atividades.

Neste sentido **R.V.** considera que:

O perfil das pessoas que buscam a gente hoje é diferente do das pessoas que buscavam antes. Antes tinha um fluxo de artistas, uma galera que tinha uma banda querendo dar certo... Hoje, por estar no campo do ativismo, da comunicação independente – e também pela polarização do Brasil hoje no campo político – as pessoas que buscam a Rede estão, por assim dizer, num “delta zero a esquerda” muito mais claro. Hoje nossa disputa é muito maior, o objetivo está muito mais em ser a transformação social do que: “Ah, eu quero emplacar minha banda”. No quesito de quem procura esse negócio aqui como uma solução para alguma coisa, está muito mais ligado a quem quer mudar o mundo hoje do que quem quer circular com sua banda. Entendeu? (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015)

Para **R.V.** a mudança do perfil dos integrantes e coletivos do FdE está ligado a uma nova perspectiva, a um amadurecimento do circuito cultural. Para o militante, o Fora do Eixo

⁷⁵ Tanto os depoimentos dos ex-integrantes, quanto dos textos que se desdobraram sobre o FdE estão reunidos no livro *Movimentos em Marcha* (ORTELLADO; PARRA; RHATTO, 2013)

não precisa estar promovendo festivais de música, ou, divulgando novas bandas em tempo integral para *provar* sua relação ativa com esta esfera. A tecnologia já foi desenvolvida, e já está à disposição dos coletivos (associados, ou não, a Rede) que queiram utiliza-la. Na visão do militante, em consenso com a da própria Rede, o intuito do FdE não é mais produzir eventos, apenas para manter-se enquanto circuito cultural, mas fazê-los de maneira a agregar novas possibilidades de formação. Exemplifica:

Quando a gente começou a fazer o *Domingo na Casa*⁷⁶ aqui, a gente chegava a produzir 7 bandas por domingo. Hoje já tem outra lógica. O Domingo na Casa dialoga com os movimentos, com a Marcha da Maconha⁷⁷, por exemplo. Hoje dialoga com um campo muito mais amplo. É Disso que eu tô te falando, não acho que é uma redução dos espaços da cultura. O Domingo na Casa continua acontecendo, e continua rolando todo domingo, a questão é que ele expande os seus horizontes. Não há uma necessidade de se provar enquanto circuito cultural. A gente fez a nossa tarefa ali. A gente criou uma rede distribuída de música, fez o negócio circular e fez um modelo que desse pra qualquer um desenvolver. A questão é que a gente cumpriu um papel, que não necessariamente a gente precisava continuar cumprindo (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

No mesmo sentido, o produtor cultural da Casa Mundo **R.L.**, ao refletir sobre este período de mudanças, complementa:

De uns tempos pra cá, sobretudo em 2013, tivemos uma grande discussão dentro da Rede. Afinal, somos um circuito cultural ou um movimento social? Depois de um ano inteiro de discussão (2013), a gente conseguiu chegar nesse entendimento de que não são coisas excludentes e nem obrigatoriamente somos os dois. Chegamos ao consenso de somos caminhos paralelos, e os coletivos podem optar por continuar enquanto um, enquanto outro, ou como ambos. Cabe todo mundo dentro dessa Rede e dessas tecnologias que a gente vem desenvolvendo. Talvez haja um processo de maturidade, mas, sobretudo, essa é uma questão de necessidade (**R.L.**; produtor cultural, Casa Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Em ambas as entrevistas os militantes procuram ressaltar como o contexto social que se desenvolve em torno da Rede influencia neste processo de expansão, pontuando, principalmente, que as transformações que envolvem a base deste processo, em muito se dão a partir do momento em que o FdE passa a compreender que as tecnologias sociais desenvolvidas para manter o circuito cultural podem ser aplicadas e desenvolvidas como políticas públicas no contexto de outros estratos sociais. Conforme explica **R.L.**:

O FdE sempre se viu como uma rede de música alternativa/independente, mas a gente também percebe que dentro desse processo colaborativo do

⁷⁶ Evento com apresentação de grupos culturais que acontece em algumas Casas Fora do Eixo semanalmente.

⁷⁷ A Marcha da maconha é uma mobilização em favor da liberação da maconha para consumo e fins medicinais, além de promover o debate sobre a marginalização dos usuários. A articulação se faz presente em diversos países, tendo o mês de maio como o mês oficial de manifestação e marcha nas ruas.

movimento independente, a gente tem certos limites. Em um determinado ponto você começa a fazer o papel do poder público, já que o poder público não está fazendo esse investimento. Quando a gente começa a discutir essas coisas todas, percebe que tem alguma coisa errada. É esse o momento que a gente percebe, depois de certa experiência com o desenvolvimento de tecnologias sociais, que temos que colocar essas tecnologias a disposição de outros grupos parceiros. Ai é que entra essa expansão, é ai que a gente começa a se conectar com os movimentos sociais, os movimentos estudantis, vai encontrando diversos laços, pontos de intercessão, apesar das áreas distintas, mas que tem um processo bem parecido, seja de organizar, seja de pensar... (R.L.; produtor cultural, Casa Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Para **R.V.**, que participou ativamente da implementação da Casa FdESP, ou da *invasão outsider* aos eixos hegemônicos da produção cultural do Brasil, a expansão começa ainda no ano de 2011, meio a mudança dos militantes advindos de coletivos de vários estados do país para ocupar a Casa FdESP. De acordo com o relato de **R.V.**, os primeiros a *colarem* com a Rede, foram jornalistas de mídias independentes, que chamam a atenção do coletivo sobre a viabilidade de aplicação e desenvolvimento das TEC's formuladas pelo FdE em outras esferas da vida social. Pouco tempo depois, movimentos como a Marcha da Maconha e a CUFA⁷⁸, estavam firmando parcerias com o FdE, que por sua vez, começa a tomar ciência da necessidade de expandir o alcance das suas ferramentas, no intuito de ativar um campo social fortalecido.

O ano de 2011 é, portanto, o ano em que o FdE passa a estabelecer este contato mais direto com as lutas sociais e a direcionar parte de sua energia produtiva para a manutenção destes movimentos. A perspectiva de poder mover ações com pouco ou nenhum recurso, baseado no diálogo e na permuta, bem como a experiência acumulada no campo da mídia e da produção cultural, foram (e ainda são) as experiências mais cambiadas entre a Rede e os movimentos sociais, visto que é a desenvoltura do FdE no manuseio da comunicação digital e das mídias sociais para fins políticos, que fazem da Rede uma referência de parceria.

Neste sentido, a plataforma midiática do FdE, que inicialmente servia apenas para a promoção dos eventos e produções da própria Rede, firma-se como uma plataforma contra-hegemônica e alternativa de produção de conteúdos, passando, ainda em 2011, a ser utilizada como um recurso de visibilidade para os movimentos e iniciativas populares tradicionalmente marginalizados ou diminuídos pela grande mídia – o que acaba se tornando, em contrapartida, uma poderosa ferramenta para a ampliação da atuação e das parcerias da própria Rede.

⁷⁸ Central Única das Favelas é uma organização nacional que surgiu através de reuniões de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro – geralmente negros – que buscavam espaço na cidade para expressar suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver.

As primeiras grandes ações surgidas neste âmbito acontecem entre meados de 2011 e o os primeiros meses de 2013. Neste período a Casa FdESP mobilizou fortemente seus integrantes numa jornada de coberturas e articulações que, projetaram algumas evidências do que viria a acontecer a partir de julho de 2013 – como veremos adiante.

Durante todo o ano de 2011 o FdE articulou, em parceria com outros movimentos, a rede *Mobiliza Cultura*, responsável pelos protestos contra o mandato de Ana de Hollanda frente ao Ministério da Cultura, devido a adoção de estratégias que reduziam o diálogo já estabelecido entre os movimentos e os pontos de cultura com as políticas culturais do Minc; o posicionamento radical em relação as leis de autoria, com a revogação da licença Creative Commons do site do ministério, entre outras posturas que desmanchavam todo empreendimento *hacker* semeado nos mandatos Gil/Juca nos anos anteriores. Durante o período em que durou a articulação, o FdE além de dar suporte visual, no que se refere a produção de vídeos, fotos e conteúdos para as redes sociais digitais, exerceu o papel de “secretaria” dessa “rede de redes”, concedendo, muitas vezes, o espaço físico da Casa para os diálogos e reuniões (SAVAZONI, 2014).

Outra articulação de grande visibilidade promovida com auxílio da *expertise* midiática do FdE foi a Marcha da Liberdade, ação que mobilizou centenas de pessoa pela internet para protestarem contra a violenta repressão policial à Marcha da Maconha, realizada alguns dias antes em São Paulo. Para o evento, o corpus do FdE desenvolveu uma série de conteúdos digitais, peças gráficas, páginas web, entre outros trabalhos de documentação (fotografia e vídeos). Contudo, o envolvimento do FdE nessa iniciativa, junto a movimentos de esquerda já legitimados no cenário contemporâneo, traz grande visibilidade aos modelos de ação e de trabalho desenvolvidos pela Rede. Entre farpas e o reconhecimento do ineditismo do projeto desenvolvido pelo FdE, se projetam uma imensas trocas de textos fundamentos em teorias cujas quais a práxis do coletivo nunca se propôs à consultar⁷⁹.

Outro episódio que consolida essa imagem do FdE como uma plataforma comunicacional, é o festival #ExisteAmoremSP, realizado em outubro de 2012. O Festival, pensado e produzido por coletivos independentes de São Paulo, buscou refletir uma crítica à polaridade partidária que marcava as eleições municipais daquele ano. Além de questionar a emergência da cor azul (PSDB) mais ao centro e do vermelho (PT) mais às periferias da cidade, levantou a reflexão sobre as ações truculentas do estado, a especulação imobiliária, e o

⁷⁹ Diferentemente de outros grupos sociais, que adotam a via da formulação, o FdE é adepto à ação, sendo a maioria dos entendimentos e das reflexões construídos no “corpo à corpo com a realidade” (SAVAZONI, 2014, p.105). Os textos construídos sobre o FdE foram reunidos no livro *Movimentos em Marcha* (ORTELLADO; PARRA; RHATTO, 2013).

acesso à cidade, buscando construir uma proposta que perfilasse uma São Paulo “mais humana, justa, amável e acolhedora”⁸⁰. Para essa iniciativa o Fora do Eixo não só ofereceu sua estrutura para vários dos trabalhos de produção executiva do evento, como esteve por trás da concepção e logística do #ExisteAmoremSP:

Para esse processo, o FdE mobilizou sua expertise como (1) circuito cultural, especialista na produção de festivais de música e artes integradas; (2) coletivo midiático, com comunicação em rede, por meio de difusão de conteúdos nas redes sociais; (3) e organização política, estabelecendo interlocução durante o processo com diferentes coletivos, entre os quais a Matilha Cultural, o Tanq_ Rosa Choq_, a Casa da Cultura Digital, o Studio SP, a Galeria Choque Cultural, o Estúdio VoodooHop, o Santo Forte, o Bijari, o Estúdio Lâmina, o Intervezes, e com ativistas, artistas, blogueiros e medialivristas independentes (SAVAZONI, 2014, p.109).

Se 2011 marca esse contato inicial da Rede com as esferas do ativismo midiático e dos movimentos sociais, 2013, certamente, foi o ano em que o Fora do Eixo passa a assumir para si esta referência. Afinal, “de acordo com o diagnóstico feito por suas lideranças, o conflito político contemporâneo *ocorreria* como uma ‘disputa de narrativas’” (SAVAZONI, 2014, p.121), assim o investimento nos processos e tecnologias desenvolvidos com base na comunicação digital se justificaria como o principal ingrediente de uma mudança de perspectiva nas ações e posturas assumidas pelo Fora do Eixo.

Neste sentido, o ano de 2013, o ano das *jornadas julho*, ou da retomada da sociedade civil às ruas, é o momento em que o FdE traz à tona toda a técnica desenvolvida pelo coletivo nos anos anteriores. Ao tirar da incubadora o projeto da Mídia NINJA: uma mídia independente, calcada no empoderamento de narrativas tidas secundárias para mídia de massa, com transmissões ao vivo e pautado por dentro – conforme detalharemos no próximo capítulo – o FdE concilia os aspectos do circuito cultural e as demandas do movimento social. Conforme explica **R.V.**: “as manifestações de junho de 2013 trazem a aceleração do entendimento do FdE enquanto movimento social, e define os papéis dentro deste processo: o circuito financia o movimento com os recursos dos festivais, e o movimento regula o circuito para ele não virar algo mega-capitalista voltado para o lucro”.

Ou, em outras palavras, as *relações externas* entre a Rede e iniciativas sociais independentes, mediados em grande parte pela troca de serviços de mídia, clareiam as *relações internas* entre o circuito e o movimento idealizados pelo FdE. Provocando um deslocamento gradual da rede de coletivos de produção cultural, para uma plataforma de articulação política em rede, com foco na cultura, na mobilização e participação social. Como

⁸⁰ Manifesto existe amor em SP.

afirma Bentes (2012), o Fora do Eixo, enquanto um movimento apoiado na experiência, emerge como exemplo das “novas formas de luta e de organização social” no contexto do capitalismo cognitivo e da sociedade em rede (apud SAVAZONI, 2014, p.103).

Desta forma, no entendimento dos papéis ocupados pelo circuito cultural e pela organização política de ativismo digital dentro do FdE – onde o trabalho de um viabiliza o do outro – é que o Fora do Eixo se apresenta como uma rede político-cultural. Sendo a perspectiva de *movimento* assumida pelo FdE ancorada em um contexto de redes, na qual o compartilhamento de experiências gera, além de identificação com outras organizações, a propulsão política que averiguamos no desenvolvimento vivenciado pelo Fora do Eixo, até agora.

Conforme Castells (2013) o poder de criar redes em muito está ligado ao poder comunicacional, sendo os agentes que possuem esta habilidade, mais facilmente direcionados para os papéis centrais dentro das disputas políticas. A base teórica usada pelo autor, assentada nas relações de poder no campo simbólico, busca salientar, principalmente, como a manipulação simbólica, ligada aos meios de comunicação digital, situa as relações entre poder e contrapoder no mundo contemporâneo. Para Castells, a era digital ao ampliar o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, transfere os processos coercitivos, antes ligados à violência física/psicológica, para o campo do pensamento, uma vez que “torturar corpos é menos eficaz que moldar mentes” (CASTELLS, 2013, p.11).

Entendendo o poder como multidimensional, e as redes de comunicação em massa como fontes decisivas de construção do poder, Castells observa que os movimentos sociais nascidos no contexto das redes situam seus esforços em estabelecer o contrapoder mediante um processo de comunicação autônoma e livre dos que detém o poder institucional. Para o autor, a construção de redes online voltadas à produção de conteúdos horizontais funcionaria como agentes de mudança social, sendo este, apenas o primeiro passo da disputa, já que toda produção de mensagens contra-hegemônicas seria gerida para fortalecer a construção de bases no espaço público e a criação de comunidades livres no espaço urbano. Para Castells, apesar de articularem suas ações online, os movimentos nascidos neste contexto não se limitariam a internet, sendo a ocupação dos espaços públicos a grande contrapartida destas articulações (CASTELLS, 2013).

Alguns aspectos relevantes apontados por Castells (2013) na observação da formação destes movimentos sociais podem ser encontrados na formação do FdE, primeiramente, enquanto um coletivo juvenil e em seguida, enquanto uma rede político-cultural, são eles:

1 - Superação do medo e engajamento no movimento: De acordo com Castells (2013), a insurgência destes movimentos não começa com um programa ou uma estratégia política e sim por um processo de identificação emocional que obedece a escalada: entusiasmo => esperança => superação do medo/ansiedade => raiva e indignação. Sendo assim, do ponto de vista individual, os movimentos sociais contemporâneos seriam movimentos emocionais, estando o sentimento de superar o medo – nos casos analisados por ele, em relação à coerção violenta do Estado – como o estopim para transformar os sentimentos em ações.

No caso do FdE a superação do medo pode ser atribuída, justamente, ao desligamento da juventude com as instituições estabelecidas. A ruptura com a família, com as formas tradicionais de trabalho, com a universidade, para a adoção de um modo de vida coletivo onde todas estas esferas são recriadas.

2 - Ocupação de espaços: Para Castells (2013), a invasão de espaços públicos está carregada de poder simbólico. Na maioria das vezes, os espaços urbanos escolhidos para a ocupação não carecem necessariamente de significados, pois a ideia está centrada em invadir áreas do Estado, reivindicar a cidade, fazendo um paralelo entre o controle do espaço, com o controle da própria vida das pessoas (CASTELLS, 2013, p.160).

No que se refere ao Fora do Eixo, observamos que essa ocupação de espaços da cidade se dá por duas vias: primeiramente, através das ações assumidas pelo coletivo enquanto uma plataforma de comunicação, na associação com diversas causas e movimentos, trazendo, através da documentação (por fotos, vídeos, entrevistas) visibilidade as causas urbanas. E, por outro lado, esta ocupação, reflete-se na manutenção das próprias casas FdE, na fixação de residência de um coletivo cultural *fora do eixo* nos polos de produção cultural hegemônicos, como é o caso das residências de São Paulo e do Rio de Janeiro, que embora sejam casas mantidas com recursos próprios, acabam tornando-se uma “invasão” do espaço corporativo, institucional.

3 - Construção do espaço político: o terceiro aspecto, diz respeito à conexão entre o ciberespaço e espaço urbano. Ao agregarem estas duas esferas, gerando tecnologias e culturas, os movimentos se consolidam como agentes políticos dentro do cenário das práticas transformadoras (CASTELLS, 2013).

Para o FdE, a construção do espaço político vem com a percepção de que o *eixo* do qual estão fora não é só o da produção cultural. No momento em que se utilizam e produzem tecnologias visando à distribuição horizontal de conteúdos e compartilhamento de experiências, incentivam a participação de seus membros na vida pública, ou na inserção

efetiva em espaços do Estado (conselhos gestores e fóruns públicos), se inserindo, portanto, no campo das práticas transformadoras ao disponibilizarem suas *tecnologias sociais* como alternativas a escassez de políticas públicas.

Castells (2013) ainda inúmera uma série de características referentes aos movimentos sociais nascidos no contexto das mídias digitais e da internet que também podemos encontrar na perspectiva de movimento social assumida pelo Fora do Eixo. Como, por exemplo, o fato de serem conectados em redes de múltiplas formas, online e off-line, formando redes dentro do movimento e com outros movimentos. Para o autor, as tecnologias que possibilitam a construção de redes são significativas por fornecer a plataforma para que essa prática seja continuada e se expanda, evoluindo em paralelo as mudanças de formato do movimento físico, contínuo e online, visto que a conexão em rede “como modo de vida do movimento, o protege tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e pela manipulação” (CASTELLS, 2013, p.160).

Para o autor, os movimentos contemporâneos, só se tornam movimentos, de fato, quando saem das redes sociais online (de onde geralmente surgem) para ocuparem o espaço urbano. No caso do FdE, os coletivos surgem, muitas vezes, no contexto da ocupação dos espaços culturais das suas cidades de origem – como é o caso, por exemplo, do Coletivo Mundo, em João Pessoa, que mantém tanto a casa coletiva, quanto o centro cultural Mundo no centro da cidade, no polo reconhecido pela população como o polo de circulação da cultura alternativa – sendo a internet fundamental para conectar esses coletivos e manter o circuito. Embora surja do espaço urbano e só depois se aproprie da internet, podemos considerar o FdE um movimento híbrido, já que, mistura “cibernética e espaço público/urbano para constituir o espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013, p.161). Na verdade, mais que isso, podemos considerar que o FdE só assume esta característica de movimento, por que a cultura juvenil que o alicerça é híbrida, permitindo essa plasticidade no que se refere a sua organização.

Para Castells (2013), estes espaços de autonomia, contudo, só seriam garantidos pela capacidade de se organizar “no espaço livre das redes de comunicação” (CASTELLS, 2013, p. 161). Ao ser exercida como força transformadora, agindo no espaço urbano e reivindicando o espaço público, a comunicação desafiaria a ordem institucional disciplinar. De acordo com o autor, “autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede” (Idem).

Para **D.H.**, esses espaços de autonomia dentro do FdE seriam ilustrados pela criação de redes em volta de ideias individuais, ou, a autonomia individual em puxar pautas e articular ações para o coletivo. Esta dinâmica é identificada pelo militante como sendo a criação de um “cidadão-rede”, como explica:

A ideia, a princípio utópica, partiu de uma autonomia dentro do coletivo, que envolve todos os outros. Ser um cidadão-rede é criar uma rede em volta da sua ideia, é se conectar as pessoas que podem realizar a sua ideia. Isso incide na criação de zonas autônomas, que são o ambiente ideal para a fluidez da ideia e construção física. A construção dessa autonomia, ao mesmo tempo em que desconstrói uma autonomia social premeditada, permite que autonomia seja mais espontânea dentro das casas, do processo coletivo em rede, ao ponto das ideias saírem do papel e se tornarem tecnologias de convivência, de resoluções em si (**D.H.**; articulador da frente de residência do FdE, Casa FdE-SP, maio/2015).

Ao refletir sobre o papel da comunicação na formação da Rede Fora do Eixo, o militante **C.B.** aponta o viés da autonomia como associada ao diálogo. Para o militante, esta seria, não só a base de toda proposta político-social do FdE, mas, um ponto de vista interessante para construir uma nova perspectiva de sociedade:

Saber se conectar em rede tem sido o nosso forte de um período pra cá. A gente tem compreendido o que é uma rede, como se estabelece, como se age e se cria uma rede. Construir redes e conectar pessoas é uma coisa que a juventude está fazendo muito bem. Criar redes de conexão e de diálogo, entender o diálogo como um ponto principal de alguma coisa [...]. A juventude, além de se empoderar para criar um novo modelo político, vem criando redes, conectando gente. O fundamental é criar redes que dialoguem, porque o futuro não vai ser regido por moedas por economia, por trocas monetárias, serviços, pra gente dar o grande passo do Brasil acho que essa vai ser a grande sacada estratégica: o diálogo (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Continuando a relação entre as características do Fora do Eixo e as apontadas por Castells (2013) como sendo essenciais aos movimentos sociais da era das redes, observamos a tendência dos movimentos contemporâneos em serem globais e locais simultaneamente, absorvendo tendências cosmopolitas, apesar de fincado em uma determinada cultura. No caso do FdE observamos esta tendência de maneira muito específica, afinal de contas, apesar de ser uma Rede que atua em bloco, o FdE zela pela diversidade encontrada nos coletivos membros que compõem o corpo da Rede. Assim, ao mesmo tempo em que lida com referências externas, lida o tempo inteiro com as diferenças internas.

O tempo também é um dos elementos analisados por Castells (2013), visto que, na visão do autor, os movimentos geram dinâmicas temporais específicas, ao viver um dia pós o outro na eminência da expulsão (no caso dos movimentos estruturados a partir das invasões

ao espaço urbano) “organizando sua vida como se essa pudesse ser a sociedade alternativa de seus sonhos, ilimitada em seus horizontes e livre das restrições cronológicas de suas disciplinadas vidas anteriores” (CASTELLS, 2013, p.171). Diante disto, o autor afirma que da experiência do movimento no tempo presente é que surgem as projeções para o futuro, os projetos de uma nova sociedade e novas formas de vida em comunidade.

Esse não é, contudo, o caso do FdE. Sua aposta em espaços físicos, mantidos pelos recursos gerados pelo trabalho do circuito, permite que o futuro projetado pelos movimentos descritos por Castells, seja o presente do Fora do Eixo. A experiência coletiva, pautada na cooperação e na solidariedade, bem como o projeto de uma nova sociedade, é vivenciada pelos membros do coletivo de forma orgânica, não como “utopia”, mas como uma realidade, um projeto de vida vivido no presente, ou pelo menos, é assim que eles compreendem.

Outro ponto interessante a respeito do tempo nas casas coletivas é o fato de que cada um de seus membros utiliza o tempo como acha melhor. Como é possível de identificar nas diversas entrevistas, o tempo de trabalho e o de lazer se misturam. Nunca se sabe que hora se estará trabalhando, ou dormindo, ou criando... Além disso, o tempo dentro da experiência do coletivo é muito mais dinâmico do que o tempo real, como explica **C.B.**: “Aqui tudo passa muito rápido. A gente vive em um ano, o que as pessoas lá fora vivem em 10. A mídia NINJA, por exemplo, tem apenas 2 anos, e o que a gente viveu com a NINJA é uma história que nem uma outra mídia diria que viveu. Várias cobertura, diversas vivências com movimentos sociais ... é outra dinâmica” (C.B.; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Duas outras características apontadas por Castells (2013) também se fazem diferentes da realidade experienciada pelo Fora do Eixo. A primeira delas é o fato de que, para o autor, enquanto movimentos voltados para mudança de valores da sociedade, dificilmente podem ser cooptados por partidos políticos. E a segunda é a indicação de Castells de que, embora estes movimentos queiram transformar o Estado, eles não querem se apoderar dele. Não havendo interesse, por parte destes movimentos, em criar partidos (CASTELLS, 2013).

Ainda que o FdE se enquadre na maioria das descrições encontradas em Castells (2013), a opção do movimento em relação a estes dois pontos específicos é bem diferente. Embora o FdE não tenha sido cooptado por nenhum partido político, é interessante observar a intimidade que o movimento estabelece com algumas figuras políticas relacionadas aos partidos de esquerda da cena política contemporânea. Além disso, através do simulacro

Partido, podemos observar a tendência do FdE à participação na política, ao diálogo constante com as instituições políticas formais e, por essas vias, a proposta de disputar a sociedade .

Não queremos dizer com isso que o FdE visiona lançar candidaturas nas próximas eleições efetivamente, na realidade, este não é o projeto de disputa ao qual nos referimos, e muito menos ao que eles se referem. A disputa, de acordo com os membros do coletivo se pauta em mostrar que outra realidade é possível, e se dá pelo processo de disponibilizar as tecnologias por eles construídas para incentivar a criação de novas políticas públicas. Para Castells (2013), a proposta dos movimentos em rede reflete a “utopia da autonomia dos sujeitos em relação às instituições da sociedade”, tornando-se as utopias “forças materiais ao se incorporarem à mente das pessoas, ao inspirar seus sonhos, guiar suas ações e induzir suas reações” (CASTELLS, 2013, p.).

Deste modo, auxiliados pelo próprio Castells (2013), observamos que, embora o FdE incorpore uma dinâmica diferente em relação a política institucional e ao Estado, sua proposta político-social aciona a “utopia da autonomia dos sujeitos” em seu desejo de transformação do social. Pelo menos —como vimos anteriormente —, nas relações internas, no modo como operam seus simulacros e o banco de estímulos, visto que é através da percepção de que a utopia, ou, a sociedade por eles idealizada, não é impossível, que o Coletivo canaliza suas ações.

Para Castells (2013), o objetivo desses movimentos seria o de “elevar a consciência dos cidadãos”, qualifica-los, pela participação nos próprios movimentos ao debate político, e elevar a compreensão das esferas problematizadas em torno de políticas sociais escassas (p. 173). Contudo, assim como outros movimentos sociais ao longo da história, os movimentos contemporâneos trazem as marcas de seu tempo na maneira pela qual fomentam suas ações e travam seus embates. Neste caso, podemos dizer que, auxiliados pela internet, como uma plataforma privilegiada para construção social da autonomia (CASTELLS, 2013), os movimentos encontram não só os instrumentos necessários para viabilizar novos projetos, mas também encontram um canal que permite sua atuação, organização e desempenho, mantendo a comunicação entre seus militantes e a sociedade na “na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada.” (CASTELLS, 2013, p.167).

Podemos afirmar, com certeza, que estes movimentos não poderiam existir sem a internet. Visto que os militantes que os integram “convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual” (CASTELLS, 2013, p. 170). Porém, é certo afirmar que o significado dos projetos propostos vai além dos recursos

viabilizados pelas novas tecnologias e pela conexão online, o sentido não é apenas estar em contato debatendo possíveis reformulações às instituições políticas, mas, sobretudo, utilizar-se dela pra fazer a real mudança. Para Castells, “as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para sociedade como um todo” (CASTELLS, 2013, p.166), e nisso a internet tem ajudado.

Reconhecendo a potência da internet, os membros do FdE acreditam que este seja o grande diferencial no trabalho realizado pelo Fora do Eixo e seus parceiros em relação aos movimentos sociais e culturais de outras épocas. Isto fica evidente no relato **D.H.** transcrito abaixo:

A nossa geração teve um ganho muito grande em relação há outras em que houve essa experimentação coletiva, que é a comunicação, essa possibilidade de criação livre das redes sociais e midialivrismo. Essa narrativa da socialização da comunicação facilitou muito. Essa é uma ferramenta que as décadas de 60, 70, 80, que tinha essa ideia da comunicação e das redes de uma forma mais ideológica, utópica, não conseguiram construir. A abertura de informação que a internet traz permite que essas tecnologias se somem, que se criem pequenas redes. Antes a gente falava na Rede FdE, hoje a gente já entende que somos uma rede de redes. O nosso objetivo não é tentar ter mais pessoas no FdE, é tentar entender que existem muito mais redes se qualificando, trocando tecnologias, e que a gente faz parte desse todo. Em momento nenhum a gente precisa ser a liderança dentro deste processo, a gente só se reconhece como um dos condutores. A gente conseguiu se enxergar dentro de um mapeamento de tecnologias que poderiam ser replicadas e compartilhadas e dispôs isso. Acho que, grande parte dos movimentos de juventude conseguiu encontrar soluções cabíveis, mas se enrijeceram em colocar esse processo como exclusivo deles. A gente, quando pensa no processo de formação livre dentro dos quatro simulacros, a gente divide isso para mais pessoas e isso é uma vantagem. Mas eu prefiro acreditar que é muito mais um processo que veio como um combo de coisas que aconteceram pra geração, do que algo que foi criado e conduzido unicamente por nós (**D.H.**; articulador da frente de residência do FdE, Casa FdE-SP, maio/2015).

Assim como **D.H.**, outros agentes entrevistados acreditam que, embora o FdE não seja nenhuma novidade, no que se refere aos modos de vida e culturas juvenis, se torna um fenômeno peculiar, ao estender sua produção e, ao oferecer seu trabalho, para outras iniciativas similares através da comunicação online. De acordo com a militante **L.A.**, o FdE tem conseguido “transversalizar os modos de vida coletivo opostos ao capital através da apropriação das redes e das tecnologias digitais”, estando a inovação da Rede calcada na apropriação e potencialização de elementos antigos, ou seja, para a jovem, o intuito do FdE seria “realizar as utopias dos que vieram antes de nós, com os recursos que temos hoje” (**L.A.**; frente de finanças, Banco FdE, Casa FdE/SP, Maio/2015).

Levando em consideração o posicionamento do Fora do Eixo como uma rede político-cultural, observamos três características como fundamentais no entendimento desta abrangência política que circunda o FdE. Primeiro sua atuação no campo da produção imaterial, simbólica, ou cultural; segundo, o empenho na formulação de uma nova cultura política, baseada nas emoções, na colaboração e em dinâmicas em rede (mais ou menos horizontais); e terceiro a interferência nas dinâmicas institucionais de poder alcançada pela Rede a partir de ações calcadas na comunicação e na cultura (SAVAZONI, 2014). Deste modo, entendemos que a Rede Fora do Eixo, ao assumir sua perspectiva de movimento social imerso em um contexto de redes, assume também o compromisso de trabalhar pela transformação social da realidade.

Neste sentido, o militante **R.L.** considera que:

[...] o significado político disso tudo, é na verdade reinventar novas formas, sistematizar isso e conseguir mostrar de forma clara, não só para outros grupos da sociedade civil, que é possível fazer. Tá aqui a tecnologia social, sistematizada, desenvolvida pra vocês modificarem, aplicarem no seu contexto, se beneficiarem dela. Mas, também, para se chegar junto dos poderes públicos, nas três instâncias, nos seus diversos espaços de interlocução, de diálogo com a sociedade civil, e mostrar que isso que a gente está fazendo, é também uma forma de política pública, que pode ser replicado e pode beneficiar um monte de gente (**R.L.**; produtor cultural, Coletivo Mundo, João Pessoa, junho/2015).

Cientes da atual postura pelo FdE os militantes acreditam que o reconhecimento do FdE enquanto uma república de jovens que moram e trabalham juntos, não existe mais: “Agora, as pessoas sabem o que a gente faz. Quem quer ser FdE sabe muito bem as nossas causas de lutas sociais. Acho que isso é fruto do amadurecimento da Rede em se entender não só como produtores culturais, mas sim como uma Rede que trabalha a cultura como uma mudança política” (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015). Neste sentido, tanto **C.B.**, como os outros entrevistados, concebem que cultura e política andam juntas no FdE, na perspectiva de que a política será transformada pela cultura, e que a cultura fará a transformação social. Sendo a comunicação, potencializada pelos elementos da cultura digital, a grande mobilizadora deste novo conceito incorporado pelo Fora do Eixo.

Tendo em vista os aspectos acima discutidos, concluímos este capítulo concebendo o FdE como uma cultura juvenil que organiza sua estrutura em princípios coletivistas, gerando simultaneamente um circuito cultural e um movimento social articulado em espaços autônomos, que demandam uma produção contra-hegemônica no contexto de uma sociedade em Redes. Além disso, observamos sua capacidade contestatória na reapropriação que faz das

instituições, operando simulacros que reorganizam e reposicionam os elementos já instituídos de maneira a favorecer o social.

Embora sua dinâmica seja mutante, e sua agenda agregue inúmeras pautas, podemos, porquanto, traçar seu perfil situados na parceria de trabalho que o FdE tem desenvolvido com os movimentos sociais da esquerda, e o afinho com o qual tem dedicado seu tempo ao ativismo político nesse campo. Compreendendo esta como a aposta mais significativa feita atualmente pelo coletivo – ou, a que melhor poderá conectar as hipóteses concebidas por esse trabalho – deveremos analisar a mobilização destes jovens dentro de uma plataforma comunicacional ativista e a produção de conteúdos feitos através Mídia NINJA.

Posto isto, deveremos, no próximo capítulo, canalizar nossos esforços na promoção de uma análise detalhada sobre os principais aspectos da Mídia NINJA, sua proposta de ativismo/ciberativismo político midiático, gerando uma discussão pautada nas relações de poder e contra-poder que emergem do campo da comunicação, levando em conta, principalmente, as novas formas de lutas, as novas estratégias e ferramentas construídas pelo FdE dentro da disputa pelo campo simbólico da comunicação.

4. Sobre comunicação, articulação e contestação: Mídia NINJA e o ativismo político FdE

Conforme pudemos observar no desenvolvimento dos capítulos anteriores, apesar de sua atuação diversa, a Rede Fora do Eixo tem concentrado seus esforços nos avanços referentes à construção de uma mídia alternativa e colaborativa que fortaleça pautas e causas inviabilizadas pela mídia reconhecida como hegemônica. Deste modo, uma vez que já observamos a trajetória da juventude que constitui a Rede e já descrevemos os aspectos que compõe a cultura e, por conseguinte, o movimento por eles caracterizados, deveremos analisar o trabalho que FdE tem zelosamente cultivado: sua plataforma multimidiática, responsável, em grande medida, pelo reconhecimento das atividades do FdE à nível internacional e principalmente, responsável por uma grande reforma no que se refere à postura política da Rede.

Regidos tanto pelas entrevistas realizadas por meio da pesquisa, quanto pelos conteúdos redigidos *pelo* e *sobre* o Fora do Eixo nos dispomos a discutir, ancorados principalmente nas reflexões mais recentes a respeito dos novos movimentos sociais, sobre como a internet e as ferramentas de comunicação concebidas na era do digital tem possibilitado novas formas de organização, articulação e ativismo, ao permitir e intensificar a experiência desses jovens – no caso do FdE – no campo da comunicação, na construção de uma mídia produzida colaborativa e horizontalmente dentro de uma nova perspectiva de democracia. Neste sentido, deveremos investir em uma análise mista, que ancorada tanto na produção teórica, quanto na vivência dos jovens militantes da Rede, possa nos dar indícios das articulações que possibilitam a cultura juvenil do Fora do Eixo a assumir esta postura ativista, construindo um panorama de como a Mídia NINJA, o principal veículo de comunicação atrelado a plataforma multimidiática do FdE, possibilita a aproximação do grupo cultural com as causas macropolíticas.

Desta forma, pretendemos, ao longo deste capítulo, empreender em uma minuciosa análise dos elementos que constituem a plataforma em questão, bem como, pretendemos averiguar o modo pelo qual a rede comunicacional articulada pelo FdE emerge dentro do turbulento cenário de acontecimentos políticos recentemente desencadeados no Brasil (2013-2016). Buscando compreender os fatores que proporcionam transição da Mídia NINJA de coadjuvante à protagonista dentro de uma disputa por narrativas que reflete, em muito, a disputa pelo poder no mundo contemporâneo, visto que, para muitos autores, a informação é um recurso tão estratégico nos dias de hoje quanto o capital foi na sociedade industrial.

4.1. Plataforma Multimidiática FdE: Comunicação, ativismo e ciberativismo

Retomando a discussão já postulada nos capítulos anteriores e reafirmando a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) como a maior das transformações advindas com a modernidade contemporânea, principalmente no que diz respeito a novas formas de sociabilidade e de abertura à participação cidadã, é que nos propomos a discutir nas linhas seguintes, as diferentes formas de articulação e intervenção social, atribuídas pelos estudos recentes, na incorporação das novas tecnologias aos movimentos sociais e organizações atuantes na sociedade civil.

Tomando por ponto de partida o entendimento do que, de fato, seja ativismo, é que buscamos compor uma adaptação do que podemos compreender como sendo o desdobramento deste princípio no mundo digital, o ciberativismo. De acordo com Assis (2006), embora o termo ativismo, ou ativista, seja uma formulação recente – visto a falta de definição para o termo na maioria das bibliografias sobre a temática – podemos identificar seu significado, nas ciências sociais e políticas, associado ao sentido de militância, haja vista que os atores envolvidos buscam promover atividades e fomentar comportamentos relacionados a causas específicas, agindo dentro de uma perspectiva de mudança em relação aos protocolos estabelecidos, envolvidos em ações focalizadas em torno do diálogo e/ou da resistência que buscam privilegiar a prática efetiva de transformação social⁸¹.

Contudo, o autor atenta para o fato de que o uso do termo representa, simultaneamente, uma tentativa de separar o ativismo das fortes cargas associadas à própria militância, “radical e/ou revolucionária”, que remeteria ao uso de armas para tomar o poder ou, ainda, a ideia de distanciamento entre a figura do militante, ideologicamente posicionado, mas afastado das manifestações ativas (ASSIS, 2006, p. 14).

Para o autor, embora, no contexto atual seja inevitável associar o ativismo ao campo das novas tecnologias e da interatividade proporcionada pela internet, é importante reforçar que o ativismo é um processo anterior aos adventos tecnológicos modernos, estando ligado à postura e ações de indivíduos e grupos sociais em relação a uma causa determinada. Deste modo, Assis (2006) pontua que o contexto de insatisfação dos indivíduos é o que modula os grupos ativistas, estando as causas mais recentes girando em torno do “atual estado de desenvolvimento do capitalismo” (Idem), ganhando destaque demandas sociais calcadas na educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação,

⁸¹ Fazendo referência as acepções de ativismo encontrada no dicionário Houaiss.

economia popular, reforma agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e informação, arte e cultura.

Ou seja, “praticamente todo e qualquer tema que diga respeito aos direitos da sociedade civil” são fatores de mobilização (ASSIS, 2006, p. 37). Sendo manifestações públicas e organizadas, marchas, boicotes a determinados produtos e serviços, reuniões abertas, coletas de assinaturas em apoio a determinadas demandas, protesto passivo, convocação de greves, demonstrações de desobediência civil, e, em caso extremo, o terrorismo e a guerra, alguns dos já conhecidos recursos utilizados pelo ativismo no intuito de alcançar suas metas ou lutar contra medidas tomadas verticalmente pelas hegemonias (Estado, empresas, mídias, etc.) e consideradas pelos ativistas como injustas ou abusivas.

Neste sentido, utilizando-se de Jordan (2002), Assis (2006) compreende o ativismo não apenas como uma ação coletiva, mas, considera como essencial o “sentido de identidade compartilhada, que pode ser entendido como pessoas reconhecendo, umas nas outras, a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções que sintam quanto a uma transgressão.” (JORDAN, 2002 apud ASSIS, 2006, p.13). E propõe um cruzamento com a noção de ação direta, aproximando causas, militância e ação ao propor que: “qualquer ação positiva (fazer algo) que tenha implicações concretas, e geralmente imediatas, sobre seus alvos” (2006 p. 14) são propostas ativistas.

Diante desta percepção, Assis (2006) formula o ativista como:

[...] um “radical” envolvido em ações políticas diretas e indiretas sempre fora do âmbito institucional. É “mais” que um militante – que participa de um grupo, segue seus ideais, mas também vai às ruas e cria situações de confronto com seus alvos – e “menos” que um revolucionário – suas ações não buscam remodelar o sistema do poder vigente de forma impositiva. O ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos (ASSIS, 2006, p.14).

Ao aproximar-se do contexto contemporâneo, o autor pontua que é no limiar dos séculos XX e XXI que o ativismo, ao se deparar com os novos recursos tecnológicos, passa a se estabelecer num campo cada vez mais midiático, utilizando-se dos novos recursos de comunicação e informação como fortes aliados na difusão de suas causas e ações. Assis (2006) identifica que a transição de um ativismo de ruas para um ativismo pautado *pelos* ruas, *repercutido no ciberespaço* e que retorna as ruas com mais força, é celebrado, inicialmente, pela experiência do movimento Zapatista no México (1994) e posteriormente pelas manifestações em Seattle (EUA) (1999) – grupos ativistas reconhecidos como os primeiros a

atentarem para o uso dos dispositivos midiáticos e a internet como aliados importantes na transformação de suas demandas em causas reconhecidas internacionalmente. Para o autor, bem como para os demais pesquisadores da área, esses eventos marcam em definitivo, os processos de ativismo contemporâneo, ao promoverem a conversão de um ativismo local e fundamentado na disposição de seus atores, a um ativismo fortemente articulado com outros setores do mundo através da internet.

Castells (2000), como um dos primeiros autores a teorizar sobre a emergência de uma nova forma de ativismo, observa que, em conjunto com a proliferação das novas TICs e o barateamento dos custos da comunicação, a internet reposiciona os indivíduos no contexto das redes. Neste sentido, o autor aponta as novas tecnologias como sendo responsáveis por promover a integração das redes globais, ao propiciar a transformação das formas *tradicionais* de ação social, de operação política e econômica para um formato compatível com o universo das redes. Ou seja, ao conceber modelos de mobilidade no qual a informação flui de maneira versátil e dinâmica, a internet, e seus dispositivos comunicacionais, facilita também a troca e o compartilhamento de informações entre seus participantes, podendo ser incorporada por grupos e indivíduos para potencializar ações políticas em diversos ambientes da rede, sejam eles online ou off-line (CASTELLS, 2000).

Ainda de acordo como o espanhol, a dinâmica das redes proporciona rupturas, tanto no que se refere ao modelo hierárquico tradicional da burocracia empresarial ou estatal, quanto aos paradigmas de tempo e espaço, visto a velocidade de difusão da informação. Rupturas que acabam por fortalecer a expansão dos movimentos sociais e políticos no contexto da comunicação e organização em Rede, uma vez que, aumenta o poder e a flexibilidade dessas iniciativas ao conceder estratégias mais ágeis e eficientes de produção de informação e conhecimento. Funcionando, desta maneira, como um catalizador na articulação das ações políticas de estruturas de resistência e intervenção, criadas como meio para *empoderar* os cidadãos (CASTELLS, 2000).

Diante deste contexto, no qual a internet promove o desenvolvimento de novas formas de relação social e novos fomentos de capital social, podemos dizer que o ativismo das entidades da sociedade civil adquire também novos contornos e formas de atuação, utilizando-se de mecanismos de participação online e criativas estratégias de ação que intencionam a promoção de impactos na agenda pública, ampliando a possibilidade de incorporação de demandas populares ao Estado, além de visionar a modificação de processos

decisórios e direcionar a reformulação de políticas públicas (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2013).

Conforme Ugarte (2008), a dinâmica ativista no contexto das redes aparece como estratégia importante para a articulação e o exercício de participação política dos movimentos e iniciativas sociais. Podendo ser apontada em “toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do ‘boca a boca’ multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal” (UGARTE, 2008, p. 77).

Outra concepção para *ciberativismo*⁸², também pode ser encontrada no apanhado realizado por Araújo e Freitas (2012), no qual, embasados nas perspectivas teóricas dos autores que estudam o fenômeno (Manuel Castells, David Ugarte, Sérgio Amadeu da Silveira, Henrique Antoun, Fabio Malini, Samira Marzochi) concebem:

Consideramos ciberativismo o conjunto de práticas realizadas em redes cibernéticas, com o objetivo de ampliar os significados sociais por meio da circulação na rede de discursos e de ferramentas capazes de colaborar na defesa de causas específicas. Trata-se de uma nova cultura de ligação com os assuntos de uma cidadania em contexto global (ARAÚJO e FREITAS, 2012, p.114).

Desta forma, ao compreender a internet como um ambiente rizomático⁸³, observando-a em sua multiplicidade de perspectivas e oportunidades é que os teóricos da sociedade em rede a enxergam como um terreno fértil para a geração de atividades e a articulação de ações por parte dos movimentos e organizações da sociedade civil. Nesse quesito, apontamos a produção midiática e a apropriação das estratégias de comunicação como elementos fundamentais à arquitetura de uma nova forma de ativismo, visto que, é no domínio do ciberespaço que os movimentos podem adicionar diferentes aspectos em suas táticas de planejamento, articulação e ação, assim como proporcionar o surgimento de novos movimentos sociais e a efetivação de estratégias ciberativistas (CASTELLS, 2000).

Este processo de assimilação das mídias e das linguagens comunicacionais é compreendido por Jenkins (2008, p.50) como a “cultura da convergência”, conceito que admite que ao longo das transformações dos dispositivos e ambientes, o modo de produzir e o de consumir comunicação são modificados. Assim, a inserção das novas mídias ao mudar as

⁸² Embora haja outras alcunhas em vigência, deveremos trabalhar o conceito como ciberativismo nesta pesquisa.

⁸³ Apropriando-se do termo botânico para conceber o ambiente das redes, Deleuze e Guattari dirão que o rizoma é um sistema conceitual aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p.22).

formas de distribuição e recepção da informação, também modifica sua produção, alterando, inclusive, a relação dos produtores e consumidores, que não podem mais ser pensados como pertencentes a lados opostos. Conforme Jenkins (2008), quando as pessoas se deparam com a possibilidade de tomar controle das mídias, passam a utilizá-las para fins não apenas de entretenimento, mas também como uma forma de expressar e exigir maior participação cultural e política, reposicionando as antigas perspectivas de recepção unilateral da informação para um campo no qual produtores e consumidores interagem com um novo paradigma.

Desse modo, assim como o que é produzido pelas mídias de massa repercute nas mídias digitais, aquilo que é produzido *informalmente* pelos usuários das redes repercute nos meios tradicionais, abrindo a possibilidade inédita dos movimentos populares pautarem os blocos midiáticos massivos em favor de seus interesses. Neste sentido, podemos entender a convergência, também como um processo no qual as práticas ativistas angariam a credibilidade necessária para (re)produzir ações geradoras de novas dinâmica nas estruturas de poder e, por conseguinte, pressionar a democratização das políticas públicas e da própria mídia (JANKINS, 2008).

Por sua vez, Moraes (2000) dirá que o ambiente comunicacional, impulsionado por essa *cultura da convergência*, possibilita uma ampliação da esfera pública no ciberespaço – conforme vimos anteriormente –, intensificando a abertura de ambientes de discussão e participação, facilitando a visibilidade de questões antes ocultas pelos meios tradicionais de comunicação. Firmado neste ambiente, o *ciberativismo* encontra meios de exercer sua resistência, consolidando novas experiências comunicacionais, mais dinâmicas e abertas, e se estabelecendo enquanto estratégia de ação dos movimentos organizados no formato de redes de solidariedade e cooperação, permitindo assim a redefinição de certas relações de poder.

Exemplos expressivos dessa combinação estão presentes no movimento Zapatista do México, o dia de Ação Global em Seattle (EUA) e a Primavera Árabe. Embora a distância geográfica entre os eventos seja enorme e que os contextos dessas mobilizações tenham significados diferentes, um elemento entre eles é comum: a utilização das novas TICs tanto no fomento ao debate e na convocatória da população para suas ações, quanto na legitimação a nível global das reivindicações populares por eles repercutidas. Reforçando o entendimento postulado acima de que o ciberespaço e o contexto das redes tornam possível a promoção de uma variedade de ações coletivas por parte da sociedade civil organizada, suscitando novas

formas de ativismo e de empoderamento dos cidadãos por meio de articulações em rede que, por sua vez, possibilitam a ampliação participação política desses sujeitos (ASSIS, 2006).

Diante disto, observamos que apesar de ser pautado por dinâmicas políticas distantes das que conduziram aos eventos acima, e que tenha como base referencial uma cultura juvenil fluída que lhe permite articular-se tanto num projeto de movimento social, quanto em um circuito cultural, a Rede Fora do Eixo, nascida dentro deste contexto de convergências midiáticas e da abertura de uma nova *ágora política* (CASTELLS, 2000), aproxima-se de outros movimentos ao redor do mundo justamente pelos processos e protocolos de ação que caracterizam seus padrões de auto-organização (GUTIERREZ, 2013).

Ao congregar diversos especialistas do campo da comunicação entre os integrantes de sua cultura, e ao apropriar-se com destreza das linguagens demandadas pelas novas mídias para viabilizar e visibilizar suas ações, acaba por construir um grande “conglomerado midiático” alternativo, uma plataforma que reúne uma grande variedade de dispositivos de mídia, de produtos, produtores e, mais recentemente, uma infinidade de narrativas e temáticas, que tem sido encarada, por muitos pesquisadores, como uma experiência inovadora no que se refere às ações *ciberativistas* atribuídas aos recentes movimentos atuantes na sociedade civil brasileira.

Diferentemente do que podemos observar em algumas organizações similares, a proposta da Rede sempre esteve relacionada às estratégias de comunicação, ressaltando, principalmente, a adoção do *midialivrismo* em sua carta de princípios – conceito associado por Malini e Antoun (2013) a experiência dos movimentos sociais na produção de mídias comunitárias, tais como rádios e jornais, pautados colaborativamente e para o favorecimento de pautas desvalidas pela comunicação das grandes organizações.

Sendo o midialivrista, na visão dos autores,

[...] o hacker das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Em muitos momentos, esses hackers captam a dimensão hype de uma notícia para lhe dar um outro valor, um outro significado, uma outra percepção, que funcionam como ruídos do sentido originário da mensagem atribuído pelos meios de comunicação de massa. (MALINI; ANTOUN 2013, p.23)

Como explica o militante e repórter Ninja **R.V.**, a mídia do FdE é a primeira estratégia trabalhada por eles, primeiro por que “a mídia tradicional não está interessada na turnê de 10 bandas vindas da paraíba...”, ou seja, a mídia de massa não tem interesse em projetar ações que circulam “fora do eixo” empresarial, nem em legitimar o trabalho produzido por grupos

de minorias. Que, nesse caso específico, surge também como uma necessidade (uma justificativa) dos jovens moradores das casas coletivas em provar para suas famílias que o trabalho deles era algo além de “estar ali, fumando maconha o dia todo”.

Conforme **R.V.**:

A história da mídia no FdE, começa como uma necessidade totalmente orgânica, da gente comunicar o que tava fazendo lá em 2005, quando a gente começa a existir. Lançamento de artista, lançamento de banda... A comunicação nasce como uma necessidade muito empírica. Naquele momento a gente entende que está criando um circuito cultural para além das grandes gravadoras, do jabá e tal. E essas estruturas da música estão completamente ligadas a essas estruturas de mídia corporativa que a gente tem no país. Então, se a gente não começar a falar do que a gente está fazendo, ninguém vai fazer isso. A grande imprensa não está interessada na turnê de 10 bandas vindas da Paraíba, de uma banda do Nordeste. Não quer falar do novo artista do Acre, ela não tem interesse nisso. Então, existe essa necessidade de criar a Mídia FdE pra visibilizar nossas ações e também, por que, naquele momento, ainda em Cuiabá, quando a gente começa a ser algo relevante, tinha necessidade, dentro dos pequenos coletivos, de se provar pro pai e pra mãe da galera que a gente não ficava fumando maconha o dia inteiro. A mídia tinha esse papel muito importante de mostrar a casa, de explicar esse processo... Para além de ter uma necessidade institucional, na divulgação de artistas, promoções e dos festivais, ela tinha uma necessidade antropológica, de mostrar o que era essa *porra* toda de vida coletiva para as pessoas começarem a entender o que a gente estava vivendo, o que a gente fazia naquelas casas o dia inteiro... (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Só depois, quando a Rede passa a estruturar seus simulacros como frente de disputa pela hegemonia, é que a mídia, por eles articulada, passa a ser compreendida como uma grande aliada no desenvolvimento de uma nova proposta de sociedade, como um mecanismo eficiente de pressionar governos, de apontar a necessidade de políticas públicas em diversas áreas, de estimular a participação cidadã e reivindicar novos rumos para o exercício da democracia.

Ainda de acordo com **R.V.**, de 2005 à 2011 o simulacro mídia foi uma grande universidade para os jovens associados ao FdE. Embora, 90% deles já tivessem alguma vivência no campo das mídias – seja por formação acadêmica, ou da necessidade em manipular certos dispositivos – os coletivos passaram a estabelecer como diretriz o desenvolvimento do manejo e o pleno domínio das mídias digitais, passando a Rede a gerir transmissões ao vivo, streamings, fotos em tempo real, vídeos, redes sociais online, flyers de eventos, capas de cds, cartazes, entre outras diversas linguagens calcadas na comunicação e nas artes gráficas. Conhecimento que, como explica **R.V.** passa a ser externalizado, posto à disposição de outras organizações:

Em 2011, quando a gente muda para essa casa (Casa FdESP), e a gente passa a ser envolver mais com os movimentos sociais, começa a ficar mais claro a necessidade que a gente tinha de usar essa mega-ferramenta que a gente desenvolveu – e que era totalmente desmonetizada – para ativar um campo social mais forte. Se a gente sabe fazer tuitasso, sabe fazer flyer, sabe gerir rede social para publicizar os festivais, então, vamos abrir a cabeça e vamos falar de outras pautas, temas e movimentos. Em 2011 a gente compreende que a mídia tem que ser igual ao Partido, tem que ser igual ao Banco, ela tem que disputar a realidade. Ela tem que ser uma simulação da imprensa, não pode ser só uma ferramenta de comunicar o que está acontecendo dentro do FdE. E nisso, a gente passa a sair pra *Cracolândia*, para aldeias indígenas, para vivências em acampamento dos Sem Terra... (R.V.; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

O ano de 2011, além de ser o ano de diversos levantes populares pelo mundo, em muito favorecidos, pela utilização das mídias digitais, é também o ano de lançamento da Pós-Tv, a primeira experiência do Fora do Eixo no campo de uma mídia mais proativa e menos institucional. Uma experiência que passa a proferir a ideia do que seria articular uma rede de mídia independente para além do contexto do Coletivo, expandindo e conectando as tecnologias sociais desenvolvidas pelo grupo a outros conhecimentos desenvolvidos pelos pontos de mídia livre espalhados pelo país⁸⁴. Desta forma, ao compreenderem a potência do experimento midiático por eles desenvolvidos, é que o FdE lança sua *plataforma multimidiática*, colocando a aptidão de seus militantes e as ferramentas da Rede a disposição dos movimentos parceiros.

A experiência é apontada como multimidiática devido à pluralidade de formatos que agrega, embora os conteúdos produzidos para estas demandas – claramente pautados em diversas instâncias do ativismo – sejam replicados simultaneamente por esses vários canais. Porém, é importante considerar que a repetição destes conteúdos, mesmo podendo gerar certa restrição no campo da pluralidade de debates, pode ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento da argumentação do Coletivo. Afinal, na posição de derivado de uma cultura da convergência, o FdE busca colocar a informação produzida por sua plataforma em circulação junto ao fluxo comunicacional também composto pela mídia de massa. Neste sentido, quanto mais repercutido o conteúdo, mais chances de competir e pautar as mídias massivas (BITENCOURT, 2015).

A plataforma multimidiática do FdE, no entanto, não se limita ao ciberespaço, visto que existe uma combinação efetiva de ações on-line e off-line para organização desses

⁸⁴ Falamos aqui dos pontos de mídia livre, edital lançado pelo MinC para estimular o desenvolvimento de projetos de comunicação livre e compartilhada, não atreladas ao mercado. No momento em questão, ainda incorporado as políticas públicas do governo federal.

conteúdos. As transações entre o FdE e os coletivos parceiros transcendem as barreiras da virtualidade através da conexão de identidades, indo não só as ruas em conjunto, como também trabalhando na ampliação do debate, pensando em conjunto, em reuniões e articulações presenciais, a viabilidade de determinadas atuações e a escolha das estratégias empreendidas, o que, de certa forma, mostra o limite de alcance, a pluralidade e criatividade das ações advindas destas parcerias (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2013).

Sob este aspecto, se faz pertinente a observação de que, na maioria das vezes o FdE age em consonância com outros movimentos, muitas vezes atendendo a solicitações de convites para atuar na cobertura das ações promovidas por estes parceiros. Neste sentido, o FdE, consciente de seu domínio sobre a técnica, se posiciona como emissor dos conteúdos produzidos em torno destas ações de contestação e pressão sobre o Estado. Já no que se refere a sua militância particular, o FdE busca firmar suas ações em pautas ligadas a políticas públicas culturais, sendo o seu envolvimento com as causas macropolíticas alvo de críticas por parte de alguns autores e especialistas que julgam a alargamento das pautas do grupo como *superficial*, já que a participação da Rede, muitas vezes, se restringe a construção de identidades visuais e/ou a articulação de táticas de ampliação do alcance midiático destas expressões.

Porém é importante salientar que, apesar do Fora do Eixo não se aprofundar, nem incidir diretamente em algumas das causas que pauta, busca participar ativamente na efetivação do processo de integração das redes e dos movimentos sociais, identificado por Scherer-Warren (2006) como sendo um novo formato de organização da sociedade civil, moderado pela livre associação das iniciativas em *redes de movimentos sociais*.

De acordo com a autora, dentro da dinâmica de uma sociedade cada vez mais globalizada, estas redes de movimentos sociais integrariam diversos tipos de organização, regidos por diferentes interesses e formas de ação, na estruturação de um sujeito plural articulado em torno da luta pela cidadania, alargamento da concepção de direitos humanos e da ampliação da base das mobilizações. A autora enfatiza que, apesar da incorporação de uma multiplicidade de identidades, pautas, valores e projetos poder gerar algumas dissonâncias entre os participantes, é na divisão das atividades por níveis de especialização que estas redes de movimentos conseguem administrar eficientemente suas ações (SCHERER-WARREN, 2006).

A diversidade, no contexto das redes de movimentos sociais, é vista por Scherer-Warren (2006) como um elemento singular do presente histórico. Para a autora, a articulação

destes grupos, diversos entre si e com características peculiares (quando não contraditórias), reflete o fato de que os movimentos sociais da contemporaneidade defendem uma série de questões inter-relacionadas a um único problema: o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para Gonh (2012), estes movimentos contraditórios e difusos, não podem ser resumidos apenas a questões político-econômicas ou de luta de classes, sendo este, o dito paradigma dos Novos Movimentos Sociais, a articulação da diversidade contra os antiquados sistemas hierárquicos organizados.

Desta forma, entendemos que o FdE, ao ser acolhido nessa integração de movimentos, repercute divergências, mas também tem seus acertos, tendo em vista a intensa produção de conteúdos midiáticos pautados pelas lutas (coletivas e individuais) dos movimentos agregados em suas redes. Um exemplo evidente do empenho do Fora do Eixo está justamente na construção desta plataforma midiática que atende as diferentes demandas advindas de seus parceiros. O que contribui significativamente com o desenvolvimento de formas inovadoras de atuação da sociedade civil, e na produção de novos meios de participação e empoderamento dessas entidades (GONH, 2012).

Atualmente, o Fora do Eixo, além de mobilizar-se na cobertura jornalística das atividades de seus parceiros, mantém ativas inúmeras redes sociais on-line, websites, blogs, canais de vídeos via streaming e podcast que também são alimentados por esses conteúdos. No entanto, é importante salientar que embora mantenha estes portais ativos⁸⁵, o FdE tem investido mais generosamente na produção das redes sociais online, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*⁸⁶, visto a agilidade e precisão destes canais na profusão de conteúdos, bem como, a repercussão e interação com os seguidores permitidas por essas ferramentas.

De acordo com Gomes (2012), as redes sociais online podem ser identificadas como redes formadas a partir da interação entre os indivíduos no ambiente virtual, independente de suas relações no mundo concreto. Os sites de redes sociais, e atuais viabilizadores dessa articulação – tais quais os exemplos acima citados – possibilitam a interação entre os indivíduos através do compartilhamento de fotos, links e o relato de ações corriqueiras do dia-a-dia de seus usuários, uma dinâmica de diário virtual aberto, que acaba se estendendo ao compartilhamento de opiniões e ideias predispostas a acenderem uma série de discussões, que podem evoluir, ou não, para o embate político e a articulação de estratégias ativistas radicadas

⁸⁵ Consideramos como sendo os mais significativos entre os canais da Rede o portal da transparência FdE, o portal de notícias da Mídia Ninja e o site do Grito Rock.

⁸⁶ Não irmos resgatar a história destas redes neste trabalho, pois compreendemos que este histórico pode ser acessado sem maiores dificuldades pelos leitores deste trabalho.

na produção de conteúdos específicos ou, na convocatória para manifestações e mobilizações nos espaços públicos urbanos.

Conforme Howard e Hussain (2012), ao refletirem sobre os processos midiáticos construídos no contexto dessas redes sociais online e que confluíram nas manifestações da Primavera Árabe:

É verdade que Facebook e Twitter não causam revoluções, mas seria tolo ignorar o fato de que usos cuidadosos e estratégicos da mídia digital para conectar públicos regionais, juntamente com redes de apoio internacionais, habilitaram os ativistas à condução de algumas das maiores manifestações de protestos desta década (HOWARD e HUSSAIN, 2012 apud CASTELLS, 2013, p. 84).

O que nos leva a crer que, uma das principais características dessas redes é o processo informacional e comunicacional, que ocorre de maneira horizontalizada e distribuída, além, da geração de formas de sociabilidade referentes a uma cultura da interatividade, tecidas dentro do ambiente virtual e caracterizadas pelas interações e compartilhamento de conteúdos (PINEZI, PENTEADO, SILVEIRA, 2012). Ou seja, na medida em que o ciberespaço gera uma nova configuração social e informacional, cria também condições para aumentar a concentração de poder e diminuir a exclusão social, possibilitando o arranjo de novas relações sociais desenvolvidas e alimentadas a partir da horizontalidade característica dessas redes conectadas.

Comungando desta perspectiva, Souza (2009) acredita que a nova morfologia social, detentora das transformações dos processos produtivos e das relações de poder e cultura, está pautada sobre o lema de que “o poder não está mais em acumular a informação, mas em distribuí-la de forma significativa” (SOUZA, 2009, p. 6). Nesse sentido, compreendemos que os movimentos envolvidos no desenvolvimento destas redes online e que fazem uso do ciberativismo como estratégia de mobilização, devem priorizar o diálogo aberto com suas audiências, fazendo do direito de informar e de ter acesso a informação uma pauta fixa em suas ações.

No que concerne ao histórico do Fora do Eixo, podemos observar que a postura ativa em suas redes sociais online é proporcional a interatividade mantida com seus seguidores. O diálogo parece sempre aberto e receptivo, visto que o sucesso da Rede está, desde o seu início, vinculado ao fortalecimento da visibilidade, da reputação e da popularidade, mediados e construídos a partir da interação da organização com seus membros (GOMES, 2012). Desta forma, nos parece certo dizer que o FdE compreende a utilização destas ferramentas como

componentes de sua própria identidade, estando elas ligadas ao processo de compreensão da organização do Circuito, do movimento e da grande Rede, que é em si, o Fora do Eixo.

Apesar da atuação midiática intensa e dos fluxos constantes de informação compartilhadas pelo grupo nas redes sociais, devemos acrescentar que a plataforma multimidiática proposta pelo FdE não se restringe a atualização destas redes. Pelo contrário, a proposta da plataforma consiste também na capacitação dos membros do coletivo para ações independentes, reflexões críticas e agilidade no manejo da informação, sendo o processo de produção democrática nas redes digitais, um reflexo da democracia que se pretende para o mundo off-line: colaborativa e solidária.

Sob esta perspectiva é que abrolha a atual *menina dos olhos* do FdE: a Mídia NINJA. Conforme explica **R.V.**, o modelo de mídia integrado a proposta NINJA foi encubado pela Rede entre meados de 2011 até os primeiros meses de 2013 quando de fato, a proposta passa a tomar as ruas do Brasil:

Em 2011, quando a gente decide disponibilizar nossos dispositivos de mídia para os parceiros, a gente começa uma grande jornada pelo Brasil produzindo esse modelo. E a gente começa pelos guaranis kaiowás, lá no Mato Grosso, depois vai para o Pará, cobrir de perto o assassinato dos extrativistas Zé Claudio e Maria. De repente a gente passa a ir pros lugares com uma preocupação não só de cobrir e criar referência em relação a essas coberturas desmonetizadas, postadas em tempo real para web, para as redes sociais, mas, surge uma preocupação muito forte em saber se nestes pontos existia algum tipo de mídia independente. Quando tinha, a gente fazia uma reunião com os caras e estimulava-os. A gente passou 3 anos rodando no Brasil inteiro estimulando a criação de uma rede, botando a galera meio que esperta para agir com o que poderia vir, e, que de fato veio. Em 2013 a gente lança a Mídia NINJA, que já nasce com esse acúmulo de pelo menos 100 coletivos se sentindo parte daquilo. Dois meses depois do lançamento da NINJA explodem as manifestações de junho. E quando elas explodem, nós, talvez, fôssemos a única estrutura que estivesse distribuída pelo território, sem ter o rabo preso editorialmente com ninguém, fazendo comunicação muito bem, com vídeos, fotografias, nas redes sociais, centralizando tudo numa página. Nesse momento, a página da Mídia MINJA no Facebook vai de 2.000 likes para 240mil num mês! O negócio explode, e a gente estava preparado. A Rede toda, naquele momento, se vira para fazer a Mídia NINJA funcionar, era o dia inteiro respondendo e-mail, o dia inteiro atendendo gente, todo mundo mobilizado a nossa volta pra fazer aquilo ali funcionar (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Como podemos observar, o FdE, ao investir nessa jornada de capacitação e empoderamento das mídias alternativas locais pelas mais diversas cidades do país, prepara o terreno para a construção de um arranjo midiático que engloba tanto a prestação de serviço do FdE para outros movimentos, quanto estreita os diálogos dos produtores culturais com as questões políticas e os problemas sociais latentes na realidade Brasileira. Neste sentido,

compreendendo a importância da Mídia NINJA dentro de um processo de comunicação e empoderamento narrativo dos movimentos *marginalizados* pela mídia hegemônica, dedicaremos o próximo tópico a análise do funcionamento deste apêndice da Rede, buscando, através da análise das ações realizadas durante as Jornadas de Julho de 2013, e mais recentemente durante as mobilizações contra o Impeachment da presidente Dilma Rousseff e apoio ao governo PT, identificar como os processos midiáticos colaborativos empreendem uma mudança no panorama e na repercussão destes eventos.

4.2. Disputa por Narrativas: O nascimento da Mídia NINJA e as coberturas colaborativas

Como visto anteriormente, a Mídia NINJA surge da jornada dos militantes da Rede Fora do Eixo pelas pequenas cidades e os centros urbanos afastados das grandes metrópoles brasileiras nas quais a conjuntura política e social tem uma visibilidade parcial e/ou limitada pelas mídias de massa atuantes localmente. A necessidade de comunicar, intrínseca a formação do coletivo, incubada durante os anos iniciais da Rede, e o aprimoramento de técnicas e práticas comunicacionais adquiridas com a experiência institucional ao longo dos anos, logo são compreendidas como uma potente ferramenta de disputa pela opinião pública, ou por narrativas, tidas pelos *ninjas*⁸⁷ *como estratégias de informação em movimento, produzidas colaborativamente, agindo e comunicando, sem a presença dos velhos intermediários*⁸⁸.

Posto isto, observamos a necessidade de compor uma análise mais detalhada a respeito da Mídia NINJA, uma vez que a experiência tem se colocado, desde 2013, como emissora da atuação do Fora do Eixo e, mais que isso, como um canal de estreitamento das relações da Rede com causas sociais e movimentos atuantes da sociedade civil.

Ao reconhecer que a inserção das mídias digitais possibilitou um alargamento da esfera pública, reconhecemos também que apenas a partir do domínio da linguagem fomentada por esses meios é que o debate se alarga e que os indivíduos e movimentos se tornam habilitados para produzir conhecimentos e informações que se proponham a construção de novas narrativas. Ou ainda, podemos dizer que, apenas através do controle da técnica é que se tornam viáveis a articulação e o engajamento nas disputas por hegemonia através do campo da comunicação.

⁸⁷ Título atribuído aos colaboradores da Mídia NINJA, ou, as pessoas que vão às ruas em busca de notícias e relatos.

⁸⁸ Apresentação no perfil do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>. Acesso: 14/08/2016.

Neste sentido, observamos que o FdE desponta nesse ambiente de convergências por, justamente, domar a técnica, os fluxos de linguagem, e por ter, a seu favor, a disposição de seus membros em produzir conteúdos. Ao estender essa tecnologia interna para coletivos e movimentos atuantes em áreas diversas, o Fora do Eixo se posiciona como uma mídia alternativa, capaz de contar histórias sob outros vieses e estabelecer narrativas que reproduzam conteúdos com a mesma intensidade da mídia massiva, diferenciando-se desta ao tornar visível àquilo que estes veículos ocultam.

O principal papel atribuído a Mídia NINJA tem sido o de permitir que os movimentos sociais ganhem expressão e legitimidade na arena da comunicação, retirando-os do campo da marginalidade, ao qual, muitas vezes, a mídia de massa os condena. Seguindo outros modelos ao redor do mundo, a NINJA utiliza-se da internet e das novas tecnologias para conduzir coberturas colaborativas de ações ativistas, ou mesmo de rotineiras reuniões desses movimentos, tornando visível a atuação destas articulações, suas reivindicações e posicionamentos, algumas vezes completamente distantes daquelas anunciadas pelos tradicionais veículos de comunicação.

A intenção da NINJA, contudo, não é só o de publicizar as demandas destas articulações, é também de contribuir para o desenvolvimento de novos espaços de expressão, evocando a latente necessidade de participação dos cidadãos, de questionamento e busca de soluções. Neste sentido, observamos que o Fora do Eixo, através da Mídia NINJA, passa a compreender o papel da informação na sociedade contemporânea, investindo boa parte de seus recursos (financeiros e de pessoal) para a construção de uma mídia multidirecional, habilitada para se colocar em uma disputa no campo subjetivo da produção de narrativas.

Neste contexto, compreendendo a atuação midiática como um ato político, a Mídia NINJA, ao adentrar na vivência direta com os movimentos sociais, arquiteta sua estrutura comunicacional em resistência a mídia tradicional. Agindo no espaço público e político, na busca pela reconfiguração dos velhos aspectos da política e da própria mídia, ao apontar a pluralidade de perspectivas que existem para além das ondas analógicas. Ressaltando a diversidade através da articulação em rede, a NINJA busca garantir à população diferentes abordagens sobre os mais diversos fatos, valendo-se da velocidade que a mídia tradicional ainda não consegue acompanhar, o que, em grande medida, tem consagrado sua atuação (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2013).

Outro destaque atribuído ao trabalho da Mídia NINJA é a dinâmica adotada pelo coletivo na produção e circulação de informações através de práticas colaborativas, na qual a

ação norteia a organização de um sistema *jornalístico* calcado na crítica à atuação da mídia de massa e no engajamento social e político de seus parceiros. A iniciativa, desmonetizada⁸⁹, confirma a ramificação do poder no âmbito da comunicação, contribuindo para a abertura de um novo panorama de práticas colaborativas e democráticas, exercendo um contrapoder questionador intrinsecamente relacionado à autonomia dos conteúdos reverberados através de uma comunicação autônoma (BITENCOURT, 2015).

Conforme Bitencourt (2015), essa não é uma característica exclusiva da Mídia NINJA, afinal, de acordo com a autora, o contexto contemporâneo tem colocado a comunicação no centro das disputas pela hegemonia, visto que a cultura de resistência tem sido desenvolvida através dos meios de comunicação alternativos ligados a utilização das novas TICs. Neste sentido, a autora pontua que os espaços comunicacionais estão sendo usados de formas cada vez mais estratégicas pelos movimentos, tanto para publicizar suas demandas, quanto para formatá-lo enquanto espaço contra-hegemônico. Contudo, é pertinente observar que este espaço não se faz longe das duras investidas das mídias instituídas, que, se utilizando também do ciberespaço, buscam desqualificar a informação produzida pelos veículos independentes e “isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem da violência” (BITENCOURT, 2015).

Assim como Gohn (2010), Bitencourt (2015) acredita que a internet tem sido o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais, já que para além de facilitar a organização desses organismos, possibilita a expansão das práticas de resistência. Desencadeando assim um processo mais complexo, identificado pelas autoras como a busca pela participação democrática não só nas vias políticas, mas também no campo das práticas midiáticas.

Neste sentido, ao proclamarem sua independência e liberdade para cobrir acontecimentos lado a lado das mídias tradicionais, esses coletivos midiáticos visam se posicionar a favor da democratização em todas as instâncias. No caso da Mídia NINJA, a pauta pela democratização da comunicação e do acesso a participação política são permanentemente veiculadas em suas redes, o que gera também o maior número de críticas, visto que, por um lado a mídia hegemônica busca ressaltar a parcialidade dos fatos repercutidos pela NINJA ao apontar os financiamentos públicos⁹⁰ galgados pela Rede Fora do

⁸⁹ Para seus organizadores, a Mídia Ninja diferenciava-se de uma empresa tradicional de jornalismo, uma vez que não existe uma relação salarial entre seus membros, tampouco definição rígida de cargos; além disso, o projeto não cobra de seus leitores as informações que produz em seus canais – no Facebook, Twitter e em sua página oficial, na plataforma Oximity.

⁹⁰ Recursos garantidos através de editais públicos.

Eixo para manutenção da iniciativa, e por outro lado fica a pressão que parte dos próprios movimentos sociais (muitos dos quais se utilizam da visibilidade promovida pela MN) sobre estrutura organizacional do FdE e de seus mecanismos de ressignificação do trabalho.

Apesar das críticas surgirem de ambos os lados, as ações da Mídia NINJA seguem se expandindo e se consolidando como uma contra-proposta às experiências midiáticas formatadas pelos veículos massivos. Assim como qualquer outra agência de comunicação, a Mídia NINJA se posiciona parcialmente sobre os fatos, mas, ao contrário das mídias massivas, se posiciona explicitamente, confirmando a existência do mito da imparcialidade, revertendo esta denuncia a seu respeito como uma denuncia sobre a própria mídia de massa.

Conforme o militante **C.B.** explica:

A gente não está preso com nada. A gente fala só de um lado, desde que a gente começou. A gente está muito mais ligado a esquerda, a gente está na linha esquerda da rua, então é o nosso lado. A gente sempre colocou isso como parcialidade porque o mito da imparcialidade tem que ser quebrado o tempo todo. É muito mais real com o público. Não é errado ser de esquerda ou de direita, não é errado você pautar isso ou aquilo, você sempre terá um público. O errado não é existir uma mídia que coloque o Feliciano⁹¹, o Bolsonaro⁹², por exemplo, em um patamar de bondade, num patamar que eles acham que tem que estar, o errado é não ser sincero o suficiente e dizer: eu estou desse lado, eu pauto este lado. O que a gente quer não é acabar com a Folha de São Paulo, todo mundo tem o seu papel, mas o que a gente quer é o ser verdadeiro com o público. Vai, fala, abre teu jogo! Fala que você está mais desse lado, fala porque você está desse lado. A NINJA já falou. As pessoas costumam dizer, “ah, mas vocês sempre estão do lado dos movimentos”... Sim, estamos! Porque a gente escolheu esse lado, o lado que não tem visibilidade (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

A parcialidade dos fatos é algo muito presente na linha editorial, se é que podemos chamar assim, da Mídia NINJA. O trabalho se mistura com a participação e o envolvimento com as causas, a informação ganha conotações emocionais e ressignifica discursos a respeito dos formatos e sistemas tradicionais. A colaboração aproxima a pauta dos emissores, tornando a narrativa fruto de um elo entre a causa e a informação.

Esta transformação nos modos de produzir conteúdos tem reconfigurado de muitas maneiras o atual cenário das mídias. De acordo com Foucault (1979) o discurso é um espaço

⁹¹ Presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento e Deputado Federal. Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto.

⁹² Cumpre atualmente o seu sexto mandato na Câmara dos Deputados do Brasil, eleito pelo Partido Progressista (PP). Tornou-se conhecido nacionalmente por suas posições nacionalistas e conservadoras, por suas críticas ao comunismo e à esquerda e por declarações controversas. Também é conhecido por defender a ditadura militar no Brasil e por considerar a tortura uma prática legítima. Suas posições políticas geralmente são classificadas como alinhadas aos discursos da extrema-direita

no qual saber e poder se articulam, desta forma, o agrupamento do discurso sempre fala baseado em um direito que lhe é conferido. Nos últimos anos temos assistido a tentativa da mídia de massa de se adaptar a estes novos processos comunicacionais atendendo demandas e reivindicações sociais para não perder seu direito de discurso, e/ou sua hegemonia sobre ele, tendo em vista a destreza dos recentes coletivos midiáticos na utilização destes meios como forma de legitimar seu discurso (BITENCOURT, 2015).

Em outras palavras, ao filmar e compartilhar imagens sobre as manifestações, ao gerenciar debates via streaming, repercutir notas produzidas colaborativamente por outros movimentos, construir matérias especiais dirigidas, em tom de denúncia, as instituições públicas e privadas, a Mídia Ninja subverte lógicas de produção, distribuição e consumo de conteúdos midiáticos. Passando a pautar a mídia tradicional, que, diante deste novo contexto, modifica-se, incorporando agilidade e interatividade como um modo de alcançar a audiência perdida, ou atender as expectativas do público.

A mudança, contudo, não se refere apenas ao campo da apropriação das novas tecnologias midiáticas, estando intimamente voltada à transformação das narrativas que acompanham esses discursos. Para Resende (2006), a influência do campo midiático tem reconfigurado às sociabilidades, influenciando diretamente nas práticas sociais discursivas e na formulação de narrativas. Considerando o caráter dinâmico e social dessas narrativas como forma de representação coletiva, capaz de se fazer presente na reflexão sobre a sociedade que constrói e que se reconstrói auxiliada por estes meios.

Não obstante disto, Martín-Barbero (2006) pontua que a inserção da sociedade na rede exige dos indivíduos o aprendizado de novas habilidades, sensibilidades e escritas relacionadas a essas tecnologias. Para o autor, o computador não seria apenas uma máquina, mas um novo tipo de tecnicidade que possibilita o processamento de informações a partir de símbolos e abstrações (MARTÍN-BARBERO, 2006). Ressaltando que, apenas através da promoção de uma alfabetização dos indivíduos para essa nova linguagem, é que essas ferramentas podem de fato ser utilizadas para fins individuais ou coletivos.

Neste sentido, Assis (2006) acredita que o imaginário do ativismo contemporâneo, estaria baseado na produção de discursos, na adequação de linguagem, posturas, impositões, recursos estilísticos, estéticos e tecnológicos, agindo “no intermédio entre o engajado e o especialista, planejando e executando seu ato político com os olhos voltados para sua tradução adequada para o campo midiático [...]”. (ASSIS, 2006, p. 42 e 43).

Desta forma, observamos que a disputa por narrativas empreendida pela Mídia NINJA está firmada na fusão entre receptores e produtores em uma rotina de colaboração e participação, imprescindível ao seu funcionamento. Ao mesclar técnica, informação, e emoção, o coletivo acaba construindo um novo tipo de narrativa, firmada em torno do conhecimento compartilhado para o alcance da representatividade e da transformação social (BARTHES, 2008).

Segundo Antoun (2001), o contexto atual não significa apenas a proliferação de novas mídias, mas a geração de novos usuários, que alfabetizados em diferentes dispositivos midiáticos, passam a ser considerados, simultaneamente, produtores e receptores de informação, habilitados para utilizar estes dispositivos em práticas de mobilização e contestação em rede. Ainda de acordo com o autor, é a união entre as ações diretas geradas pelo novo ativismo com a potência interativa e descentralizadora das redes e sistemas midiáticos digitais que ressignifica a democracia e a própria ideia de resistência, estando às novas narrativas incumbidas de realizar “a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa prioritária de produtos, para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a ação coletiva dos movimentos” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 57).

Assim, na medida em que a NINJA – bem como outros coletivos midiáticos – constrói novas formas de narrativa através da colaboração, influencia as mídias de massa a rever seus discursos, e criar novas formas de narrativas que estejam aptas a configurar este novo cenário relacional entre produtores e receptores.

Para despontar essas narrativas, a Mídia NINJA não precisa de muito. O arsenal tecnológico fica por conta de smartphones e conexões móveis de internet 3 e 4G, elementos mínimos para a publicação direta de conteúdos repercutidos em tempo real em redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram. O caráter de instantaneidade converge com mecanismos de participação, por onde se desenrola a comunicação entre os que estão nas ruas e os que acompanham de casa (BITENCOURT, 2015).

Já para coberturas mais detalhadas, os ninjas contam com outras “engenhocas”, tais qual o carrinho de supermercado rosa-choque (por certo, subtraído de algum hipermercado) que carregava os aparatos – duas câmeras, mesa de corte, microfones, gerador e caixas de som – durante as manifestações de junho de 2013⁹³.

⁹³Ronaldo Bressane para Revista Piauí em 07/2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-dos-memes/>. Acesso: 12/05/2016.

Embora os recursos não sejam muitos, os colaboradores são. Nesse sentido, a NINJA conta contribuição de colaboradores espalhados por toda a rede, que podem estar tanto organicamente vinculados à proposta do FdE quanto contribuindo de maneira externa e esporádica com a alimentação das redes e produção de conteúdos (MACIEL, 2015).

A métrica e os formatos das narrativas ensaiadas pela Mídia NINJA não obedecem a formas fixas, podendo ser livremente arquitetadas pelos parceiros. O livre fluxo de conhecimento está atribuído à postura midialivrista do grupo, deste modo à linguagem jornalística empreendida vai de encontro com o jornalismo ensinado nas universidades e na prática das redações, “trazendo multiplicidade e criatividade em meio ao turbilhão das novas mídias” (CAVALCANTI e FONTANETTO, 2014). Informações, opiniões, relatos, notas e divulgações são alguns dos exemplos encontrados nas páginas do coletivo, geralmente ilustradas por vídeos e fotos produzidas pelos colaboradores ninjas, ou, quando não, links para as transmissões ao vivo.

A linguagem empregada na construção das narrativas é, em geral, a linguagem coloquial, na maioria das vezes em primeira pessoa, passando a ideia de presença e atuação direta do *jornalista ninja* na ação que está sendo coberta, ou nos movimentos que estão sendo postos em evidência. Também não é difícil encontrarmos textos que carregam uma carga emocional intensa, ou uma linguagem poética, fugindo, inclusive, à prosa. As fotografias que acompanham esses ensaios são, em boa parte, bem trabalhadas, com enquadramentos que buscam salientar os processos de luta, ou desigualdades que os textos desvelam. Em alguns casos, como em publicações avulsas no Instagram, as fotografias reproduzidas passam, por si só, a mensagem que o coletivo pretende. No que se refere aos vídeos, podemos dividi-los em duas categorias: as transmissões ao vivo e os vídeos produzidos. As transmissões, como há de se imaginar, não passam por nenhum tipo de roteirização, cortes, ou tratamento de imagem. As capturas buscam revelar os acontecimentos em tempo real, de dentro das manifestações, ou demais ações, estando a equipe, literalmente, “no olho do furacão”. Já os vídeos mais elaborados, são aqueles em que há uma roteirização prévia, tais como vídeos com entrevistas, teaser de encontros e convocações para manifestações, bem como, vídeos explicativos e minidocumentários.

No que diz respeito aos assuntos pautados pelos *ninjas*, também encontramos um grande diferencial entre a mídia alternativa e a mídia tradicional. De acordo com os militantes, esta é uma escolha orgânica. Ou seja, cada um, pauta aquilo que gosta, o assunto

com o qual se identifica, sendo esta, na opinião do militante **C.B.**, “a energia que puxa os *ninjas*”.

Ainda nesse sentido, o militante complementa:

A escolha das pautas está muito ligada ao processo de comunicação, de empoderamento narrativo, que a gente acredita. A pauta está muito envolvida com esse processo de organicidade, da relação que as pessoas tem com as pautas, no fim das contas a gente cobre as pautas que a gente, tem interesse de fato, enquanto ativistas, enquanto pessoas, enquanto movimentos. É uma coisa meio geracional também, as pautas do nosso tempo, são as pautas que a nossa galera acredita: legalização das drogas, legalização do aborto, o fim do genocídio da juventude negra nas periferias, a questão da energia, a questão indígena, cultura, juventude, são temas que trabalham nesse campo socioambientais, direitos humanos e cultura, são em geral temas que nos tocam, que vão garantir nossa presença em algum lugar. A nossa relação com os movimentos é muito sólida nesse sentido. A gente faz o que a gente acredita, a gente não tem uma pauta tática, porque não é uma mídia que está visando grana, a gente não é pautado pelo page view, a gente não vai pra rua com a perspectiva de quanto isso vai render em termos de grana, mas sempre corre para importância social desse tema, independente do seu tamanho (**C.B.**; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

A página da Mídia NINJA no Facebook, o perfil do Instagram e o Twitter, são as redes mais atualizadas do coletivo. Havendo inúmeras publicações por dia, com conteúdos diversificados ou, com a repetição de pautas, mas com textos e fotos de diferentes autorias. A busca por legitimidade destas narrativas é feita pelo *espalhamento* dessas produções através do compartilhamento dos seguidores. Ao compartilhar ou curtir as publicações, os seguidores dessas páginas geram a ampliação do alcance destes conteúdos dentro das redes.

Apesar do alcance das publicações da Mídia NINJA ainda ser relativamente menor do que o alcance das produções das mídias de massa é possível observar uma crescente repercussão das produções *ninjas* fora do contexto digital. Desta forma, Malini e Antoun (2013), buscando equiparar o *midialivrista* a um hacker dirão que, assim como o hacker que cria softwares livres e dá acesso ao desconhecido, a mídia alternativa abre novas formas de comunicação, construindo narrativas sob outras óticas, provocando rupturas, se posicionando como um movimento de contrainformação, sem *rosto* específico, sem líderes, visando inserir os indivíduos em ambientes que, de alguma forma não os representa.

Um exemplo interessante deste código aberto de condutas midiáticas pode ser visto no modo pelo qual a Rede dinamiza as coberturas colaborativas de alguns eventos. Quando comparamos os vídeos produzidos pela Mídia NINJA em torno das manifestações das Jornadas de Junho, ou mesmo das mais recentes manifestações contra o Impeachment da Presidente Dilma (PT), com os vídeos produzidos pela mídia de massa, identificamos uma

aproximação dos ninjas com os manifestantes, as imagens são feitas de dentro das manifestações, das ruas, do contato direto com quem articula e participa destes protestos, se colocando, muitas vezes, na linha de frente, dos embates entre os manifestantes e a polícia. Já a mídia massiva, se mantém distante, segura no alto dos prédios e helicópteros. Enquanto o primeiro oferece a perspectiva do *o que e porque* se está nas ruas, o outro, de maneira superficial, trata de manifestantes como números.

As diferenças mais claras entre estes dois veículos estão associadas ao emprego da linguagem (coloquial x formal), a produção dos registros (por dentro x distante) o destaque e a duração das informações (longo x curto), as formas de produção (espontânea x padronizada), o respaldo concedido às entrevistas (prezam pela voz dos manifestantes x se apropriam de notas) entre outros recursos estéticos ligados a padronização ou a criatividade de utilização dos recursos de mídia. Embora a presente pesquisa não enseje uma análise de conteúdos, compreende que as diferenças entre estas duas atuações se estabelecem principalmente como reflexos das transformações culturais da sociedade contemporânea, na qual as narrativas colaborativas ganham destaque pela condução dos fatos de uma maneira mais próxima da audiência, promovendo a interação e o incentivo da pressão popular às agendas das mídias hegemônicas (MALINI; ANTOUN, 2013).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o conceito de pós-marca⁹⁴ que envolve a Mídia NINJA. Embora a iniciativa comungue de diversas diretrizes estabelecidas pelo Fora do Eixo, ela goza de plena autonomia – ainda que a Rede destine recursos financeiros para sua manutenção, como por exemplo, para a compra de equipamentos, tais como câmeras, laptops e microfones – no sentido de poder construir novas relações, acolher novos colaboradores, e de desenvolver outros projetos paralelos a Rede, como é o caso do *Jornalistas Livres*, lançado em 2015, e que convida profissionais do jornalismo, desempregados pela crise da comunicação, a engajarem-se nas redações criativas para pautar assuntos que fujam ao monopólio midiático.

Tomando este exemplo por base, retomamos aqui – ainda que de maneira mais superficial do que o assunto mereça – a observação de que os colaboradores da Mídia NINJA, também fazem parte daquilo que Bentes (2013) acredita ser um novo tipo de sujeito social: o *precariado cognitivo*, ou cultural. Para a autora esse precariado seria formado pelos

⁹⁴ “uma iniciativa articulada pelo Fora do Eixo dentro de uma estratégia que a organização denominou, a partir do seu 4º Congresso, de ‘pós-marca’. Ou seja, de que as iniciativas fomentadas pelo FdE pudessem dar origem a redes autônomas” (SAVAZONI, 2014, p. 126).

trabalhadores da cultura auto-organizados que já não possuem a possibilidade de acessar o “sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos” (2013, p. 54).

A ideia de Bentes (2013) – claramente influenciada pelas leituras de Deleuze e Guattari (1972), Hardt e Negri (2005; 2006) – está firmada na concepção de que a produção hegemônica concebida no modelo fordista, ligada a bens de consumo e associada à imagem da fábrica e do proletariado, tem sido substituída, no contexto da pós-modernidade, pelo setor de serviços, organizados em redes de colaboração e comunicação que definem a concepção do trabalho *pós-fordista*.

De acordo com Guattari (2007),

O capitalismo pós-industrial [...] tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e subjetividade, por intermédio, especialmente do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, etc. (GUATTARI, 2007, pp. 30-31).

Ou seja, a produção hegemônica estaria se estabelecendo no campo dos bens imateriais, tendo o trabalho se tornado precário, flexível e sem garantias de estabilidade. A proposta teórica de Hardt e Negri (2001; 2005; 2014), dedicada a compreender o contexto da sociedade em rede, reflete sobre os processos de apropriação do *comum* pela *multidão* de modo a se contrapor ao *Império*, e de como essas relações, pessoais e de trabalho, estabelecidas na pós-modernidade e associadas à produção imaterial, emergem de maneira resistente e criativa.

Neste sentido, os autores apontam para tendência de criação de um *devoir comum* que permite a ação conjunta de grupos e sujeitos heterogêneos, ou seja, da *multidão*, expressada como “uma rede aberta de singularidades que se mantém unida com base no que compartilham e produzem em comum” (HARDT; NEGRI, 2005, p.175). De acordo com Hardt e Negri, “hoje, vemos redes por toda parte, *pois* a rede tornou-se uma forma comum a definir nossas formas de entender o mundo e agir nele” (2005, p. 191).

Diante disto, os autores admitem que a dinâmica das redes constitui um modelo de organização democrático, equivalente às formas hegemônicas de produção econômica e social, mas com potencial de se estabelecer como “a mais poderosa arma contra a estrutura vigente” (HARDT; NEGRI, 2005, p.27). Observando a genealogia da resistência, apontam ainda que a democracia e a liberdade funcionam como os princípios orientadores das formas organizacionais de resistência contemporânea.

Apoiada nesta perspectiva, Bentes (2013) observa o FdE como produtor de um tipo de auto-organização da *multidão*, entendendo-o como uma rede composta de singularidades, que

agem em comum e não perdem suas especificidades, baseada na internet, como instrumento eficaz de contrapoder, e que tem, no desejo de democratizar a força motriz da Rede de coletivos.

Para Hardt e Negri (2005), o atual projeto de democracia está apoiado na perspectiva da colaboração: “em vez de uma autoridade externa impondo a ordem de cima à sociedade, os vários elementos presentes na sociedade são capazes de organizar ele mesmos a sociedade de maneira colaborativa” (HARDT; NEGRI, 2005, p.422). Estando a internet como um território de disputa pelo o poder da comunicação, sendo a reapropriação das mídias pela multidão sua tentativa de produzir contrainformação.

Contudo, os autores alertam para a ambiguidade de internet, visto que a tecnologia posiciona-se tanto como um terreno fértil das práticas democráticas e libertadoras, quanto impulsiona explorações e opressões. Neste sentido os autores compreendem que a internet, em si, não dá garantias, estando os resultados condicionados as conotações políticas atribuídas pelos seus usuários a este mecanismo. E salientam:

[...] mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes do campo social [...] O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro [...] e os corpos [...] no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade (HARDT; NEGRI, 2006, p.42).

Pode-se dizer que a perspectiva dos autores, está embebida pela aposta deleuziana de que na *sociedade de controle*, o controle se dá nas mentes e não só nos corpos (DELEUZE, 1992). Bentes (2013), apropriando-se igualmente deste conceito, atenta para as transformações sofridas pelo capitalismo dentro de si mesmo, e defende que os fluxos de resistência e contestação devem ser empreendidos em lutas cotidianas travadas no interior do próprio capitalismo. Para a autora, lembrando a obra de Guattari, “não existe fora”, mas sim a necessidade de “inventar outros tantos mundos” no interior deste que vivemos. Para Bentes, o que há são práticas de “criação do comum” e de “comunidades” no interior do sistema vigente. Esse seria o “novo conteúdo e linguagem política” (BENTES, 2013, 52).

Neste contexto, Hardt e Negri (2005) consideram importante a atuação dos movimentos sedimentados na apropriação dos mecanismos hegemônicos, tal qual a própria internet, e destacam que ao centro dos atuais movimentos ativistas, ou hackersativistas, estão os trabalhadores precários/cognitivos. Para os autores, esse *novo proletariado* só seria capaz de exercer a resistência de modo eficaz quando tomasse para si as mesmas formas que os modelos hegemônicos de produção econômica e social (HARDT; NEGRI, 2005, p. 103).

Sobre esta figura do militante, adicionam que:

Agora o militante não pode sequer fingir ser um representante, mesmo das necessidades humanas fundamentais dos explorados. A militância política revolucionária hoje, ao contrário, precisa redescobrir o que sempre foi sua forma própria: atividade não representativa, mas constituinte. A militância atual é uma atividade positiva, construtiva, inovadora. Esta é forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. Militantes resistem criativamente ao comando imperial.” (...) Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor. (HARDT; NEGRI, 2003, p. 436-437).

Instigada por essa colocação, Bentes (2013) aponta no FdE a experiência militante de um precariado cognitivo, como base de um novo ativismo, calcado na “percepção de que o sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos não dão mais contas da dinâmica de ocupações ‘livres’ no capitalismo da informação” (Bentes, 2013, p. 54). E neste sentido, compreende as atividades do FdE, de sua plataforma midiática e, por fim, a atuação da Mídia NINJA como um reflexo da criação de novos mercados, de acordo com a autora, “fora da lógica fordista do assujeitamento”:

Não é só o capitalismo financeiro que funciona em fluxo e em rede, veloz e dinâmico. As novas lutas e resistências passam por essas mesmas estratégias. O Fora do Eixo está apontando para as novas formas de lutas, novas estratégias e ferramentas, que inclui inclusive PAUTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PAUTAR o Parlamento, PAUTAR A MÍDIA, pautar a Globo, como as marchas conseguiram fazer! Ser bem sucedido aí, onde muitos fracassaram, é o que parece imperdoável! (BENTES, 2013, p. 54).

Diante disto, Bentes (2013) posicionando-se contras as críticas estabelecidas a dinâmica de trabalho do FdE por parte dos tradicionais movimentos da esquerda brasileira⁹⁵, defende que o Fora do Eixo, não é o “inimigo a combater”, visto que, ao se apoderar das formas tradicionais de produção estão forjando as novas “armas para os movimentos em fluxo”. Ao dinamizarem a conexão de redes, fazendo uso dos mecanismos de midiativismo, fomentam a produção do comum e reposicionam o precariado em um embate empírico, provocando a politização do cotidiano, encarnando as novas lutas e inventando futuros alternativos (BENTES, 2013).

Tendo em vista todos estes aspectos, podemos dizer que a experiência do Fora do Eixo, configurada sob a forma da Mídia NINJA, situa seus colaboradores em uma nova dinâmica de ativismo, a de produção de informação e conteúdos, articulada em uma forma de resistência própria de nossos tempos: colaborativa, dinâmica e inconformada com os as

⁹⁵ Passa Palavras e Uninômade (ORTELLADO; PARRA; RHATTO, 2013).

formas de repressão e exploração do trabalho. É importante ressaltar que embora reconheçamos a importância das críticas que se colocam a respeito do sistema produtivo, que envolve também a produção cognitiva, referente ao FdE, compreendemos que nesse momento, de erros e acertos, a nossa proposta está ligada a ressaltar aquilo que o Fora do Eixo tem mostrado *real*, neste caso, a possibilidade de movimentos populares pautarem e redirecionarem as formas hegemônicas de comunicação.

Neste sentido, deveremos, nos sub-tópicos adiante descrever dois momentos distintos da atuação da Mídia NINJA, o primeiro momento, tido como seu *baile de debutante*, é sua atuação na cobertura das manifestações das Jornadas de Junho de 2013, e o impacto que as novas narrativas causam na mídia massiva. Incluindo, brevemente, a repercussão da entrevista concedida pelos seus idealizadores ao programa Roda Viva. O segundo momento que deveremos evidenciar, é o que consideramos como um reflexo direto do primeiro, que são os protestos contra a corrupção, a favor do governo Dilma e contra o golpe, entre outras conturbadas manifestações desencadeadas (e ainda em andamento) referentes aos últimos três anos.

4.2.1. Jornadas de Junho e o boom da Mídia NINJA

O mês de junho do ano de 2013 é, com toda certeza, um mês que deverá repercutir ainda por muitos anos no imaginário da sociedade brasileira, e dentro de breve, não seria exagero dizer, deverá configurar as páginas dos livros de História do Brasil. Isto porque, a data marca um novo período de retomada e ocupação do espaço público pelos cidadãos e movimentos sociais articulados em torno de pautas extensas de insatisfações e reivindicações.

Iniciadas com as manifestações do Movimento Passe Livres (MPL), contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, o ciclo de protestos daquele mês, que só depois passou a ser conhecido como *Jornadas Junho*, consolida um dos momentos mais efervescentes do atual contexto político do país. Visto a intensidade dos protestos e a aderência da população, considerando que em pequenas e grandes cidades, puderam ser vistas ações em solidariedade ao MPL, bem como, as mais diversas falas de indignação a respeito dos problemas sociais do Brasil.

Embora a trajetória do MPL tenha começado no ano de 2003, com manifestações de pouca visibilidade nacional – mas recebidas com igual truculência por parte do Estado – é apenas em 2013 que o grupo alcança visibilidade e apoio. O que muda naquele ano, não é a

forma de atuação do grupo, ou o ataque violento da polícia, o que muda é a munição simbólica: o ataque sofrido com cacetes, gás lacrimogêneo, balas de borracha e bombas de efeito moral, são combatidos, com vídeos em tempo real, twitters, postagens no Facebook, transmissões ao vivo via streaming, compartilhamento de conteúdos e claro, alguns *coquetéis molotovs*⁹⁶.

Como em outros lugares do globo, o que se viu nas Jornadas de Junho de 2013 foi o levante da população, articulada através das novas tecnologias de informação. Pela primeira vez, conforme Chauí (2013), a juventude teria se utilizado das novas mídias sociais como uma “forma imediata e amplíssima de convocação”. Neste sentido, a autora reforça que as insatisfações, de maneira geral, não são determinantes nesse processo, afinal de contas, muitas pareciam estar guardadas desde os anos iniciais do processo de redemocratização do país, ou, desde o último ciclo de protestos de rua vivenciados no Brasil, as *Diretas Já* e os *Caras Pintadas*.

Neste sentido, a mobilização social que parte das redes e toma conta das ruas, tendo como pano de fundo o aumento da tarifa, logo se transforma em algo muito maior. Conforme o slogan mais difundido na época dos acontecimentos “*o gigante acordou*”, e trazia consigo um imenso descontentamento popular sobre um pouco de tudo: do direito ao transporte público de qualidade, à luta contra a mercantilização dos serviços públicos, em defesa dos bens públicos comuns, a democracia e livre manifestação – cabendo aí, inclusive, reivindicações polêmicas e conservadoras, como por exemplo, aqueles que clamavam nas ruas pela volta dos militares ao poder.

O que eram apenas mais uma manifestação de jovens “revoltosos de classe média”⁹⁷, transformou-se na centelha que faltava para que os cidadãos retomassem o espaço público, e mais que isso repensassem o papel das mídias de massa dentro deste contexto. Isso por que, ao passo que a mídia massiva noticiava os protestos iniciais como protagonizados por manifestantes descontrolados em uma luta esquizofrênica por “vinte centavos”, os próprios manifestantes, fazendo uso das redes sociais online, mostravam a violência policial e a repressão do Estado aos questionamentos e aos direitos da população.

Fotos, vídeos, textos em blogs, twitters, postagens no Facebook, naquele momento tudo passou a ser usado como elemento combativo ao discurso criminalizante dos grandes veículos de comunicação. A população, antes presa a estes canais, passou a dar credibilidade

⁹⁶ Referência aos Black Blocs, grupo que tem como lógica quebrar patrimônio público e privado como forma de pressão, que também se alastra pelo Brasil nas manifestações de 2013.

⁹⁷ Crônica do jornalista Arnaldo Jabour veiculada no Jornal Nacional no início das manifestações (13/06/2013). Análise rasa dos eventos, que valeu uma retratação do jornalista na Rádio CBN ainda na mesma semana.

às imagens amadoras difundidas em tempo real na internet pelos próprios manifestantes. As redes sociais online, neste contexto, estabelecem duas denúncias, a primeira sobre a real pauta da manifestação, a segunda sobre a parcialidade da mídia massiva.

Neste contexto, a Mídia NINJA, lançada apenas dois meses antes do estopim das manifestações, ganha enorme visibilidade. Com redes sociais já estruturadas, uma base de militantes já familiarizados com dispositivos e programas de audiovisual e recursos midiáticos a disposição, a NINJA passa a ser referência na cobertura dos eventos, além de trabalhar na veiculação das informações sobre os eventos, passa a recrutar pessoas interessadas em produzir conteúdos e incorpora-los a uma plataforma que já estava pronta para receber esse fluxo, ordenadamente.

De acordo com o fotógrafo **R.V.**, em apenas um mês, a página da Mídia NINJA no Facebook sai de 2mil *likes* para 240mil. Processo avaliado por **R.V.** como um reflexo da *crise de credibilidade* vivenciada pela mídia massiva e comenta:

As pessoas não estão mais afim de ficar lendo só notícia no jornal, elas estão buscando nas redes sociais informação, porque elas não confiam. Porque é uma crise de credibilidade e uma crise de modelo de negócio. A grande imprensa começa a se perder nesse novo mundo, e é isso que a gente vive hoje, cada vez, com mais intensidade. Então, eu acho que é uma adaptação a uma nova crise, que gera novas oportunidades. Toda crise gera sempre mil possibilidades de avançar em alguma coisa e nesse caso, avançamos na mídia (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

A *crise de credibilidade* a qual o militante se refere é reforçada pela grande divergência entre as informações que circulavam nas mídias online e nas notícias da mídia tradicional – não só no contexto das manifestações brasileiras, mas também em vários outros países em que os protestos de rua eclodiram, é possível notar essa divergência. A cobertura mediática dos grandes veículos, pelo menos, nos dias iniciais dos protestos, além de criminalizar a ação dos manifestantes, omitia números, e amenizava a violência da ação policial, o discurso *parcial* e tendencioso só foi mudado quando as mídias massivas perceberam os avanços das narrativas independentes e a identificação do público com essas novas mídias.

De acordo com Castells (2005) a credibilidade da população em relação às mídias alternativas, está relacionada a sua espontaneidade, independência e proximidade com o público e sentença:

À medida que a Internet se torna a mais importante fonte de informação das várias populações dos vários países do mundo, é essencial avaliar o nível de credibilidade atribuído pelos utilizadores à informação encontrada. A Internet continuará a crescer como fonte de informação, se os utilizadores

continuarem a acreditar na informação que lá encontram (CASTELLS E CARDOSO, 2005, p. 328).

Neste contexto, podemos pensar que à medida que nos apropriamos destes recursos, e destas novas linguagens nos adaptamos a uma busca constante por meios de superar os modelos passivos da comunicação de massas, uma busca por uma nova forma de comunicar, de participar, de intervir. A luta pelo direito de acesso a participação política, nos dias de hoje, está fortemente atravessada pela democratização da comunicação, e quando a Mídia NINJA se apresenta à sociedade em 2013, ela põe em destaque todo esse processo.

Conforme Malini e Antoun (2013):

A Mídia Ninja fez emergir e deu visibilidade ao “pós-telespectador” de uma “pósTV” nas redes, com manifestantes virtuais que participam ativamente dos protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de “ninjas” e midialivristas em todo o Brasil (MALINI E ANTOUN, 2013, p.15).

Na ótica dos militantes que participaram diretamente deste processo a experiência de 2013 desencadeia o surgimento, e o fortalecimento de diversos coletivos midiáticos. A possibilidade de poder ser protagonista e de poder atuar independentemente dos meios de massa faz com que muita gente passe a se questionar sobre a hegemonia dos veículos tradicionais de mídia e a querer integrar esses coletivos independentes como uma forma de expressar não só sua indignação, mas de canalizar forças para uma ação concreta, com reais resultados. Como fica evidente no relato de **R.V.**:

Em junho se percebe que há o aparecimento de muita mídia independente. Mas, mais importante que o aparecimento de uma mídia independente é a confiança que ela recebeu. Eu acho que se não tivesse junho, você não confiaria nas informações do NINJA como você confia hoje. Se não fosse junho, você não confiaria nas informações da Revista Fórum com você confia hoje. Pois, quando você vê uma matéria no NINJA você pode ter certeza de que aquilo é verdadeiro. Você criou credibilidade, confiança naquilo tudo, e junho trouxe isso. Não foi só ter surgido um monte, mas as que estavam ali conquistaram a confiança do público. Foi muito interessante essa explosão da Mídia NINJA, foi uma experiência incrível de ter vivido assim de dentro, e a gente conectou com muita gente. E gerou um desejo, a Mídia NINJA virou em certo momento um *Bombril* da mídia independente. Todo mundo: “Ah, eu sou ninja, eu quero ser ninja”, virou um termo que transcendeu, e a gente perdeu totalmente o controle dele. O que era meio que um objetivo. Essa perda de controle é uma busca, em certo sentido, digamos assim. Acho que a NINJA é um marco, dessa transição, ajudou o *FdE* a se entender enquanto movimento social (**R.V.**; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015).

Observando este cenário, é possível perceber uma constante articulação, tanto por parte das mídias alternativas, para democratizar a comunicação e legitimar seu discurso, quanto das mídias tradicionais, para atualizar-se e transformar-se conforme as demandas do público para não perder sua hegemonia. Nesse sentido, o crescimento das mídias alternativas e, principalmente o destaque da Mídia NINJA não passariam despercebido. Ainda naquele ano, a Mídia NINJA, sob as figuras de Pablo Capilé e Bruno Torturra, foi submetida a uma variedade de insinuações, e teve sua real intenção posta a prova no Programa Roda Viva⁹⁸.

No dia 13 de agosto, os ninjas são recebidos para arena de debates do Roda Viva por alguns dos jornalistas mais conceituados da mídia tradicional⁹⁹, alguns deles, inclusive, com trajetórias de atuação em mídias alternativas e na militância por uma mídia mais acessível e democrática. A aparição de Capilé e Torturra, divulgada amplamente pela emissora e pelo próprio FdE e Mídia Ninja, desvelou, sem dúvidas um processo de abertura da mídia de massa para as mídias alternativas, ou pelo menos, do reconhecimento do peso desta sobre o debate da reformulação das produções midiáticas.

O roteiro do programa, previamente voltado a discutir essa nova configuração da mídia e os processos de colaboração e ativismo ligados à inovação do fazer jornalístico, logo toma outros rumos. A efervescência da NINJA, caracterizada pela emergência da população em ter formas de expressão mais fidedignas aos acontecimentos das ruas, e as práticas colaboracionistas agregadas em todo processo, parece não ser a causa da popularidade do veículo, uma vez que os jornalistas presentes no debate, ao invés de buscarem compreender todos os processos que envolvem a produção em *tempo real e sem cortes*, preferiram investir em questionamentos sobre as relações políticas e o emaranhado de financiamentos que envolvem o Fora do Eixo.

Ao contrário do esperado, o discurso dos entrevistadores estava claramente voltado a denunciar a parcialidade da Mídia NINJA, apontando para o modo pelo qual o FdE sustenta suas ações por meio da entrada das verbas e financiamentos captados através de editais públicos e leis de incentivo. Os jornalistas maduros e sedimentados nos velhos manuais de

⁹⁸ Tradicional programa de entrevistas, exibido desde 1986 no horário nobre da TV Cultura. O programa em questão foi exibido no dia 05/08/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDnlpNQ>. Acesso: 13/08/2016.

⁹⁹ Estiveram na bancada de entrevistadores Suzana Singer, ombudsman da Folha de S. Paulo; Alberto Dines, editor do site e do programa Observatório da Imprensa; Eugênio Bucci, colunista d'O Estado de S. Paulo e da revista Época; Wilson Moherdau, diretor da revista Telecom; e Caio Túlio Costa, professor da ESPM e consultor de mídia digital. O programa foi conduzido por Mario Sergio Conti e contou com a participação fixa do cartunista Paulo Caruso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>. Acesso: 12/06/2015.

jornalismo exigiam a imparcialidade da Mídia NINJA, mesmo sabendo, mais do que os próprios ninjas, de que a mídia de massa nunca o foi.

O debate profundamente articulado na tentativa de *desmascarar* as reais intenções da Mídia NINJA funcionou como uma faca de dois gumes, afinal de contas, o Roda Viva ao tentar levar a cabo as provocações sobre o possível “rabo preso” da NINJA e do FdE possibilitou que a sua audiência tomasse conhecimento da emergência de novas formas de mídia, de trabalho e de colaboração, gerando grande “rebuliço, inquietação e solidariedade” favoráveis ao projeto independente, irradiados “como vírus pelos sites, blogs, redes sociais” (PAIVA, 2014, p.12).

Embora a tentativa de *desmascarar* a Mídia NINJA estivesse latente naquele momento, ficou evidente que as pesadas investidas dos *hosts* para com seus convidados estava findada na *insegurança* dos primeiros em perder espaço e relevância para os segundos. Contudo, o discurso dos ninjas nunca esteve alicerçado em retirar a valor da mídia tradicional, ou de diminuir o trabalho dos jornalistas mais experientes. Pelo contrário, a NINJA, sempre esteve disponível, conforme reforça Torturra, em “estreitar diálogos”, mas antes disso, precisava mostrar que “a grande mídia precisa entender que a nova objetividade vem da transparência” e que a imparcialidade é um mito, quando o corporativismo está por trás da produção de informação (In: site AdNews, 06.08.2013).

Conforme a repercussão da entrevista naquele momento, fica claro o “total descompasso entre uma parte significativa dos velhos jornalistas da velha mídia e a nova realidade que se apresenta nas ruas e nas mídias, construída através de luta, coletividade e protagonismo popular” (Jornalismo B, 2013) ¹⁰⁰. Contudo, apesar deste descompasso, não podemos menosprezar o fato de que, ao convidarem os ninjas a sentarem no centro de sua Roda, a mídia tradicional dá voz e confere poder ao grupo, credibilizando – ainda que em tom de ataque – a produção dos movimentos alternativos (PAIVA, 2014).

Neste sentido, podemos dizer que a participação da Mídia NINJA no Roda Viva, reforça a importância das Jornadas de Junho de 2013, não só como um marco, no que se refere a reafirmação do espaço público como arena legítima de reivindicações e de luta pela hegemonia, mas, por principalmente, neste contexto, deflagrar a necessidade de repensar os sentidos das mídias tradicionais no processo de produção de conteúdos, denunciando a parcialidade conveniente da mídia e a potência das mídias alternativas como instrumento de mobilização e pressão popular.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://migre.me/gmQsX>. Acesso: 13/07/2016.

4.2.2. Crise política: #nãovaitergolpe, #ForaTemer, #VoltaQuerida e outras *hashtags* mais

Parafraseando o autor Zuenir Ventura¹⁰¹, podemos dizer que 2013 é um ano que ainda não terminou. Isso porque, desde as manifestações de junho daquele ano, até os dias atuais, muitas foram as reviravoltas políticas, passando por um ano de eleições presidenciais, a crescente desconfiança nas instituições, o ressurgimento do conservadorismo, manifestações populares e atos públicos liderados pelo bloco da direita, crise econômica e golpe político com direito a processo de impeachment da presidente em exercício, Dilma Rousseff (PT).

O panorama é bastante amplo e em muito foge daquilo que projetamos como delimitação do campo de análise desta pesquisa. Contudo, acreditamos que a não inclusão de um breve tópico sobre a atuação da Mídia NINJA e os novos rumos do FdE neste contexto seria, no mínimo, imprudente. Ainda que a análise aqui empreendida se restrinja a uma observação concisa, deveremos nas próximas linhas descrever as articulações concebidas diante deste cenário.

De antemão é possível constatar que os eventos de 2013 deram um novo gás aos protestos de rua, ainda que o foco das manifestações agregassem diversas pautas, por vezes até contraditórias, ficou evidente que a ocupação do espaço público se destacava como uma forma da população demonstrar sua insatisfação e conseguir reverter situações, tendo em vista que os protestos de 2013 levaram a revogação do aumento na tarifa do transporte público em quase todo Brasil. Para além de proporcionar esta retomada dos cidadãos às ruas, as Jornadas de Junho trouxeram alguns símbolos nacionais de volta a ativa, como é o caso das cores verde e amarelo e do lema “ordem e progresso”. Em sua análise do ciclo de protestos, Tagatiba salienta que:

O ciclo de protestos de 2013, não era monocromático. Mas, dessa vez, causou particular estranheza a força com que emergiu nas ruas o canto dos estádios “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verde e amarela, e referências como “o gigante acordou” e “verás que um filho teu não foge à luta”, associados à rejeição à presença das bandeiras partidária (vermelhas), em certa fase do conflito, como veremos. O fato é que para uma juventude ainda pouco habituada às ruas, o hino dos estádios parecia oferecer também um grito de guerra para sua iniciação política, em um cenário marcado por uma profunda desconfiança nas instituições políticas. Ao entrar na disputa pelo enquadramento do conflito, a mídia hegemônica tratou de pautar nos seus termos a guerra das cores: “vândalos” e “baderneiros” (os que trajam preto), “oportunistas” (com suas bandeiras vermelhas) e os brasileiros “ordeiros e pacíficos” (com seus trajes verde e amarelo) (TAGATIBA, 2014, p.08).

¹⁰¹ Referência ao livro 1968: o ano que não terminou, publicado pelo autor originalmente em 1989.

O desconforto político que tem início em 2013 e que se desenvolve sob o tema do combate a corrupção, desencadeia uma série de processos, causando impactos tanto no campo da política, quanto no campo do social. O principal deles, talvez, seja a desconfiança nas instituições, seguido pela crise de representação das democracias contemporâneas, ambos, tornados evidentes tanto pela lógica do “cada pessoa um cartaz”, quanto a grande resistência aos partidos políticos e a cobertura das grandes mídias ao longo dos protestos. Nesse sentido, essa referência aos símbolos e a cor utilizada pelos diferentes grupos se faz importante, tendo em vista que ficaria cada vez mais explícito nas novas investidas populares, principalmente, as que ganham formas no início de 2015, quando a direita vai as ruas protestar contra o governo e contra a corrupção, trajando as cores da bandeira (e as blusas da CBF¹⁰² remanescentes da frustrante Copa de 2014), e a esquerda, em manifestações de apoio ao governo, e em defesa dos trabalhadores, ocupam as ruas em tons de vermelho.

Porém, antes de falarmos sobre os eventos mais recentes, é imprescindível pontuar que o ano de 2014 – ano posterior às jornadas de junho, ano da Copa do Mundo sediada no Brasil e das eleições presidenciais – abre precedente a intensificação de uma polarização política. Com a insatisfação popular eclodindo sob todos os aspectos, o junho de 2013, apesar de nascer de um movimento de esquerda e de ter a esquerda efetivamente mobilizada, enfrenta um processo de estigmatização dos partidos políticos. Bandeiras e movimentos passam a ser hostilizados na rua, crescendo, principalmente a incidência de um discurso de ódio voltado ao Partido dos Trabalhadores, uma verdadeira campanha *antipetista*, atribuindo ao partido do então governo a causa de grande parte das mazelas sociais, tais como a crise econômica e os altos índices de corrupção vivenciados no Brasil.

A aversão as cores e a ideologia de esquerda por parte da juventude que começava naquele momento a buscar maior participação na política, torna-se cada vez mais intensa. Conforme Tabatiga (2014), essa falta de empatia, teria sido gerada, em grande parte pela falta de habilidade do PT em promover ações e diálogos com estas juventudes ao longo dos 10 anos de gestão e ainda observa que:

A impressão é que o projeto de esquerda concebido em torno do PT perdeu o vigor e não aparece como uma alternativa para parte significativa dos jovens que tomaram as ruas do país. As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais

¹⁰² Confederação Brasileira de Futebol

diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos (TAGATIBA, 2014, p.18).

É neste contexto, que a *direita* partidária encontra espaço para estruturar uma campanha política baseada nos pontos destacados pelos manifestantes e que começa a ganhar não só *simpatizantes* como as ruas. Embora o contexto seja muito mais denso do que deveremos descrever aqui, observamos que a efervescência da direita não se faz valer na confiança nos partidos, muito menos nas figuras políticas, como demonstra a pesquisa de Ortellado e Solano (2015), a ascensão da direita se faz mais como um meio de contestar o PT do que em confiança e alinhamento ideológico à direita propriamente dito.

Com a incidência das eleições, a polarização, que vinha se estabelecendo desde 2013, só tendeu a ficar mais aguda, por um lado à direita se fortalecia sobre a desconfiança e falta de representatividade dos eleitores, do outro, os movimentos sociais e as novas articulações surgidas (e favorecidas) pelo governo petista, organizavam seus blocos, lançando luzes sobre a importância da política social estabelecida pelo PT e os avanços, por ela galgada nos últimos anos. Até o último momento da corrida presidencial, o ganhador da disputa foi uma incógnita – apesar das pesquisas registrarem a liderança *folgada* de Aécio Neves. Contudo, Dilma Rousseff, em muito, impulsionada pelo trabalho dos militantes de base de esquerda, chegou, mais uma vez, a Presidência da República, com o total de 51,64% dos votos válidos.

A vitória apertada dava margem ao governo de pensar que os próximos quatro anos não seriam fáceis – e de fato, não estão sendo. O primeiro momento de crise no governo se dá no anúncio dos ministros, ainda em janeiro de 2015, quando o Partido dos Trabalhadores dá indício da fragilidade de suas alianças, principalmente com o PMDB, partido do vice-presidente – atual presidente interino do Brasil – Michel Temer.

No mês de abril daquele ano, houve o primeiro levante dos insatisfeitos com o governo e o primeiro sinal da articulação que desembocaria no processo de Impeachment da presidente Dilma. A mídia de massa, principalmente a Rede Globo, mobilizou suas equipes nas ruas das grandes cidades para cobrir as manifestações “pacíficas” e bem organizadas, destacando que os usuários das camisas verde e amarelas que tomavam as ruas e as avenidas dos grandes centros, retratavam a “tradicional família brasileira” e “as pessoas de bem”, que reivindicavam por um país mais democrático e livre da corrupção.

Assim como em 2013, os protestos foram articulados através dos sites de redes sociais online. Movimentos como o Movimento Brasil Livre, liderado pelo Kim Kataguiri¹⁰³, entre

¹⁰³ Aos 19 anos, Kim Kataguiri, netos de japoneses radicados no Brasil, larga o curso de Ciências Econômicas ainda no primeiro ano por considerar saber mais que os professores. O jovem articulador do MBL afirma que as

outros movimentos que trazem consigo o vigor da juventude de direita, se preocuparam em garantir a visibilidade das manifestações, também nas mídias tradicionais. Esqueceram, contudo, de reforçar os motivos de tomar as ruas, tendo em vista que, a maioria dos jovens manifestantes convocados pelos movimentos desconhecia outro motivo para estar ali, a não ser o fato de ser contra o governo PT – o que também, muitas vezes, não conseguiam explicar ao certo.

De acordo com Ortellado e Solano (2015), a indignação seletiva das lideranças da manifestação, que poupavam partidos e políticos de direita das acusações de corrupção, não se refletiam nos manifestantes:

A insatisfação e a descrença destes extrapolam o PT, se estendendo a todo o sistema político. A despeito das manobras das lideranças, os manifestantes entendiam que a corrupção – principal queixa nos protestos – não estava restrita ao governo federal, mas estava espalhada nas outras esferas de poder e nos outros partidos, inclusive no PSDB, no qual a maioria dos manifestantes tinha votado (ORTELLADO e SOLANO, 2015, p.177).

Apesar de na mídia tradicional o discurso ser uníssono, e as manifestações favoráveis ao impeachment de Dilma e contra a corrupção ganharem destaque superior do que as convidadas pelos manifestantes da esquerda, a mídia alternativa, não bobou. A Mídia NINJA lançou-se as ruas, acompanhando de perto as reivindicações de ambos os lados, construindo, mais uma vez, narrativas de dentro da ação, da perspectiva dos manifestantes, realçando este novo perfil de manifestante, construído em tempo recorde pelas “novas” direitas.

Enquanto a mídia tradicional dava destaque às características favoráveis das manifestações, a Mídia Ninja buscou levantar alguns questionamentos precisos sobre a legitimidade daquelas frentes. Disfarçados meio a multidão, muitos ninjas começaram a gravar vídeos abordando os manifestantes, perguntando questões básicas a respeito da conjuntura política daquele momento. O apanhado de respostas conservadoras e preconceituosas é enorme, refletindo a formação superficial e a manipulação massiva daqueles manifestantes.

Além disso, muitos casos de intolerância foram documentados pelas lentes dos ninjas. É possível encontrar no acervo de vídeos na página do Facebook, mais de 50 vídeos realizados meio as primeiras manifestações de 2015 em que os conteúdos refletem episódios de intolerância em diversas instancias, tais quais: partidário, racial, homofóbicos e sexista,

intenções do movimento é a construção de uma política econômica liberal, com um Estado microscópico - o que se traduz com medidas como a privatização de estatais e dos sistemas de saúde e de educação. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html> . Acesso 17/08/2016.

materializados, inclusive, em casos de agressões físicas contra transeuntes dispersos da multidão. Os perfis dos manifestantes, traçados naquele momento, incluíam uma grande diversidade, contudo a Mídia NINJA buscou demonstrar como boa parte daquelas pessoas estava sendo usada com massa de manobra. Quando não alienada, conforme os entrevistados pelos *ninjas*, desacreditados nos ideais das próprias lideranças das manifestações (ORTELLADO e SOLANO, 2015).

Dois outros momentos de 2015 foram marcados por manifestações em torno das pautas Impeachment, fim da corrupção e Operação Lava-jato¹⁰⁴. Grande parte dessas manifestações trouxe a atividade das *hashtags* como elemento de posicionamento e visibilidade da campanha empreendida. A finalidade da ferramenta, que surge no Twitter e migra para o Facebook e Instagram, é o de destacar as pautas de maior relevância e em maior destaque nas redes naquele momento, servindo também como mecanismo de busca para os usuários das redes para encontrar conteúdos correlacionados a seus interesses (CAVALCANTI e FONTANETTO, 2014).

De acordo com Antoun e Melini (2013) a cultura da rede oferece um arsenal de engajamento, identidade, mobilização e pertencimento. As pessoas buscam identificar-se e encontrar-se através dos novos símbolos (#, @, emoticons etc.) e podem receber reciprocidade ou não: “poder de comunicação não reside somente naqueles que têm mais audiência e conexões na internet, mas, sobretudo, naqueles que acumulam mais interações na rede. Naqueles que, portanto, mais atuam dentro dela” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 38). O poder da *hashtag*, nesse caso, trouxe à tona vários movimentos, tanto os favoráveis ao Impeachment quanto os contrários, aglomerando um arsenal de posicionamentos, e se instituindo como excelente mecanismo de busca para os usuários das redes tomarem suas conclusões sobre o processo.

Embora o mecanismo seja bastante interessante, algumas *hashtags* serviram apenas para viralizar chacotas, trazendo consigo a ridicularização dos fatos e dos atores políticos, como, por exemplo, o #TchauQuerida, utilizada amplamente pelos deputados no dia das votações em Brasília para decidir os rumos do processo de Impeachment.

¹⁰⁴ De acordo com site do Ministério Público Federal, a Operação Lava-jato é: “[...] a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia”. Um esquema que envolve, empreiteiras, Funcionários da Petrobras, Operadores financeiros e agentes políticos. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso: 17/08/2016.

Como já nos referimos anteriormente, os primeiros meses de 2016 são marcados por diversos levantes populares favoráveis e contra o processo de impeachment, por um lado os militantes da direita empolgados com a possibilidade de destituir os poderes concedidos – legalmente e por voto direto – à esquerda, que, por sua vez, convocava os militantes das bases aliadas para denunciar nas ruas o golpe à democracia.

Meio a este paradoxo político, as mídias passaram a ser utilizadas tanto como fonte de informação, como de posicionamento. Contudo, nos anos de 2015 e 2016, diferentemente do que assistimos nos anos posteriores com a ascensão das novas mídias, é possível conceber certa retomada da legitimidade por parte da mídia tradicional. Muito disso talvez, porque o monopólio midiático que vigora no Brasil mantém estreita relação com diversas castas políticas. Embora não devamos nos estender, é sabido que há uma relação histórica entre as concessões públicas das grandes redes de radiodifusão e os partidos tradicionais do país¹⁰⁵.

Neste sentido, as manifestações em apoio a presidente encontram a mídia massiva como empasse, havendo sempre divergência entre o que acontecia de fato e aquilo que era noticiado. Exemplos expressivos desta distorção se refletem na cobertura dos protestos em apoio ao ex-presidente Lula. No dia 18/03/2016, o levante vermelho que tomou as ruas numa tarde de sexta-feira, aglomerando milhões de pessoas pelas ruas do Brasil, em especial na Avenida Paulista, é noticiada de maneira distorcida, principalmente no que se refere a números.

Se em 2013 a mídia alternativa mudou o discurso da mídia tradicional, em 2016, o clima de parcialidade tem sido visto com *naturalidade*. Embora as mídias alternativas continuem firmes no propósito de pautar aquilo que a grande mídia oculta, é pertinente reforçar que aos movimentos sociais a cobertura tem sido cada vez mais restrita, cabendo às ações destes movimentos apenas veiculação em espaços de menor visibilidade, sendo seu recurso midiático mais fiel, as mídias alternativas, das quais, ainda tem grande destaque, a Mídia NINJA.

Nos últimos três anos a produção da Mídia NINJA tem se consolidado como referência na cobertura de grandes ações produzidas pelos movimentos sociais, culturais e de juventude, o espaço galgado durante as Jornadas de Junho, tornou-se definitivo. Embora estes movimentos parceiros já possuam mais domínio da técnica do que tinham em 2013, é imprescindível observar que a NINJA não se consolidou apenas enquanto um veículo, por sua técnica, como era anos atrás, mas também pela credibilidade alicerçada através de seus

¹⁰⁵ SANTOS e CAPPARELLI, 2005.

conteúdos, o que justifica sua presença ainda como canal de veiculação ordenado destas novas narrativas.

As pautas das coberturas ninjas continuam sendo bem diversificadas, contudo, temos notado, no último ano, maior empenho na produção de conteúdos ligados a denunciar os impactos do golpe político e do processo de Impeachment, buscando evidenciar temáticas omitidas pela grande mídia, como as citações de Aécio Neves nas delações da Lava-Jato, o histórico político de Temer, as manipulações de Cunha, etc.

Contudo, além de atentar para o golpe político em andamento, o contexto de recessão econômica e o enxugamento de muitas demandas sociais também começam a refletir diretamente nas ações culturais do Fora do Eixo e no fluxo do Circuito. Se em 2013 e 2014 a atividade cultural ainda é latente para o Coletivo, nos anos de 2015 e 2016, embora o Grito Rock tenha mobilizado centenas de atividades, o círculo se torna mais fechado, focado na produção de mídia. Ainda é cedo para dizer qualquer coisa sobre os rumos que o FdE tomará, mas é possível observar o enfraquecimento do circuito, e as rupturas com diversos coletivos culturais ao redor do Brasil¹⁰⁶

Um exemplo penoso é o caso do Coletivo Mundo. Hoje, pouco mais de um ano após a realização das entrevistas concedidas para esta pesquisa, e tendo em vista as grandes mudanças da conjuntura sócio-política, o Coletivo Mundo, bem como a Casa Mundo – fonte do estudo de caso que incentiva a realização desta pesquisa – anuncia que já não está associado ao Fora do Eixo. A exemplo de outros coletivos ligados a produção cultural, parece que o Coletivo Mundo, não conseguiu acompanhar a mobilidade demandada pela cultura do FdE, no qual as atividades se modulam as conjunturas, aproveitando o vento para onde este soprar mais forte.

Atualmente, a cultura juvenil do Fora do Eixo tem feito da mídia a escolha mais acertada, pelo menos, por enquanto e enquanto a plasticidade desta cultura compreender este campo como fértil aos novos contextos de futuro vislumbrados (e trabalhados) por essa juventude.

¹⁰⁶ No início do mês de junho deste ano (2016), o Coletivo Mundo, associado do FdE na cidade de João Pessoa, visitado e estudado durante o desenvolvimento desta pesquisa, lançou uma nota de esclarecimento em suas redes sociais online anunciando o encerramento de suas atividades e o desligamento da Rede Fora do Eixo. De acordo com a equipe, o número de participantes não estaria mais atingindo o quórum mínimo necessário, havendo sobrecarga das poucas lideranças. Embora na nota haja um efusivo agradecimento a Rede FdE, não descartamos a possibilidade de falta de apoio e investimento da Rede ao coletivo local, ainda resistentemente voltado a “arte autoral e a produção cultural independente”. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/coletivo-mundo/nota-de-esclarecimento/1161718513879898>. Acesso: 10/08/2016.

Considerações Finais

Ao longo da dissertação muitas foram às teorias usadas e os pressupostos colocados em voga na tentativa de ampliar a discussão sobre juventude, cultura, mídia e ativismo. Embora estas esferas pareçam distantes, elas se cruzam a todo o momento, não só no atual contexto das redes, mas ao longo da história, como temos acompanhado desde o primeiro capítulo deste trabalho, a produção das culturas juvenis vem de longa data apoiada nos dispositivos de comunicação, melhor dizendo, em uma relação conturbada com os meios massivos, permeada por disputas simbólicas, apropriações e reapropriações: ao passo que a juventude busca converter o discurso hegemônico, consumindo e utilizando-se da mídia a sua maneira, a mídia massiva busca absorver estas culturas incorporando-as a indústria, ou ainda, como é mais recorrente, marginalizando as atividades destes grupos.

Um processo cíclico que, do ponto de vista dos estudos culturais atrelados à escola de Birmingham, envolve o apogeu das culturas juvenis até o ponto em que estas são absorvidas pelo mercado, não como um fim, mas como uma renovação: a cada cultura *engolida* pela estrutura, uma nova cultura juvenil surge, superando os limites entre a produção estética e assunção de uma postura política, fomentando a consciência de que as produções simbólicas e estilos de vida gerados no seio dessas culturas as tornam capazes de transformar condutas e incidir na realidade social (FREIRE FILHO, 2007). Apesar de consideramos os estudos culturais ingleses como referência importante para este estudo, compreendemos também a necessidade de buscar renova-los, conservando os pilares que associam a produção cultural da juventude à resistência, ao mesmo tempo em que buscamos incorporar a perspectiva da experiência como peça importante para compreender as culturas juvenis no contexto da modernidade contemporânea.

Como vimos anteriormente, Feixa e Nilan (2009) acreditam que a as práticas culturais da juventude lidam ao mesmo tempo com “impulsos de resistência/desafio e com impulsos de conformidade/legitimidade” (p. 21), estando não só a vida dos jovens, mas também as ações dos movimentos juvenis da contemporaneidade associadas à relação estabelecida com as estruturas de poder dominante. A reflexão dos autores sobre as culturas juvenis no mundo atual baseia-se, principalmente, no acelerado processo de globalização, no qual as possibilidades de partilha, experimentação e transformação se tornam cada vez mais “híbridas e plurais”, estando as novas mídias interligadas ao processo de conexão e estruturação de diversas formas de sociabilidade e identidade juvenil.

Assim, quando argumentamos que o Fora do Eixo consiste em uma cultura juvenil, observamos a identidade criada pelo grupo, os hábitos, costumes e todas as produções simbólicas que garantem sua coesão. Ao buscar entender o FdE como uma cultura juvenil, buscamos ressaltar esta cultura – que envolve tanto novas formas de sociabilidade, quanto preocupações políticas – como geradora de um movimento social fundamento no contexto contemporâneo das redes, da cultura digital e ativismo. Um objeto repleto de multiplicidade e hibridismo, o que impossibilita a concepção de uma pesquisa movida por uma ótica singular, e que, em muito justifica, a opção por um emaranhado de perspectivas teóricas.

Neste sentido, diante de um recorte de juventude organizada em torno da cultura, empreendedora, disciplinada e *livre*, que faz do trabalho diversão e do dinheiro corrente moeda secundária, sendo, ao mesmo tempo, uma juventude ativista, que faz das mídias digitais uma ferramenta de disputa política e social, é impossível não nos debruçarmos sobre diferentes aspectos. Começando por tentar compreender as principais dificuldades da juventude contemporânea, as crises que envolvem a passagem para a vida adulta e que nos leva constantemente a questionar se essa transição *realmente* existe (ALMEIDA, 2011), até os vieses mais técnicos dessas experiências juvenis, baseadas em articulações em rede e de redes mediadas pelas novas tecnologias.

Desta forma, num primeiro momento, levando a organização do FdE como exemplo, buscamos fazer uma reflexão sobre as novas formas de trabalho desenvolvidas por jovens contemporâneos e conectados, observando a mudança na perspectiva de carreira de trabalho, as investidas criativas e críticas ao capitalismo – ao mesmo tempo em que se insere e modifica este sistema - e o compartilhamento de experiências que fortalece novas estratégias de inserção no mundo profissional.

Ao longo destas observações tentamos estabelecer um peso e um contrapeso igualmente importantes para o entendimento da motivação desses jovens no engajamento de um projeto coletivo: por um lado observamos que os conflitos familiares aparecem como um “start” no que se refere à vontade de engrenar em uma vida de maior *autonomia*, ainda que essa autonomia esteja primariamente relacionada ao desejo de se colocar livre das regras paternas. Por outro lado, os espaços reduzidos do mercado de trabalho formal e as dificuldades encontradas em penetrar este mercado, criam barreiras para essa juventude. Assim, se por um lado o choque cultural e geracional vivenciado na casa dos pais é um fator que contribui para que essa juventude crie o desejo de caminhar com as próprias pernas, por outro as barreiras do mercado formal impossibilitam o acesso aos recursos financeiros

necessários para esta caminhada. O que parece bem complicado é na verdade bem simples: sem dinheiro, sem liberdade.

É neste contexto que o Fora do Eixo, ao apresentar uma proposta de economia solidária e moradas coletivas, torna-se uma oferta tentadora. O trabalho, sempre estimulado e compartilhado, a possibilidade de viver do que se gosta, de montar seus horários, acaba, muitas vezes, se sobrepondo ao conforto da casa paterna e a vida institucionalizada *tradicionalmente* planejada pelos pais para os filhos. Muito embora, como já discutimos antes, a autonomia conquistada neste espaço seja acompanhada da “anulação de indivíduo”, vez que toda produção é tida como coletiva.

Dentro deste engajamento na vida coletiva, além dos fatores de cunho pessoal, outras dimensões merecem destaque. Embora não tenhamos abordado de maneira detalhada, acreditamos que Bentes (2013), ao afirmar que o Fora do Eixo é um recorte do “precariado cognitivo”, ilustra bem a condição da juventude que integra o FdE: uma juventude especializada que vivencia uma crise de identidade e de recursos dentro do modelo capitalista de produção, mas que, no entanto, compreende que “essa precariedade e autonomia não significa apenas ‘vitimizar’ e ‘assujeitar’ é uma potência para novos arranjos, alianças e lutas.” (BENTES, 2013, p. 53).

Neste sentido, Bentes (2013) compreende a experiência do FdE como um reflexo da sociedade contemporânea, de como o modelo da produção cultural reflete o modelo de funcionamento do próprio capitalismo:

Não mais o capitalismo fordista da “carteira assinada”, mas o dos zilhões de freelancers, autônomos, diplomados sem empregos, subempregados, camelôs, favelados, contratados temporários, designers, artistas, atores, técnicos, que ou “vendem” sua força livre de trabalho com atividades flutuantes temporárias, ou se ORGANIZAM e INVENTAM o próprio emprego/ocupação e novos circuitos, como tem feito de forma incrivelmente bem sucedida o Fora do Eixo. Resignificando e potencializando o imaginário de jovens no Brasil inteiro, inventando estratégias de Mídia e “mercados” solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse (BENTES, 2013, p.53).

Assim, quando analisamos a jornada de pouco mais de 10 anos da Rede e observamos detalhadamente suas atividades, reconhecemos, assim como Bentes, a predisposição dos envolvidos em organizar e inventar novas direção para o trabalho e a vida social. Neste percurso de análise, o conjunto de entrevistas em profundidade nos revela uma juventude em movimento, em amplos sentidos, tanto em sua formatação, quanto na sua predisposição a

transformações, sendo o FdE um sujeito dinâmico, ancorado na realidade presente, agindo e interferindo no futuro.

Percebendo, mais uma vez, quão indissociável são os conceitos de juventude, cultura, trabalho e mídia na construção de uma análise que busca definir, muito mais que um perfil para o jovem envolvido com o FdE, compreender como essa cultura juvenil se amplia e firma seus traços de resistência sob diferentes aspectos, é que detemos parte desta pesquisa a compreender como a noção do ativismo se impõe como um traço mobilizador dessa cultura, como, a visibilidade adquirida com os projetos ligados à produção cultural permite o estreitamento com as políticas públicas e o entendimento da cultura como ferramenta política.

Neste sentido, buscamos construir um panorama sobre a importância do simulacro mídia, na figura da Mídia Ninja, associando suas atividades com os modos de militância e de fazer política encontrados na cultura juvenil em questão. O resultado, acima debatido, demonstra várias hipóteses que podem ser seguidas pelos jovens do Fora do Eixo. Embora se reconheça que a juventude organizada dentro desta perspectiva comungue de uma visão muito bem articulada de uma *cultura política*, percebemos no grupo um modo de identificação com jovens alheios à iniciativa, interessante de se pontuar nesta conclusão.

Para boa parte dos entrevistados, quem tem a o papel fundamental em pensar a mudança do Brasil, é a juventude, e é nesses moldes que pensam uma “[...] transformação social pela cultura e comunicação, indo contra um sistema bem estabelecido e consolidado” (R.V.; fotógrafo da Mídia NINJA e ativista do grupo Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015). Para os membros do FdE, muitos são os caminhos pelos quais a juventude pode interferir no mundo, se mobilizar politicamente, sendo apropriação dos dispositivos de mídia e das redes sociais online o principal mecanismo na abertura de debates, ideias, questões e propostas antes escanteadas pela mídia tradicional.

Tal qual Foracchi, os jovens do FdE acreditam que “é indiscutível a atração que a política exerce sobre o jovem” (1972, p.62) e, compreendem que, neste momento, a abertura para as novas tecnologias direciona essa atração não só para as mobilizações em si, mas também para a cobertura narrativa dos acontecimentos.

Neste sentido, apesar de poder parecer exagero conjugar dimensões distintas na busca de resultados, ou, pelo menos, na busca por uma análise detalhada sobre as características da cultura juvenil atribuída ao Fora do Eixo, compreendemos que o exagero na verdade é um prerrogativa da contemporaneidade, deste tempo de pluralidade, da emergência da

compreensão dos atores como seres híbridos, conectados a diversas experiências, como sistemas abertos, tais quais os rizomas de Deleuze e Guattari (2005).

Assim, embora, por vezes as teorias aqui discutidas pareçam distantes, interligam-se intrínseca e continuamente, tais quais os indivíduos diante da ruptura dos paradigmas de tempo e espaço: cada vez mais próximos, apesar da distância. Diante deste acelerado momento de convergências, buscamos, através da retomada e, por conseguinte, união destas dimensões de análise, trazer à tona os processos vivenciados por uma cultura juvenil, que resgata o passado nos ideais de resistência de outras culturas e outros movimentos, utilizando-se dos recursos midiáticos para conduzir transformações em sua realidade social.

Referências

ABAD, M. **Políticas de juventud y empleo juvenil**: el traje nuevo del rey. Última década. n.22, CIDPA Valparaíso, agosto, 2002.

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis**- punks e darks no espetáculo urban. São Paulo: Scritta/ Anpocs, 1994.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. **AUTONOMIAS TÁTICAS**: Criatividade, liberação e inserção profissional juvenil no Rio de Janeiro. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 35 - pp.11-28. Outubro de 2011.

AMARAL, M. de F. **Culturas juvenis e experiência social**: perspectivas sobre as vivências de jovens de periferia em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

ANTOUN, H.; MALINI, F.; **A Internet e a Rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **Jornalismo e Ativismo na Hipermídia**: em que se pode reconhecer a nova mídia, In: Revista da FAMECOS, Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, n. 16, dezembro, 2001.

ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. dos. **Democracia digital e experiências de e-participação**: webativismo e políticas públicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, p.1597-1619, dezembro, 2015.

ARAUJO, W.F. ; FREITAS, E. C. **“Quanto custa mudar o mundo?”** Análise da dimensão discursivo no Wikileaks. In Revista Fronteiras, Bol. 14, nº 2, 2012.

ASSIS, E. G. de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação Mestrado. UNISINOS. São Leopoldo. 2006.

AUGUSTO, M. H. O. **Retomada de um legado intelectual**: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Novembro/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a02v17n2>. Acesso: 01/08/2015.

BARCELLOS, R. de M. R. de. **Por outro eixo, outro organizar**: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BARTHES, R. **Análise estrutural da Narrativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

_____. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, L. G. de. **Subculturas, um conceito em construção**. Intercom. XXX congresso brasileiro de ciências da comunicação. Santos, 2007.

BENTES, I. **A esquerda nos eixos e o novo ativismo**. In ORTELLADO, Pablo; PARRA, Henrique; RHATTO, Silvio. *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia*. São Paulo: Edição do Autor, 2013.

_____. Redes colaborativas e precariado produtivo. *Le Monde diplomatique*, v. 2, p. 09-127, 2007.

BENNETT, A. **After Subculture**: Critical Studies in Contemporary Youth Culture, Nova York, Palgrave Macmillan, 2004.

BITENCOURT, M.C.A. **Narrativas coletivas?** Mdiatização do ativismo no Mídia Ninja e no RioNaRua Collective narratives?. *Revista Interin*, Curitiba, v. 19. n.1. p. 86-102, jan./jul. 2015.

_____. **Movimentos sociais e mídia de espalhamento**: democratização da comunicação em contexto de convergência. *Líbero – São Paulo* – v. 17, n. 33, p. 51-60, jan./jun. 2014.

BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BORELLI, S.; FREIRE FILHO, J. (orgs.). **Culturas juvenis no século XXI**, São Paulo, Educ, 2008.

BRESSANE, R. **Guerra dos memes na transmissão dos protestos**: Surge um novo tipo de jornalismo. *Revista Piauí*. Edição 82. Julho, 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-dos-memes/>. Acesso: 05/06/2015.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**; conflitos multiculturais da globalização. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. **La sociedad sin relato.** Antropología y estética de la inminencia. Buenos Aires/Madrid: Katz Editores, 2010.

CARVALHO, D. **Jornalismo de Multidão:** A resistência da rede Indymedia. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Vol. I 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade.** Vol. II, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Galáxia da Internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Inovação, liberdade e poder na era da informação.** In: MORAES, Dênis de (org.). Sociedade midiaticizada. p. 225-231. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. **Redes de Indignação e Esperança.** Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A Sociedade em Rede:** do conhecimento à ação política; Conferência de Belém. Portugal: Imprensa Nacional, 2005.

CAVALCANTI, C. C. B.; FONTANETTO, R. M. B. **A Cidade na Era da Cultura de Redes:** uma análise da mídia sobre as manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro. ALAIC, Peru, 2014.

CLARKE, John, **Subcultures, cultures and class:** a theoretical overview. In HALL, S.; JEFFERSON, T. Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain, p. 9-74. Londres: Hutchison, 1976.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle.** In: Conversações. São Paulo: 34, 1992.

_____. ; GUATTARI, F. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 5. São Paulo: 34, 2005. v. 5, p.22

_____. ; PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, nº 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

_____. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº 24, . p. 40-52.,set-dez, 2003.

_____. **O rap e o funk na socialização da juventude.** Educação e pesquisa. São Paulo, v.28, nº1, p.117-136, jan/jun. 2002.

DOMINGOS, D. E. L. **Trance Psicadélico no Algarve:** Um Estudo Sobre as Práticas Culturais de Um Movimento Marginal. Universidade do Algarve. Dissertação de mestrado, Faro, 2011.

DUBET, F. **Sociologia da experiência.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FEIXA, C. **De jóvenes, bandas y tribus.** Barcelona: Ariel, 2006.

_____. **A construção histórica da juventude.** In.: CACCIA-BRAVA, Augusto et all. Jovens na América Latina. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

_____.; NILAN, P. **Uma juventude global?** Identidades híbridas, mundos plurais. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais n. 31 - p. 13-28. Setembro, 2009.

KEHL, M. R. **A juventude como sintoma cultural.** In NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. Juventude e sociedade: Educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FERREIRA, V. S. **Ondas, cenas e microculturas juvenis.** PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, pp.99-128, 2008.

FIRTH, S. Music and Identity, in Hall, S.; duGay, P. **Questions of Cultural Identity.** Londres, 1996.

FONSECA, A.A. **O valor do “egocard”:** afetividade e violência simbólica na rede Fora do Eixo. Revista FAMECOS, mídia, cultura e tecnologia. 2013.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE FILHO, J. **Reinvenções da resistência juvenil:** os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro. Mauad Editora, 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Mundo em Descontrole**. O que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003.

GIL, G. **Discurso de Posse como Ministro da Cultura do Governo Lula**. Disponível em: <http://www.UNESCO.org.br/publicacoes/livros/politicasculturais/mostra_documento>. Acesso: 21/12/2015.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 .

GOMES, M. de S. G. **Ativismo social digital**: a inserção dos movimentos sociais de Manaus nas redes on-line . Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas- Manaus, 2012.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, (2007).

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **A centralidade da cultura**. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 22, v. 2, jul.-dez. 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Old and new identities, old and new ethnicities**. In: KING, Anthony D. (Ed.). Culture globalization and the world-system. Londres, LacMilan, Nova York: State University of New York, 1993

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Declaração:** Isso não é um manifesto. Rio de Janeiro. N.1 Edições, 2014.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph. 2008.

KEHL, M. R. **A Juventude como Sintoma da Cultura**. In: Novaes, R. & Vannuchi, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2004.

LAOCLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LECCARDI, C. **Por um novo significado do futuro:** mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2. 2005.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MAGNANI, J. G.C. **De perto e de dentro:** notas para uma antropologia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n. 49, São Paulo, Junho/2002.

MALINI. F. **O valor no capitalismo cognitivo e a cultura hacker**. *Liinc em Revista*, v. 5, p. 6, 2009.

MARGULIS (1996) M.; URRESTI, M. **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício do cartógrafo** - Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MELUCCI, A. **O Jogo do Eu**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

_____. **A invenção do presente:** Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MÜLLER, E. **O Conceito de transição e o curso da vida contemporâneo.** Revista Femininas UFBA /Vol.1, N.3, Set. - Dez. 2013.

NEGRI, A. **5 lições sobre Império.** Rio de Janeiro. NP&A, 2003.

NOVELLI, J. **Confiança interpessoal na sociedade de consumo:** a perspectiva gerencial. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. **Nova direita nas ruas?** Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. Revista Perseu, n. 11, Ano 7, 2016.

ORTELLADO, P.; PARRA, H.; RHATTO, S. **Movimentos em Marcha:** ativismo, cultura e tecnologia. São Paulo: Edição do Autor, 2013.

PAIS, M. J. **Notas Preambulares;** Parte I. in Culturas Juvenis. 2.ed. Lisboa, 2003. Pais (2001) VIDA COTIDIANA: ENIGMAS E REVELAÇÕES. São Paulo: Cortezeditora, 2001.

_____; ALMEIDA, M. I. M. (Org.). **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais.** Rio de Janeiro: Editora Zarah, 2012.

PAIVA, C.C. **D@niel na cova dos leões:** Mídia Ninja no programa Roda Viva Claudio Cardoso de Paiva. In: Mídia, tecnologia e linguagem jornalística. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED, n. 5/6., 1997.

PINEZI, A. K.M.; PENTEADO, C.; SILVEIRA, S. A. da. **Cultura, tecnologia, redes e espaço de sociabilidade e socialização.** Santo André: Universidade Federal do ABC. 2012.

RESENDE, F. **O jornalismo e a enunciação:** perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. Narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SANTOS, B.de S. (org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. **Coronelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito.** In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, C. R. S. (org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo, 2005, v.1, p. 77-101. Disponível em: <<http://www.enecos.org.br/xiiiicobrecos/arquivo/doc/006.doc>>. Acesso em: 14/12/2015.

SAVAZONI, R. **Os Novos Bárbaros:** A aventura Política do Fora do Eixo. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?**.São Paulo: Loyola, 2002.

SPOSITO, M. P. **A sociabilidade juvenil e a rua:** novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, v.5, n1-2, 1994.

SOUZA, J. T.P. de. **Reinvenções da utopia:** militância dos jovens dos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

TATAGIBA, L. **1984, 1992 e 2013.** Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. [No prelo, Revista Política & Sociedade, UFSC], 2014.

THORNTON, S. **Club cultures:** music, media and subcultural capital. Oxford: Polity, 1995.

UGARTE, D. **O poder das redes:** manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VARGAS GIL, C. Z. **Jovens e juventudes:** consensos e desafios. Revista Educação, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2011.

WACQUANT, L. **Corpo e Alma:** Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro. Relume Dumaré, 2002.

WYTHE, W. F. **Sociedade de Esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

Apêndice

Fotos da Pesquisa de campo:



Sala da Casa Fora do Eixo São Paulo – Ambiente de trabalho dos moradores e colaboradores.

Sala de Reunião e planejamento

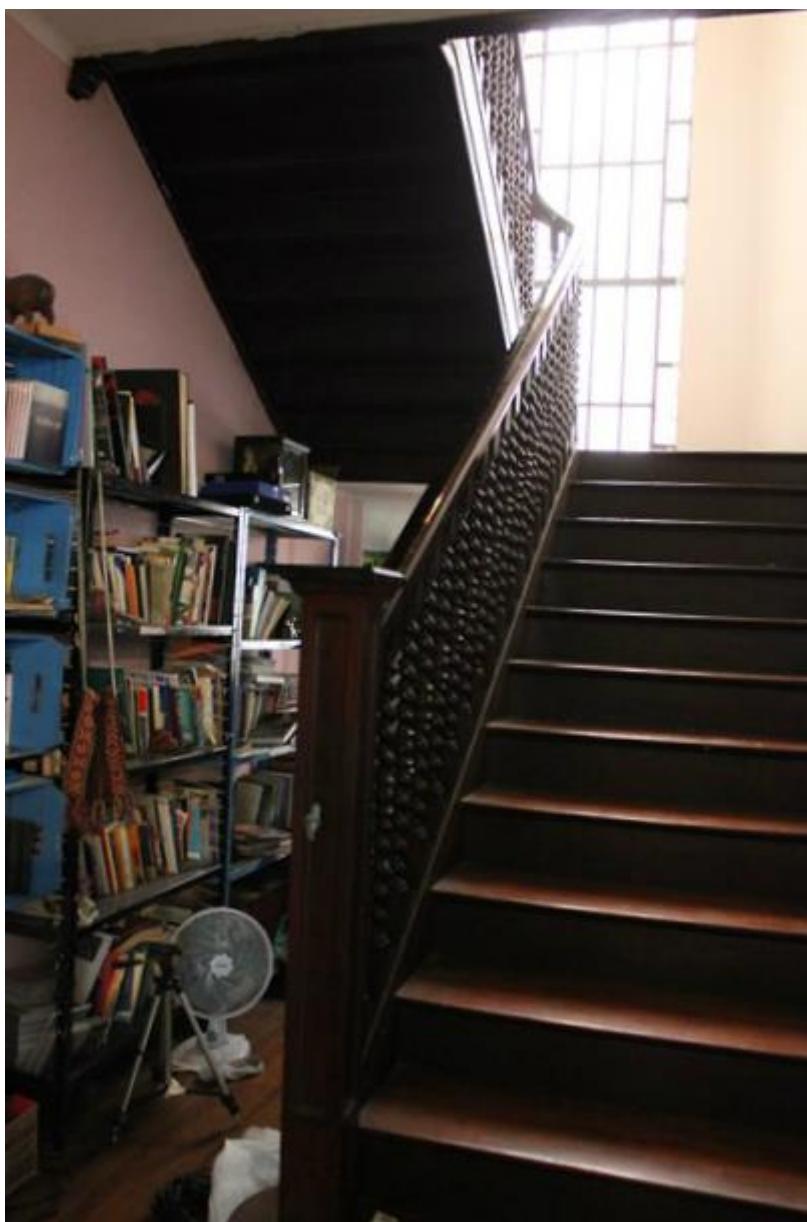




Quadro de atividades – definição de tarefas e atividades de produção cultural



Biblioteca e acesso aos quartos coletivos.



Quarto Coletivo Bamboo – especial para visitantes e acomodação solidária.



Sala da Mídia.





Cozinha e Quadro de atividades domésticas.



Área externa da Casa – espaço onde acontecem os eventos produzidos pelo coletivo.



Anexo

Documentos produzidos em 2009, durante o II Congresso Fora do Eixo.

1. CARTA DE PRINCÍPIOS DO FORA DO EIXO

PREÂMBULO

1. O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos socioculturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais.
2. São ainda valores do Fora do Eixo a substituição da noção de interesse pela de valores no cotidiano do trabalho dos artistas, produtores e bandas, a substituição do foco nos produtos pelo foco nos processos, a substituição da racionalidade instrumental pela racionalidade comunicativa (dialógica) nas relações de trabalho e produção artístico-cultural e substituição dos valores de individualismo pelos valores de associativismo / cooperativismo.
3. Constituem-se em pilares e eixos de atuação do Fora do Eixo o conjunto de estratégias de sustentabilidade, de circulação, de comunicação e de emprego de tecnologias informação, de sonorização, palco e iluminação e software livre.
4. As ferramentas desenvolvidas a fim de dar consecução a cada um dos pilares de atuação do Fora do Eixo devem ser desenvolvidas de forma integrada, orgânica, transversal, interdependente e interpenetrante, de modo a constituir o chamado Sistema Fora do Eixo de Cultura, que tende a suplantear a lógica do modelo ainda predominante de indústria cultural (as majors e seu modus operandi contratual) pela lógica do “mercado médio” cultural, pautado pelos princípios da economia do comum aplicados às cadeias produtivas da economia da cultura.
5. O Fora do Eixo é composto por Coletivos Locais de cada cidade ou município onde exista um núcleo ou célula de produção cultural, denominados de “Pontos Fora do Eixo”, cuja adesão do indivíduo no coletivo é livre, espontânea, esclarecida e consciente. Tais coletivos articulam-se em circuitos estaduais e regionais econômicos, de produção, formação, circulação e comunicação, que se fazem representar por um Colegiado Regional, capilarizando, assim, os preceitos e projetos da rede como um todo.
6. O Sistema Fora do Eixo de Cultura sintetiza o modus operandi de atuação do Fora do Eixo. É integrado por entidades as quais, com suas estruturas de funcionamento, estabelecem um fluxo de atuação integrado e sistêmico em prol do fortalecimento da cadeia produtiva cultura.

7. Para dar vazão a cada um dos pilares de atuação do Fora do Eixo, diversos projetos são desenvolvidos como ferramentas para concretizar aqueles que são os objetivos do FdE.

8. Além dos princípios e valores acima enunciados, os participantes do Fora do Eixo também convencionam quanto à adoção das seguintes diretrizes e premissas, elencadas conforme os enunciados abaixo:

8.1. Intercâmbio, transversalidade e delegação

- a) Formular e colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas para a cultura, promovendo a atuação política com identidade representativa do FdE.
- b) Estimular as redes sociais municipais, estaduais e regionais com vistas a valorizar as parcerias com outros grupos afins.
- c) Integrar e estabelecer uma relação compartilhada com grupos parceiros de princípios semelhantes, redes e movimentos sociais.
- d) Incentivar o debate e a formação de fóruns representativos no campo da cultura e afins.
- e) Promover o intercâmbio entre os coletivos da rede e com os grupos afins, fomentando a transversalidade das ações do FdE, dos parceiros e das políticas públicas em geral.

8.2. Identidade, Diversidade e Autonomia

- a) Questionar e enfrentar as práticas hegemônicas dos modos de produção, circulação e fruição com ênfase no campo da cultura.
- b) Respeitar as diferenças e diversidades de condições étnicas, religiosas, culturais, linguísticas, estéticas, etárias, físicas, mentais, de gênero, de orientação sexual e outras.
- c) Estimular, difundir e integrar a diversidade das expressões socioculturais e artísticas, garantindo espaços de valorização e de respeito a essa diversidade.
- d) Promover o empoderamento dos indivíduos e coletivos dentro dos princípios da economia solidária e economia do comum.
- e) Fomentar a produção criativa, autoral, independente do mercado vigente e interdependente entre os grupos afins.
- f) Valorizar socialmente o trabalho humano na perspectiva da igualdade de condições e da polivalência individual e coletiva.
- g) Equilibrar a relação entre o trabalho manual e o intelectual com vistas a valorização equânime de ambas as práticas.

8.3 – Gestão e Sustentabilidade

- a) Fomentar a criação de moedas sociais nos coletivos da rede.

- b) Viabilizar a formação, produção, circulação e fruição, fomentando as trocas de serviços, produtos e saberes entre os coletivos, seus membros e parceiros.
- c) Orientar as ações para satisfação das necessidades individuais e coletivas de maneira equânime, justa e solidária.
- d) Adotar os critérios de territorialidade no estabelecimento das políticas do FdE.
- e) Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura, promovendo alternativas de sustentabilidade pautadas no uso de tecnologias sociais e na perspectiva solidária.
- f) Fomentar a renovação de frentes de atuação, agentes e tecnologias, estimulando a criação experimental em todos os processos e produtos associados à atividade do FdE.
- g) Promover a democratização e universalização do acesso aos bens e serviços culturais.
- h) Estimular ações considerando o impacto ambiental e impulsionar as práticas de preservação, incentivando a utilização sustentável dos recursos renováveis.

8.4 – Inovação e Comunicação

- a) Estimular a criação, desenvolvimento e utilização de tecnologias livres, sociais e de código aberto referente ao direito autoral e propriedade intelectual, fomentando o uso de plataformas criadas pelos coletivos e parceiros.
- b) Garantir a difusão, o compartilhamento e o livre acesso às tecnologias do Fora do Eixo bem como outros conhecimentos livres.
- c) Valorizar a troca contínua, colaborativa e a atualização de informações entre os coletivos da rede.
- d) Estimular as práticas de comunicação livre, bem como parcerias com veículos de informação públicos, comunitários, independentes e outros, que não estejam ligados a grandes grupos ou conglomerados do setor.

8.5 – Formação e Conscientização

- a) Estimular a formação e a ressignificação contínua do processo, dos coletivos e seus membros, atingindo os agentes internos e externos.
- b) Criar ferramentas de formação e qualificação dos agentes, promovendo a multiplicação do processo e do conhecimento cooperativo, solidário e coletivo.
- c) Estimular a consciência e a clareza do processo nos indivíduos e coletivos da rede, promovendo a formação crítica dos agentes e do público.
- d) Estar sempre alerta.
- e) Estimular a disciplina e a liberdade.

- f) Estimular a autocrítica, a humildade, a honestidade e o respeito nas relações sociais e ambientais.
- g) Valorizar a essência do ser humano ao invés da posse.
- h) Criar lastro através do trabalho gerando o equilíbrio entre o discurso e a prática.
- i) Garantir a competência técnica dos setores produtivos no desenvolvimento de suas ações.

2. REGIMENTO INTERNO DO CIRCUITO FORA DO EIXO

DISPOSIÇÃO INICIAL Este Regimento Interno regula o funcionamento da rede sociocultural Fora do Eixo.

1. **DA ESTRUTURA POLÍTICA** O Fora do Eixo é uma rede colaborativa de coletivos de cultura distribuídos pelo mundo, e pautados em conceitos de Economia Solidária, Tecnologia Social e compartilhamentos livres de conhecimentos. A rede se caracteriza como movimento social e circuito cultural, sendo que o primeiro tem como foco o desenvolvimento das redes temáticas, através de práticas de articulação de diversos parceiros e redes. O segundo tem como foco o fortalecimento das redes produtoras enquanto Arranjos Coletivos Locais autônomos. O Fora do Eixo tem seu modo de organização político composto pelas seguintes instâncias: Pontos Fora do Eixo; Casas Fora do Eixo; Pontos Parceiros; Colegiados; Simulacros e Redes Temáticas; Ponto de Articulação Nacional e Agência de Cooperação Internacional.

1.1 – Ponto Fora do Eixo São movimentos ou organizações – formais ou não -, sem fins lucrativos, responsáveis por mediar toda e qualquer ação ligada ao Fora do Eixo na sua cidade. Cabe ao PONTO FORA DO EIXO desenvolver medidas estruturantes capazes de gerar e estabelecer relações entre os pontos de conexões da rede e PONTOS PARCEIROS, bem como conectar novos agentes interessados em participar da rede. Cada cidade pode ter mais de 01 (um) PONTO FORA DO EIXO e/ou PARCEIRO. Nos casos de mais de 01 PONTO FORA DO EIXO deve-se formar um colegiado municipal, composto por pelo menos 01 (um) membro de cada PONTO, responsável pela gestão política do território. Caso haja uma Casa Fora do Eixo na cidade/território em questão, a mesma é a responsável pela articulação local.

1.2 – Ponto Parceiro (PP) São organizações formais ou não, de qualquer natureza jurídica, que participam da Rede Local / Estadual/ Nacional, e que podem se caracterizar como PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO, PONTOS DE MÍDIA, PONTOS DE PESQUISA, etc. Os PONTOS PARCEIROS devem estar devidamente conectados ao PONTO FORA DO EIXO, que tem a chancela e a autonomia local para gerenciar as parcerias.

1.3 – Casas Fora do Eixo São instâncias executivas, caracterizadas como residências culturais, que funcionam como agência do Banco Fora do Eixo, campus da Universidade Livre Fora do Eixo, diretório do Partido da Cultura, Estação de Mídia, Ponto de Hospedagem Solidária e articuladores de redes. Além disso, trabalha com o sistema de gestão econômica pautada em caixa coletivo. Cada regional terá uma Casa Fora do Eixo, que será responsável por executar e acompanhar a operacionalização do Programa Fora do Eixo em cada um de seus respectivos territórios regionais, assim como pelo atendimento, assessoria e suporte aos pontos de sua região; pelo recebimento de pedidos de adesão e desadesão da rede; entre outras funções de gestão. As Casas Fora do Eixo devem atuar em consonância com os Colegiados Estaduais/Regionais. Além das Casas regionais, também podem existir Casas Fora do Eixo municipais e estaduais, responsáveis pela gestão das microrregionais.

1.4 – Redes O Fora do Eixo é composto por 02 (dois) tipos de redes: (1) as Redes Territoriais, nas esferas Municipais, Estaduais, Regionais, Nacionais e/ou Internacionais. (2) Redes Temáticas, que derivam de linguagens artístico-culturais, sociais e/ou outros. Ambas são formadas por PONTOS FORA DO EIXO, CASAS E PARCEIROS, que atuam de forma conectada entre si. Para a gestão das redes, algumas regionais e estaduais se dividem em MICRO-REGIONAIS, geridas cada uma delas, por casas municipais, estaduais e/ou regionais.

1.5 – Colegiados e Conselhos O Fora do Eixo possui 02 (dois) tipos de Colegiados: 1) Colegiados Territoriais; 2) Colegiados Temáticos. Os Colegiados Territoriais são instâncias deliberativas, que atuam pelo desenvolvimento de cada município, estado, região e/ou nação que compõem a rede. Os Conselhos Temáticos são instâncias deliberativas, que atuam pelo desenvolvimento de uma frente temática, artístico-cultural ou social. Cabe aos Colegiados: estimular a pró-atividade dos Pontos Fora do Eixo; a circulação e as trocas; a formação de novos Pontos; facilitar encontros presenciais; mobilizar; mediar; monitorar; orientar; cobrar; sistematizar; relatorizar; aprovar ou não pedidos de inserção à rede; entre outras questões que implicam a atividade do Fora do Eixo.

1.5.1 – Colegiados Territoriais Os Colegiados Territoriais são compostos por integrantes de Pontos Fora do Eixo, autoindicados, em sua respectiva esfera, e que atendam com frequência aos compromissos por eles estabelecidos. Os Colegiados devem ser aclamados anualmente com a participação de pelo menos 50% dos Pontos de Articulação de sua esfera (Nacional, Estadual, Regional), podendo ocorrer em qualquer instância deliberativa prevista neste Regimento. Os colegiados se dividem nas seguintes esferas:

1.5.1.1- AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - Colegiado que reúne PONTOS DE ARTICULAÇÃO LATINOS E PONTOS PARCEIROS INTERNACIONAIS convidados a compor o colegiado. É responsável por gerir e articular políticas de redes focadas no âmbito latino-americano. É formado por pelo menos 05 (cinco) membros de PONTOS DE ARTICULAÇÃO NACIONAL (PAN) do Brasil mais integrantes de Pontos Latinos e Parceiros Internacionais indicados pelo PAN e/ou pontos de articulação da rede. Para participar é necessário que os integrantes façam parte do Ponto de Articulação Nacional,

e que o mesmo, após se autoindicar, seja aclamado pelos membros do colegiado em alguma instância deliberativa nacional.

1.5.1.2- PONTO DE ARTICULAÇÃO NACIONAL - Instância deliberativa, composta por membros de COLEGIADOS ESTADUAL/REGIONAIS e TEMÁTICOS, com no mínimo 01 (um) integrante de cada estado/região, e 01 integrante de cada Frente Temática. Destina-se a gerir e cancelar ações de âmbito nacional e a mediar conflitos entre si. Para participar, os integrantes devem se autoindicar em quaisquer instâncias deliberativas regionais ou temáticas, e serem aprovados pela plenária presente. Após isso, para se manter no colegiado, o mesmo deve atender as respectivas agendas de trabalhos, comparecendo a reuniões deliberativas e outras ações definidas e encaminhadas pelo PAN.

1.5.1.3- PONTO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL ou COLEGIADO REGIONAL - Instância deliberativa, composta por membros das Casas Fora do Eixo e de integrantes de PONTOS FORA DO EIXO da região autoindicados e aclamados em qualquer instância deliberativa regional prevista neste Regimento.

1.5.1.4- PONTO DE ARTICULAÇÃO ESTADUAL - Instância facultativa, deliberativa, composta por membros das Casas Fora do Eixo e de PONTOS FORA DO EIXO da região autoindicados e aclamados em qualquer instância deliberativa prevista neste Regimento.

1.5.1.5- PONTO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL - Instância deliberativa, composta por pelo menos 01 (um) membro de cada PONTO FORA DO EIXO, autoindicados e aclamados em qualquer instância deliberativa prevista neste Regimento.

Parágrafo único - Qualquer divergência ligada a possíveis parcerias locais devem ser reportadas e debatidas com o PONTO FORA DO EIXO, ou o COLEGIADO MUNICIPAL ou a CASA FORA DO EIXO. Caso a situação não seja resolvida, o PONTO pode recorrer ao COLEGIADO ESTADUAL, em primeira instância, COLEGIADO REGIONAL, em segunda instância, e em último caso ao COLEGIADO NACIONAL. Em caso de PONTOS PARCEIROS ESTADUAIS/REGIONAIS/NACIONAIS, as divergências e/ou outras situações que demandam mediações, devem ser dirimidas pelo COLEGIADO ESTADUAL/REGIONAL/ NACIONAL. Os PONTOS PARCEIROS podem participar de reuniões e ambientes deliberativos locais/estaduais – virtuais ou presenciais – mediante solicitação e/ou aprovação pelo PONTO FORA DO EIXO, sendo-lhes concedido o direito de voz e de voto. Poderão também participar como ouvintes das reuniões referentes às instâncias deliberativas nacionais, porém sem direito a voto, em conformidade com o item 4.2.6. Para os casos onde não há COLEGIADO ESTADUAL, o PONTO FORA DO EIXO deverá se reportar diretamente ao COLEGIADO REGIONAL.

1.6 – Instâncias Deliberativas As instâncias deliberativas são aquelas onde e quando são tomadas resoluções sobre temas relacionados ao Fora do Eixo.

1.6.1 – São instâncias deliberativas

1.6.1.1 – Reuniões Gerais Virtuais O Fora do Eixo pode se reunir por solicitação de qualquer um dos Colegiados, Frentes Temáticas, Simulacros, Mediadoras e/ou Produtoras, e devem ser convocadas pelas listas oficiais do Fora do Eixo.

1.6.1.2 – Congresso Fora do Eixo Instância máxima deliberativa presencial de realização anual, que tem como objetivo debater, nivelar e encaminhar questões, bem como tirar as resoluções para planejamento anual da rede.

I – Etapas Regionais – São etapas deliberativas e preparatórias, que acontecem nas regionais Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e Espírito Santo, com objetivo de nivelar o conhecimento, indicar novos coletivos à Ponto Fora do Eixo, debater questões regionais e encaminhar propostas para a etapa Nacional.

II – Etapa Nacional – É a etapa deliberativa em que são definidas as diretrizes norteadoras do planejamento anual da rede. Esta etapa conta com a participação de todos os PONTOS FORA DO EIXO, CASAS E PONTOS PARCEIROS (caso queiram participar). Caso algum coletivo não participe sem apresentar justificativa plausível em alguma reunião geral deliberativa, este poderá perder sua chancela de Ponto Fora do Eixo, participando apenas de sua Rede Estadual/Regional como um Ponto Parceiro. A operacionalização da produção fica sob responsabilidade compartilhada do Ponto Fora do Eixo anfitrião e do PONTO DE ARTICULAÇÃO NACIONAL.

1.6.1.3. Imersões Fora do Eixo Instância deliberativa presencial, de realização anual, e que conta com a participação de todos os Pontos Fora do Eixo ligados ao tema ou região de cada imersão. As imersões são gerenciadas pela Universidade Livre Fora do Eixo e agendadas pelas respectivas frentes/colegiados estaduais/regionais.

1.6.2 – Do funcionamento das Instâncias

1.6.2.1 – Delegação nas Reuniões Qualquer integrante dos Pontos Fora do Eixo pode participar das reuniões como DELEGADO, não havendo limite máximo de número de integrantes por coletivo presentes. A reunião não será paralisada para atualizar sobre os assuntos tratados aos membros que comparecerem com atraso. Os delegados deverão estar alinhados com a pauta do dia e as resoluções anteriores. O tempo extra de reunião, caso necessário, será decidido em consenso, preferencialmente, ou por meio de votação entre os delegados presentes.

1.6.2.2 – Quórum As reuniões podem começar: – no horário previsto, com pelo menos um delegado de cada Ponto Fora do Eixo; – com 15 minutos de atraso, com qualquer número de delegados.

1.6.2.3. – Definição da(s) Pauta(s) As propostas de pauta devem ser enviadas pelo Colegiado Estadual/Regional e/ou Temático, responsáveis pela moderação da reunião para as listas oficiais de e-mails e Facebook do Fora do Eixo.

1.6.2.4 – Deliberações Deliberações são validadas em todas as reuniões contempladas no item 4.2.1, buscando-se sempre o consenso entre os coletivos. Caso não haja consenso, a questão

será votada e aceita conforme a decisão da maioria (50% + 1). O voto pode ser paritário por Ponto Fora do Eixo ou não, sendo que a questão deve ser acordada antes da votação.

1.6.2.5 – Atas As reuniões devem ter um responsável pela redação da ata, escolhido no início da sessão e em regime de rodízio. As atas deverão conter um resumo em tópicos dos assuntos debatidos e encaminhamentos. As atas serão compartilhadas para análise do conteúdo e poderão ser alteradas após o envio, mediante apresentação de justificativa. Todas elas serão arquivadas na Wiki Fora do Eixo ou no documento de Atas Permanentes da respectiva frente e/ou simulacro.

1.6.2.6 – Participação de Convidados/Observadores Qualquer indivíduo pode participar das Reuniões Ordinárias descritas no item 4.1.1 como Observador. Fica a cargo da Plenária conceder ou não ao Observador o direito a fala e/ou voto, quando requisitado(a).

1.7 – Organização Estrutural A organização Estrutural do Fora do Eixo é representada pelas redes temáticas, simulacros e redes produtoras. Veja mais detalhadamente no modo de organização.

1.7.1 – REDES TEMÁTICAS As Redes Gestoras Temáticas são os núcleos com agentes do FdE e externos à rede que representam as linguagens artísticas, culturais e sociais adotadas pela rede que aglutinam agentes culturais e concebem projetos para serem implementados na rede. As Redes Temáticas tem o papel estratégico de definir a atuação do Fora do Eixo e de mobilizar novos agentes de forma permanente. São elas:

1.7.1.1 – MÚSICA - Rede que reúne artistas, bandas, profissionais e parceiros em geral focados no desenvolvimento do cenário musical.

1.7.1.2 – CLUBE DE CINEMA - Rede de realizadores, cineclubistas, artistas, vj's e parceiros em geral focados em desenvolver o cenário do audiovisual.

1.7.1.3 – PALCO - Rede de artistas, diretores, realizadores e parceiros em geral focados em desenvolver o cenário das Artes Cênicas.

1.7.1.4 – FORA DO EIXO LETRAS - Rede de artistas, escritores, editores e parceiros em geral focados em desenvolver o cenário literário.

1.7.1.5 – POÉTICAS VISUAIS - Rede de artistas visuais, fotógrafos, designers e parceiros em geral focados em desenvolver o cenário das artes visuais.

1.7.1.6 – BANCO DA CULTURA - Rede dedicada às ações relacionadas às diversas formas de sustentabilidade. A Ecosol Coletiva se dedica a articular grupos, agentes e iniciativas na perspectiva da economia solidária, economia do comum, coletiva, do conhecimento, entre outras. A frente dialoga com bancos comunitários, bancos do futuro, fórum de economia solidária, etc.

1.7.1.7 - PARTIDO DA CULTURA (PCULT) - Rede responsável pela articulação política por meio/para a Cultura, aglutinando diversos agentes da cadeia produtiva artística, social e

cultural na perspectiva de incluir a cultura no centro do debate político do Brasil e buscando novas formas de se fazer política.

1.7.1.8 – UNIVERSIDADE DA CULTURA (UNICULT) - Rede responsável pela articulação de formação livre, por meio e para a cultura, aglutinando diversos agentes da cadeia produtiva artística, social, educacional e cultural na perspectiva de incluir o método de formação livre no centro do debate educacional.

1.7.1.9 – NINJA (Narrativas Integradas de Jornalismo e Ação) - Rede responsável pela articulação da comunicação livre, através de variadas plataformas, em suas mais diversas linguagens, aglutinando comunicadores, jornalistas, blogueiros, midiativistas, veículos comunitários, entre outros. Dialoga com outras redes de comunicação assim como o Fórum Mundial de Mídia Livre.

1.7.1.10 – NOS AMBIENTE - Rede de ativistas, permacultores, ambientalistas e parceiros em geral, focados em desenvolver práticas e debater conceitos relativos ao tema socioambiental.

1.7.1.11 – HACKER FORA DO EIXO - Rede de ativistas, desenvolvedores, ciberativistas e parceiros em geral, focados em desenvolver práticas e debater conceitos relativos ao tema das tecnologias livres.

1.7.1.12 – ESPORTE FORA DO EIXO - Rede de esportistas, gestores, profissionais e parceiros em geral, responsáveis pela articulação do Esporte, aglutinando diversos agentes da cadeia produtiva na perspectiva da inovação de práticas e políticas públicas para o setor.

2 – SIMULACROS (FRENTES GESTORAS MEDIADORAS)

Os Simulacros compõem o sistema solidário Fora do Eixo e têm o papel fundamental de gerar o fluxo entre as Redes Temáticas e as Redes Produtoras. São elas que elaboram os mecanismos de sistematização, mapeamento, pesquisa, concepção, execução, sustentabilidade, mobilização, articulação, comunicação e dinâmica entre os indivíduos e as coordenações institucionais do FdE, democratizando todas as tecnologias e decisões aprovadas pelos membros da organização, provocando a transversalidade entre todas as redes. Os Simulacros têm o papel fundamental de estar no suporte e preencher qualquer lacuna tanto nas redes temáticas quanto das Frentes Produtoras do Circuito. São Simulacros:

2.1.1 – BANCO FORA DO EIXO - Responsável pelas ações de sustentabilidade da rede, administra e organiza ações como mapeamentos, diagnósticos, pesquisas, planos de trabalho e comerciais, projetos, fundo, caixas coletivos, moedas complementares e fluxo entre as diversas Frentes no que tange às decisões acerca dos projetos e atividades a serem executadas. Esta Frente é dividida entre os Núcleos de:

– Pesquisa e Mapeamento – Projetos – Negócios – Fundo e – ACL (Arranjo Coletivo Local – extensão das ações nos pontos fora do eixo)

Cada um desses Núcleos tem seu foco de trabalho específico para a atuação sistêmica na rede.

2.1.2 – PARTIDO DA CULTURA FdE - Responsável pela articulação política, concepção e elaboração de estratégias junto às frentes da rede, ampliando o link entre as redes e os parceiros externos. O Partido deve trabalhar a manutenção do equilíbrio da dinâmica de grupo a partir das necessidades que cada Frente demanda em relação aos seus parceiros estratégicos. Algumas das principais ações têm como orientação:

– a relação com os Pontos de Cultura do Governo Federal na busca pela ampliação da rede e troca de tecnologias; – as Colunas FDE levando seminários, palestras, laboratórios de fomento à coletivos a diversos municípios, promovendo a expansão da rede; e – os escritórios FDE nacional (SP) e os escritórios FDE regionais, dedicados ao fomento e estruturação de sedes permanentes, na perspectiva de trabalhar o mercado e a ação política da rede.

Atualmente, o Escritório São Paulo (Casa Fora do Eixo SP – CAFESP) tem como principal foco a atuação no mercado cultural na Música, ampliando as alternativas de sustentabilidade da rede e consolidando a cadeia produtiva musical brasileira.

2.1.3 – CENTRO MULTIMÍDIA FORA DO EIXO - Núcleo que trabalha toda a comunicação do Circuito e no suporte dos Pontos Fora do Eixo desenvolvendo as redes de mídias independentes locais. O CMFdE trabalha o conceito de toda a rede através da Rede Social Fora do Eixo, a Rádio, TV, Redação, Assessoria, Design e Mídia FdE dos projetos institucionais do Circuito, além de incorporar em cada Ponto Fora do Eixo o mesmo método de trabalho para o desenvolvimento das ações locais, conectados ao cenário cultural.

2.1.4- UNIVERSIDADE FORA DO EIXO

3. REDES E FRENTES PRODUTORAS As Redes Produtoras são as principais responsáveis pela execução dos trabalhos demandados pelas Redes Temáticas do FdE. São elas que convertem a idealização de um projeto no papel para a prática, transformando as ideias em realidade. As Redes Produtoras são fontes de produção do trabalho (card) necessário para suprir as demandas das Redes Temáticas e dos parceiros integrados ao sistema, atendendo a cadeia produtiva cultural local. Cada Rede Produtora se relaciona diretamente com uma ou mais Redes Temáticas e/ ou Simulacros e pode transversar com todas elas.

3.1.1 – EVENTOS FORA DO EIXO - Núcleo de produção de eventos, apresentações artísticas e turnês da rede como Festival Fora do Eixo, Grito Rock, Encontros Regionais Fora do Eixo, Congresso Fora do Eixo, Noites Fora do Eixo, Tour FDE, Semana do Audiovisual (SEDA) e etc. Essa rede produtora estimula a produção de atividades nos Pontos Fora do Eixo que garantem as vitrines e plataformas de circulação, produção, formação, distribuição e comercialização artística da cadeia produtiva cultural.

3.1.2 – AGÊNCIA FORA DO EIXO - Rede de artistas, gestores e agentes culturais responsáveis pelos trabalhos de circulação dos artistas na criação de rotas, catálogo, editais, fechamentos de shows, espetáculos, propostas comerciais, marketing e qualquer demanda referente a organização da carreira artística na rede. A Frente também potencializa a criação de núcleo a fim em cada Ponto Fora do Eixo.

3.1.3 – FORA DO EIXO DISTRO - Rede responsável pelos trabalhos de distribuição e comercialização de produtos em lojas fora do eixo (física e virtual), feiras, banquinhas Fora do Eixo, Compacto.rec (projeto de distribuição virtual), etc. A Fora do Eixo Distro fomenta a criação de pontos de distribuição em todos os Pontos Fora do Eixo e promover fruição cultural.

3.1.4 – TECNOARTE (TECA) - Rede responsável pelos trabalhos de áudio, sonorização, palco, PA, lutheria, ensaio, gravação, iluminação, técnica digital e qualquer demanda referente à técnica artística da rede. A TECA também é responsável por estimular o fluxo de materiais e tecnologias da área, objetivando a criação de uma rede de serviços e materiais para fomentar a estruturação de núcleos afins em cada ponto fora do eixo. A frente é dividida entre os núcleos de Compartilhamento de conteúdo, Ao Vivo (palco, som e luz) e Estúdios (gravação, ensaio).

3.1.5 – RESIDÊNCIA CULTURAL - Espaço de intercâmbio, vivências, hospedagem e/ ou moradia, de artistas, gestores e produtores culturais.

4. DOS DIREITOS

São direitos dos Pontos Fora do Eixo:

– Autonomia em consonância com a Carta de Princípios e Regimento Interno do FdE. – Direito de usar a chancela. – Direito de voz e de voto em todas as instâncias deliberativas (reuniões ordinárias, extraordinárias e Congresso Fora do Eixo, como descrito no item 4). – Direito a participação e gestão em todos os projetos encaminhados pelo FdE. – Direito de acesso ao Fundo Nacional, na forma do regulamento próprio. – Direito ao acesso à gestão nacional (Casas Fora do Eixo, Pontos de Articulação Nacional e outros) do FdE. – Direito à utilização da Hospeda Cultura do FdE. – Direito ao acesso a todas as tecnologias sociais produzidas pelo FdE.

5. DOS DEVERES

São deveres dos Pontos Fora do Eixo:

– Prestar contas das ações solicitadas pelo Colegiado Nacional. – Estar integrado ao sistema solidário FORA DO EIXO CARD; – Manter-se constantemente informado sobre as atualizações do Fora do Eixo – usando como fontes a newsletter semanal, as páginas institucionais nas redes sociais e a lista de e-mails – para não alegar desconhecimento quanto aos processos do FdE, entidades parceiras e afins. – Fomentar o surgimento de outros PONTOS FORA DO EIXO. – Comparecer ao Congresso Fora do Eixo Regional e Nacional com pelo menos 01 representante. – Veicular a logo do Fora do Eixo nas peças gráficas desenvolvidas pelos Pontos. – Endossar as decisões tomadas nas instâncias deliberativas. – Participar dos debates nos ambientes deliberativos virtuais ou presenciais, conforme descrito no item 4. – Democratizar o acesso a todas as planilhas e projetos ligados ao PONTO criando seus respectivos TECS. – Estar em consonância com a Carta de Princípios e o Programa Fora do Eixo vigente.

6. DA INSERÇÃO, RENOVAÇÃO E EXCLUSÃO DE PONTOS FORA DO EIXO

6.1 – Inserção

COLETIVOS representativos e atuantes nos segmentos da cultura poderão solicitar sua entrada oficial ao Fora do Eixo, desde que atendam os seguintes requisitos:

Adotar de maneira integral as disposições da Carta de Princípios e do Regimento Interno do Fora do Eixo.

Ser indicado por um ponto Fora do Eixo.

6.1.1 – Avaliação da Solicitação O coletivo interessado em se inserir no Fora Eixo deverá apresentar o pedido ao PONTO FORA DO EIXO ou COLEGIADO de sua localidade, que é responsável por analisar o pedido e formular um parecer, a ser apresentado em uma das instâncias deliberativas on-line presenciais.

6.2 – Renovação da chancela Para efetuar a renovação do direito de uso da chancela, o PONTO FORA DO EIXO deve participar do Congresso Fora do Eixo Regional e/ou Nacional, conforme definido no item 4.1.3.

6.3 – Da Desadesão de PONTOS FORA DO EIXO Serão excluídos do Fora do Eixo e perderão os direitos de uso da chancela, os coletivos que:

– Não respeitem os itens descritos na Carta de Princípios. – Não respeitem os itens descritos neste Regimento.

O Ponto Fora do Eixo só poderá ser excluído nas instâncias deliberativas.

7. DA COMUNICAÇÃO As instâncias referidas contemplam as plataformas de Comunicação interna e externa do Fora do Eixo.

7.1 – Comunicação Interna

7.1.1 – Grupo de E-mails – São ferramentas de comunicação direcionadas para encaminhamentos de produção. Lista de produção que trata de encaminhamentos relacionados à projetos e outros fluxos produtivos que envolvam equipes referidas ao grupo. Importante disciplina em relação à manutenção de temas em tópicos já abertos. – São moderadores do grupo de e-mail Coletivo Fora do Eixo (coletivo-fora-do-eixo@googlegroups.com) pelo menos um delegado de cada Colegiado Regional. – Não será permitido o envio de e-mails puramente publicitários para o grupo de e-mail Coletivo Fora do Eixo (coletivo-fora-do-eixo@googlegroups.com), devendo esses ser direcionados para o grupo de Facebook do Fora do Eixo (<http://on.fb.me/1cGPaXC>). – Os assuntos em discussão devem ser organizados em tópicos, priorizando aqueles já existentes. – Ao surgimento de um novo assunto, deve ser criado um novo tópico. – Qualquer Ponto Fora do Eixo tem autonomia para criar um novo tópico.

7.2 – Comunicação Externa

7.2.1 – Imprensa A produção, convocação e demais ações de comunicação com a imprensa formal e informal relacionadas ao

Fora do Eixo devem estar em consonância com a Carta de Princípios.

7.2.2 – Delegação Em caso de necessidade de representação do Circuito Fora Eixo em eventos, festivais, congressos, fóruns, comissões e outros, o delegado será definido pela Universidade Livre Fora do Eixo.

8. DO FUNDO

O FUNDO NACIONAL FORA DO EIXO tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e a estruturação dos Pontos Fora do Eixo, na busca da sustentabilidade da rede. Através da construção de um “caixa coletivo nacional”, o Fundo deverá atender demandas de projetos realizados pelo Fora do Eixo, além de suprir necessidades específicas dos pontos e indivíduos integrantes da rede.

O Fundo opera de acordo com os princípios de solidariedade, colaborativismo, associativismo, minimizando a concorrência desnecessária para o desenvolvimento equânime da rede.

Para a gestão de recursos os pontos fora do eixo devem agir em consonância com o regimento do Fundo Fora do Eixo.